
Marcello Felisberto Moraes de Assunção

UM PROJETO **PANLUSITANO** NO ATLÂNTICO SUL

O regime parlamentar era uma modalidade política adequada ao tipo de economia prevalecente nas metrópoles; e esta face do capitalismo não podia existir sem o seu complemento, a exploração colonial, com as atrocida-

As relações luso-afro-brasileiras nos anos de 1930

dades regulares e o terrorismo empresarial e de Estado necessários para introduzir o trabalho assalariado entre povos que toda uma cultura ligava a outros modos de produção. Democracia e terror colonial foram dois aspectos da mesma realidade. Só a deliberada conjugação de tipos diversos de crueldade, não apenas as punições físicas, mas a permanente humilhação social e psicológica, pôde converter, no espaço de uma geração, populações seguras de si, ou tantas vezes aguerridas, numa massa submissa. Para que a vida se processasse nos termos requeridos pelo colonialismo era indispensável desagregar os sistemas sociais existentes e a tarefa não foi entregue à livre iniciativa dos colonos. Foi planeada e superiormente dirigida pelas metrópoles democráticas. Tratava-se de deixar aqueles povos sem nenhuma compreensão do presente, de modo a serem roubados do futuro. Torná-los desprovidos de passado foi o verniz ideológico deste programa, e para isso os propagandistas e os universitários recusaram a dignidade da História a todos os povos que não tivessem conduzido ao capitalismo e negaram a importância histórica dos povos que sustentavam outras culturas (João Bernardo, Labirintos do Fascismo, p. 685-686).

EDUNILA

**UM PROJETO PANLUSITANO
NO ATLÂNTICO SUL**

As relações luso-afro-brasileiras nos anos de 1930

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Diana Araújo Pereira Reitora
Rodne de Oliveira Lima Vice-reitor

EDUNILA – EDITORA UNIVERSITÁRIA

Julio da Silveira Moreira Coordenador da EDUNILA
Andréia Moassab Membro da Coordenação Executiva
Ailda Santos dos Prazeres Assistente em administração
Claudinéia Pires Assistente em administração
Francieli Padilha Bras Costa Programadora visual
Leonel Gandi dos Santos Bibliotecário-documentalista
Ricardo Fernando da Silva Ramos Assistente em administração

CONSELHO EDITORIAL

Julio da Silveira Moreira Presidente do Conselho
João Abner Santos Bezerra Representante dos/as técnico-administrativos/as em educação da UNILA
Mackenson Beauvais Representante dos/as discentes de graduação da UNILA
Deny Sávia Martins da Silva Representante dos/as discentes de pós-graduação da UNILA
Diego Moraes Flores Representante do Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT – UNILA)
Débora Cota Representante do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAAACH – UNILA)
Luiz Roberto Ribeiro Faria Junior Representante do Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza (ILACVN – UNILA)
Patricia Nakayama Representante do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESPP – UNILA)
Fabio Luis Barbosa dos Santos Representante externo - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Joice Berth Representante externa - Arquiteta e urbanista e escritora
Alai García Diniz Representante externa - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Maria do Carmo Rebouças dos Santos Representante externa - Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Luis Eduardo Aragon Vaca Representante externo - Universidade Federal do Pará (UFPA)

Marcello Felisberto Morais de Assunção

UM PROJETO PANLUSITANO NO ATLÂNTICO SUL

As relações luso-afro-brasileiras nos anos de 1930

Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

EDUNILA

Editora da
Universidade Federal da
Integração Latino-Americana

2025

EQUIPE EDITORIAL

Francieli Padilha Bras Costa	Capa, projeto gráfico e diagramação
Leonel Gandi dos Santos	Normalização bibliográfica
Cibelle Burdulis da Motta e Heloise Reis Ventura	Revisão de textos
Nelson Figueira Sobrinho	Preparação e edição de textos

Catálogo na Publicação (CIP)

A851p Assunção, Marcello Felisberto Morais de.
Um projeto panlusitano no Atlântico Sul: as relações luso-afro-
-brasileiras nos anos de 1930 / Marcello Felisberto Morais de As-
sunção. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2025.
PDF (365 p.).

ISBN: 978-65-86342-58-1

1. História do Brasil. 2. Relação luso-afro-brasileira. 3. Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. 4. Panlusitanismo. I. Assunção, Marcello Felisberto Morais de. II. Título.

CDD 981.06

CDU 94(81)

Ficha Catalográfica elaborada por Leonel Gandi dos Santos CRB11/753

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização prévia, por escrito, da editora. Direitos adquiridos pela EDUNILA – Editora Universitária.

Editorial asociada a



Ao meu filho Uriel, minha utopia.

“O regime parlamentar era uma modalidade política adequada ao tipo de economia prevalecente nas metrópoles; e esta face do capitalismo não podia existir sem o seu complemento, a exploração colonial, com as atrocidades regulares e o terrorismo empresarial e de Estado necessários para introduzir o trabalho assalariado entre povos que toda uma cultura ligava a outros modos de produção. Democracia e terror colonial foram dois aspectos da mesma realidade. Só a deliberada conjugação de tipos diversos de crueldade, não apenas as punições físicas, mas a permanente humilhação social e psicológica, pôde converter, no espaço de uma geração, populações seguras de si, ou tantas vezes aguerridas, numa massa submissa. Para que a vida se processasse nos termos requeridos pelo colonialismo era indispensável desagregar os sistemas sociais existentes e a tarefa não foi entregue à livre iniciativa dos colonos. Foi planeada e superiormente dirigida pelas metrópoles democráticas. Tratava-se de deixar aqueles povos sem nenhuma compreensão do presente, de modo a serem roubados do futuro. Torná-los desprovidos de passado foi o verniz ideológico deste programa, e para isso os propagandistas e os universitários recusaram a dignidade da História a todas as histórias que não tivessem conduzido ao capitalismo e negaram a igualdade biológica dos povos que sustentavam outras culturas.”

(João Bernardo)

Palavras da Editora

Entre mapas, cartas diplomáticas, discursos e memorandos de Estado, o século XX produziu um acervo de imagens e projetos sobre a soberania e os destinos dos povos do Atlântico Sul. Mas por trás de cada documento preservado em seus silêncios e entrelinhas, pulsa uma história em disputa - feita de colonialismos tardios, alianças imperiais e resistências invisibilizadas. Neste livro, o leitor é convidado a olhar com atenção para um ciclo pouco explorado, mas fundamental: as relações entre Portugal, Brasil e as colônias africanas de língua portuguesa - especialmente Angola, Moçambique, Guiné e São Tomé e Príncipe - durante os anos 1930.

Esse período, muitas vezes negligenciado pelas narrativas mais consolidadas, marca um esforço concertado das elites políticas e intelectuais luso-brasileiras para redesenhar os laços transatlânticos em nome de uma suposta fraternidade linguística e cultural. Nascia ali uma forma de dominação que sobreviveu ao fim do tráfico escravista e ao colapso dos grandes impérios coloniais, e que se sustentava por novas estratégias de poder: em vez da violência explícita, o discurso da irmandade; em lugar da conquista aberta, a retórica da cooperação.

Essa forma de colonialismo é chamada “tardia” porque já acontece num mundo onde as ideias de autodeterminação e soberania dos povos ganharam força, mas ainda assim Portugal manteve suas colônias africanas até os anos 1970. O panlusitanismo, conceito central da obra, surge então como uma tentativa de apresentar essa relação desigual como harmonia cultural - um projeto de fachada, cujas rachaduras aparecem com nitidez nas fontes: discursos parlamentares, artigos de imprensa, correspondências diplomáticas e estratégias educacionais.

Com rara habilidade, o autor percorre essa zona fronteira entre os arquivos da memória oficial e os vestígios de solidariedades forjadas sob vigilância. Ao analisar jornais de época, pronunciamentos

públicos e circulares internos do Estado, Marcello Assunção revela os mecanismos sutis - e nem sempre visíveis - por meio dos quais se tentou moldar identidades e projetar uma unidade luso-afro-brasileira, ao mesmo tempo em que se silenciavam vozes dissonantes e se reforçavam as estruturas de dominação.

O panlusitanismo aqui investigado não é apenas propaganda: ele é resultado de uma racionalidade colonial refinada, operada por intelectuais e diplomatas que buscavam modernizar as formas de influência sem abrir mão da hierarquia. Nas entrelinhas dos documentos, emergem tensões entre africanismo e assimilacionismo, a manipulação da cultura como ferramenta política e o controle das subjetividades a partir da linguagem da amizade e da missão civilizadora.

Ao se debruçar sobre esse ciclo histórico, o autor não apenas reconstrói uma conjuntura - ele também nos oferece uma crítica contundente à arquitetura ideológica que sustentou esse colonialismo tardio, convidando-nos a pensar suas heranças ainda presentes, num tempo em que a cooperação internacional, muitas vezes, ecoa antigos gestos de tutela.

Com rigor historiográfico e grande sensibilidade analítica, Marcello Assunção constrói uma obra que cruza diplomacia, política e cultura, acessível a leitores iniciantes, mas potente o suficiente para provocar estudiosos experientes. Sua pesquisa enraizada em arquivos quase nunca acessados ilumina o modo como certas ideias se espalham, ganham força e moldam a forma como os países se veem - e também como resistem.

Com esta publicação, a Editora da UNILA reafirma seu compromisso com a crítica aos legados coloniais, com a circulação de pesquisas enraizadas em arquivos difíceis e com a construção de uma memória descolonizadora. Este livro integra um catálogo que busca atravessar fronteiras nacionais e disciplinares, abrindo espaço para interpretações que nos desafiam a ler o passado à altura das urgências do presente.

Prefácio

Fazer história da imigração não é uma tarefa fácil, pois é sempre um trabalho que engloba duas realidades distintas: a do país de origem e a do local de acolhimento. Entender os meandros da realidade imigrante é sempre ter em conta esses dois ângulos, em especial quando tratamos das associações dos núcleos de imigração. O caso da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro se enquadra perfeitamente nesse duplo olhar que o trabalho de Marcello Felisberto Morais de Assunção explora na perfeição.

Sendo a única associação da colônia portuguesa que tem o colonialismo como cerne da sua criação, ela alia a matriz colonialista ao ideário republicano, dedicando-se à propaganda colonial. No entanto, o caráter pioneiro da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro vai além da defesa do ideário colonialista republicano, pois também é única ao explicitar nos seus estatutos a admissão de sócios de “ambos os sexos”, cabendo à escritora Fernanda de Basto Casimiro a presidência da sua assembleia geral. Também é uma das poucas que mantém um horário fixo na rádio, então o veículo de propaganda mais popular, através de um programa radiofônico quinzenal.

De igual forma, o seu *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, tendo sempre como eixo temático os problemas coloniais, ganha notoriedade no meio intelectual brasileiro ao congregiar especialistas em diversas áreas e de ambos os países. O alto nível dos artigos e dos seus colaboradores contribui para que a publicação alcance o respeito no mundo acadêmico. A “popularidade” do debate em torno da etnografia, mas sobretudo acerca da composição racial da sociedade brasileira, fomenta a procura dos temas tratados no boletim. A participação de especialistas brasileiros entre os seus autores, como o sociólogo Gilberto Freire, e de estrangeiros entre os seus assinantes, como o francês Roger Bastide, um dos mais afamados etnógrafos e então professor da Universidade de São Paulo, confirma a excelência da publicação.

Apesar do debate entre os especialistas nas temáticas citadas, predominante na maioria dos artigos do periódico, há sempre a presença de um ou outro texto com um conteúdo político bem determinado e radical, revelador da influência do ideário republicano português e dos diversos matizes políticos que compõem o leque oposicionista ao Estado Novo de Salazar.

Mesmo a persistência do discurso colonialista revela o quanto a temática é importante como bandeira para os opositores do Estado Novo português. Longe do debate independentista que marcará os anos 1960, o pensar colonial revela um sentido assistencialista, por vezes defensor mesmo de poderes autonômicos para as colônias, que difere da diretriz centralizadora e exploradora que o salazarismo vai impor ao chamado território colonial. Neste sentido, a compreensão do vínculo entre o pensamento oposicionista e o salazarismo com relação ao universo colonial é essencial para entendermos as diferenças que marcam ambos os discursos e que o presente trabalho explicita de forma magistral.

Para além desses fatores e sem enfatizar o lado factual ou personalista da história, esta obra restitui o lugar de memória que uma parcela distinta dos imigrantes portugueses construiu no Brasil. Longe da imagem do “português do botequim”, o estudo da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro revela um outro universo da imigração, dando voz àqueles que utilizaram a sua formação acadêmica ou o seu aprimoramento cultural para defesa dos ideais de liberdade na terra que os acolheu. Esperemos que o presente trabalho abra a porta para outras análises que ultrapassem o velho estigma do imigrante “de poucas letras”, oferecendo uma visão mais ampla do universo complexo e desafiador que é o estudo da imigração no Brasil.

Dra. Heloisa Paulo

Pesquisadora do Centro de Estudos Interdisciplinares
do Século XX (CEIS-20) da Universidade de Coimbra

Coimbra, 25 de julho de 2022

Sumário

Introdução: O projeto panlusitano da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro nos anos de 1930 17

CAPÍTULO I

Engajamento e império no discurso da *intelligentsia* Lusitana 27

- O *ultimatum* inglês e a presença portuguesa em África 30
- Gênese e estruturação da “mística imperial”: o papel da “ocupação científica” na “regeneração” da “nação abatida” 34
- O desafio colonial republicano entre a prática e o discurso 40
- A política colonial em tempos de salazarismo 46
- As revistas e boletins da “nação lusíada” e a “imaginação de centro” .. 55
- As publicações periódicas da colônia portuguesa do Rio de Janeiro ... 60

CAPÍTULO II

Da crítica velada à repulsa ao salazarismo *Boletim Da Sociedade Luso-Africana do Rio De Janeiro*..... 67

- A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro e a emergência do seu Boletim 71
- Em busca de uma grande coalização panlusa de 1931 a 1934 76
- A derrota do projeto panlusitano republicano de 1935-1939.....100

CAPÍTULO III

Um projeto panlusitanista no Atlântico Sul..... 123

Ideário de “pátria maior”: de Silvio Romero a Gilberto Freyre	129
Uma resposta aos perigos do pangermanismo.....	147
A construção do “republicanismo nostálgico” no exílio.....	169
Uma crítica reformista às práticas coloniais do salazarismo: O modelo Norton de Matos	170
O Acto Colonial, o campo republicano e a <i>intelligentsia</i> do BLSA	189
A <i>intelligentsia</i> do Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro ante as práticas coloniais do salazarismo na África (1931-1939)	197
Centralização/descentralização em debate: O <i>Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro diante do Acto Colonial</i> (1930)	198
O reformismo euro-africano nos projetos de “ocupação efetiva”	215
A <i>intelligentsia</i> republicana em defesa da modernização das infraestruturas	230

CAPÍTULO IV

A historiografia colonial e os estudos africanistas no BSLA..... 249

A permanência do paradigma historicista e neometódico	255
Por um “Império espiritual”	259
Os estudos afro-brasileiros e os diálogos atlânticos.....	300
Mestiçagem e criouldade em Cabo Verde	319

Considerações finais 331

Referências 335

Introdução

O projeto panlusitano da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro nos anos de 1930

Este escrito foi baseado em nossa tese de doutorado defendida em Goiânia no dia 9 de março de 2017, na Universidade Federal de Goiás. Neste trabalho, buscamos perscrutar as relações entre Brasil-Portugal-África, ainda no período do colonialismo (anos 1930 do século XX), a partir do estudo da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro (1930-1939), tendo como fonte primordial os vinte volumes do boletim publicado por esta associação. Nesses boletins, há uma visão colonial que se singulariza ante o discurso hegemônico difundido pelo regime salazarista através do *Acto Colonial* de 1930, da Constituição Portuguesa de 1933, com a formalização do Estado Novo e com as diversas instituições emergidas através da sua política cultural. A razão principal reside no fato de este ser gerido por republicanos que estavam na oposição ao salazarismo no Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro) com apoio de uma ampla rede de sócios correspondentes, também republicanos, por todas as colônias, nomeadamente em Angola e em Moçambique. O boletim representa uma experiência editorial *sui generis* ante outros periódicos de temática colonial que surgiram no *boom* dos anos 1920-1930 e, portanto, é um importante documento da história do colonialismo e das relações Brasil-Portugal-África em tempos de colonialismo.

Sua singularidade se expressa por duas grandes razões. Em primeiro lugar, porque era dirigido por um grupo de republicanos que detinham em seu núcleo diversos elementos da oposição portuguesa ao salazarismo. Por outro lado, era o único órgão dedicado exclusivamente à propaganda colonial portuguesa no Brasil, em particular, as

1 Sobre esse *boom*, ver o capítulo II da tese de doutoramento de Nuno Miguel Magarinho Bessa Moreira, **A Revista de História (1912-1928): uma proposta de análise histórico-histórica**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2012.

colônias africanas. Essas múltiplas dimensões, aparentemente contraditórias entre si, tornam o boletim não só uma peça única entre as produções periódicas oriundas da comunidade portuguesa do Rio de Janeiro (e do Brasil), mas também diante dos diversos periódicos que são publicados na metrópole e nas colônias na década de 30 do século XX. Além disso, a *intelligentsia* que regia o boletim expressava o seu discurso colonialista a partir do projeto intelectual e institucional panlusitanista. Mas, para compreender melhor a sua singularidade é preciso enquadrá-lo no seio da evolução global do colonialismo português, da construção do Estado-Império Luso-Africano nos séculos XIX e XX.

Durante o longo período de reformulação institucional do Império Português nos séculos XIX e XX, com o processo de “ocupação efetiva”, houve duas grandes correntes que se digladiaram pelo domínio material e simbólico do Império. Valentim Alexandre define a corrente dominante como “fechada sobre si mesma”, por negar a transformação da política mercantilista, da modernização capitalista do sistema e da extinção da escravatura, em um primeiro momento, e, posteriormente, do “trabalho forçado” (Alexandre, 2000a, p. 395). A segunda corrente, minoritária, representou, através de alguns gestores liberais (Sá da Bandeira, Andrade Corvo, etc.) e republicanos (Norton de Matos, António Vicente Ferreira, etc.), uma pulsão para transformação dos arcaísmos (trabalho forçado, monopólios mercantilistas, etc.), almejando a descentralização administrativa e um programa vasto de investimentos em infraestruturas (portos, estradas de ferro, etc.) e na transição de uma ocupação militar para civil.

A transição do Antigo Regime ao sistema colonial moderno manteve, a despeito dessas pulsões transformadoras, os diversos arcaísmos ao longo de todo o processo de “ocupação efetiva” e reformulações estatutárias do Império, na Monarquia Constitucional, na República e no Estado Novo. O “nacionalismo imperial” e o darwinismo social foram, segundo Valentim Alexandre, as principais razões para barrar os projetos de modernização “liberalizantes” a partir de um populismo que defendia a prática do trabalho forçado (Alexandre, 2000b, p. 399). Os projetos de racionalização administrativa das colônias oriundos da educação dos chamados “neocolonizadores” em escolas de formação de agentes estatais (Sociedade de Geografia, a Escola Colonial, etc.), por meio de uma “ciência colonial”, a despeito

de formarem um *corpus* crítico à manutenção de “arcaísmos”, não conseguiam ter a hegemonia no campo político (Pires, 2016).

A conjugação entre campanhas e operações militares, trabalho forçado, expropriação de terras e o imposto camponês (a “palhota”) foram primordiais na história da organização do Estado-Império Luso-Africano em sua reformulação institucional no quadro de instauração do sistema colonial (1885-1930). A falsa narrativa da emancipação e da libertação da escravatura no século XIX, por meio das reformas de gestores progressistas, ocultava as novas formas de escravidão sobre “outros nomes”, no âmbito de um projeto de modernização e domínio colonial que se alimentava dessas formas arcaicas de exploração (Curto, 2009; Capela, 1977; 2000; Zamparoni, 1996; 1998; Jerónimo, 2009; 2012; Cruz, 2005; Allina, 2012; Santos, 2013).²

O capitalismo em sua forma colonial buscou a criação de uma força de trabalho subproletária, por meio da criação de contratos que permitiam relações de trabalho próximas à escravidão (Zamparoni, 1996). A expropriação das terras é um dos processos mais representativos do uso da coerção na formação de mão de obra. Trabalhadores eram obrigados, como acontecia recorrentemente no Sul de Moçambique, a trabalhar nas terras que acabavam de ser tomadas.³

2 Valdemir Zamparoni sintetiza este processo de instauração colonial em Portugal da seguinte forma: “As novas características assumidas pelo capitalismo em sua forma colonial a partir da segunda metade do século XIX, exigiam a criação duma força de trabalho permanentemente integrada à esfera produtiva. E a obra de criação de uma força de trabalho abundante, disciplinada e barata, para servir à acumulação em benefício dos agentes colonialistas, não se esgotou com a dominação militar e a promulgação de códigos legislativos. Paralelamente à ocupação e, principalmente, após a sua concessão, variados foram os mecanismos implantados para concretizar tal fim: espoliação das melhores áreas produtivas, relegando as populações rurais aos piores terrenos; adaptação e ampliação de impostos diversos, sendo o principal deles o de “palhota”, imposição do vinho colonial e proibição de bebidas ditas cafreais, além da obrigação do trabalho, acabaram por criar uma força de trabalho negra e sub-proletarizada e sub-remunerada” (Zamparoni, 1996, p. 153).

3 “O método da expropriação era bastante direto e consistia no seguinte: o mulango (branco) procurava a área que melhor lhe agradasse, dirigia-se independentemente da presença de narros (negros) que a ocupassem, dirigia-se à Repartição de Agricultura onde a requeria declarando-a como terra vazia e como tinha meios para pagar a demarcação recebia o título de propriedade ou aforamento, cercava-a com arame, encurralando os narros, suas lavouras e gado. Dependendo do interesse do novo proprietário, sem nenhuma consideração pelas lavouras indígenas, os ocupantes originais ou eram expulsos ou tinham que cultivar, como assalariados, as terras que, pelo artifício legal, já não eram mais suas ou então pagar renda para continuar no local” (Zamparoni, 1996, p. 154).

Contudo, esse processo de transição lenta do trabalho servil para o trabalho livre (por meio do imposto camponês, da expropriação das terras e do trabalho forçado) não foi instaurado sem a resistência ativa de chefaturas e dos nativos das colônias portuguesas na África (Capela, 2010).

Este processo exigiu o uso em larga escala de coerção para o recrutamento, sendo uma das grandes contradições do discurso liberal e republicano: a relação entre um humanismo retórico modernizador e a formação de um subproletariado rural e industrial hiperexplorado (em uma espécie de escravatura sem nome), formado no vácuo da escravatura em um processo que não contou hegemonicamente com a acumulação de capital de burguesias, mas com um aparato estatal militarista e administrativo (Capela, 1977, p. 6). A “palhota” e outros impostos camponeses foram os principais meios para a obtenção de receita, com o intuito de transformar as colônias em meios autossuficientes (Capela, 1977, p. 48), diminuindo os custos militares para assim transitar de uma ocupação militar para civil. O mito da inferioridade negra foi usado para que no seio do Estatuto do Indigenato (considerado progressista para a época) as populações fossem enquadradas segundo uma visão de “elevação moral e intelectual” do “outro” inferior a ser “civilizado”, justificando a subordinação das colônias às metrópoles (Cruz, 2005, p. 30).

A visão liberal e/ou republicana, na maior parte das vezes, preferia dar ênfase a essa “evolução moral” do que às consequências do trabalho forçado e da flexibilidade por meio da qual os colonos desvirtuavam os contratos com os nativos em seus direitos mínimos. Essa visão pode ser apreendida globalmente por meio dos discursos da Sociedade das Nações. A despeito das críticas ao uso de trabalho escravo em colônias portuguesas (e no Congo Belga), o discurso predominante reiterava a dominação colonial segundo a perspectiva de um “racismo culturalista” de “elevação” dessas sociedades à “civilização”. O republicanismo colonialista em Portugal consubstanciava seus paradoxos na figura do governador (1912-1914) e alto-comissário (1921-1924) de Angola Norton de Matos, pois apesar de ele denunciar em diversos momentos a exploração e a manutenção do trabalho forçado e almejar um projeto de modernização capitalista das infraestruturas, continha em seu humanismo retórico a sua visão paternalista e racista (em um âmbito culturalista) (Duarte Neto, 2013a).

Não era arbitrário que Matos elogiasse as práticas administrativas de António Enes e de Paiva Couceiro, os principais responsáveis pela regulamentação jurídica do trabalho forçado (Jerónimo, 2012, p. 170). O trabalho enquanto “necessidade moral” e o racismo de viés culturalista estiveram bastante presentes nas representações verbais e não verbais de toda uma vertente colonialista republicana. Com a ascensão do salazarismo, houve diversos ataques dos republicanos ao modelo centralista de gestão colonial expresso juridicamente no *Acto Colonial* de 1930, projetando o passado colonial como ideal administrativo para superar os “entraves do presente” (ROSAS, 2001).

A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, objeto de estudo deste trabalho, expressou essa visão paradoxal a partir dos seus membros diretos ou dos seus diversos sócios correspondentes que publicavam no seu boletim ou em suas edições de livros e cartilhas. Diversos membros dessa sociedade faziam parte não só de organizações colonialistas responsáveis pela produção de um saber colonial defensor do Império, mas também estiveram na vanguarda, ainda em tempos da República, do processo de “pacificação” e de campanhas militares, em um período que René Pélissier denominou, sem nenhum eufemismo, como “A era das liquidações” (Pélissier, 1986a; 1986b; 2006).

Norton de Matos, João de Almeida, J. R. da Costa Junior, Paiva Couceiro e outros militares que participaram ativamente desses processos foram membros e publicavam diversos artigos no *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. Mesmo aqueles que não participaram diretamente das campanhas militares foram, em sua maioria, gestores responsáveis por funções estratégicas na instauração de infraestruturas, visando à modernização das colônias entre os anos 1910-1930.

Tais membros e autores, em geral militares, que publicam no boletim, representam, em sua grande maioria, o impulso modernizante do colonialismo português. Seu projeto reformista visava à instauração de infraestruturas e de um ensino (na metrópole e colônias) que transformassem as relações de produção nas colônias e que também ultrapassassem o modelo autoritário instituído no *Acto Colonial* para um modelo mais “democrático” de gerir as colônias. Essa perspectiva antecipava em um âmbito discursivo as redefinições estatutárias da administração colonial em 1951, com a revoga-

ção do *Acto Colonial* já em um contexto de novas concepções liberalizantes e autonomismos nacionalistas, confrontando as premissas centralizadoras da gestão colonial em nomes como Adriano Moreira, Sarmiento Rodrigues e Franco Nogueira e na difusão do luso-tropicalismo freyriano (Pinto, 2009). Em muitos casos, como demonstramos no capítulo IV, alguns dos gestores republicanos superavam até mesmo essa visão instituída nos anos 1950, propondo um reformismo gradual que levasse ao autonomismo, o chamado “nacionalismo euro-africano” (Pimenta; 2005; 2008b).

A construção de novos brasis na África convergia (no caso desses republicanos do boletim) quase sempre com um ideário autonomista-gradualista das colônias africanas. No entanto, esse processo se dava em moldes extremamente paternalistas, “pelo alto”. Não é meramente ocasional que os dois principais representantes do republicanismo colonialista nos anos 1930, Norton de Matos e António Vicente Ferreira, eram de certa forma aliados de uma visão “descentralizada”, mas também detinham uma visão dos nativos extremamente eurocêntrica e racista (em um sentido cultural).

A empatia desses gestores não se voltava para as elites afro-crioulas, para a imprensa de origem angolana e moçambicana, mas para uma relação extremamente unilateral em que somente o português (e branco) poderia ser sujeito produtor de conhecimento. O africano era somente um adereço passivo perante um “nós” lusitano considerado culturalmente superior, e, portanto, apto para o ato de “colonizar” e “civilizar”.

Os gestores da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro e a sua rede de sócios correspondentes por todas as colônias (principalmente em Angola e Moçambique) expressaram, dessa forma, um ideário mais “liberal” das relações coloniais, mas sem expurgar por completo, em sua visão de mundo republicana, o etnocentrismo e o apagamento da alteridade tão recorrente no discurso panlusitano. O panlusitanismo da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro expressou esta visão: não havia igualdade entre os povos que constituíam o mundo lusíada, pois era a “superioridade” da matriz portuguesa/eu-

4 A perseguição e apagamento da presença de elites afro-crioulas no seio da administração colonial, do fim do século XIX para o XX, já foi estudada por alguns historiadores do colonialismo. Ver: Bettencourt (2000); Wheeler (2009; 2012).

ropeia que deveria ditar os meandros dessa relação, “espiritualmente” hierárquica.

No entanto, o fim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro deve-se não só a sua oposição à matriz colonial salazarista; aquela se opunha ao regime em diversos campos para além da política colonial. No seu lugar, surgiram diversos outros eventos (como o Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal, de 1940), periódicos (as revistas *Brasília* e *Atlântico*, ambas integradas aos órgãos de propaganda de ambos os regimes) e acordos (o Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941) com um discurso “panlusitanista” mais alinhado a uma visão “oficial” corporativista e autoritária da política. A vertente mais liberal do republicanismo somente teve mesmo espaço no processo de “abertura” (mesmo que só retórica) do regime nos anos 1950. Sua derrota foi certamente um sinal de um período de hegemonia do pensamento autoritário e corporativo, contrário a qualquer retórica republicana.

Em suma, estudar uma corrente do colonialismo português como a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro é perscrutar como em uma história nem tão distante, uma *intelligentsia* dita “progressista” e “democrática” (como muitas vezes a rememoração histórica tende a construir), reiterou as práticas de um dos capítulos mais tenebrosos da história da humanidade: o colonialismo. A “razão eclipsada” na qual esses intelectuais estavam imersos era a da mitologia do progresso, legitimadora da “missão colonizadora” portuguesa na África. A despeito da retórica “democrática” e “humanista” que esses republicanos afirmavam, apesar do tom crítico a algumas medidas do salazarismo, as atrocidades que eram praticadas na África em prol de um ideário de “modernização conservadora”, que ocultava sistematicamente (por meio de um discurso paternalista) a permanência e a interdependência desses avanços (a construção de estradas de ferro, a modernização dos portos, a urbanização das principais cidades, etc.) com formas de exploração da força de trabalho que faziam uso em larga escala do “trabalho compelido” (eufemismo para trabalho forçado).

Dessa forma, este livro pretende ser mais uma contribuição para o estudo do colonialismo, porém em uma abordagem que se distancie de um foco que ainda reside no discurso metropolitano salazarista (“oficial”) sobre as colônias, tão arraigado a outras revistas e bole-

tins do período (*Boletim Geral das Colônias, Portugal Colonial, Mundo Português*, etc).

O *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* é um espaço privilegiado para apreender a complexidade do discurso colonialista para além de uma visão mecanicista da sua mera reprodução externa nas colônias (Angola, Moçambique, etc.) e ex-colônias (Brasil). Pelo contrário, muitas vezes os pressupostos mais “sagrados” da visão colonial salazarista (principalmente a sua perspectiva da gestão “centralista”, explícita no “*Acto colonial*”) eram confrontados e diversas vezes repudiados por esses intelectuais e gestores que nele publicavam.

Os que publicavam no boletim eram, em sua maioria, militares e/ou administradores que ocupavam cargos nas colônias, integrando o poder político colonial do mais alto cargo às funções mais primárias. Além disso, verificamos a formação de uma rede de intelectuais (ou um “campo intelectual”, para usarmos a terminologia de Pierre Bourdieu) com diversos diálogos entre Portugal, Brasil e África (nomeadamente, Angola e Moçambique) que ultrapassam o próprio boletim e que precisam de um estudo mais profundo.

Para dar conta das problemáticas do boletim, dividimos sua análise em cinco capítulos. No primeiro, abordamos o contexto dos debates sobre o Império e o colonialismo a partir de uma breve investigação das instituições e dos processos políticos. Inicialmente, exploramos o engajamento intelectual em prol da ideia de Império, desde o século XIX, com o *Ultimatum* de 1890. Em seguida, analisaremos, em um processo de longa duração, a formação de uma política imperial, desde a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa até a institucionalização das políticas coloniais do salazarismo nos anos 30 do século XX. Por fim, analisamos a questão do engajamento “imperial” nas produções periódicas, em particular o *Boletim Geral das Colônias* e a revista *Mundo Português*, para o caso metropolitano, e a revista *Lusitânia*, para o contexto da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, aproximando-nos assim de nosso objeto de estudo.

Nos capítulos seguintes, exploramos as diversas dimensões do boletim em quatro momentos: no primeiro (capítulo II), abordamos a sua emergência no âmbito da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro (1930-1939), examinando também a trajetória do boletim em suas duas grandes fases (1931-1934 e 1935-1939). No segundo mo-

mento (capítulo III), analisaremos o fenômeno do pan-nacionalismo (da Luso-Africana e outras instituições e personagens do período) no quadro mais amplo dos pan-eticismos, evidenciando as visões sobre panlusitanismo/luso-brasilidade nas três primeiras décadas do século XX. Em seguida, perscrutaremos o panlusitanismo nos anos 1930, sendo o boletim o principal órgão de reprodução do ideário, seja através da sua visão do panlusitanismo como resposta à ascensão do imperialismo germânico e italiano, seja através da obra *Cartilha Colonial*, de Augusto Casimiro, a principal expressão da visão de mundo panlusitana dos republicanos da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro; em um terceiro momento (capítulo IV), abordaremos a dimensão “republicana” do colonialismo no boletim (“republicanismo nostálgico”) a partir das distintas críticas da sua *intelligentsia* ao modelo de gestão colonial do salazarismo (centralismo, trabalho forçado, arcaísmo econômico, etc.); por fim (no capítulo V), analisaremos a ideia de “vocação imperial” dos republicanos do boletim no seio de sua historiografia e etnologia.

Em síntese, para compreender os sentidos políticos do boletim, iremos nos enveredar por estas duas dimensões: o “panlusitanismo” e o “republicanismo nostálgico”, interpretando os editoriais dos seus membros e, também, os artigos, poesias e resenhas daqueles que publicavam na Luso-Africana. Este livro pretende ser somente o início de um projeto maior. Almejamos futuramente analisar o colonialismo e o panlusitanismo em revistas e boletins fora do eixo metropolitano, a partir da perspectiva de uma *intelligentsia* que se situava no Brasil (nos redutos lusófonos sobre o controle da comunidade portuguesa) e nas colônias (em instituições e produções periódicas).

A partir da análise dessas produções, pretendemos aprofundar as visões sobre o colonialismo/panlusitanismo em um enfoque que fuja de uma historiografia/sociologia ainda muito estrita ao ambiente da produção cultural metropolitana, preenchendo o vazio que incide sobre os processos de nacionalização da cultura e da identidade portuguesa (no seu sentido imperialista) para além de um certo mecanicismo generalizante das relações entre produção metropolitana e suas engrenagens externas em ex-colônias.

CAPÍTULO I

**ENGAJAMENTO E IMPÉRIO NO DISCURSO DA
*INTELLIGENTSIA LUSITANA***

“[...] pelo império, Portugal recuperava a imagem do Portugal descobridor, universalista, representado nas aventuras marítimas dos séculos XV e XVI, eternizado na epopeia camoniana, posicionando-se de novo como centro de um império colonial; e, pelo império, Portugal iludia a sua situação de séculos de decadência, a que a ressaca brasileira neste fim de século trazia laivos de desespero, e acompanhava – mesmo que ilusoriamente, como o Ultimatum inglês viria a demonstrar – a Europa desenvolvida como uma nação imperialista europeia, imaginando-se no centro dos movimentos do mundo. A esta fortíssima dimensão simbólica da imagem do império, que presidiu às dimensões econômicas e políticas da formação, estabelecimento e desenvolvimento do império africano português, é que chamo ‘o império como imaginação do centro’.”

(Margarida Calafate Ribeiro)

A elaboração de uma imagem de “centro”⁵, completamente equidistante das condições estruturais de Portugal como “periferia” europeia será uma das questões mais emblemáticas com a qual a *intelligentsia* portuguesa se defrontará nos processos de nacionalização da cultura do século XIX-XX. Através da imagem de um Portugal como nação imperial, encobria-se a vivência periférica com uma participação meramente simbólica no “centro” (Ribeiro, 2004, p. 12). Esta imagem narcisista tem como espelho o período áureo dos descobrimentos ultramarinos, ou seja, a saga de um Portugal que dá “mundos ao mundo”. Uma miríade de instituições e intelectuais foram responsáveis pela formulação de “imagens de centro”, que ocultavam sobre um discurso desproporcionalmente retórico a debilidade de Portugal ante o Império e à Europa (Ribeiro, 2004, p. 13).

Entre estas instituições, podemos citar a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. Entretanto, antes de nos aprofundarmos nas “imagens de centro” construídas por tal instituição, através de seu boletim, faz-se necessário perscrutar o quadro de sua emergência, analisando a sua inserção em um processo histórico mais amplo de engajamento em prol da defesa do Império, no seio do longo processo de construção do Estado-Império Luso-Africano.

5 A construção simbólica de Portugal vincada a uma “imaginação de centro”, que ocultava a distância com relação à suposta integração na União Europeia, foi criada pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos (1996) e ampliada nas análises de Ribeiro (2004) para a ideia de um “império como imaginação de centro”, no período de construção do Estado-Império Luso-Africano.

O *ULTIMATUM* INGLÊS E A PRESENÇA PORTUGUESA EM ÁFRICA

“O meu pensamento de homem público, os primeiros elementos, indecisos pouco definidos, da “linha de ação” que tão firmemente havia de seguir mais tarde, surgiram no meu espírito na ocasião do Ultimatum da Inglaterra, de 10 de janeiro de 1890.”

“Pesou sobre mim, e nunca deixou de pesar, a atmosfera externa criada por três factos históricos que caldeavam a minha formação de português em contato com habitantes de outras nações. São eles, o Convênio negociado por Andrade Corvo e Moier em 1870, sobre Lourenço Marques; a Conferência de Berlim, de 1884-1885; e o Ultimatum da Inglaterra em 1890. Deixaram esses três factos para sempre uma tristeza certa da nossa incapacidade governativa perante os problemas fundamentais da grandeza nacional, de uma grande inércia da falta de energia e de amor pelo “estado de ação” necessários para resolver as dificuldades contando apenas conosco, da ausência de coragem.”

(Norton de Matos)

As epígrafes acima, oriundas das memórias do militar e gestor colonial Norton de Matos (1867-1955) – patrono da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro e um dos maiores representantes do pensamento e da administração colonial, nomeadamente, do republicanismo modernizador –, revelam a importância do *Ultimatum* para a geração que se encontra entre o fim do XIX e o início do XX. Assim que Portugal retrocedia em seus projetos de construção do “mapa-cor-rosa” perante o *Ultimatum* inglês de 1890 – visando o fim das expedições portuguesas no interior da África central, com o intuito de unificar os territórios entre Angola e Moçambique (Alexandre, 2000a, p. 147) –, abria-se uma nova fase de sua política colonial, sendo a gênese de um nacionalismo de novo tipo. Para Fernando Tavares Pimenta, o *Ultimatum* significou o início da construção efetiva de um novo Estado-Império Luso-Africano. Em suas palavras:

[...] o ano do Ultimatum inglês de 1890 marcou o início do Século XX português. Um século eminentemente colonial, elemento que o distinguiu não só do século XIX como também do restante da história europeia. Portugal constituiu-se como um Estado-Império e não como mero Estado-Nação. Isso porque a Nação foi politicamente esmagada pelo peso do Império, demasiado grande e hegemónico em todos os aspectos para ser gerido – e digerido – por uma metrópole pequena, atrasada e arcaica como era a portuguesa. O próprio nacionalismo português foi fundamentalmente colonial, antes de ser monárquico, republicano ou salazarista. Este nacionalismo colonial ditou grande parte das opções políticas portuguesas, muito mais do que qualquer outro condicionalismo (Pimenta, 2010a, p. 9).

A construção do Estado-Império no século “XX português” (1890-1975), para usarmos a expressão do próprio Pimenta (2010a), a partir do *Ultimatum*, significou a superação prática dos territórios portugueses do além-mar como enclaves coloniais, como virtualidade discursiva. Uma parte bastante significativa da *intelligentsia* portuguesa desse período via com bastante ceticismo as práticas coloniais do século XIX – pelo recuo das pretensões expansionistas e a inércia dos projetos coloniais de ocupação efetiva e de modernização institucional. Esse ceticismo não esteve somente presente nas intervenções de Norton de Matos (como fica explícito no fim da segunda epígrafe citada), e dos republicanos em geral (e uma parte dos intelectuais que publicavam no *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* fazia parte deste grupo), mas também em uma vasta gama de intelectuais de diversas matizes.

A questão central entre grande parte desta *intelligentsia* era: o que fazer para ocupar efetivamente as colônias, para além de um domínio estritamente militar, modernizando-as e integrando-as à metrópole para assim usufruí-las economicamente e protegê-las da expansão imperialista do império alemão, francês, belga e britânico? No entanto, o discurso de Norton de Matos e de outros, com um tom mais realista e cético, não era a regra entre aqueles que se encontravam no campo intelectual do período: em sua maioria, o discurso ultrafanista e acrítico dos “cinco séculos de domínio colonial” se instaurava como uma ortodoxia quase absoluta.

Para René Pélissier, o mito da presença e dominação portuguesa na África por “cinco séculos” não subsiste à mínima análise historiográfica. Ao examinar em uma pesquisa monumental sobre Angola, Moçambique e Guiné, Pélissier (1986a; 1986b; 2000a; 2000b; 2006) apreende o “vazio” e “esclerose” desse discurso, como evidência ao analisar o domínio português em Angola:

[...] Angola só esteve submetida, e, portanto, só esteve colonizada desde o início deste século e que, ipso facto, não foge, de modo nenhum, à regra comum aos outros Estados da África Negra. Dispomo-nos perfeitamente a admitir, que, para além da “fronteira” portuguesa, a influência cultural das gentes dos postos se fazia sentir nas etnias afastadas; mas insistimos, na impossibilidade e no absurdo cronológico de se falar em “cinco séculos de colonização-dominação quando [...] Angola foi o país da África tropical em que as etnias locais resistiram mais vigorosamente ao domínio europeu no princípio deste século” (Pélissier, 1986a, p. 19-20).

E também aponta o mesmo de forma explícita em relação a Moçambique:

Porque culposa cegueira se poderia pretender que havia em Moçambique cinco séculos de dominação portuguesa quando as “bibliotecas” estavam cheias [...] de relatos de conquistadores que ainda viviam nos anos 20-30 deste século? Como fazê-lo aceitar, a não ser por magia encantatória a amnesia seletiva, quando quase todas as ruas e vilas e muitos dos portos do mato ostentavam os nomes de oficiais coloniais que se tinham ilustrado, precisamente, na “pacificação” imediatamente anterior à guerra de 1914-18? Que africano poderia acreditar sinceramente, em tais fábulas quando o seu avô estava em condições de garantir-lhe que vira os brancos avançar, pela primeira vez, em 1896, até trinta quilômetros da capital de então (Moçambique) e que os receberia a tiro de espingardas? (Pélissier, 2000b, p. 28).

Podemos atribuir essa “magia encantatória” produtora de uma “amnésia seletiva” à ação de uma ampla *intelligentsia* situada em diversas instituições da sociedade civil e nos distintos “campos de produção” (historiografia, sociologia, etnologia, jornalismo, etc.). Essa geração de intelectuais abriu caminho para transfigurar a barbárie

da guerra colonial e do avanço dos “centuriões” na “ocupação efetiva” em um momento glorioso, que remetia ao período áureo da expansão ultramarina. Dessa forma, a guerra colonial servia para, além de eliminar as oposições, oriundas das etnias locais que resistiam ao avanço português, também para exorcizar o ceticismo que rondava a geração que viveu e foi influenciada pelo *Ultimatum* (Pélissier, 2006, p. 17).

A história de “pólvora e sangue” da colonização na África – prolongada pelo arcaísmo característico de Portugal – transfigurava-se, em âmbito estritamente vocabular, em uma espécie de história do sacrifício português em prol das civilizações nativas. Além disso, por um lado, uma parte dominante desta *intelligentsia* ocultava sistematicamente a dura realidade de uma metrópole extremamente débil, economicamente atrasada, o elo mais vulnerável das potências imperiais, com recursos extremamente escassos, e, de outro, havia a crise do projeto de ocupação efetiva com a falta da presença de colonos portugueses nas colônias (Alexandre, 2000b, p. 43).

Para sustentar esses mitos (dos “cinco séculos de domínio colonial” e da ocupação como “sacrifício”, etc.) criou-se, do fim do século XIX para o início do XX, com um particular crescimento a partir do Estado Novo português (1933-1974), uma série de instituições: boletins, revistas, conferências, expedições, livros. Tal processo invocou o engajamento de intelectuais e artistas a fim de reiterar as práticas do colonialismo português, em prol do “nacionalismo imperial” (Alexandre, 2000a; 2000b), intervindo contra qualquer ataque à sua herança colonial.

Dessa forma, para maior compreensão do “nacionalismo imperial” e do engajamento advindo deste, faz-se imperioso compreender as instituições que emergiram desde o fim do século XIX até o XX que detinham como principal missão a defesa e o conhecimento das colônias, contribuindo para a construção de um “saber colonial” (Thomaz, 2002) que fosse um instrumental prático para aqueles que ocupavam/desvendavam as colônias naquele momento.

Gênese e estruturação da “mística imperial”: O papel da “ocupação científica” na “regeneração” da “nação abatida”

“As minhas primeiras impressões foram desanimadoras. Tendo passado dias sobre dias, apesar dos impulsos vigorosos da hélice, a olhar para a costa e a dizer comigo: isto é nosso, ainda é nosso... não pude ter-me que não perguntasse a mim próprio se ainda terra tão distante não era demasiada esfera de expansão para nós, que ainda não pudemos povoar o Alentejo e esgotamos para o Brasil energias colonizadoras.”

(António, Enes)

Portugal nunca esteve isolado de um processo maior de estruturação de instituições com o objetivo de melhor conhecer e ocupar as colônias. A África, até o final do século XIX, era um continente praticamente desconhecido pelos próprios impérios. Somente com o processo de “roedura” e, portanto, de divisão da África no pós-Conferência de Berlim (1884-1885), foi que se estruturou um processo real de avanço e ocupação dos territórios coloniais (Brunswick, 1993; Wesseling, 2008). No entanto, desde o início do século XIX já existiam, na sociedade civil dos diversos impérios, instituições responsáveis pela propaganda e pela mobilização em torno do ideário colonial. Na França, emergiam diversos “partidos coloniais” – *África Francesa* (1890); *União colonial* (1893); *Comitê da África Francesa* (1901); *Comitê de Marrocos* (1904) – que buscavam criar, de forma análoga a Portugal, uma propaganda colonial visando a angariar a opinião pública para a ideia colonial (Garcia, 2011, p. 22).

Entre as instituições que estavam responsáveis, em toda a Europa, por este processo, devemos dar atenção especial àquelas ligadas ao Movimento Geográfico,⁶ ou seja, ao processo de ocupação cientí-

6 João Bernardo enfatiza a importância das Sociedades de Geografia para a expansão e ocupação efetiva das colônias: “As *Sociedades de Geografia*, que proliferaram, a partir da segunda metade do século XIX, constituíram uma das infraestruturas do

fica por meio de expedições para o conhecimento e a formação de quadros coloniais, sendo as sociedades de geografias formadas por toda a Europa – Paris (1821), Berlim (1828), Londres (1830), Lisboa (1875), etc. – as principais organizações responsáveis por este processo, como reitera Cristina Pessanha Mary:

[n]o que importa às sociedades de geografia europeias e aos seus associados, cabe destacar sua funcionalidade quanto ao movimento colonialista. Via de regra, esses estabelecimentos constituíram o corpo de conhecimentos necessários à aventura expansionista, formaram quadros ligados à administração das colônias, patrocinaram as expedições de reconhecimento das terras distantes ligando-se também às atividades relacionadas à promoção de um ambiente geográfico potencializando o ensino de geografia (Mary, 2010, p. 31).

A influência do discurso científico e “humanitário” saint-simoniano – o discurso da harmonia social via uma sociedade moderna e industrial – de “evolução dos nativos” foi fundamental para a consolidação destas mesmas instituições; portanto, não é arbitrário que a Sociedade de Geografia de Paris fosse a *alma mater* de todas as outras. Em Portugal, a “ocupação científica”, mesmo que muitas vezes estrita à retórica e descolada da prática, visava a desmentir os diversos ataques ao seu patrimônio colonial e à sua incapacidade de ocupar administrativamente o seu império. Como afirma Luís Manuel Neves Costa:

[...] a ocupação científica dos espaços coloniais emerge como forma de ocupação efetiva dos espaços ultramarinos, e, em simultâneo, como de afirmação no plano internacional dessa mesma ocupação. Diversas áreas científicas concorrem como instrumentos essenciais da Missão do Estado colonial ao longo do III Império português, emergindo para tal, diversas instituições com o propósito de estudar para conhecer para melhor ocu-

novo tipo de colonialismo. Graças a expedições e pesquisas que estas sociedades patrocinavam ou cujos resultados difundiam, as campanhas militares puderam ser mais cuidadosamente preparadas e redobrou a eficácia da ocupação territorial e do enquadramento administrativo. Ao mesmo tempo, a estratégia expansionista foi justificada através do aprimoramento das novas formas de racismo. E, também mediante a ação das Sociedades de Geografia, em breve este conjunto de orientações foi reunido num novo ramo do conhecimento, a Geografia Política, depois denominada Geopolítica (Bernardo, 2004, p. 684).

par, explorar e dominar os espaço além-mar [...] Para tornar eficiente a ocupação científica do espaço colonial, criam-se na metrópole instituições de ensino que visam difundir as ciências coloniais e formar agentes coloniais dotando-os de um saber localizado. A institucionalização dos saberes coloniais permite analisar conjuntamente dois processos fundamentais: a profissionalização dos agentes da colonização e o movimento da construção disciplinar. A maioria dos saberes coloniais são produzidos, ou pelo menos “traduzidos”, dentro do quadro do ensino superior da metrópole. O ensino superior colonial constitui um espaço de encontro e troca entre universitários e administradores, entre políticos e homens de propaganda política. Neste sentido, a ciência afigura-se como um elemento orgânico para a colaboração, assumindo-se aquela, como “missão civilizadora” (Costa, 2013, p. 41-43).

E ainda salienta a mudança no século XIX do estatuto da “missão colonial” da fundamentação religiosa para a “científica”:

O conceito de missão civilizadora é anterior à colonização europeia dos séculos XIX e XX. Para Portugal e Espanha, antes do século XVIII cada “missão civilizadora” estava assente em pressupostos religiosos. Com o século XIX a ciência substituíu a religião, emergindo como motivo para a colonização, como missão de conduzir a um nível superior da evolução [...] a “missão civilizadora” [...] torna-se não apenas como um potente argumento para a ideologia da colonização e imperialismo, mas também como uma forma radicalmente nova de olhar o mundo e de (re)organizar a sociedade (Costa, 2013, p. 43).

A Sociedade de Geografia de Lisboa, criada em 1875, teve um papel fundamental na “laicização” da “missão colonial”. Esta associação galvanizou a opinião pública em prol de uma ocupação científica, militar e administrativa, mobilizando e formando quadros para a empreitada colonial, refazendo a “heroicidade da nação abatida” diante das ameaças ao seu patrimônio colonial (Mary, 2010, p. 48). Em seu estatuto, reivindicava o “direito histórico” em torno de sua “herança colonial”, instrumentalizando o estudo, o ensino, as investigações e as explorações científicas geográficas (nomeadamente, a cartografia) a este intuito originário. Com apoio estatal, obteve a maioria dos seus quadros na Escola Politécnica de Lisboa, antro das ideias positivistas,

criando filiais mundo afora, sendo a do Rio de Janeiro, fundada em 1878, uma das mais importantes (Mary, 2010, p. 142).

Entre os maiores feitos da Sociedade de Geografia de Lisboa, podemos destacar a sua contribuição no esboço cartográfico do “mapa-cor-de-rosa”, o projeto de ligação entre Angola e Moçambique, engajando uma grande parte da *intelligentsia* (republicana, monárquica, intelectual, administrativa, etc.) na “redenção do império” ante o ceticismo presente naquela geração. Além disso, as expedições científicas patrocinadas pela Sociedade de Geografia com estudos das condições ambientais e da cultura nativa por Roberto Ivens e Hermegildo Capela (1877-1880) e Serpa Pinto (1878-1879) e outros geraram um verdadeiro impulso (mais retórico que prático) à ocupação efetiva. É nesse quadro que o Ministério do Ultramar, em 1883, criou uma das principais instituições coloniais: a Comissão de Cartografia. Esta tinha como principal intuito cartografar as possessões, delimitando fronteiras com as colônias vizinhas (Costa, 2013, p. 5).

O Estado português também contribuiu sistematicamente para a criação de sociedades científicas e museus, assim como para a estruturação de um ensino superior que formasse quadros especialistas nas “coisas coloniais”. O conteúdo dos estudos coloniais no ensino técnico e superior, em sua maioria gerido por militares da Escola Naval e do Exército, nos diversos campos de produção – Direito, Antropologia, Geografia, Economia, etc. – foi quase que em sua totalidade instrumentalizado pela ideia colonial. A Escola de Medicina Tropical e o seu curso de Medicina Tropical, fundados no ministério de Teixeira de Sousa (1857-1917), em 1902, também foram fundamentais na difusão do ensino e do ideário colonial (Marques; Serrão, 2002, p. 42).

A Escola Colonial foi fundada em 1906, integrada à Sociedade de Geografia de Lisboa, com o intuito de formar quadros para as colônias e também foi seminal na institucionalização de um ensino colonial e na formação do funcionalismo público. Além das missões científicas e do ensino laico, houve também missões religiosas que desde a metade do século XIX se voltavam para o estudo nas colônias da “higiene tropical; etnografia e psicologia indígenas e línguas africanas” (Marques; Serrão, 2002, p. 38). O Real Colégio das Missões (1855-1911) foi uma das instituições pioneiras nesta prática.

Todo o aparato construído pelo Estado e pela sociedade civil voltou-se para a desejada transição do discurso dos “direitos históricos” para a prática da “ocupação científica” – com a possível ocupação civil –, tema continuamente debatido com cada vez mais força ao longo do I, II e III Congresso Colonial (1901, 1924, 1930, respectivamente) (Costa, 2013, p. 6). Dessa forma, a mobilização da sociedade portuguesa em torno da “pacificação” – eufemismo para as barbáries cometidas nas colônias na África através dos militares (os “centuriões”), intelectuais, artistas e políticos – voltou-se para a transfiguração da barbárie e do arcaísmo do avanço português na África. A África portuguesa, para além da verborragia da propaganda colonial, não era nada mais do que “pontos de apoio ligados por mar, mas sem prolongamentos territoriais” (Pélissier, 2006, p. 40). Somente com o avanço dos “centuriões”, nos anos 1895-1910, passaram a existir operações e gestões administrativas – em nomes como Mouzinho de Albuquerque, António Enes, Paiva Couceiro, etc. – que coordenavam ações mais objetivas, com centenas de operações, com alto custo para o Estado Português (Pélissier, 2006, p. 99).

A. H. Marques e Joel Serrão (2001) sintetizam os principais elementos do plano de fomento colonial pós-*Ultimatum*, do período final da Monarquia, e, em grande parte, perpetuado pela República, da seguinte forma:

Fundar e desenvolver escolas dedicadas em exclusivo à formação de quadros do sistema colonial; criar “especializações coloniais” nos vários cursos lecionados nas faculdades e nos institutos técnicos; “conceder” à Igreja, se bem que com hesitações, o domínio quase absoluto da educação dos africanos nas colônias, isto através da atividade missionária, preferencialmente exercida por agentes preparados nos seminários portugueses (já existentes ou a criar), e, pelo menos em teoria, subsidiada e inspecionada pelo Estado; Transmitir os conhecimentos mais elementares sobre as possessões portuguesas e difundir a ideologia colonial junto da população portuguesa, em especial pela inclusão de temas coloniais nos programas de ensino pré-universitário (Marques; Serrão, 2002, p. 42).

Entretanto, ainda com A. H. Marques e Joel Serrão (2002), a despeito do grande crescimento de instituições em prol das colônias,

havia pouco apoio concreto do Estado às missões e expedições (laicas ou religiosas), às escolas coloniais, e ao ensino colonial em geral. Como também reitera Fernando Tavares Pimenta:

A queda da monarquia portuguesa foi em grande medida provocada por motivos de ordem colonial relacionados com a alegada incapacidade da realeza em conservar (e em expandir) o domínio colonial português em África. Na realidade, mais do que conservar ou manter, tratava-se de construir um novo Império colonial, dado que a maior parte dos territórios africanos, reclamados por Portugal nunca tinham estado sob a soberania portuguesa. Com efeito, muito embora Lisboa reclamasse direitos históricos sobre o interior africano, o certo é que a influência portuguesa jamais tinha penetrado para além de umas poucas centenas de quilômetros das costas angolanas e moçambicanas (Pimenta, 2010b, p. 13).

Certamente o discurso oficial e o crescimento das instituições, no seio da sociedade civil, não condiziam com a falta de incentivos concretos do Estado para a efetiva ocupação científica e civil das colônias. Somente com a República, e, nomeadamente, com o Estado Novo, houve uma verdadeira transformação.

O desafio colonial republicano entre a prática e o discurso

“Não temos sabido ocupar e dominar em Angola: as nossas campanhas têm se limitado aqui à organização de colunas que infligem ao gentio revoltado, ou que se quer ocupar, castigo mais ou menos severo, e que terminada a sua missão militar, ganhos alguns combates, feitos alguns prisioneiros, mortos ou fuzilados alguns indígenas, retiram e se dissolvem, deixando aqui e além um pequeno forte mal artilhado e mal guarnecido, que o gentio em breve considera como inofensivo.”

“O que será mais difícil de fazer desaparecer é a noção e a convicção interna que o preto tem, de resto tão justificada, que nós iremos à África simplesmente para o roubar, para o espoliar, para o vexar e humilhar, para o considerar como um animal a dominar, como um ente desprezível indigno de qualquer liberdade, de qualquer consideração, de qualquer respeito.”

(Norton de Matos)

Norton de Matos representa de forma mais explícita as contradições do republicanismo ante as políticas coloniais. Ao mesmo tempo em que este representou um avanço modernizador e uma visão mais realista – como fica claro nas epígrafes advindas dos seus relatórios confidenciais ao ministro das Colônias, em 1915 – das colônias e dos nativos, em suas duas gestões como governador-geral de Angola (1912-1914 e 1921-1924), foi também aquele que minou mais ostensivamente a resistência africana, com a proibição de armas e pólvora para os nativos e apreensão daquelas que estivessem sobre o domínio destes itens (Pélissier, 1986a, p. 233). Além disso, foi também aquele que mais perseguiu (no âmbito intelectual e político) as elites “afro-crioulas” do período.

Para René Pélissier, a Primeira República (1910-1926) abriu uma nova era da ocupação militar portuguesa na África, a qual ele denomina “A era das liquidações”:

Quando o rei D. Manuel foi expulso pela revolução de 1910, a conquista continua por concluir na Guiné, em Angola e em Moçambique. Com a mesma indigência dos meios, mas com métodos ainda mais radicais, ela será prosseguida pelos republicanos que, não obstante certas veleidades emancipadoras precoces, não abandonarão a herança colonial, contrapeso demasiado majestoso em relação à modéstia da metrópole para a deixar nas mãos de concorrentes estrangeiros que a cobiçava [...] Sem que a opinião internacional se aperceba realmente disso, a Primeira República (1910-1926) acabará por eliminar a quase totalidade dos focos de resistência indígenas que subsistem bem como todas as revoltas posteriores. Entre 1912 e 1919 [...] chega o tempo dos liquidadores dos massacradores secretos e isso desde timor às outras grandes colónias africanas (Pélissier, 2006, p. 17).

O período das “liquidações” – empiricamente perscrutado em todos os estudos de Pélissier (1986a; 1986b; 2000a; 2000b; 2006) sobre a ocupação na África – foi uma amostra nua e crua dos mitos dos “cinco séculos de colonização” frente à realidade da prática do trabalho forçado, eufemismo para novas formas de trabalho escravo, e do extermínio/submissão dos nativos por meio da coerção. Diante desses massacres, uma parte hegemônica da *intelligentsia* portuguesa (por meio de diversas instituições) posicionou-se como sempre o fez até aquele momento: mistificando e desinformando a situação concreta das colônias e dos colonos a partir de um quadro de ocupação “pacífico”, “ordeiro” e “humanitário” em que a força só era usada supostamente quando necessária.

Além da perpetuação e do acirramento da coerção na África, há outro indício de continuidade. As instituições criadas durante o regime monárquico seriam praticamente as mesmas que mobilizariam, em tempos de “República”, quadros para a formação e difusão da propaganda colonial, em especial, a Sociedade de Geografia de Lisboa e a Escola Colonial. Segundo José Luís Lima Garcia (2011):

Apesar da propaganda colonial republicana ter sido escassa, a instituição que funcionara de uma forma mais sistematicamente empenhada desde 1875 tinha sido a Sociedade de Geografia de Lisboa, afirmando-se esta instituição como órgão representativo dos interesses ul-

tramarinos a cuja “Comissão africana” fora confiada a missão de organizar um plano de política colonial centrado numa alargada “Comissão de defesa das colónias”, que ia desde o Núcleo Republicano colonial com figuras proeminentes como Álvaro de Castro até a Cruzada Nun’ Alvares, organização dominada por elementos monárquicos e integralistas. Caberia a esta comissão o grupo da revista Seara Nova, encabeçada pelo intelectual Jaime Cortesão. Ainda mostraram empenho por esta causa jornais prestigiados como o Diário de Notícias, O Século e a Gazeta de Notícias (Garcia, 2011, p. 119).

A diferença entre a política colonial monarquista e republicana não residiu nos objetivos, mas nos métodos. Enquanto a Monarquia geria as colónias a partir do centralismo, a República o fazia a partir da descentralização do poder político por meio da figura do “alto-comissário” e na publicação das *Cartas Orgânicas das Colónias*. Os mesmos mitos (a “herança sagrada”, “Eldorado em África”, etc.) que alimentavam o “nacionalismo imperial” durante a monarquia também foram integrados no imaginário coletivo do patriotismo republicano. Para Maria Cândida Proença:

Conscientes da força do império na formação da unidade e identidade nacionais, os republicanos, desde cedo, incorporaram no seu discurso cultural e político a defesa da salvaguarda, manutenção e desenvolvimento dos territórios ultramarinos como um dos vectores fundamentais de sua propaganda política (Proença, 2009a, p. 205).

Os republicanos colocavam-se como gestores mais adequados a estas tarefas, por estarem imbuídos de um “ideal republicano” e de uma concepção mais “moderna” da administração colonial. Contudo, a falta de infraestruturas, os entraves burocráticos e mercantilistas das elites locais, a ocupação incipiente e a resistência nativa minariam os projetos de modernização administrativa dos republicanos até pelo menos o fim da Primeira Guerra Mundial (Proença, 2009a, p. 206). O pós-guerra significou, além da “pacificação” quase que completa das colónias, um momento de grande crescimento da crítica internacional – advindas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Sociedade das Nações (1919) e do paradigmático

Relatório Ross (1925) – em torno da perpetuação nas colônias portuguesas e belgas de formas de trabalho escravo.

A necessidade de gerir a questão colonial com um discurso mais explicitamente “humanitário” e “evolucionista” tornou-se, portanto, pauta oficial logo no pós-guerra, como fica explícito no artigo 22º da Sociedade das Nações:

Para aquelas colônias e territórios que, como consequência da última guerra, deixaram de estar sob a soberania dos estados que anteriormente os governavam e que são habitados por povos ainda incapazes de se manter por si mesmos sob as condições extenuantes do mundo moderno, deve ser aplicado o princípio de que o bem-estar e o desenvolvimento de tais povos constituem um encargo sagrado da civilização e que as garantias para o desempenho desse encargo devem estar incorporadas neste pacto. O melhor método para dar efeito prático a este princípio é que a tutela de tais povos seja confiada a nações avançadas que, em razão de seus recursos, experiência ou posição geográfica, possam assumir melhor essa responsabilidade e que estejam dispostas a aceitá-la e que esta tutela deveria ser exercida por eles como Mandatários em nome da Liga (Liga das Nações, 1919 *apud* Macqueen, 2007, p. 57-58, tradução nossa).⁷

Esta mudança no Estatuto da Colonização alimentou ainda mais a ideia de “ocupação científica” já em germe desde a Monarquia, como afirma Costa (2013):

Este novo quadro impõe-se perante a necessidade de alinhamento com as exigências da Sociedade das Nações, de empreender políticas de desenvolvimento econômico e exercer uma missão civilizadora em benefício dos povos colonizados. Nesta linha, impõe-se a cons-

7 “To those colonies and territories which as a consequence of the late war have ceased to be under the sovereignty of the states which formerly governed them and which are inhabited by peoples not yet able to stand by themselves under the strenuous conditions of the modern world, there should be applied the principle that the well-being and development of such peoples form a sacred trust of civilization and that securities for the performance of this trust should be embodied in this Covenant. The best method of giving practical effect to this principle is that the tutelage of such peoples should be entrusted to advanced nations who by reason of their resources, their experience or their geographical position can best undertake this responsibility, and who are willing to accept it, and that this tutelage should be exercised by them as Mandatories on behalf of the League”.

trução de infraestruturas (estradas, caminhos de ferro, portos, habitações, hospitais) a par do desenvolvimento de diversas áreas fundamentais (agricultura, pecuária, indústria). Importa melhor conhecer as colónias, os seus recursos e potencialidades, para melhor administrar. Assim, a ciência emerge como um precioso instrumento para melhor conhecer, para melhor possuir, para melhor explorar. Este perfil da ciência, enquanto instrumento económico e de administração, transpõe na análise das teses apresentadas no II Congresso colonial (1924) (Costa, 2013, p. 6).

No discurso oficial, a expansão colonial se voltava, naquele momento, para a modernização da sociedade africana, sua “evolução” sob a “tutela” de nações “mais civilizadas”. Dessa forma, as contradições do discurso “humanitário” e a barbárie da expansão e tutela colonial não eram somente monopólio da *intelligentsia* portuguesa, mesmo porque o trabalho forçado e a coerção sempre foram regra no processo de modernização capitalista na África (Boahen, 2010; Rodney, 2010). Com a abertura a fórceps da África na “era das liquidações”, o “sonho” da construção do Estado-Império Luso-Africano alimentava cada vez mais uma miríade de instituições em torno da propaganda colonial. A *Agência Geral das Colónias*, criada em 30 de setembro de 1924, foi a instituição que melhor expressou este momento da história do colonialismo português. Como reitera A. H. Marques:

A Agência Geral das Colônias surge assim como mais um indício da crescente importância que a propaganda colonial tinha adquirido no plano político interno e externo. Este novo organismo dependente do Ministério das Colônias é criado em setembro de 1924, legitimando-se os seus objetivos e as suas funções de um modo muito semelhante àquele que vinha sendo defendido desde finais do século XIX [...] mas reconhecendo-se outrossim que a propaganda desempenhava um papel essencial no contexto das rivalidades coloniais europeias e que esse era um meio privilegiado de conciliar os diferentes interesses metropolitanos e coloniais (Marques; Serrão, 2002, p. 67).

Esta instituição legou da *Sociedade de Geografia de Lisboa* a preocupação com a propaganda sistemática, mas sua pretensão era muito mais ampla. Enquanto órgão estatal, objetivava sistematizar a difusão da propaganda agregando as distintas instituições de temática colonial em torno de si, sendo, por conseguinte, a instituição nuclear da socialização da ideologia colonial no fim da República, da Ditadura Militar e do Estado Novo – em 1951, mudou seu nome para *Agência Geral do Ultramar*, mas continuou com o mesmo projeto político-institucional.

O *Boletim Geral das Colônias*, publicado em 1925 por esta instituição, foi uma das principais produções periódicas do “século XX” português, durando até meados do fim da instituição, em 1969 – analisaremos este boletim mais detalhadamente no subtópico 1.3 deste capítulo, em conjunto a outras produções periódicas em Portugal, nas colônias e na colônia portuguesa do Rio de Janeiro.

A queda da República é apontada por Fernando Tavares Pimenta, ao reiterar o papel preponderante no “século XX português” das colônias nas questões internas, como vincada à própria incapacidade da República de dar respostas mais concretas ao seu próprio projeto modernizador:

[...] foram os fatores de ordem interna, metropolitana e colonial que mais contribuíram para a queda da 1ª República em 1926. A República foi incapaz de promover o desenvolvimento econômico da metrópole, não conseguiu criar as condições para o arranque industrial do país, não modernizou a sociedade portuguesa [...] A república também não conseguiu potenciar o desenvolvimento econômico das colônias, não conseguiu neutralizar, de uma vez por todas, os apetites territoriais estrangeiros sobre o patrimônio colonial português e não logrou constituir uma realidade imperial dinâmica e pujante [...] No fundo, a República mostrou-se incapaz de gerir eficazmente o Estado-Império Luso-Africano. Por tudo isto, a 1ª República caiu praticamente abandonada por todos (Pimenta, 2010c, p. 33).

A política colonial em tempos de salazarismo

“A África é algo mais que uma terra a ser explorada... A África é para nós, uma justificação moral e uma razão de ser como potência. Sem ela, seríamos uma pequena nação; com ela somos um grande Estado.”

(Marcelo Caetano)

Com a queda da República e instauração da Ditadura Militar (1926-1933), com a lenta transição “civil” para o Estado Novo (1933-1974), houve uma verdadeira reviravolta na política colonial. A instabilidade política intramilitar entre as várias elites em concorrência pelo poder político teve uma parte substantiva da sua resolução a partir do arbítrio cada vez mais centralizado na figura de Salazar. O momento fundamental para isso, como afirma uma ampla historiografia, foi o próprio *Acto Colonial*, que expressava, em conjunto ao manifesto da União Nacional (ambos em 1930), a consolidação dos principais elementos que estruturavam o poder político. Isso não foi ocasional, pois a questão colonial foi fundamental para integrar o equilíbrio instável gradualmente costurado entre as elites no poder, sendo a crítica ao modelo administrativo dos altos-comissários um ponto comum de crítica desses grupos em relação ao regime republicano. Para Fernando Rosas:

O Acto Colonial define, assim, o quadro jurídico-institucional geral de uma nova política para os territórios sob dominação portuguesa. Dentro da opção colonial glo-

8 Com relação às elites, havia três grandes forças políticas em disputa que apoiavam o regime: o liberalismo conservador, o conservadorismo autoritário e a direita radical (Pinto, 2007, p. 20). O liberalismo conservador queria, com o “estado de exceção”, propiciado pelo golpe militar, reduzir o poder do parlamento e criar um partido conservador que com o apoio do Estado fosse apto a enfrentar o partido democrático (Pinto, 2007, p. 19). O conservadorismo autoritário, propriamente antiliberal, queria a instituição de um regime de partido único com vocação integradora e corporativa, apesar de existir no interior deste grupo uma diversidade ideológica entre aqueles que aderiam ao corporativismo católico ou a um difuso corporativismo republicano (Pinto, 2007, p. 20). Por fim, a direita radical queria a ruptura total com o sistema liberal e buscava instituir um corporativismo integral, grupo que tinha uma forte influência fascizante (Pinto, 2007, p. 20).

bal do Estado português, abre-se uma fase “imperial”, nacionalista e centralizadora, fruto de uma nova conjuntura externa e interna e traduzida numa diferente orientação geral para o aproveitamento das colônias [...] Sem subestimar a importância política e econômica do pós-guerra para a política colonial portuguesa, continua a parecer-nos adequado assinalar o marco do Acto Colonial como um momento privilegiado de mudança de rumo na colonização portuguesa no século XX. Não só política, ideológica, institucional e administrativamente esse é um decisivo ponto de alteração da estratégia colonial vigente, como economicamente aí se iniciam [...] os processos de integração/especialização dos mercados metropolitanos e colonial, que conhecem grande desenvolvimento quantitativo e qualitativo durante a guerra e no pós-guerra (Rosas, 1986, p. 285).

Dessa forma, o *Acto Colonial* transformou, de forma mais substantiva com a mudança no conceito de gestão das colônias, a política de descentralização republicana em uma política centralista e corporativa, como fica claro no Título I *Garantias Gerais*, que antecede os artigos em si e os justifica:

Portugal [...] tem a função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos e de exercer a influência moral que lhe adstrita pelo Padroado do Oriente. Denominam-se colônias esses domínios e cada um deles é indivisível, devendo manter a indispensável unidade pela existência de uma só capital e de um governo geral ou de colônia, contrariando-se as ideias de desmembramento. Os domínios de Portugal constituem o Império Colonial Português. Uma solidariedade moral e política existe substancialmente nas suas partes componentes com a Mãe-Pátria. Envolve essa solidariedade em especial o dever de contribuir o Império para que sejam garantidos os fins de cada um dos seus membros e a integridade e defesa da Nação (Acto Colonial, 1930, p. 1307).⁹

⁹ No 5º ponto do Manifesto da Liga Patriótica da União Nacional há um pensamento sobre o império análogo ao *Acto Colonial*: “A nação portuguesa considera princípio de direito público, estabelecido pela História, pelos equilíbrios das raças e dos Estados, pelos fins da civilização e pela sua ação colonizadora, possuir fora do continente europeu o domínio ultramarino territorial, político e espiritual que juridicamente lhe pertence ou venha a pertencer em complemento da sua posição geográfica (Manifesto da Liga Patriótica da União Nacional *apud* Torgal, 2009, p. 174).

As *Leis Orgânicas das Colônias* foram revogadas e a figura dos altos-comissários foi substituída pela dos governadores-gerais, com muito menos poder e autonomia, tornando-se assim subalternos diante do poder metropolitano representado pelo Ministério das Colônias.¹⁰ Com pouquíssimas críticas à política de centralização administrativa do *Acto Colonial* foi como verdade absoluta e reiterada institucionalmente na *Constituição Política de 1933*, nas *Leis Orgânicas das Colônias* (1935-1937) e na *Reforma Administrativa das Colônias* (1936) – no capítulo IV veremos o papel do republicanismo na crítica à política centralista do *Acto Colonial* através do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*.

A política cultural salazarista para a metrópole e colônias não fugia desse quadro de centralização, que invocava os intelectuais a engajarem-se em torno da proteção e da unidade do império. Como fica claro no discurso do ministro das Colônias, Francisco José Vieira de Carvalho, na sessão de abertura da I Conferência da Alta Cultura Colonial em 1936:

Sem a colaboração íntima, fecunda, dos homens de pensamento e dos homens de ação, sem a projeção da ideia sobre a realidade concreta, Portugal nunca teria sequer iniciado a sua ação colonial, apoteose de um povo heroico, orgulho desta nação nimbada de glória, cujo fruto magnífico são os mundos que deu ao mundo. Foi uma conjugação da ciência com a ação, do pensamento com a combatividade que tornou possível toda a nossa esplendorosa obra colonial (Carvalho, 1936 *apud* Thomaz, 1996, p. 88).

A regeneração das glórias lusitanas por meio da “reconstrução nacional”, através do império, esteve presente nesse processo de “olhar para dentro” no qual uma parte hegemônica da *intelligentsia* do período se engajava. Esse engajamento e adesão dos intelectuais à “realidade nacional” por meio da invocação de um Estado capaz de unificar e harmonizar as distintas perspectivas constituía um indício da homologia entre o campo político e intelectual.

Essas representações do político encontravam-se em Portugal e também no Brasil,¹¹ em tempos de autoritarismos, como aspectos

10 A alta hierarquia colonial seguia a seguinte ordem: Ministro das Colônias; Agente Geral das Colônias; Governadores Gerais.

11 Para o caso brasileiro, ver: Velloso (1987); Pécault (1990); Gomes (1996).

de uma cultura política que competia uma grande responsabilidade aos intelectuais na sua intervenção pública na construção da nação. A figura paradigmática deste momento é a do “intelectual profeta”, aquele que detém como “vocação” o desvelar do “subconsciente coletivo”, como afirmavam Azevedo de Amaral, Oliveira Viana e outros pensadores do período.¹² Em Portugal, em tempos de salazarismo, cabia ao intelectual afirmar uma portugalidade a-histórica por meio dos símbolos formadores da identidade nacional, reiterando a existência de um *ethos* lusitano.

A portugalidade, a qual o regime buscava defender pelo combate sistemático ao “degenerado” e “satânico”, era descrita/narrada no discurso da *intelligentsia* salazarista por uma série de mitos que foram fundamentais na pulsão nacional. Entre os vários mitos que mobilizaram a intelectualidade lusitana, podemos destacar dois que eram recorrentes nas discussões do campo intelectual do período: o mito da vocação imperialista – herdado da tradição republicana e monárquica, na sua dupla dimensão da vocação histórica providencial de colonizar e evangelizar (Rosas, 2001, p. 1034) – e o mito da ordem corporativa – a ideia de que a ordem natural das coisas é espontaneamente hierárquica e harmônica (se colocada em “ordem”). Desdobra-se em uma visão infantilizadora do povo português, que deve ser guiado por um Estado fraternal (Rosas, 2001, p. 1036).

O salazarismo, por meio da montagem de um dispositivo cultural no período de 1933-1949 – os anos da “Política do Espírito” –, buscou institucionalizar e unificar as distintas produções no campo cultural, em diversos âmbitos, com o intuito de controlar e censurar qualquer expressão de dissenso e de glorificar as vozes a favor do regime.¹³ A historiografia, a etnologia, a antropologia, a geografia e

12 Azevedo de Amaral (1881-1942), intelectual de perspectiva autoritária e corporativa do período, expressa muito bem essa visão dos intelectuais: “Emergidos da coletividade como expressões mais lúcidas do que ainda não se tornou perfeitamente consciente no espírito do povo, os intelectuais são investidos da função de retransmitir às massas sob forma clara e compreensiva o que nelas é apenas uma ideia indecisa e uma aspiração mal definida. Assim a elite cultural do país tornou-se no Estado Novo um órgão necessariamente associado ao poder público como centro de elaboração ideológica e núcleo de irradiação do pensamento nacional que ela sublima e coordena” (Azevedo de Amaral *apud* Velloso, 1987, p. 18).

13 Vale citar o papel da Junta Central das Casas do Povo nos anos 1933-1942 e da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (1935-1975), no enquadramento e estruturação de um conceito “etnográfico” de povo que esteve presente como base discursiva da visão de mundo salazarista. Ver: Melo (2001).

outras disciplinas foram usadas em diversos momentos como instrumentos para afirmar os mitos do regime.

Jorge Ramos do Ó (1999) considera esse período de fausto da política cultural de pretensão totalitária como os anos da “Política do Espírito”, em que emergiram diversas produções culturais com o apoio de instituições vinculadas direta ou indiretamente ao Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). Entretanto, essa política não significou somente o apoio às produções culturais, mas também oposição a tudo que fosse, nas palavras do seu mentor, António Ferro (1895-1956), “degenerado”, “feio” e “satânico”¹⁴ (Ferro, 1933 *apud* Quadros, 1963, p. 126). Fazia-se necessário contrapor tudo que fosse contra as “grandes certezas” (a tríade: Deus, Pátria e Família) por meio da censura ou da crítica direta. Nas palavras de Salazar:

Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procuramos restituir o confronto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever (Salazar, 1959, p. 130).

Para Fernando Catroga, a “Política do Espírito” salazarista – como pensam também Rosas (2001) e Ramos do Ó (1999) – deve ser inserida no seio de uma concepção totalizante da política e da cultura:

[...] o primeiro tentame, entre nós, de levar por diante uma política cultural totalizadora, em que tudo o que era da ordem do significante (paisagens, monumentos, folclore, festas cívicas, produções artísticas propriamente ditas) passou a ser mediado por uma ideia diretora que pretendia unificar as suas significações, em ordem a coadjuvar as ações tendentes a conciliar as contradições, em ternas e a fazer aceitar o Estado Novo como o artífi-

14 Em outro momento, este define a política do espírito da seguinte forma: “A política do espírito [...] não é apenas necessária, se bem que indispensável em tal aspecto, ao prestígio exterior da nação. Ela é também necessária ao prestígio interior da nação. Um povo que não lê, que não ouve, que não vibra, que não sai da sua vida material, do Deve e Haver, torna-se inútil e mal humorado [...] Mas que se faça uma política do Espírito, Inteligente e constante, consolidando a descoberta, dando-lhe altura, significação e eternidade. Que não se olhe o espírito como uma fantasia, como uma ideia vaga, imponderável, mas como uma ideia definida, concreta, como uma presença necessária, como uma arma indispensável para o nosso ressurgimento. O espírito, afinal, também é matéria, a matéria-prima da alma dos povos [...]” (Ferro, 1936, p. 273-276).

ce de uma autêntica aleluia nacional (Catroga, 1996, p. 580).

Entre as políticas culturais emergidas da “Política do Espírito” e voltadas para as colônias, vale citar a fundação e apoio de diversos periódicos – que serão analisados mais detalhadamente à frente – e as exposições e congressos coloniais como expressões desse dispositivo montado ao longo dos anos 1930. A produção de um “saber colonial”, neste turbilhão de práticas encetadas pela “Política do Espírito”, consolidou-se através de narrativas verbais e não-verbais em prol da defesa do império. Essa pretensão totalizante da cultura na defesa do império e do corporativismo alcançou também a produção dos jornais, do cinema (*Feitiço do Império*, de 1940), radiodifusão (Emissora Nacional), editoras (Editorial Império), coleções (*Pelo Império* e *Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo*), bibliotecas coloniais e bibliotecas do povo, concursos de Literatura Colonial e as próprias diretrizes das diversas reformas educacionais do ensino básico e superior, que se enquadram nesse processo de vínculo da cultura com a visão de mundo imperialista.

Uma amostra exemplar destes vínculos na construção de um “saber colonial” encontra-se nas conferências de Alta Cultura Colonial, promovidas pelo Ministério das Colônias na Academia de Ciências de Lisboa de março a abril de 1936. Segundo Omar Ribeiro Thomaz (2002), as conferências expressam o apelo dos homens de Estado à intervenção pública da *intelligentsia* nas “coisas coloniais”. Produzir uma “consciência imperial” era o imperativo máximo desse e de outros congressos sobre as questões coloniais. Nestas efemérides, a “ação colonial” não deveria se circunscrever à dominação de recursos físicos e humanos, mas também, como aponta Omar Ribeiro Thomaz embasado na leitura de Edward Said, “dominar discursivamente, pensar e falar sobre indivíduos e territórios subjugados, e com isto afirmar o poder colonial” (Said, 2007, p. 83).

As Conferências de Alta Cultura Colonial, em conjunto com uma rede de instituições produtoras de um “saber colonial”, geraram uma verdadeira ofensiva simbólica que produziu, a partir do apoio oficial da “Política do Espírito”, uma gama de intervenções consubstanciadas em congressos sobre a questão colonial, a saber: o Congresso Colonial Nacional (1933); a Conferência Imperial Nacional (1934); o Congresso Militar Colonial e o I Congresso de Intercâmbio Comer-

cial com as Colônias e o I Congresso de Antropologia Colonial (1934); a I Conferência de Alta Cultura Colonial (1936); a Exposição Histórica da Ocupação e o I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo (1937); o Congresso do Mundo Português e o Congresso de História Luso-Brasileira (1940), estes dois últimos integrados às festividades do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal, de 1940.

Para além das práticas já citadas em torno da “ofensiva simbólica” no seio das investigações científicas de temática colonial, resta explicitar o papel da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais. Esta emergiu em 1936 com a função de coordenar oficialmente (enquanto órgão do Ministério das Colônias) o trabalho científico nos territórios além-mar sob a tutela portuguesa, substituindo a antiga Comissão de Cartografia (Castelo, 2012, p. 392). Todavia, por falta de recursos, foi somente nos anos 1940 que iniciou de fato suas atividades, não somente a partir do reconhecimento geográfico dos territórios coloniais, mas também pelo estudo de Botânica, Zoologia, Antropologia Física, Etnografia e diversos outros campos. A Escola Superior Colonial e a Sociedade de Geografia de Lisboa continuam a ser instituições importantes em tempos de Estado Novo, a despeito da falta de recursos para o fomento da instituição na sua formação de quadros e na produção e reprodução de uma propaganda imperialista.

Na iconografia das diversas exposições portuguesas dos anos 1930, também podemos captar as relações entre o Estado Novo e a produção cultural. As exposições eram o lugar por excelência da procura do olhar estrangeiro com o intuito de desfazer a imagem negativa de Portugal frente à opinião internacional (Acciaioli, 1998, p. 584). Entre as exposições, podemos citar: Exposição Colonial de Paris (1931); Exposição Colonial do Porto (1934); Exposição Internacional de Paris (1937) e a Exposição do Mundo Português (1940).

Na iconografia das Festas dos Centenários e das comemorações dos anos 1930 e 1940, os heróis dos descobrimentos foram figuras centrais. Comemoravam-se intensivamente as glórias dos fundadores e restauradores (Afonso Henriques, D. João IV, etc.) e dos descobridores e conquistadores (Pedro Alvares Cabral, Vasco da Gama, etc.). O padrão comemorativo projetava em seus discursos uma leitura “humanizadora” da colonização e do poder “heroico da raça”. A organização

dessas iconografias afirmava exaustivamente o lugar do português no mundo por meio da teatralização. Para Maria Isabel João:

Analisada numa perspectiva global, a iconografia destes centenários procurava transmitir uma ideia da superioridade dos portugueses e da sua cultura. Os heróis e as cenas evocadas ilustravam vitórias que tinham colocado os seus protagonistas principais numa situação privilegiada e de domínio sobre o mundo [...] os símbolos mais utilizados [...] nestas representações foram as armas nacionais e a cruz de cristo [...] ao contrário do que o discurso apologético procurou fazer e crer, a perspectiva da imagem e da mundividência que lhes estava subjacente nunca foi ecumênica ou universalista. O lugar do outro nesta iconografia era, em geral, secundário, decorativo ou ilustrativo da projeção dos portugueses no mundo (João, 2002, p. 498).

As exposições eram, portanto, uma reiteração do *ethos* imperialista e corporativista, o qual o regime buscava veicular. Através da orquestração de Ferro, na parte interna do SPN, houve uma homogeneização do discurso de tais festividades, a despeito de suas especificidades. A Exposição do Mundo Português de 1940, em particular, cumpriu o papel de deslocar o campo das realizações estadonovistas para um passado longínquo, encenando o mito, a fim de proteger, através da instrumentalização da história, os seus distintos interesses políticos (Acciaiuoli, 1998, p. 221).

A teatralização transfigurava, somente em um âmbito discursivo, os diversos problemas de um Portugal em meio à crise política e social dos anos 1940, que desagregava os tensos “equilíbrios sociais” entre as diversas frações das classes dominantes e subalternas, construídos ao longo dos anos 1930. O Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal deve ser considerado o ponto culminante de estabilização do Estado Novo. A estratégia que estava por trás do evento era apresentar o regime como uma “ilha de paz no mundo em guerra”. Para Luís Trindade:

A exposição de 1940 simbolizou várias coisas muito importantes para o regime. Sete anos depois da sua institucionalização, com a Europa em guerra, Portugal mostrava-se ao mundo [...] e mostrava um país reencontrado consigo mesmo. Recuperara a existência autêntica à sombra da sua vida rural, da sua espiritualidade

católica. Dessa forma, tal como quinhentos anos antes, mostrava os caminhos do futuro a uma Europa de regresso à barbárie. Tudo isto foi muito explícito, muito intencionalmente político! Mas por detrás da encenação do acontecimento [...] estava já um país rendido àquele cenário [...] A exposição como apoteose da política do espírito não pode ser dissociada não apenas do processo literário [...] mas também desses sete anos de ação propagandística (Trindade, 2008, p. 302).

Em todas essas produções, em particular na iconografia das exposições, o império aparecia como um “estado uno, indivisível, multicontinental e multirracional, que se apresentava como a consumação de um destino que tinha suas raízes mais fundas na vocação histórica do povo português” (Catroga, 1996, p. 581). O império era entendido como uma “entidade natural/organicista”, com uma cabeça (a metrópole) que guiava “o corpo” da “nação” em sua diversidade, a partir do deus “desígnio” transtemporal: a vocação colonial própria do seu passado heroico (Rosas, 1995, p. 115). Tal posição era reiterada oficialmente no nono “decálogo” do Estado Novo escrito por António Ferro: “O ESTADO NOVO quer reintegrar Portugal na sua grandeza histórica, na plenitude da sua civilização universalista de vasto império. Quer voltar a fazer de Portugal uma das maiores potências espirituais do mundo” (O Decálogo..., 1933).

Este discurso ocultava a incapacidade de modernizar efetivamente as colônias e a própria metrópole, encobria a continuidade da prática do trabalho forçado e camuflava a repressão policial/militar tão presente no cotidiano da metrópole e das colônias. Como vimos, essa discursividade em torno de um “ser lusitano” vocacionado à prática colonial ganha notoriedade e se expande nas diversas instituições formadas a partir do “turbilhão” da “Política do Espírito”. Todavia, para melhor compreender a especificidade das “imagens de centro” do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* ainda nos resta trabalhar em um maior aprofundamento do quadro das publicações periódicas lusitanas e luso-brasileiras emergidas no mesmo período, sendo elas produzidas na metrópole, nas colônias ou mesmo, e em particular, na colônia portuguesa do Rio de Janeiro.

As revistas e boletins da “nação lusíada” e a “imaginação de centro”

Diante do aparato institucional produzido desde o fim do século XIX até o Estado Novo – investigado nos subcapítulos anteriores –, podemos constatar a presença no discurso da *intelligentsia* portuguesa de “imagens de centro”, que produziam e reproduziam, a partir de distintas visões da política (monárquicos, republicanos, salazaristas, etc.), uma visão uníssona do legado colonial português e do papel dos intelectuais na defesa do império. Essa *doxa* intelectual legitimava uma hierarquia civilizatória “naturalizante”, a-histórica, entre metrópole e colônias, sendo assim, uma ortodoxia “autoevidente” que revelava a interiorização dos valores e mitos da visão imperialista no seio do campo intelectual português. A naturalização de uma visão de mundo é um dos elementos mais importantes para compreender o efeito dos discursos dentro da sociedade, em particular, para os processos de nacionalização da cultura em curso desde o século XIX.

As publicações periódicas são um espaço privilegiado para apreender a afirmação das mitologias nacionais, pois são elementos de padronização de tradições e de homogeneização cultural, por meio da reiteração de uma unidade da história e do dialeto. Dessa forma, a busca por uma parte hegemônica da *intelligentsia* portuguesa pelos “critérios objetivos da identidade nacional” (Hobsbawm, 2011, p. 15), no quadro de afirmação da “Questão Nacional” (1918-1950/60), não é um fato isolado de uma ou outra produção intelectual e nem mesmo de Portugal em si, mas um fenômeno geral da nacionalização da cultura em curso.¹⁵ Para Elio Cantalicio Serpa, ao sintetizar os sentidos internos e externos da escrita literária dos periódicos portugueses do início do século XX:

Pode-se dizer que nessas revistas os intelectuais portugueses, formados na cultura política nacionalista, objetivavam internamente padronizar tradições, criar projetos educacionais unificadores, propor formas unificadas de ler o passado e criar valores e tradições, como forma

15 Sobre o fenômeno, ver: Hobsbawm (2011; 2012).

de constituir cidadãos de um país territorial e linguisticamente definidos. Estes intelectuais investiram na possibilidade de intervir na política cultural encetada pelo Estado para que esta pudesse atingir a elite e o cidadão comum, sendo que tal política tinha sempre uma dimensão nacional e homogeneizadora. Havia com esta prática de produção de revistas uma política de aproximação entre a população e o Estado, de tal forma que não fosse perceptível a separação. Estado, nação e sociedade deveriam ser convergentes. [...] Externamente as revistas funcionavam como propagadoras da cultura intelectual portuguesa, como veículos de difusão das ideias fixando uma memória coletiva de sua tradição e mostrando aos demais países europeus seu pendor imperialista mediante discurso de ser “criador de nacionalidades”. Com isso, marcavam presença no contexto das políticas colonialistas e, acima de tudo, dialogavam com o Brasil na medida em que este era o emblema da positividade da sua política colonialista e serviria como exemplo para as colônias portuguesas, em África (Serpa, 2000, p. 70-71).

O fenômeno do “regeneracionismo” da “nação lusíada” desde o fim do *Ultimatum* se materializou em diversas publicações periódicas que reiteravam a vocação colonial como salvaguarda da decadência vivenciada. As revistas *Águia*, *Renascença Portuguesa*, *Lusitânia*, *Seara Nova* e *Nação Portuguesa* (entre outras) expressam esse sentimento por meio de um discurso historicista, no entre-lugar da decadência e da superação “regeneradora”, que certamente expressa e antecipa elementos do autoritarismo e do imperialismo estadonovista (Torgal, 2009, p. 21).

Além dessas produções, podemos citar aquelas que detêm a temática colonial como principal tópica e também expressam esse ideário “regeneracionista”. Na metrópole, vale citar: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (1876); *Jornal das colônias* (1876); *Revista Ilustrada das Colônias de Portugal* (1892); o *Africano* (1892); *África Ilustrada* (1892); *Portugal em África* (1894); *A Revista Colonial* (1894); *Revista Portuguesa Colonial e Marítima* (1897); *Revista Colonial da Agência Colonial* (1913); *A Voz da África* (1912); *O Negro* (1914); *Anuário da Escola Colonial* (1919); *Boletim da Agência Geral das Colônias* (1925); *Portugal Colonial* (1932); *O Mundo Português* (1934); *Anuário do Império Colonial Português* (1935); *O Apostolado* (1935); *Revista dos Centenários* (1939).

Nas colônias, podemos citar os boletins oficiais dos governos de Moçambique, Angola, Guiné e Cabo Verde (a publicação destes era irregular, mas há registros desde 1842 no arquivo da *Biblioteca Nacional de Portugal* e no arquivo da *Memória da África e Oriente*); *Boletim do Instituto Vasco da Gama* (1872); *Anuário da Índia Portuguesa* (1929); *Moçambique: Órgão oficioso da Liga de Defesa Propaganda da Província de Moçambique* (1931); *A voz de S. Francisco Xavier: Boletim da Arquidiocese Primacial de Goa e Damão e Patriarcado das Índias Orientais* (1931); *Oriente* (1933); *Angola, revista mensal de doutrina estudo e propaganda instrutiva* (1933); *Moçambique, Documentário Trimestral* (1935); *Timor: publicação de caráter científico e literário* (1938) e diversos outros órgãos não oficiais.¹⁶

Dentre essa enorme massa documental de diversas tipologias de revistas e boletins, devemos destacar duas publicações emergidas a partir do apoio da Agência Geral das Colônias: o *Boletim da Agência Geral das Colônias*¹⁷ de 1925 e a revista *O Mundo Português*¹⁸ de 1934. A razão da escolha deve-se ao fato de que ambas, em particular o *Boletim*, foram paradigmáticas na construção de um modelo de publicação de temática colonial. Para Sérgio Neto, enquanto o *Boletim da Agência Geral das Colônias* expressava uma visão mais pragmática, dando ênfase às condições materiais das infraestruturas nas colônias (estradas de ferro, construção de portos, etc.), a revista *O Mundo Português* voltava-se para o exotismo colonial, a construção do “outro” colonizado (Duarte Neto, 2008a, p. 121).

Em *O Mundo Português*, o principal objetivo era a sedução estética, em particular, literária e artística, afirmando um exotismo em retratos tipificados do “outro” nativo (Duarte Neto, 2008a, p. 122). No artigo que abre o primeiro número da revista, de Armindo Monteiro, ministro das colônias do período, há uma verdadeira invocação da juventude à causa colonial, para assim realizar sua “vocação” no “verdadeiro Portugal” nas quatro partes do mundo” (Monteiro, 1934, p. 5).

16 No *website* “Memória de África e do Oriente” há uma grande diversidade de periódicos disponíveis para leitura, sendo um espaço fundamental para compreender as diversas publicações de temática colonial em Portugal. Ver: [Memoria-africa.ua.pt](http://memoria-africa.ua.pt).

17 Terá seu nome modificado em 1935, passando a se chamar *Boletim Geral das Colônias*, e, em 1951, passará a ser chamado de *Boletim Geral do Ultramar*.

18 No caso desta última, há também o apoio do Secretariado de Propaganda Nacional.

Mas é no *Boletim da Agência Geral das Colónias* em que é definida de forma mais substantiva e explícita os sentidos de uma publicação periódica de temática colonial. Armando Zuzarte Cortesão (1891-1977),¹⁹ diretor da Agência Geral das Colónias e também diretor do seu boletim, em um artigo inaugural emblemático, explicita uma mudança na “ideia colonial” que se consubstancia, nomeadamente, nos “métodos” de ação dos “povos colonizadores” (Cortesão, 1925, p. 3). Para ele, essa mudança decorre em razão do novo quadro dos “idealismos humanitários” oriundos do tratado de Versalhes, interpretando os novos tempos a partir das seguintes orientações gerais:

a) os indígenas das colónias devem ser considerados como seres humanos e não como simples animais, constituindo a sua educação e bem estar numa missão sagrada que a civilização delega aos povos colonizadores; b) a humanidade carece das riquezas inexploradas das vastas regiões coloniais, exigindo dos povos que as detêm a sua rápida utilização (Cortesão, 1925, p. 3).

Reitera que os princípios do “colonialismo humano”, próprios do pós-guerra, já eram pressupostos tácitos à prática do colonialismo português desde suas origens (Cortesão, 1925, p. 4). Apesar de tecer algumas críticas, aponta também que a gestão portuguesa com relação à regulamentação do trabalho indígena e o investimento nas infraestruturas coloniais estava de acordo com os propósitos agora instituídos internacionalmente pela Sociedade das Nações. Porém, assinala que o pouco conhecimento “científico” de Portugal sobre as suas próprias colónias deveria ser revertido para assim alcançar esse novo patamar da ideia colonial, afirmando o papel dos periódicos, e do boletim em questão, nesse processo:

Não se compreende que em um país que desfruta o terceiro lugar entre as grandes nações coloniais do mundo, não tenha uma única publicação oficial que faça propaganda das nossas colónias, que mostre ao mundo o que temos feito e estamos fazendo da nossa administração colonial, que seja a recolha do maior número possível de trabalhos técnicos e de todos os elementos de informação que nas colónias trabalham ou por elas interessam

19 Foi um engenheiro agrônomo, historiador, cartógrafo e colonialista que integrou, inicialmente, a direção da Agência Geral das Colónias (e do seu boletim) até o momento do seu exílio na Espanha, França e Inglaterra.

[...] A revista geral e de especialidade, o folheto, a brochura, o panfleto, a organização de feiras e exposições coloniais, ou a sua participação, a boa representação em conferências e congressos internacionais, etc., são meios de que todos os povos coloniais se servem ou devem servir para fazer a propaganda do seu valor, demonstrando a opinião internacional que merecem estar na posse das suas colónias (Cortesão, 1925, p. 5).

Os periódicos têm, portanto, para Cortesão, uma missão em tempos de “rápida informação” (em referência à invenção do rádio), já que, como aponta ao citar os casos inglês, francês, belga e alemão, a propaganda é indispensável na manutenção de um ambiente internacional favorável (Cortesão, 1925, p. 6). Invoca os intelectuais para a ação a fim de buscar em um esforço de unidade nacional, em “trabalhos técnicos” de valor sobre as colônias, reverter o quadro de um “país pequeno”, no âmbito material, para assim evidenciar as “vastíssimas riquezas” das colônias e as “competências” do português para explorá-las (Cortesão, 1925 p. 7). Essa posição é reiterada por ele enquanto objetivo fundamental do boletim no editorial de alguns números à frente:

O Boletim da Agência Geral, órgão oficial da ação colonial portuguesa, propõe-se fazer a propaganda do nosso patrimônio colonial, contribuindo por todos os meios para o seu engrandecimento, defesa, estudo das suas riquezas e demonstrações das aptidões e capacidade colonizadora dos portugueses (Boletim da Agência Geral das Colónias, 1924, p. 230).

A instrumentalização da produção de revistas e boletins foi, como fica explícito no artigo de Cortesão, um dos elementos imprescindíveis para a formação de uma propaganda colonial que colocasse Portugal no “seu” antigo lugar enquanto “centro” diante de outras potências imperialistas com mais poder econômico e político. O *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* incorpora estes elementos da propaganda colonialista já colocados de forma explícita desde o *Boletim da Agência Geral das Colónias*, e em outras produções anteriores, mas por sua especificidade enquanto produto de portugueses no Brasil (em sua maioria republicanos no exílio), deve ser também compreendido no contexto das publicações e dos debates da colônia portuguesa no Rio de Janeiro.

As publicações periódicas da colônia portuguesa do Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro foi o lugar por excelência da emigração portuguesa no Brasil. Diversas instituições desde o século XIX emergiam com o intuito de preservar a identidade e de auxiliar os recém-chegados, e estes eram núcleos de socialização da comunidade portuguesa (Paulo, 2000, p. 159). Grêmios, casas regionais e associações mobilizavam a comunidade portuguesa em torno de diversos eventos e produções culturais que afirmavam o lugar dos portugueses emigrados no Brasil. Entre essas instituições devemos citar os casos emblemáticos do Real Gabinete Português de Leitura, do Liceu Literário Português e da Federação das Associações Portuguesas como espaços de socialização com pretensão de produção e reprodução da cultura portuguesa no Rio de Janeiro.

Entretanto, não existia uma visão “uníssona” na colônia portuguesa, pois havia um verdadeiro embate, implícito ou explícito, entre correntes políticas pelo domínio da visão legítima do passado/presente. Esse combate se explicitava nos periódicos, que eram, ao mesmo tempo, elementos de coesão, mas também de embates entre monárquicos, republicanos e salazaristas. Entre o Grêmio Republicano, Ligas Monárquicas, Centro Tradicionalista Português e o Centro Lusitano Dom Nun’ Alvares e a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro formaram-se diversas produções que exaltavam a sua visão passado/presente, demonizando as visões dissidentes.

Os periódicos – jornais, revistas e boletins – eram lugares privilegiados para a apreensão desses embates, mas também do sentido destes na coesão da lusitanidade e das visões de grupos que residiam na colônia portuguesa daquele período. Como afirma Heloisa Paulo (2000), a maior parte destes periódicos legitimava o regime salazarista e contribuía na difusão da ideologia estadonovista em diversos meios (rádio, periódicos, palestras, congressos etc.):

A imagem de um Portugal onde tudo corria bem, graças a Salazar, é um dado aceite por quase toda a colônia, com exceção, é obvio, da oposição emigrada. Na verdade, para além da visão idílica, presente no discurso da colônia “oficial” e dos meios de comunicação do regime, há uma outra imagem de Portugal, a de um país controlado por um governo ditatorial, com aldeias miseráveis e meios urbanos pouco desenvolvidos em relação ao local de emigração e, sobretudo com um povo pobre que emigra para fugir da miséria ou das perseguições políticas (Paulo, 2000, p. 519).

Foi na luta cotidiana desses exilados que emergiram outras “imagens de centro”, que seguramente conformaram uma “outra colônia”, confrontando o nacionalismo imposto pelo salazarismo em associações, como o Centro Republicano Português Dr. Afonso Costa, o jornal *Portugal Republicano* ou o *Portugal Democrático*, afirmando também nestes a sua identidade lusitana, luso-brasileira ou panlusa. Os recursos eram escassos, o que era certamente um claro limite à sua capacidade de expressão e de produção e reprodução, além da própria perseguição interna dos “patrícios”²⁰ (Paulo, 2000, p. 521).

A despeito disto, desde os primórdios do golpe militar e da ditadura militar, uma série de republicanos se mobilizaram em torno da resistência, formando em um primeiro momento a Liga Republicana Portuguesa, em associação com a Liga da Defesa da República, dos exilados de Paris (Paulo, 2000, p. 522). No Centro Republicano Português Dr. Afonso Costa, houve a maior expressão da oposição. Fundado em 1932, combateu em diversos momentos a visão oficial criada pela Federação das Associações Portuguesas no Brasil, órgão oficial do regime no Brasil,²¹ trazendo notícias da oposição no exílio na Espanha e França (Paulo, 2000, p. 524). O *Boletim do Centro Republicano Português Dr. Afonso Costa* expressava a visão da “outra colônia”, a partir das suas várias críticas ao salazarismo. Como no

20 Como veremos no próximo capítulo, esses serão os principais fatores para a própria extinção da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro.

21 Como reitera a própria Heloisa Paulo: “No decorrer da década de trinta, a Federação das Associações Portuguesas assume um papel de relevância na divulgação do ideário salazarista no Brasil. Organiza manifestações favoráveis ao regime e apresenta-se como representante oficial da colônia portuguesa nos grandes eventos patrocinados pelo Estado Novo em Portugal” (Paulo, 2000, p. 196).

episódio em que os integrantes do boletim criticaram a ação dos representantes consulares portugueses no Brasil em prol de Salazar, nomeadamente, a partir das críticas do diretor do boletim, Eugenio Martins, a Martinho Nobre de Melo (Paulo, 2000, p. 530). Em decorrência dessas críticas, no primeiro e único número, o boletim foi retirado de circulação por seu “teor político”.

Além do referido boletim, somente o jornal *Portugal Republicano*, uma publicação conjunta do Centro Republicano Dr. Afonso Costa e do Grêmio Republicano Português, fez oposição explícita ao regime nos anos 1930, estando na “lista negra” do regime, mesmo porque as outras produções foram sendo secundarizadas e afastadas dos quadros de importantes instituições de coesão dos emigrados e que eram a favor do salazarismo, como é o caso da Federação das Associações Portuguesas do Rio de Janeiro e do Real Gabinete Português de Leitura e de periódicos como a *Voz de Portugal*, *Diário Português* e *Portugal Novo*.

Com relação à produção de revistas e boletins de cunho mais “acadêmico”, podemos também situar a revista *Lusitânia* (1929), *Portugal-Brasil* (1932), e o próprio *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* (1931) – que analisaremos nos próximos capítulos – nos anos 1930 como espaços de afirmação da lusitanidade e do legado colonial português no mundo. Neles aparecem uma série de “imagens de centro” que afirmam o papel preponderante, no passado e naquele momento, de Portugal na construção do mundo ocidental, reproduzindo no Brasil práticas editoriais que eram já comuns em Portugal e colônias – como demonstramos no subtópico anterior.

Carla Mary da Silva Oliveira, em uma análise do periódico *Lusitânia* (1929-1934) – produzido por intelectuais, jornalistas e escritores portugueses no Brasil –, explicita os elementos que são comuns ao “regramento do *habitus*” e continuamente repetidos nas diversas revistas e boletins da comunidade portuguesa daquele período:

- 1) Portugal é uma nação possuidora de um passado grandioso; 2) embora pareça ter fenecido, a grandeza de Portugal encontra-se apenas adormecida; 3) é tarefa precípua dos cidadãos portugueses espalhados pelo mundo bradar aos quatro ventos essa grandeza; 4) uma das formas de fazer ver ao resto do mundo essa grandeza é divulgar a cultura, os valores e as tradições lusi-

tanais; 5) além dos elementos culturais, a base da grandeza lusa é o trabalho e o perfil como empreendedor do povo português (primeiro como colonizador, depois como imigrante) (Oliveira, 2003, p. 34).

A revista *Lusitânia* era constituída por integrantes da “colônia oficial”, sendo totalmente a favor do salazarismo e da instauração do Estado Novo, acompanhando de perto com bastante ufanía o seu processo de institucionalização. A revista *Lusitânia* também era um órgão de propaganda da “lusitanidade”, e, portanto, reiterou em seus diversos editoriais uma exortação à “vocaçãõ” imperial, desconstruindo os “negativismos” sobre a sua capacidade colonizadora:

O nosso programma? Está traçado pelo título. Lusitânia diz tudo. Lusitânia é a batalha da Pátria, desde os tempos mais remotos até aos nossos dias. A luta contra os romanos e contra os mouros, a defeza do Condado Portucalense, as arrancadas contra Napoleão e contra os Felippes, a Independencia, as Cruzadas, as Quinas. Lusitania é Guimarães, Ourique, Aljubarrota, Alcacer-Kibir, o Bussaco, Armentiers. Lusitania é Viriato, Affonso Henriques, Egas Moniz, Nuno Alvares, o Mestre de Aviz. Vasco da Gama, o Infante de Sagres, Os Lusíadas e as descobertas, o Brasil. Camões e o amôr. Lusitania é a epopéa gigantesca do nosso passado, o espirito, a coragem e o genio da Raça. Lusitania é Gago Coutinho, Sacadura Cabral, Milhões; é a aventura de um povo que há 18 seculos luta pela civilização, pela crença e pela glória. Lusitania somos nós, é a nossa fé, o nosso ardor combativo. Lusitania é Portugal (Lusitânia, 1929a, p. 5).

Em outro editorial, esse embate e engajamento pelos valores lusitanos na luta contra “a deformação histórica” fica ainda mais claro:

As investidas da ignorância não devem perturbar-nos. Portugal não é uma nação decadente. Decadentes são as nações que não continuam o seu poder através dos seculos, que se desmoram e desmoralizam, que se entregam à ciosidade e ao abandono de si mesmas. E Portugal tem trabalhado sem cessar, tem evoluído sempre, tem mantido o seu logar na História. Nas letras, nas sciencias, nas artes, nas indústrias, no commercio, na política, na acção e nas idéas. Do passado vivem os paizes estacionarios, fracos, que não têm presente que os imponha. E Portugal é uma força actual, sempre nova,

constructiva e audaz, latente, formidável; um povo que hoje, como ontem, caminha na vanguarda do progresso e da civilização do Mundo. Portugal não é uma nação morta. Mortas são as nações que não têm energia, que não acompanham as outras na acção transformadora das coisas e da vida, que param de lutar. E Portugal tem todas as primitivas energias da Raça e todas as iniciativas, aspirações e entusiasmos do espírito moderno (Lusitânia, 1929b, p. 5).

O “heroísmo” do imigrante português segundo o espelho da história da expansão ultramarina veicula a ideia de um “*ethos atlântico*” de uma “vocação”, como fica explícito em outro editorial:

Cada português é um soldado da Pátria, um escravo das suas tendências e ideais. Em qualquer parte onde viva, está ali, na sua casa, no pedaço de terra que cultiva, no palácio ou na choupana, um pedaço de Portugal. Cavaleiros andantes da aventura, nada nos impede a marcha e a gloria. [...] Triumphamos na Europa, na Ásia, em todas as nações e em todos os continentes. Portugal, o Portugal Maior do nosso sonho de patriotismo, abrange, no seu ideal, toda a face da Terra. É imenso como a fé, grande e eterno como o nosso amôr! O sentido das coisas, o sentido das almas, o sentido das pátrias! O sentido de Portugal está marcado pelo passado. Foi rasgado pelas naus das Descobertas. Defenderam-n’o, dando a vida pela idéa, os maiores guerreiros da antiguidade. Cantaram-n’o, em estrophes imortaes, os nossos poetas de gênio. Agora não há mais mundos para descobrir, terras para conquistar. Mas nós continuamos a lutar, a percorrer o mundo em busca da Chimera. A gloria encanta-nos. Somos eternos enamorados do perigo e da victoria. O sentido de Portugal! Quem não o entende? Quem não o vê na ternura nostálgica da nossa gente, no heroismo dos humildes, no fulgor da intelligencia, na candura das nossas almas? Quem não o adivinha na tristeza e na alegria dos corações portugueses, no calor do nosso sangue, na epopêa da nossa História? O sentido de Portugal é o sentido da immensidade e da belleza, do Céu e do mar, da immortalidade, da expansão da Lingua e da Fé! (Lusitânia, 1929c, p. 5).

Entretanto, não foi somente na “colônia oficial” no Brasil, vinculada ao salazarismo, que foram criadas visões sobre as colônias e

o colonialismo. Houve também na oposição emigrada ou exilada (a “outra colônia”) produções intelectuais que versavam sobre o Império.²² No *Boletim do Centro Português Dr. Afonso Costa* há uma série de referências ao papel do republicanismo na construção de um “grande império”. Em certo momento do boletim, há uma fala dos editores exortando a ação de Afonso Costa na “demolição da Monarquia”, e, portanto, na reconstrução nacional do legado imperial (*Boletim do Centro Republicano Português Dr. Afonso Costa*, 1933, p. 5).

No mesmo boletim há também uma republicação de um artigo de Norton de Matos, “Memórias da minha vida colonial”, onde há uma análise sobre a situação das colônias no período que antecede a Primeira Guerra Mundial, assinalando a necessidade de maior proteção do Império, pois o avanço germânico, tal qual nos anos 10, era também um fato do daquele momento presente. Por isso, para defender o “patrimônio” faziam-se necessárias reformas (descentralização, extinção do trabalho forçado, etc.) para que o legado fosse preservado (*Boletim...*, 1933, p. 22).

Para o republicanismo, em Portugal ou no exílio, o Império, enquanto “imaginação de centro”, também se consubstanciava no discurso do legado, do império colonial. Não era arbitrário que uma parte desta oposição apoiasse alguns eventos paradigmáticos da “mística imperial” reproduzida pelo salazarismo, respondendo por vezes aos apelos da propaganda oficial. Estas imagens – produzidas pela “colônia oficial” (salazaristas) ou pela “outra colônia” (republicanos, anarquistas, etc.) – em torno de um “ser lusitano atlântico” e da “mística colonial” buscavam afirmar a identidade dos emigrados, sendo, assim, uma reação ao antilusitanismo. Para esses intelectuais, fazia-se necessário retirar o estigma popular do imigrante como

22 Como reitera Heloisa Paulo, o ideário colonial não é exclusivo dos gestores salazaristas ou da intelligentsia integrada ao regime; na oposição republicana houve também uma visão particular da questão: “O ideal ‘colonialista’ faz parte do ideário republicano, assim como o passado colonial é parte integrante da biografia de muitos membros do revirvalho. Como oficiais, participam das movimentações militares em território africano Jaime de Moraes, João Sermento Pimentel, Fernando Utra Machado, Francisco Oliveira Pio, Cesar de Almeida. A ideia de ‘Pátria’ propagada pela República não implica somente no exercício pleno da cidadania, mas numa concepção territorial no qual o universo colonial é parte integrante. A noção, já cara aos princípios monárquicos, da “Missão Civilizadora” da Pátria portuguesa continuará a nortear os republicanos, apesar das discordâncias, quanto ao seu sentido e a possibilidade da sua ‘evolução’ vislumbrando-se neste caso a procura de emancipação ou incorporação das antigas colônias” (Paulo, 2013, p. 615).

“ignorante ou iletrado”, construído durante a Primeira República a partir das tensões sociais que projetavam no lusitano emigrado a raiz de todos os males sociais do presente. Dessa forma, a afirmação de um “Portugal Maior”, a partir de um ideário *transterritorial* de nação, legitimado pela produção editorial da colônia (e fora desta), foi um dos principais elementos do campo intelectual nas colônias, atravessando as distintas matizes políticas.

A questão colonial (e o seu “passado glorioso”) em Portugal e nas colônias servia como instrumento de coesão dos grupos, ou seja, como instrumento para afirmar um “ser lusitano” que carregava politicamente e “espiritualmente” os valores “éticos” do colonizador português. O *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* representou, portanto, um elemento dentro de um “mar” de produções e práticas institucionais que são constitutivas dos processos de nacionalização da cultura por meio da ideia de império, do “Portugal Maior” (a nação “panlusa”), nos quatro cantos do mundo.

CAPÍTULO II

**DA CRÍTICA VELADA À REPULSA AO
SALAZARISMO BOLETIM DA SOCIEDADE
LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO**

Embora houvesse na colônia portuguesa do Rio de Janeiro nos anos 1930 (e fora dela) diversas revistas e boletins preocupados com a promoção de Portugal e seus valores, o único periódico e sociedade que se dedicava exclusivamente à questão colonial portuguesa, à difusão explícita do “nacionalismo imperial”, era o *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. Esta não é a única singularidade do referido periódico, que também congregava a especificidade de ser produzido por intelectuais republicanos exilados no Brasil, nostálgicos de um ideário “republicano” de colonização que detinha como principal modelo as gestões de Norton de Matos em Angola (1912-1914 e 1921-1924). Diante dessas especificidades, como abordar o Boletim e seus sentidos políticos?

Para dar conta dessa complexidade dividiremos a sua análise nos próximos capítulos em quatro momentos: neste capítulo, abordaremos a sua emergência no seio da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro (1930-1939), examinando também a trajetória do Boletim em suas duas grandes fases (1931-1934 e 1935-1939). No segundo momento (capítulo III), analisaremos o fenômeno do pan-nacionalismo (da Luso-Africana e outras instituições e personagens do período) no quadro mais amplo dos pan-etnicismos, evidenciando as visões sobre o panlusitanismo/luso-brasilidade nas três primeiras décadas do século XX. Em seguida, perscrutaremos o panlusitanismo nos anos 1930, sendo o Boletim o principal órgão de reprodução do ideário, seja através da sua visão do panlusitanismo como resposta à ascensão do imperialismo germânico e italiano, seja através da *Cartilha Colonial*, de Augusto Casimiro, a principal expressão da visão de mundo dos republicanos que publicam nesta. Em um terceiro momento (capítulo IV), trataremos do “republicanismo nostálgico” no Boletim a partir das distintas críticas ao modelo de gestão colonial do salazarismo (centralismo, trabalho forçado, arcaísmo econômico, etc.). Por fim, no capítulo V, analisaremos os “exotismos” construídos sobre o “outro” colonizado a partir da historiografia e dos estudos africanistas (Etnologia e Antropologia) publicados no Boletim.

Em síntese, para compreender os sentidos políticos do Boletim, iremos nos enveredar por estas duas dimensões: o “panlusitanismo” e o “republicanismo nostálgico”, reproduzindo e interpretando os editoriais dos seus membros, e também os artigos, resenhas, poesias e resenhas daqueles que publicaram na Sociedade Luso-Africana do

Rio de Janeiro. Por meio desse método, mapearemos os conceitos e visões de mundo daqueles que publicaram no Boletim. Além disso, ao longo do texto, buscaremos comparar a produção específica do Boletim, com debates oriundos de outras produções periódicas e algumas bibliografias do período para apreender esses discursos dentro de um campo intelectual (em disputa) mais amplo.

A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro e a emergência do seu Boletim

“Cultuar o gênio da Raça pela lembrança perene e sempre viva de seus feitos imortais, e, afervorando o sentimento lusíada, remontar às mais puras Glórias do Passado como fonte de estímulos a novas formas superiores de vida para uma Realidade portuguesa – é desenvolver o mais inteligente e o mais belo Patriotismo. Tais são os vossos nobres intuítos, impertérritos lusitanenses da Luso-Africana. Por isso [...] a minha primeira visita ao Brasil é para vós.”

(Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro)

A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, fundada em 22 de maio de 1930, na qual emerge o Boletim em questão, foi a única associação dedicada exclusivamente à propaganda colonial portuguesa no Brasil.²³ Sua sede localizava-se em um edifício na Treze de Maio, na antiga capital federal (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1934, p. 253). Teve como símbolo o escudo de oito castelos, representando as diversas colônias. Seu lema, enunciado em todos os editoriais introdutórios do Boletim, era o “Pela raça, pela língua”, como fica explícito em seus estatutos (publicados em 1934) no seu último artigo:

Art. 42.º - A sociedade adopta para seu uso as seguintes insígnias:

a) emblema alegórico aos fins da Sociedade constando de um escudo, tendo ao centro um outro menor com as quinas tradicionais do escudo português, cercado por oito castelos, simbolizando as oito províncias portuguêsas: - Índia, Angola, Moçambique, Timor, Macau, Cabo-Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, e com a legenda PELA RAÇA,

²³ A única associação com um papel análogo, fora ou dentro da colônia portuguesa, foi a sucursal da Sociedade de Geografia de Lisboa no Rio de Janeiro, fundada em 1878, que funcionava como correia de transmissão da engrenagem colonialista em curso, sendo o “movimento geográfico”, no qual as sociedades de geografia fazem parte, decisivo para a compreensão do processo – tratamos da questão no subtópico 1.2.1.

PELA LÍNGUA (Estatutos da Sociedade Luso-Africana do Rio De Janeiro, 1934, p. 21).

No artigo 1º dos seus estatutos, proclamava o seu objetivo fundamental enquanto organização da sociedade civil “fazer a propaganda do panlusitanismo e bem assim tornar conhecidas as províncias ultramarinas portuguesas [...]” (Estatutos da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1934, p. 3). No artigo 2º são expressas as formas de alcançar o doutrinamento panlusitano:

- a) realizando reuniões de carácter científico, literário ou simplesmente recreativo;
- b) promovendo e entretendo correspondências com as autoridades e estações oficiais portuguesas da metrópole e das possessões ultramarinas;
- c) criando biblioteca e uma exposição de produtos das possessões portuguesas;
- d) publicando um boletim ou uma revista que corresponda aos fins da Sociedade e torne conhecidos os seus trabalhos (Estatutos da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1934, p. 4).

Os sócios da Sociedade deveriam pagar uma quantia mínima para se manterem no quadro que variava de acordo com dez categorias (não há os valores de todos): Ativos (cinco mil réis), Protetores (dez mil réis), Vitalícios (300 mil réis), Benfeitores, Beneméritos, Cooperadores, Honorários, Auxiliares, Correspondentes e Delegados (Estatutos da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1934, p. 6). Estes quadros, em diversos níveis, para manterem-se na instituição, tinham o dever de participar das assembleias gerais e aceitar os cargos que fossem decididos pelo voto dos sócios. Detinham também o direito de frequentar as salas de leitura, propor a entrada de novos sócios e de participar dos atos festivos da Sociedade (Estatutos da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1934, p. 7).

Além dos membros associados, a Sociedade era composta por um quadro administrativo permanente: presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º bibliotecário, 2º bibliotecário e o tesoureiro, eleitos pela assembleia geral em todo 10 de Janeiro (Estatutos da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1934, p. 9). Em uma dessas assembleias (não há uma data específica), Norton de Matos e Nuno Simões foram escolhidos para serem os patronos da Sociedade.

Entre os seus quadros administrativos, contavam com uma grande maioria de republicanos, que se engajavam, em diversos níveis, fora e dentro da Sociedade, contra o discurso salazarista para a colônia portuguesa do Rio de Janeiro. Entre eles, podemos citar o caso de Eugenio Martins, diretor do *Portugal Republicano*, o único jornal a fazer a oposição acirrada ao regime nos anos 1930, e de António de Sousa Amorim (1º secretário e diretor do boletim), colaborador neste mesmo jornal.

Além destes, podemos citar também os republicanos Ricardo Severo e o recém-exilado político Sarmiento Pimentel, Augusto Casimiro e o próprio patrono da Sociedade em Portugal, Norton de Matos, como casos emblemáticos de quadros da Sociedade que faziam parte da oposição ativa contra o salazarismo. Todavia, não iremos tratar, neste momento, especificamente da oposição realizada por eles, pois deixaremos a questão para os próximos subtópicos. A Sociedade também passou a ter, a partir de 1934, um espaço de dez minutos no programa *Horas Portuguesas*, da Emissora Nacional, alguns dos quais seriam publicados no *Boletim da Sociedade*. Em 1936, organizaram a Semana do Ultramar em um dos pavilhões das Feiras Internacionais de Amostras – trataremos mais detalhadamente desta no próximo subtópico.

Além disso, organizavam festividades anuais para comemorar os aniversários da Sociedade, onde geralmente eram realizadas falas e debates sobre questões coloniais – uma parte delas será analisada logo à frente. Comemoravam também datas importantes para a história do colonialismo português, como era o caso do dia da Restauração de Angola por Salvador Correia de Sá. A Sociedade criou um selo editorial em 1936, as “Publicações Panlusas”, publicando dois livros, a saber: a *Cartilha Colonial* de Augusto Casimiro e *O fundador do Império Luso no Oriente*, de Manuel António Ferreira, ambos publicados no mesmo ano da criação do selo.

No entanto, a despeito destas diversas práticas institucionais, foi no Boletim que a Sociedade Luso-Africana teve seu principal canal de diálogo com a colônia portuguesa no Brasil (nomeadamente do Rio de Janeiro), com os brasileiros e, também, com uma grande rede de militares “colonialistas” na metrópole e colônias que colaboravam intensivamente com o Boletim. O *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* emergiu em 1931 como órgão da referida Sociedade, publicado pela Gráfica de Casa Vilas Boas.

Nas suas diversas capas, apresentava os elementos do já referido escudo de oito castelos, simbolizando sua adesão à visão panlusitana a qual a sociedade almejava. O Boletim foi fundamental para a difusão do ideário da Sociedade, mas também para a sua própria sobrevivência financeira – apesar de que nos últimos anos houve uma crise financeira, causada pela perseguição salazarista à instituição e conseqüente afastamento da “colônia oficial”. A despeito de ser distribuído gratuitamente – reproduzia a frase de Teófilo Braga: “As ideias não se vendem, dão-se” em todos os volumes –, do primeiro ao último número, os responsáveis pelo Boletim angariavam diversas doações e inscrições de novos membros em decorrência da sua imensa rede de contatos. Além disso, também ganhavam recursos com a reprodução de propagandas de produtos brasileiros, portugueses e marcas coloniais de Angola e Moçambique.

Em seu primeiro número, foram publicados os principais propósitos, da sociedade e do boletim, em forma de três fases distintas. Na primeira fase, a publicação aponta três grandes objetivos em torno do sentido institucional de uma associação colonialista voltada para a intervenção cultural na sociedade civil brasileira, metropolitana e colonial em sua afirmação do ideário “panluso”:

1° – Despertar entre os portugueses da América e entre os seus irmãos brasileiros, o interesse pela vida das colônias portuguesas: a) divulgar as produções intelectuais em torno das questões coloniais e do mundo lusófono; b) transcrição das notícias e artigos da Sociedade no Boletim da mesma (fotografias); c) promover artigos de propaganda pan-lusa; d) reuniões de discussão literária e científica sobre o mundo.

2° – Orientar esforços no sentido de ir criando entre a opinião pública brasileira uma atmosfera de carinho e simpatia para com os que habitam as nossas colônias, e para que os brasileiros se vão a pouco habituando considerar realmente como seus irmãos esses outros ramos da raça lusónia de tal maneira que esses filhos mais novos do panlusitanismo se encontrem, de futuro, fortalecidos pela ideia de que atrás deles se encontra a sombra protetora deste seu grande irmão mais velho, desta grande nação pan-lusa que é o Brasil, e que este, por sua vez se sinta impelido a proteger os seus irmãos mais novos contra alguma tentativa de agressão ou espoliação, por parte de qualquer outra nação. Em

resumo: A Sociedade Luso-Africana esforçar-se-á tanto quanto lhe for possível, por defender, animar e propagar os ideais lusitanos, visando com isto não só a Metrópole e os atuais núcleos lusófonos do Brasil e da Índia, como também os núcleos de Angola, Moçambique, Timor, etc., ainda presentemente em formação

3º - Bater-se pela criação, em tempo oportuno, de uma linha de navegação com viagens triangulares - Lisboa-Rio-Angola-Lisboa - e, se possível, estendido o lado africano do triângulo até Lourenço Marques. Linha sem finalidades comerciais imediatas, terá por objetivo facilitar o intercâmbio entre o Brasil e as nossas colônias, sob o patrocínio do pavilhão português (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1931, p. 30).

Na sua segunda fase, quando a Sociedade já tivesse angariado recursos, almejavam fundar uma grande biblioteca colonial; ampliar a coleta de recursos por meio da venda de produtos coloniais; estabelecer uma rede de informações com diversos gestores das colônias e, por fim, criar sucursais da sociedade ao longo do Brasil, colônias e metrópole (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1931, p. 31). Em uma última, a Sociedade criaria um serviço de informações telegráficas entre Angola, Moçambique e Rio, destinado a enviar publicações para a imprensa local, objetivando a troca de informações. Além disso, também seria um núcleo de auxílio para os colonos portugueses recém-chegados, amparando-os e subvencionando-os até sua possível estabilidade (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1931, p. 31).

Os objetivos da difusão do panlusitanismo e do auxílio ao emigrante português no Brasil constituíam os principais elementos que mobilizarão os intelectuais do quadro da sociedade e do seu boletim. No entanto, uma parte significativa desses objetivos não foram alcançados em razão da “cortina de fumaça” que a “colônia oficial” criou, a partir da perseguição do salazarismo a qualquer organização que não reproduzisse *pari passu* o seu discurso oficial.

Voltemos agora para uma análise mais específica do boletim, a partir dos editoriais e intervenções dos seus principais realizadores, em suas duas grandes fases (1931-34/1935-39), para assim investigarmos melhor a sua evolução discursiva.

Em busca de uma grande coalização panlusa de 1931 a 1934

“A sociedade Luso-Africana não é mais só uma coletividade portuguesa, mas uma práxis em torno do “pan-lusitanismo” e das terras viciosas de África, Ásia e Oceania onde, hoje como ontem, amanhã como hoje, os portugueses fieis à sua estirpe à tradição honrada dos seus maiores, sem desfalecimentos nem temores prosseguem intrépidos e galhardamente a dilatar a fé e o Império – a fé e o império da alma, da cultura e da hospitalidade das virtudes lusíadas [...] – Por Portugal! – Pelo Brasil – Pela Estirpe! – Pela Grei – Pelo Pan-lusitanismo!”

(**António de Sousa Amorim**)

“O programa da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro é por demais conhecido e tão ligado ao estado patriótico sentido pelos portugueses, vivam eles nesta metrópole amiga, sedutora e magnânima; no território estadunidense ou nas ilhas de Havaí; nas zonas escal-dantes do litoral africano ou nos climas temperados e amenos dos planaltos da África subtropical, na Europa como na Ásia e na Oceania [...] a Luso-Africana bem cumpriu, com lealdade e sublime isenção, a patriótica tarefa que orgulhosamente se impusera.”

(**Francisco das Dores Gonçalves**)

Dois personagens emblemáticos foram responsáveis pela produção, publicação e estruturação interna do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*: António de Sousa de Amorim (1º Secretário e diretor do boletim) e Francisco das Dores Gonçalves (presidente da Sociedade Luso-Africana). Ambos produziram mais de 20 editoriais introdutórios do boletim,²⁴ que são propriamente um dos

24 Sendo 14 editoriais realizados por Francisco das Dores Gonçalves, cinco feitos por António Amorim, e somente um feito por outro integrante da Luso-Africana no último número publicado, o português Noberto Gonzaga.

principais espaços para visualizar a concepção de mundo da Sociedade Luso-Africana sobre o salazarismo, o ultramar e a colônia portuguesa do Rio de Janeiro. As suas intervenções são sempre expressas não enquanto produto individual de opiniões particulares, mas como expressão da vontade/visão coletiva da instituição.

António de Sousa Amorim (ou “António de Balfruda”, como também era chamado) foi um republicano de Ponte de Lima emigrado no Brasil em decorrência da perseguição política. Como já colocamos, Amorim teve uma considerável militância no seio da oposição à visão oficial salazarista, na colônia portuguesa do Rio de Janeiro, por meio de publicações no jornal *Portugal Republicano* e no *Boletim do Centro Português Dr. Afonso Costa*. Francisco das Dores Gonçalves, algarviano e comunista, era emigrado no Brasil havia já muito mais tempo, ainda no período monárquico (em decorrência de suas divergências com o regime), sendo um dos fundadores do Grêmio Republicano Português em 1908 (Paulo, 2006, p. 126).²⁵ Os dois personagens eram, por conseguinte, representantes daquela “outra colônia portuguesa” fora do âmbito da alçada das instituições que reproduzem o discurso da “colônia oficial”.²⁶

Entretanto, não é essa visão que ambos expressam nos editoriais dos primeiros quatro anos do boletim (1931-1934). A visão crítica ao salazarismo era secundarizada perante a ideia de uma produção periódica “neutra” que fizesse a “coalização panlusa”, sem se importar em demasia com a visão republicana dos membros da sociedade.²⁷

25 Iniciou sua trajetória na emigração enquanto funcionário da Tipografia Villas-Boas, diretor do Centro Algarvio, nos anos 1920, e foi um dos membros do Grêmio Republicano Português do Rio de Janeiro. Além disso, foi o contato do “Grupo dos Budas no Brasil”.

26 Discutimos sobre a questão da “colônia oficial” e a “outra colônia” no subtópico 1.3.2.

27 Como fica explícito no 1º artigo: “[...]uma sociedade civil para fazer a propaganda do pan-lusitanismo e bem assim tornar conhecida as províncias ultramarinas portuguesas, podendo admitir qualquer número de sócios de ambos os sexos, sem distinguir posições, cor ou crença [...]” (Estatutos da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1934, p. 3). Há também em vários números a seguinte frase, referindo-se à ideia de neutralidade política do Boletim: “Fiel ao seu programa de inactável independência, a Sociedade Luso-Africana assegurou aos ilustres colaboradores deste boletim plena liberdade de pensamento. Por tal motivo ninguém terá o direito de lhe atribuir o endosso das doutrinas aqui expendidas que por ventura se não filiem de modo directo nos objetivos que presidem os nossos fins – a expansão de lusitanismo em todos os seus múltiplos aspectos: econômicos, políticos e sociais” (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1932, p. 94).

Nesse período, as críticas são muito mais em torno da reforma de aspectos da política colonial do que propriamente um ataque ao regime,²⁸ como acontece nos anos subsequentes (1935-1939).

Foram também António e Francisco que organizaram uma rede de relações com diversos intelectuais e membros consulares da colônia portuguesa do Rio de Janeiro²⁹ (Carlos Malheiro Dias, o cônsul Marcelo Matias, o cônsul-geral de Portugal no Brasil Pedroso Rodrigues), São Paulo (Ricardo Severo), Portugal (Henrique Galvão, Armindo Monteiro, Paiva Couceiro, Nuno Simões, Norton de Matos, etc.) e as colônias na África (Augusto Casimiro, Gastão de Sousa Dias, J. R. da Costa Junior, etc.), Timor, Goa (Manuel António Ferreira) e Macau (Jaime do Inso).

Tal rede de gestores e intelectuais estruturou-se ao longo dos anos 1930 a partir de solicitações de António de Amorim,³⁰ que alcançaram figuras notáveis do colonialismo, de todos os espectros políticos, governadores gerais, antigos altos-comissários, ministros e ex-ministros, intelectuais e militares. Para concretizar esses vínculos, Amorim enviou intensivamente diversas cartas, solicitações

28 No próximo capítulo, trataremos da visão dos “republicanos nostálgicos” em sua crítica ao modelo colonial salazarista em suas distintas práticas.

29 Francisco das Dores Gonçalves teve uma considerável intervenção em jornais brasileiros e luso-brasileiros na divulgação da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. Por exemplo, nos jornais *Diário da Noite*, em 5 de dezembro de 1936 (Gonçalves, 1936c, p. 10), e no *O Jornal*, em uma matéria de 23 de janeiro de 1931 (Gonçalves, 1931, p. 8), periódicos com espaços dedicados a questões lusitanas, há escritos seus sobre a Luso-Africana.

30 Há pelo menos duas cartas de Amorim a Norton de Matos (Amorim, 1932b; 1932c); uma resposta à carta de Amorim pelo governador da Índia General Craveiro Lopes boletim (Lopes, 1934, p. 233) e outra do governador-geral de Angola Eduardo Ferreira Viana (Ferreira, 1933a, p. 62) e ainda uma outra do governador-geral da Guiné, Luiz António de Carvalho Viegas, todas publicadas integralmente no Boletim; uma carta de Amorim ao limiense conde D’Autora respondida no boletim (Aurora, 1934, p. 13-14); uma carta do administrador colonial Manuel Pereira Figueira, chefe do Gabinete do Ministro das Colônias, em resposta a Amorim; uma carta-resposta do governador do Distrito de Moçâmedes publicada no boletim (Barbosa, 1934); uma carta de agradecimento a Henrique Galvão pelo envio da conferência “A função colonial de Portugal” (Amorim, 1935a); uma solicitação para Paiva Couceiro participar do programa *Horas Portuguesas* (Amorim, 1935b), diversas respostas de jornais e vários artigos de gestores e intelectuais (“colonialistas”) importantes agradecendo ao convite para publicação de Amorim. Além disso, depois de alguns anos, os próprios militares de origem republicana Gastão de Sousa Dias e J. R. Costa – o representante da Luso-Africana em Portugal – também solicitaram artigos de diversos militares na administração em Angola, Moçambique e Guiné – esboçaremos mais detalhadamente sobre estes militares republicanos no próximo capítulo.

para participar do programa *Horas Portuguesas*, na Emissora Nacional, requerimento de gráficos e fotografias para a administração colonial em todas as colônias.

Todavia, foi nos editoriais introdutórios (dessa primeira conjuntura), produzidos por António de Amorim e Francisco das Dores Gonçalves, que ficou cada vez mais explícita a busca por uma política de coalização panlusitana dos distintos matizes políticos, que certamente secundariza, ou amortiza, o viés republicano dos seus editores. A conciliação com personagens no espectro político oposto a estes (nomeadamente da “colônia oficial”) só poderia ser alcançada pela invocação de um nacionalismo não somente transnacional, mas também suprapartidário. É nesse sentido que eles invocam o pan-nacionalismo nesse momento.

O editorial “Profissão de fé”, escrito em nome da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro (certamente por António de Amorim ou Francisco das Dores Gonçalves; não há indicação de autoria), que abre o primeiro número do Boletim, uma republicação do *Jornal Português* de 21 de junho de 1930, faz um balanço elogioso do primeiro ano da Sociedade. Inicia o texto reiterando o papel do Boletim frente à comunidade portuguesa no Brasil:

De há muito se vinha fazendo sentir a falta entre nós de um organismo destinado a fazer no Brasil a propaganda das nossas colônias, isto é, tornar conhecidos o seu progresso material e as suas possibilidades atuais e futuras; um organismo que se esforçasse por dizer aos portugueses do Brasil – e porque não aos brasileiros também – o que aquilo foi; o que aquilo é; e o que aquilo tem forçosamente de vir a ser (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1931, p. 1).

De acordo com o texto, o Boletim nasceu como um órgão de estudo das “pátrias neolusitanas em formação”, como espaço de propaganda do papel “heroico” que os portugueses cumpriam em Angola e Moçambique, assinalando o “alargamento” desta propaganda a partir do surgimento da referida Sociedade:

Ela engloba no seu programa, além da propaganda pura e simples das colônias, a campanha em prol da formação de um ambiente pan-lusitano, tanto aqui, como na metrópole e nas próprias colônias. A Sociedade Luso-Africana, mau grado as aparências utópicas deste seu

objetivo, lança-se resoluta e decididamente à luta para alcançar. E que os homens de que ela se compõe sentem que nada há de utópico em sonhar com uma futura união dos povos de descendência lusitana espalhados pelos cinco continentes. Evidentemente, quando falamos nesta união, não temos desde já em vista qualquer união política ou econômica, mas simples união de sangue que une dois ou mais irmãos. Podem ser esses irmãos, econômica e socialmente falando, inteiramente independentes entre si, e esses laços de parentescos aparentemente fracos (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1931, p. 1).

Segundo o autor, essa unidade “espiritual” seria o primeiro passo para uma futura unidade política e econômica das “nações lusíadas”. A Luso-Africana abriria os horizontes para uma comunhão dos “povos de ordem portuguesa”, para sua completa integração (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1931: 2). Essas “racionalidades de origem portuguesa”, luso-brasileiras e luso-africanas, se aproximaram na medida em que foi “provado” que a ação de Portugal nas colônias foi valorizada perante o público brasileiro, tendo os emigrantes portugueses no Brasil um papel primordial (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1931, p. 2).

Após o fim do artigo do jornal, o autor do editorial comenta que após um ano de realizações a luso-africana vinha “provando” a sua capacidade de pôr em prática a doutrinação panlusitana, sendo o *Boletim* a amostra viva deste intento (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1931, p. 2). Reitera ainda a sua grande felicidade pela positiva recepção da Luso-Africana perante o público, imprensa, e, principalmente, dos governadores das colônias, pois as solicitações de ofícios, mapas, gráficos, estatísticas, fotografias, jornais e livros foram todas cumpridas (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1931, p. 3).

Essa avaliação do resultado de um ano de trabalho da Sociedade tem sua parcela de verdade; basta olhar nas tabelas de autores para perceber o grande número de gestores e intelectuais das colônias que publicaram no boletim, nomeadamente, no que se refere a esses primeiros quatro anos. Além disso, a publicação de quadros de estatísticas, o número elevadíssimo de fotografias, a publicização de livros enviados (muitas vezes com resenhas ou citações que avulta-

vam ao longo dos vários volumes do boletim) e o grande número de trechos elogiosos de jornais sobre a Luso-Africana publicados ao longo dos vinte volumes do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* revelam a veracidade destas afirmações.

Tal constante autoafirmação deve-se, como veremos melhor logo à frente, à necessidade de se colocar perante a “colônia oficial” portuguesa, metrópole e colônias com bons olhos para assim conseguir o apoio institucional desejado. Ademais, ao firmar-se com os colonos (fundamentalmente militares) portugueses na África, buscavam um grupo que muitas vezes fugia do controle mais direto do salazarismo. Aliás, é essa a principal preocupação do regime quando este começar a perseguição à Luso-Africana, mas voltemos aos editoriais.

No editorial “Cumprindo nosso programa”, escrito por Francisco das Dores Gonçalves no número dois, também apreendemos essa mesma visão laudatória da trajetória da Luso-Africana. Gonçalves expressa sua felicidade pelo elevado número de contribuições para o Boletim de figuras da administração colonial, enquadrando a Sociedade como um dos maiores núcleos da propaganda dos valores coloniais lusitanos (Gonçalves, 1932a, p. 3). As contribuições financeiras dos associados e de organizações da colônia do Rio de Janeiro revelavam também, para o autor, a vitalidade do projeto panlusitana (Gonçalves, 1932a, p. 4). Os elementos elencados por Francisco das Dores Gonçalves para o gradativo prestígio da Luso-Africana – as comemorações do segundo aniversário da Sociedade, com a presença de personagens ilustres, o início, na ocasião do aniversário, das Palestras Coloniais, sendo o primeiro palestrante o cônsul Marcelo Matias, e as contribuições de membros da Sociedade aos jornais *A Pátria* e *Jornal Português* – evidenciam a tentativa de se aproximar da “colônia portuguesa oficial”, congregando efetivamente nessa primeira fase com diversos elementos dela.

Aliás, como assinala Heloisa Paulo (2000), a estratégia de aproximação com personalidades consulares, como é o caso de Marcelo Matias,³¹ é própria de todas as instituições da colônia portuguesa do

31 Além dele, há a presença de outras personalidades consulares em diversos eventos da Sociedade, como é o caso de Valentim Geral, encarregado dos Negócios; Pedroso Rodrigues, cônsul-geral de Portugal no Brasil; Alberto de Faria, secretário da Embaixada; e o já referido Marcelo Matias, cônsul-adjunto de Portugal. No caso deste último, sua presença era tão exortada pelo Boletim que na ocasião de

período (exceto as associações da “outra colônia”, da oposição republicana mais combativa), pois a proximidade com estas personalidades poderia auxiliar na proteção e no apoio institucional. Essa posição fica explícita na organização do primeiro, segundo e terceiro aniversários da instituição, que além de terem sido realizados no Real Gabinete Português de Leitura, espaço por excelência da “colônia oficial”,³² congregavam personalidades consulares e instituições vinculadas explicitamente ao salazarismo, como é o caso da Federação das Associações Portuguesas do Brasil.³³

Na sessão comemorativa do segundo aniversário da organização, em 23 de maio de 1932 no Real Gabinete Português de Leitura,³⁴ António de Amorim fez um discurso elogioso ao papel da Sociedade Luso-Africana na unidade dos portugueses da colônia do Rio de Janeiro, exortando a conferência inaugural do evento realizada pelo cônsul Marcelo Matias (Amorim, 1932a, p. 85). Depois desses elogios, reitera o ponto fundamental dessa conferência, qual seja, de discutir o processo de “regeneração de Portugal” em curso:

Mas a quem se deve a ressurreição dessa mocidade que a todos portugueses enche de justiça do orgulho, inflama de otimismo e galvaniza de confiança? A quem se deve, repito, o despontar auroral, magnífico, dessa geração intrépida e forte, dotadas das mais nobres virtudes e de todos os requisitos para o êxito [...] A quem se deve a reencarnação dirigente ousada, dessa mocidade galharda e varonil? (Amorim, 1932a, p. 85).

Logo em seguida, responde a esta mesma pergunta ressaltando o ressurgimento a partir de sua concepção republicana:

sua transferência para Paris, a Sociedade Luso-Africana o homenageou no Real Gabinete Português de Leitura, com falas de Carlos Malheiro Dias e a presença de Norton de Matos (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1934a, p. 48).

32 Fernanda de Bastos Casimiro, em um discurso na ocasião do quarto aniversário da Sociedade, nomeou o Real Gabinete Português de Leitura como o “templo da lusitanidade” no Brasil (Casimiro, 1934c, p. 239).

33 Nos primeiros quatro anos houve uma presença recorrente de figuras importantes dessa associação, como o secretário Augusto Sousa Baptista e o seu diretor Carlos Malheiro Dias, um assíduo colaborador no *Boletim*.

34 No editorial do *Jornal Português* há uma notícia, publicada no *Boletim*, elogiosa ao segundo aniversário da organização, reiterando o “ardor cívico” de seus integrantes em relação ao “valor político do ultramar português” (*Jornal Português apud Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, 1932, p. 89).

Essa realidade sadia e reconfortante deve-se unicamente à República, ao regime do povo e para o povo! Não fala aqui, como vos afirmei, o republicano, porque não cabe no ambiente dessa fala a discussão das vantagens e das desvantagens, deste ou daquele regime, mesmo porque todas as fórmulas de regime são efêmeras e transitórias, ao passo que a causa da Pátria é eterna! (Amorim, 1932, p. 85).

Sua declaração certamente demonstra que a posição de Amorim, e de outros da Luso-Africana, numa celebração solene com membros de outras associações não alinhadas ao republicanismo, tenta equilibrar-se, em uma fina corda bamba, entre a defesa de seus valores e a integração de outras perspectivas não republicanas dentro do ideário de “pátria eterna”. Assinala, ainda, que antes da República o ensino era uma “coisa pavorosa”, foi aquela que abriu Portugal para as tendências e aspirações europeias, para a modernidade (Amorim, 1932a, p. 85). Reitera que são as novas gerações, em nomes como o do cônsul Marcelo Matias, que recuperam esse efeito do “ar livre”, da “liberalidade do pensamento”, do “esplendor da civilização” (Amorim, 1932a, p. 86).

Para Amorim, foi a geração dos pessimistas que destruiu a “tradição democrática” na sua convergência com uma concepção imperial. Como ele mesmo assinala, “perdemos, como disse, a concepção imperial e universalista que presidirá e inspirará o nosso formidável surto quinhentista, o sonho grandioso e invencível de Afonso de Albuquerque” (Amorim, 1932a, p. 86). Amorim registra que para retomar o “espírito quinhentista” fazia-se imperioso retomar o papel da elite intelectual no seio da reconstrução da nação, tema que permeia os debates desde o *Ultimatum*, como perscrutamos no capítulo I. Logo à frente, cita um trecho do artigo do historiador Sant’ Ana Dionio, publicado na *Seara Nova*, afirmando o papel passado/presente de uma *intelligentsia* nacional cosmopolita a serviço da construção/reconstrução nacional:

Até mil e quinhentos a nacionalidade tinha caminhado à cabeça da civilização europeia. A Universidade de Coimbra-Lisboa foi uma das pioneiras da Europa em data e é em labor. Um dos poucos países que em primeira mão recebeu a invenção da imprensa foi o nosso. As relações culturais com as repúblicas italianas e as cidades fla-

mengas eram permanentes. Van Eisek visita Portugal e aqui permanece o suficiente para deixar os germes da escola de Nuno Gonçalves [...] os humanistas de maior renome correspondem-se com o círculo erudito do infante [...] Gil Vicente editado em Hamburgo. Mas de repente, a Europa é acudida pelo “exemplo” de Lutero. Um arrepio de pânico percorre o mundo católico. As duas monarquias católicas são o último reduto de defesa de ortodoxia. O primeiro movimento, instintivo da Península é “isolar” cortando todas as comunicações com a Europa empestada. E assim em menos de um século o nosso país, que poucos antes tinha sido um pioneiro dos mais ativos da civilização europeia [...] transforma-se numa ilha de “lagartos receosos”, bisonhos, afastados de todo convívio [...] A atividade espiritual do país – como é próprio de tudo que é senil – consome-se em ninharias em esperanças sebastianistas, em nostalgias evocações das passadas glórias [...] A mofina dinastia de idiotas, com ajuda da Inquisição e a tremenda organização pedagógica da Companhia de Jesus, transformara o português audacioso e inteligente das Descobertas num lamentável faquir debruçado sobre o próprio umbigo [...] O medo da denúncia e a fiscalização do pensamento entregue aos homens sinistros do Index impedem toda espontaneidade especulativa e criadora [...] (Dijonio, 1932 *apud* Amorim, 1932a, p. 86-87).

A referência a este longo trecho em meio a uma palestra no contexto de uma das instituições representantes da visão oficial da colônia portuguesa, alinhada com o salazarismo, não pode ser simplesmente arbitrária. Amorim, ao se referir a este trecho, certamente incomodava uma parte do público ao apontar, por meio da leitura de Sant’ Ana Dijonio, a noção de “sociedade bloqueada” pela ortodoxia “religiosa”, o monarquismo, a “fiscalização do pensamento” e a “falta de cosmopolitismo” do passado como elementos de derrocada do “espírito quinhentista”, associando implicitamente este processo com o presente de Portugal.³⁵ Aliás, é o próprio Amorim que logo em

35 Podemos captar também essa leitura na sua intervenção, alguns anos após esse discurso, no boletim do *Centro Português Dr. Afonso Costa*, onde posiciona-se criticamente ao salazarismo e em prol do republicanismo: “Mesmo dos setores republicanos, não falta quem atires pedras a alguns homens da República, não se lembrando aqueles que assim procedem que, a despeito dos seus bons propósitos e melhores intenções tais pedradas atingem menos os homens alvejados que o regime heroicamente implantado pelo destemido povo português, num dos seus

seguida refere-se a Portugal no presente como uma “sociedade bloqueada” por não levar adiante o seu legado humanista e republicano, como fizeram outras “nações progressistas”, e é neste legado que Portugal devia fundamentar-se para reconstruir a si e a seu império:

Só agora me lembro que talvez algum de vós estranha que vos fale em império, depois de vos ter falado em República. Engana-se, porém, quem pensar que estas duas palavras são antônimas. Convém observar que nunca me sirvo da expressão “imperialismo”. República é sinônimo de Democracia, e a Democracia [...] não está em decadência; pelo contrário, nessas diafamas do pensamento contemporâneo ela dia a dia se expande, tomando hora a hora uma feição acentuadamente universalista [...] Quando me refiro a império procuro empregar sempre este vocábulo na acepção camoniana, querendo com ele, como tão alevantadamente o fizera o épico sublime e imortal, à influência e ao poder civilizador da cultura portuguesa (Amorim, 1932a, p. 87).

Para Amorim é fundamentado nessa “razão camoniana” que a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro emerge, pois, ao “reatar os laços espirituais entre todos núcleos de portugueses” no seio de uma “alta concepção imperial”, a Sociedade contribui decisivamente para os portugueses residentes no Brasil, para o calor cívico da “obra lusíada”, para o “espírito quinhentista” (Amorim, 1932a, p. 87). Em seguida, Amorim amortiza o seu discurso, implicitamente crítico

históricos e frequentes movimentos de audácia deslumbrante e rebeldia sagrada. Eu, assim como nunca fiz isso, jamais o farei agora ou de futuro, muito embora não mereçam a menor simpatia alguns dos seus homens que serviram a República, comprometendo-a e vexando-a com as suas habilidades sertanejas de políticos saloios. Mas isto não pode vir ao caso neste momento de preparação, de estudo de esperança [...] de recriminações, lamentos e jeremiadas, por isso que tudo denuncia o termino da louca e fatal aventura iniciada no dia 28 de Maio de 1926 [...] Dir-me-ao, porém os eternos incrédulos, os pobres de espírito, os otários a quem as agências telegráficas com um olho no controle oficial e outro nos subsídios avantajados, passam diariamente o conto do vigário, impingindo-lhes agasto por lebre: – mas isto não é possível! Impossível, seria o contrário, impossível seria que a Nação se deixasse dominar e o povo espoliar dos seus direitos e franquias por ou homem ou por toda uma casta, esquecendo-se, o povo e a Nação, desta sentença lapidar de José Estevam. “São fracos todos os governos de um só homem; por menos que o pareçam, e por mais que lhes finjam não o parecer. O governo de muitos é pelo contrário mais vigoroso, porque com razão presume ser aceito por maior número de pessoas, e nunca há força nas revoluções sem haver força na consciência” (Amorim, 1933 *apud* Boletim do Centro Português Dr. Afonso Costa, 1933, p. 30).

ao salazarismo, fazendo elogios ao governo português daquele momento: “O governo português, por sua vez, também tem e continua contribuindo patrioticamente para a formação dessa almejada mentalidade colonial, alargando e prestigiando o ensino dos assuntos ultramarinos [...]” (Amorim, 1932a, p. 88). Contudo, afirma que ainda falta muito para os portugueses fixados no Brasil se integrarem aos portugueses de Portugal e das colônias para assim formarem um “grande todo e indivisível” (Amorim, 1932a, p. 88), afirmando ainda:

[...] foi esse o supremo objetivo dos que fundaram a Sociedade Luso-Africana, cujo segundo aniversário aqui jubilosamente celebramos. Ligar, entrelaçar, enfeixar o sentimento lusíada de todos os portugueses espalhados pela face da Terra, incuti-lhes os ideais do império [...] despertar em nós a convicção e arraiga-la de que somos uma força sobre a Terra e que o Sol tem iluminado (Amorim, 1932a, p. 88).

A aliança entre republicanismo e uma visão “imperial” e, na mesma medida, a tentativa de amortizar o discurso de confronto entre republicanismo e salazarismo com a ideia de coalização panlusa “suprapartidária” são o mote do discurso de Amorim, e também de Francisco das Dores Gonçalves (e de outros), nessa e em outras intervenções na conjuntura dos primeiros quatro anos do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. Outros nomes do republicanismo também publicaram neste mesmo período do Boletim, defendendo os seus valores e fazendo críticas implícitas às práticas do governo português, como é o caso do republicano Ricardo Severo.

Em uma conferência intitulada *Grei colonizadora*, no Grêmio Português de Campinas, integralmente publicada no segundo número do Boletim, Ricardo Severo busca explicitar o lugar do republicanismo no *ethos* nacional português (Severo, 1932). Inicia sua fala apontando que o “português apartado” da sua pátria, sendo ele emigrante português ou “brasileiro”, separados por “pouco mais de um século”, são unidos por um mesmo “fundo inconsciente”, nascidos de uma mesma tradição, de uma “herança espiritual” da lusitanidade que deve ser protegida a todo custo (Severo, 1932, p. 5), reiterando esta unidade:

Quando [...] no Brasil falo em assembleias comuns, não sei distinguir os portugueses ou os brasileiros. Todos

vós nascestes em Portugal! Por haver sido tão diminuto, esse privilegiado torrão no cabo Marítimo do Velho-Mundo, é que pode ser um só berço de nós todos; um só tamanho, embaldo pelas vagas do mar nosso, o bravo e bondoso Atlântico; pelas mesmas ondas que, com a melodiosa sedução de suas leoas e cantares acalentaram as vagueantes ilusões do seu destino pela imensidade mundial (Severo, 1932, p. 5).

Assinala ainda que falar de Portugal significa afirmar a “pátria espiritual”, elemento que seria a base para o seu “renascimento nacional”. O estudo dos elementos etnológicos que constituem a lusitanidade tem, portanto, um papel de refundar uma política de afirmação das tradições culturais, para assim, a “nação espiritual” reconhecer a si mesma (Severo, 1932, p. 6). Entre os valores eternos da lusitanidade encontram-se, segundo Severo, a sua origem pastoril agrícola, a sua “pobreza honrada” e o seu “comunismo primitivo” em origem desde os primórdios do condado portugalense (Severo, 1932, p. 6). Registra também que foi essa “tradição comunitária” das aldeias que possibilitou a sobrevivência no mar, e que foi este mesmo *ethos* que também permitiu a construção do Brasil e a sua unidade política (Severo, 1932, p. 6).

Entretanto, para Severo, aos poucos esses valores foram sendo esquecidos em prol do monopólio da força. “O processo de colonização, inaugurado segundo o princípio da tradicional democracia, próprio da natureza de nosso povo, modificou-se para um imperialismo colonial de industrialização extrativa e escravocrata” (Severo, 1932, p. 7). Segundo o conferencista, a sobrevivência do espírito comunitário originário só foi possível devido a algumas comunidades espalhadas, sendo este quase que praticamente extinto pela presença do Estado na sua busca por lucro mercantil (Severo, 1932, p. 7).

Conclui então que a existência do Brasil é tributária da “democracia colonizadora” da “grei lusitanense”, que lhe deu o substrato comunitário para formar a sua própria nacionalidade, mas sem perder sua origem, e é para esta que os portugueses da metrópole deveriam olhar atualmente para reconstruir Portugal segundo o seu próprio caráter inerentemente democrático (Severo, 1932, p. 7). Como fica explícito novamente, as relações entre um *ethos* democrático e a

expansão colonial³⁶ são, para uma parte considerável dos membros e colaboradores da Sociedade e do seu Boletim, elementos indissociáveis. As críticas implícitas à falta de encontro no presente entre democracia e a prática colonial foram, possivelmente, um dos fatores que levaram à perseguição política posterior.

Se fôssemos somente nos atentar aos discursos dos próprios membros da Sociedade, e de uma fração considerável dos seus colaboradores (Augusto Casimiro, Norton de Matos, Ricardo Severo, Sarmiento Pimentel, etc.), a fim de avaliar o peso da Sociedade no seio da colônia portuguesa daquele período, poderíamos inferir que eles se colocavam em uma posição um tanto quanto oposta à “colônia oficial”. Mas, como já discutimos, seus membros usavam diversos artifícios para amortizar o discurso de confronto, para além dos “malabarismos” de António de Sousa Amorim e Francisco das Dores Gonçalves. O principal meio era a invocação da autoridade externa do discurso daqueles que na prática estavam do outro lado do espectro político.

Um exemplo emblemático dessa tática foi a publicação de diversas intervenções de Carlos Malheiro Dias dentro do Boletim. Ele era o presidente da Federação das Associações Portuguesas no Brasil, a principal instituição a reproduzir o discurso oficial da colônia portuguesa em sua associação ao salazarismo, e, também, um monárquico convicto que se exilou voluntariamente no Brasil na ocasião da Proclamação da República Portuguesa (1910). Essas duas características o enquadram em um espectro político radicalmente distinto dos membros da Sociedade e do Boletim. A despeito dessas diferenças, além da sua presença nos diversos eventos da Luso-Africana, é invocado para discursar em diversos aniversários da Sociedade.³⁷

36 Em um certo editorial, António Amorim define a sua compreensão do lusitanismo e da expansão colonial como “expressão triunfante do humanismo e do espírito universal”, como representação de um *ethos* democrático do português (Amorim, 1933b, p. 1).

37 Em um certo telegrama de Carlos Malheiro Dias publicado no Boletim, há uma clara demonstração da sua intimidade com a instituição: “Privado por motivo de doença, do prazer e da honra de assistir à sessão solene promovida por essa patriótica Sociedade em comemoração da reconquista de Luanda, apresento a V. V. com as minhas desculpas o meu grato aplauso à obra de educação cívica a que se voltou a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro” (Carlos Malheiro Dias apud Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1933c, p. 73).

No terceiro aniversário da Luso-Africana, Carlos Malheiro Dias fez um discurso no Real Gabinete Português de Leitura, em frente a diversas personalidades da própria Federação das Associações Portuguesas, de representantes do Centro Lusitano D. Nuno Álvares Pereira e dos já referidos representantes consulares, Marcelo Matias e Pedro Rodrigues Dias dá início a sua fala exortando a Sociedade, seus membros e o seu projeto político-institucional:

Antes mesmo de possuímos uma instituição dedicada a intensificar no Brasil o conhecimento de Portugal entre os portugueses e brasileiros, que sob tantos aspectos o ignoram um grupo de homens abnegados, que não faltará quem considere visionário, funda uma sociedade de propaganda das possessões portuguesas, da África, da Ásia e da Oceania, destinada a acordar entre os portugueses da América e seus irmãos brasileiros o interesse pela vida das amplísimas e longínquas províncias do ultramar português! Corresponderá este objetivo a interesses que compensem o esforço, a inteligência, a perseverança, o sacrifício dos seus patrióticos promotores? (Dias, 1933, p. 3).

Logo em seguida, responde afirmativamente, reiterando ainda o seu papel no seio da colônia portuguesa do Brasil e para a lusitanidade em geral, visto que os portugueses emigrados no Brasil representam 10% da população metropolitana:

A existência de 600.000 portugueses no Brasil justificaria, porém, demasiadamente, a divulgação entre eles da extensão histórica, valor político e econômico dos domínios coloniais portugueses. Nenhum português poderá ter uma noção do lugar que Portugal ocupa no mundo, se ignorar a sua extensão territorial nos continentes africanos, asiático e oceânico (Dias, 1933, p. 3).

Contudo, para o conferencista, não é só com relação aos portugueses do Brasil que falta uma consciência patriótica portuguesa e um “sentimento da unidade imperialista”, dado que só recentemente foi que se havia criado uma “pedagogia do patriotismo português” que elevasse os portugueses a essa “visão ampliadora, unitária, imperialista, de sua missão no mundo” (Dias, 1933, p. 3). Para Malheiro Dias, a presença massiva de emigrantes portugueses no Brasil, e de instituições que os representassem, facilitaria o processo de aproxi-

mação luso-brasileira, e, portanto, na lusitanização do Atlântico Sul, o “palco da raça lusitana” (Dias, 1933, p. 3). Dessa forma, faziam-se imperiosas, para Dias, instituições que rompessem com o negativismo da obra portuguesa como “defeituosa” e mostrassem, em terras brasileiras, o “patrimônio étnico” lusitano (Dias, 1933, p. 4).

Para o conferencista, o “voluntarismo” da Luso-Africana substanciava a instituição que demonstrava com mais vigor a “missão” de Portugal no mundo (Dias, 1933, p. 4), reiterando a proximidade entre a sua visão de pátria e o pan-nacionalismo da Luso-Africana:

Afigura-me que um português do século XX, que restringe ao solo continental europeu a sua noção e o seu sentimento de pátria se pode comparar a um habitante do Rio de Janeiro que, por absurdo limitasse à área do Distrito Federal a sua concepção de Pátria Brasileira [...] É preciso que implantemos profundamente em nossa consciência que o Império Português não é uma fantasmagoria, não existe apenas nas estrofes dos “Lusíadas”. É necessário que na mente de cada português se acrescente ao solo continental o seu prolongamento nas províncias ultramarinas, membros do mesmo corpo, regados pelo mesmo sangue. As pátrias não são apenas o passado. A pátria terá de ser uma permanente continuação. É precisamente a herança sobrevivente do que nos legaram os antepassados que constituí o penhor da nossa ação futura, a garantia do papel que ainda teremos de desempenhar no universo (Dias, 1933, p. 5).

Portanto, a política panlusa difundida pela Luso-Africana é lida por Carlos Malheiro Dias como expressão do ideário de um “Portugal Maior”, que deveria ser a base para vincular os portugueses da América a todos os territórios que constituem o mundo lusitano (Dias, 1933 p. 7). Finaliza sua conferência afirmando o “pendor pedagógico” da Luso-Africana para a propagação do ideário de império e para a resistência aos “imperialismos” que espreitavam naquele período, agradecendo aos membros da Sociedade pela oportunidade da intervenção no seu terceiro aniversário (Dias, 1933, p. 8).

Não é somente nas personalidades consulares ou da “colônia oficial” em geral que os membros da Luso-Africana buscavam “vozes autorizadas” para expressar a ideia de suprapartidarismo do projeto político-institucional panlusitano. Uma série de membros da admi-

nistração colonial foram chamados para publicar artigos em diversos momentos no Boletim – uma parte deste debate deixaremos para o IV capítulo, onde lastrearemos a visão mais pragmática sobre as colônias desses militares que publicavam no boletim da Luso-Africana.

Podemos destacar três grandes momentos em que ficam muito claras as relações entre alta administração colonial e os membros da Luso-Africana: as já citadas cartas dos governadores-gerais – em resposta a solicitações de António Amorim e publicadas no Boletim – de Angola, Índia, São Tomé e Príncipe e Guiné, respectivamente, Eduardo Ferreira (Viana, 1933), general Craveiro Lopes (Lopes, 1934), Luiz António de Carvalho Viegas (Viegas, 1934) e um artigo do governador-geral de São Tomé e Príncipe, o capitão Ricardo Vaz Monteiro (Monteiro, 1935).

Na carta de Eduardo Ferreira, governador de Angola, escrita em Luanda, no dia 7 de dezembro de 1932, há uma verdadeira saudação às práticas institucionais da Luso-Africana:

A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, pela importante obra patriótica e intensa propaganda de Portugal e seu Império Colonial, é merecedora do melhor acolhimento e interesse da parte do governador Geral de Angola. Os portugueses, que nas colônias cimentam, com o seu árduo e intenso trabalho, o nome de Portugal, como potência colonial, é merecedora do melhor acolhimento e interesse da parte do Governador Geral de Angola. Os portugueses, que nas colônias cimentam, com o seu árduo e intenso trabalho, o nome de Portugal, como potência colonial, sentem estremecimentos de comção, ao sentirem que os seus irmãos de Além-Atlântico, pugnam igualmente pelo prestígio de Portugal em terras do Brasil. De Angola o Governador Geral saúda todos os seus compatriotas da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro e cheio de fé, faz os melhores votos pela prosperidade de tão prestimosa colectividade (Viana, 1933, p. 61).

A Carta de Craveiro Lopes, governador-geral da Índia, enviada de Nova Goa em 20 de julho de 1934, também segue a mesma linha de pensamento:

Pedem-me um autografo para o Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. De bom grado nas nossas palavras há sinceridade, quando o dizemos traduz o que realmente pensamos e sentimos. A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro vem desempenhando uma obra de grande alcance, uma obra verdadeiramente patriótica, e por isso todos os Coloniais, todos aqueles que mourejam pelo nosso império Colonial, devem acarinhar essa Sociedade formada de bons e leais portugueses, irmãos nossos, que em terras do Brasil, longe da sua Pátria que extremerem, velam pelo bom nome e pelo engrandecimento de Portugal. Para eles vão as minhas saudações e os meus votos para que continuem sem desfalecimento a sua grande e patriótica obra (Lopes, 1934, p. 233).

Essa mesma linha de elogios é encontrada também nas outras referidas cartas e artigos³⁸ – do governador de Guiné, Luiz Antônio de Carvalho Viegas,³⁹ na carta do governador do Distrito de Moçâmas, João Pereira de Barbosa,⁴⁰ ou no mencionado artigo “O momento

38 Além dessas cartas e artigos, podemos citar a inscrição da Associação dos Velhos Colonos de Moçambique (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1934b, p. 121) e diversos outros artigos em periódicos com notas e notícias elogiosas sobre a Luso-Africana, nomeadamente, em Angola e Moçambique.

39 “É Sempre com imensa satisfação e alvoroço do meu sentimento patriótico que leio o Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, vibrando então em mim o orgulho de ser português ao ver os meus compatriotas nesse Brasil tão irmanado com Portugal, interessassem-se pelo vasto Império Colonial, composto por essas terras portuguesas de há muitos séculos, espalhadas por todo o mundo. Perante tão patriótica Sociedade, que com a maior isenção, está fazendo, dilatar a fé e o Império perante ela me curvo como preito da minha maior consideração e gratidão de português! Não posso deixar de reconhecer o seu afã patriótico ao querer mostrar por toda a parte a grande obra civilizadora que Portugal a si sempre impões, abraçando num amplexo fraternal os povos que estão sob a sua gloriosa bandeira. Bem hajam, pois, os que dignificam a Pátria trabalhando pelo engrandecimento da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro, que, pelo que já de útil e patriótico tem feito e se propõe fazer, bem merece o aplauso de todos os portugueses. Comigo pode contar como sendo um dos que a acompanham, aplaudam na sua tarefa patriótica” (Viegas, 1934, p. 138).

40 “Em cumprimento ao prometido do vosso distinto correspondente em Luanda, Sr. Virgílio Saraiva envio a V. Exc. a minha primeira colaboração para a vossa formosíssima e patriótica revista. Aproveitando o ensejo que me dá o fidalgo convite do brilhante jornalista que na capital de Angola representa a nobre Sociedade Luso-Africana solicito com todo o calor do meu patriotismo V. E os plecaros cooperadores, afirmando-lhes a minha simpatia e o meu vivo louvor. Muito útil, benemérito e dignificador é o esforço dos que tão alto sabem erguer o nome português em Terras do Brasil realizando uma obra de lusitanismo, que se impõe ao respeito do mundo e é prova bela e eloquente do esclarecido patriotismo e da for-

colonial de Portugal e a Sociedade Luso-Africana”, do governador de São Tomé e Príncipe, o capitão Vaz Monteiro.⁴¹ Francisco das Dores Gonçalves, em um dos editoriais, expressa sua felicidade com relação a esse sucesso no intercâmbio entre Sociedade e personalidades coloniais com as seguintes palavras:

Referindo-nos a este Boletim, cujo segundo número tão ruidoso sucesso alcançou, por toda a parte, mas especialmente em Angola, onde recebeu uma verdadeira consagração, a ponto de o Governo Geral, Liceu, homens letrados, empresas comerciais, etc, lhe fazerem os mais rasgados elogios e de terem declarado ser a única publicação que bem trata das questões coloniais. Não podemos esquivar-nos a referir que, a despeito da sua modéstia, ela não só marca de modo indelével o grêmio de que é órgão oficial, como registra, solenemente o início de uma nova fase da vida associativa e vale como uma exortação sincera a todos os portugueses para que se unam sem ressentimentos [...] em defesa daquilo que Portugal possui de mais caro e valioso, o inestimável e cobiçado penhor da sua posição internacional (Gonçalves, 1932b, p. 1).

Para além dos diálogos entre a Luso-Africana e membros da gestão administrativa no ultramar, houve também a busca por legitimidade externa em componentes da *intelligentsia* metropolitana. Há dezenas de artigos e citações (oriundas de trechos de livros e conferências) de personalidades da administração central, acumuladas do primeiro ao último número do Boletim, mas com maior preponderância na conjuntura dos anos 1931-34. Entre esses gestores dentro da estrutura administrativa colonial, podemos citar: Armindo Monteiro

mosa dedicação que a Portugal devotam VV. [...] Pedindo a V. que aceite os meus cumprimentos e votos de continuados triunfos, assino-me com toda consideração e apreço, admirador” (Barbosa, 1934, p. 138).

41 “No Brasil, pujante e florescente nação, a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro mantém um Boletim – órgão independente a serviço da Grei e da nação – destinado a erguer à sua altura maior o nome sagrado da Pátria, e a dinamizar esta magnífica arrancada nacionalista pela causa superior do Ultramar Português. O Boletim é um verdadeiro defensor da missão civilizadora do povo de Portugal, fazendo realçar o processo especial e característico como os portugueses suavemente praticam a colonização, com profundo sentimento de humanidade, e de cordial cooperação isenta dos preceitos da raça. Honra, pois, a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, a esse núcleo de patriotas sinceros, animados pelo mais fervoroso nacionalismo, e entusiasmos em contribuir desinteressadamente para o engrandecimento e maior glória de Portugal” (Monteiro, 1935, p. 34).

(ministro das Colônias); Henrique Galvão (ex-governador do distrito de Huíla, diretor da revista *Portugal Colonial* e organizador da Exposição Colonial do Porto de 1934); António Vicente Ferreira (ex-governador de Angola e vogal do Conselho Superior das Colónias) e outros. Armindo Monteiro tem uma série de trechos de seus livros e discursos publicados ao longo dos boletins; em muitos deles há uma referência à sua visão de “pátria alargada” para além do território metropolitano, reiterando implicitamente a aproximação entre o discurso panlusitano e a visão *transterritorial* sobre o império do *Acto Colonial* representada pelo ministro em um trecho de sua fala, em 1932, na inauguração do Congresso do Instituto Colonial Internacional:

Preso a um ideal mais alto, Portugal deve ser uma solidariedade viva, em quatro partes da Terra: como se esta fosse a própria fonte da vida nacional, todas as populações terão de ajudar-se e proteger-se mutualmente, porque todas a mesma bandeira cobre e a mesma língua tem de embalar: os mais fortes devem amparo aos mais fracos, os mais cultos aos que ainda não tiveram sabido ultrapassar os primeiros degraus do saber humano. Mas todos julgarão as coisas do mundo com um só pensamento: Portugal; e precisarão os interesses humanos com uma só medida o interesse português: Consciente da sua união e querendo sucessivamente aperfeiçoa-la, a nação tem de ser forte, moral e materialmente (Monteiro, 1932 *apud* Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1932, p. 64).

Este flerte com a principal figura da institucionalidade colonial pode ser apreendido também em uma resposta à carta de António Amorim (publicada no Boletim) por Manuel Pereira Figueira (chefe do Gabinete do Ministério das Colônias) em nome do ministro Armindo Monteiro:

Exmo. Senhor/S. Exa. O Ministro das Colónias encarregou-se de agradecer a V. Exa. o ofício de cumprimento e saudação que essa presente sociedade se dignou a enviar-lhe a propósito da viagem de S. Exa., as nossas colônias de São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. São absolutamente agradáveis os termos em que esses ofícios vêm redigidos, por nele expressarem palavras de intensa fé nos nossos destinos, que vão dia a dia melhormente firmando, com uma obra construtiva e forte, em todos os domínios da administração. Os nos-

sois domínios ultramarinos, padrão de glória, e gênio, acompanham decididamente no esforço que Portugal de que faziam parte integrantes – vem realizando no esforço que Portugal – de que faziam parte integrantes – vem realizando, o que é o orgulho dos bons portugueses. Essa grande Sociedade, mantendo, animando o espírito portugueses em quantos por esse Brasil andam, cumpre uma grande missão, que muito grado nos contestar. Recebe V. Exa. os nossos cumprimentos com o desejo para todos de Saúde e Fraternidade (Figueira, 1933, p. 8).

Outro exemplo dessa busca por legitimidade reside na ampla divulgação no boletim das exposições coloniais, a saber: Exposição da Marinha na Semana das Colônias (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1933c, p. 39-42), Exposição da Expansão Portuguesa (Moreira, 1936) e a Exposição Colonial do Porto (Rocha, 1934; Azevedo, 1934; Gonçalves, 1934b, p. 55-56). Entre elas, a Exposição Colonial do Porto tem uma maior divulgação no seio do Boletim, sendo o nono número dele dedicado a ela. No editorial do nono número, Francisco das Dores Gonçalves refere-se à Exposição Colonial do Porto como uma lição prática dos valores que a própria Luso-Africana vinha difundindo desde os seus primórdios (Gonçalves, 1934b, p. 55), reiterando ainda que a defesa da lusitanidade por meio de eventos “notabilíssimos” como este devem tornar-se rotina e serão apoiados pela Sociedade e seu Boletim (Gonçalves, 1934b, p. 56).

F. Alves de Azevedo (professor da Escola Superior Colonial), colaborador do Boletim, em um artigo intitulado “Exposição Colonial do Porto”, também reitera o papel da exposição no fortalecimento do sentimento de um “Grande Portugal”, de um Portugal vincado ao Atlântico (Azevedo, 1934 p. 25). Para ele, a Exposição Colonial do Porto, em continuidade à de Paris de 1931, contribui na didatização da “capacidade colonizadora” do português, demonstrando os feitos para assim romper com os negativismos das gerações anteriores (Azevedo, 1934 p. 25). Segundo Azevedo, a “própria salvação” da civilização ocidental dependia da difusão do modelo português de “colonização missionária”, sendo a exposição e outras iniciativas correlatas essenciais neste processo, integrando a Luso-Africana dentro deste processo e invocando os seus membros para participar destas e das próximas iniciativas que afirmam a capacidade colonizadora do português (Azevedo, 1934, p. 25).

Não há somente uma visão laudatória ao evento, mas, também, ao seu organizador Henrique Galvão, que estabelece em diversos momentos, anteriores ao evento supracitado, um diálogo profícuo com a Luso-Africana a partir da publicação de artigos (Galvão, 1932), e cartas de Amorim (1935) a ele e até mesmo elogios à Luso-Africana (transcritos no Boletim) na revista *Portugal Colonial*, em julho de 1933, da qual era diretor:

Esta benemérita Sociedade continua a publicar regularmente um magnífico boletim ao qual a propaganda colonial no Brasil deve já inestimáveis serviços. O facto dominante e exuberante desta publicação é o profundo sentimento português que a anima e que para honra nossa devia ser conhecido de todos os portugueses em geral e dos colonialistas em especial (*Portugal Colonial*, 1933 *apud* Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1933c, p. 14).

A aproximação com a inteligência colonial e metropolitana não foi a única estratégia para a Luso-Africana legitimar-se perante o poder institucional metropolitano. Diversos jornais portugueses, em Lisboa ou no Porto, publicaram notícias elogiosas à Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. A partir de certo momento, os editores (António Amorim e Francisco das Dores Gonçalves) começaram a organizar trechos de periódicos que os elogiavam, como fica explícito na fala dos diretores:

Constrangidos pela impossibilidade de arquivar todas as amáveis referências feitas a este Boletim, vamos colher a esmo e transcrever algumas delas, sem que isto de modo nenhum signifique menos apreço pelas palavras de louvor com que tantos outros distinguiram esta publicação, cujo mérito principal consiste em não visar fins materiais ou pecuniários de nenhuma espécie (*Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, 1932, p. 69).

Foram selecionados especialmente artigos de jornais tradicionais de Lisboa e Porto. Dentre eles, podemos destacar o *Diário de Lisboa* e o *Jornal Português*, em Lisboa, e o *Primeiro de Janeiro*, no Porto. No *Diário de Lisboa* há a seguinte referência à Luso-Africana e ao seu Boletim:

Constitui um verdadeiro êxito, sob o ponto de vista gráfico, intelectual e patriótico, o Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. Nele colaboram, com oportunos e brilhantes estudos [...] São 100 páginas de ardente civismo, profusa e brilhantemente ilustradas, representando um admirável esforço, em prol do nosso império colonial, pelo qual saudamos prestigiosas instituições que, nem por ser das mais novas que os portugueses do Brasil fundaram e sustentam, deixa de ser das que mais tem prestado a sua pátria (Diário de Lisboa, 1932 *apud* Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1932, p. 65).

No *Jornal Português* há também uma referência laudatória aos trabalhos da Luso-Africana:

Ao *Jornal Português*, fundado para elevar o nome da Pátria, interessam-lhe sobremodo as causas nobres, e por elas se te, batido com orgulho pátrio. Estamos, pois, muito à vontade para proclamar que a “Sociedade Luso-Africana” acaba de mostrar eloquentemente quanto podem a inteligência e a vontade quando ao serviço de nobres ideais. O seu Boletim n. 2, é um precioso relicário onde se reúnem mimosas e custosas joias do mais acendrado amor pelos nossos domínios ultramarinos; o que significa Portugal. A nível de organização merece o maior amplexo de todos os portugueses que pelo universo se espalham honrando o nome glorioso de sua Pátria, que a querem ver forte e úmida, para que a nossa África se eleve á grande que a si própria se impõe, pelas riquezas e valor do seu abençoado solo [...] e continuamente cobiçado avidamente, por olhos estranhos, que temos sabidos avidamente repelir com denodo e altivez. E tal atitude manterá Portugal enquanto houver portugueses como essa brava gente moça que à frente da “Sociedade Luso-Africana” tão belos exemplos nos dá do verdadeiro idealismo pátrio. Santo idealismo, almejados patriotas [...] É assim que se é português! É assim que se dignifica a Pátria! [...] (*Jornal Português*, 1932 *apud* Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1932, p. 70).

Já no periódico *Primeiro de Janeiro*, do Porto, o autor do editorial, além de elogiar, busca angariar apoio para o projeto político-institucional da Luso-Africana:

A “Sociedade Luso-Africana”, núcleo de vontades moças e fortes e de patriotas cheios de idealismo, lança-se à obra utilíssima de dar consciência a portugueses e brasileiros, da obra progressiva da nossa colonização em África e do esforço actual e magnifico que estamos realizando no Ultramar. E por meio de conferências, sessões solenes, boletins de propaganda e comunicados à imprensa, a “Luso-Africana” vem realizando uma ação, digna não só do apoio de todos os portugueses conscientes dessa qualidade, mas merecedora do agradecimento de todos, a começar pelos governantes que lhe devem no auxílio e cooperação na cruzada patriótica que ela empreendeu com êxito (Primeiro de Janeiro, 1933 *apud* Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1933c, p. 63).

Em suma, a busca pela legitimidade através do discurso “autorizado” daqueles que são de fora da instituição e/ou do espectro político oposto foi uma das estratégias para angariar mais legitimidade ante interlocutores de distintos espaços institucionais. A ideia de uma coalização panlusa encontra-se reiterada a todo momento tanto nos editoriais como na prática dos seus diretores ao se aproximarem da “colônia oficial” portuguesa no Brasil, das colônias e de Portugal. Essa posição fica explícita no balanço positivo de Francisco das Dores Gonçalves dos quatro anos da Sociedade:

Hoje como ontem, a mesma confiança, o mesmo entusiasmo, a mesma vontade de realizar e o mesmo de servir a causa do panlusitanismo nos dão o forte alento com que batemos os altos e saudáveis caminhos do optimismo – esses caminhos que vimos trilhando há quatro anos, a carrear os materiais necessários para esta obra de apostolização cívica e evangelização patriótica em que estamos empenhados, nós outros, fundadores, orientadores e mantenedores da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, movidos pelo desejo, que é o nosso orgulho, de realizarmos uma propaganda do Império Português, elevada, insuspeita e sem quaisquer parentescos ou afinidades com os impertinentes reclamos e os não menos indesejáveis epinícios ao “velho Portugal” que por aí se estadeiam, afujados de adjetivos que à força de uso já perderam significado, servindo de parto e mote aos plumitivos que se dão a tarefa inglória de denegrir os esforços dos portugueses ao serviço da civilização (Gonçalves, 1934a, p. 1).

Não obstante sua avaliação positiva, considera que a Sociedade estava sendo cercada pelos “plumitivos”, por uma propaganda negativa do “velho Portugal”, ao referir-se possivelmente às críticas e à perseguição em curso, assinalando a falta de “culto patriótico” destes (Gonçalves, 1934a, p. 1). A despeito desses ataques, pondera que o apoio à Exposição Colonial do Porto e a edição da *Cartilha Colonial*, de Augusto Casimiro, publicada pela Luso-Africana, são elementos que “provam” o sucesso da Sociedade ante todas as intempéries, como constatação da vitória do seu programa de coalização panlusa (Gonçalves, 1934a, p. 1). Entretanto, como veremos adiante, essa retórica não encontrará base social nos próximos anos devido à acirrada perseguição política à Luso-Africana, o que provocará cada vez mais o seu isolamento e sua extinção em 1939, com a publicação do seu último boletim.

A derrota do projeto panlusitano republicano de 1935-1939

“Fiel ao seu programa de inabalável independência a Sociedade Luso-Africana assegura aos ilustres colaboradores deste Boletim plena liberdade de pensamento. Por tal facto, faltaria à mais elementar verdade quem lhe atribuísse o endosso daquelas doutrinas aqui expendidas que, por excepcional acaso, as não filiem de modo direto aos objetivos que presidem e orientam os seus fins – a expansão do lusitanismo em todos os seus elevados e múltiplos aspectos: econômicos, políticos culturais e sociais.”

(Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro)

“Porque o Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro é terra de ninguém onde a discussão é livre, nela posso declarar o meu sentir, o pensamento claro que me norteia, sem subterfúgios nem eufemismos. É nessa vantagem que os regimes de liberdade apresentam sobre os regimes de força.”

(José Manuel Sarmento Beires)

O otimismo do projeto de um periódico voltado para fomentar a unidade democrática e suprapartidária entre as “comunidades portuguesas” no Brasil e no mundo foi sendo aos poucos substituído por um tom melancólico e derrotista. A razão principal dessa transformação deve-se à perseguição política a qual o salazarismo imputa à Sociedade e aos seus membros, afastando nesse processo instituições e membros da “colônia oficial” dos espaços de socialização da Luso-Africana que até então contribuíam para a instituição.⁴²

⁴² Um bom relato para compreender essa perseguição e a “fratura” no âmbito da colônia portuguesa no Brasil pode ser encontrado na fala de Bernardino Machado publicada no já citado Boletim do Centro Português Dr. Afonso Costa: “A colônia portuguesa no Brasil, constitue uma grande força política. Embora não tome parte nas eleições para a organização dos poderes públicos, a sua opinião ecoa sempre vivamente entre nós. Basta ver como todos os governos ditatoriais incapazes de conquistá-la, atraindo-a pelo prestígio do enaltecimento nacional, tentam dividir a colônia, creando uma facção subalterna que os siga, quando mesmo não desçam, como há pouco, a ignominia de solicitar a censura aos órgãos de publi-

Tal prática não afetou somente a Luso-Africana, mas diversas outras instituições que não reproduziam o discurso oficial do salazarismo para as colônias.⁴³

Em diversos documentos do Arquivo Salazar da Torre do Tombo, achamos uma série de registros que demonstram a perseguição à Luso-Africana e a seu Boletim. A perseguição política à Luso-Africana não começa pura e simplesmente a partir da conjuntura estipulada nesse recorte temporal. Porém, é nesse período que a resistência de membros no seio do Boletim foi explícita, como vamos demonstrar logo à frente na leitura de vários editoriais constituídos por Francisco das Dores Gonçalves – neste momento António de Sousa Amorim fica nos bastidores, sem ter praticamente nenhuma intervenção direta.

Desde o ano de 1931, há uma série de documentos (sem autoria) demonstrando a perseguição do regime frente a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. Na série documental intitulada *Antigos partidos*, de 1931-1935, há uma coletânea de documentos, oriundos de correspondências consulares, em torno da vigília a órgãos de oposição ao salazarismo no exterior, na qual está inclusa a Luso-Africana. No documento *Antigos partidos: Actividades dos emigrados políticos Dr. Afonso Costa e Dr. Bernadino Machado*, de 20 de maio de 1931, há uma menção de uma reunião que buscava articular uma conspiração que detinha envolvidos da Liga de Paris, de exilados na Espanha

dade compatriotas seus adversários. Produziu-se essa conflituosa depressora divisão nos amargos anos da ditadura monárquica e torna a produzir-se agora sobre a aviltante ditadura militarista do Estado Novo [...] Só entre um e outro regime despótico, durante a República constitucional, a família portuguesa teve no Brasil um período feliz e de paz. E orgulho-me de haver presidido, como ministro e como Embaixador de Portugal, a essa nobre concórdia [...] E que todos os portugueses, que no seio da Sociedade brasileira se sentem vexados, humilhados, pela infuerosa usurpação das nossas gloriosas prerrogativas cívicas, levantem bem alto o protesto da sua inquebrantável hombridade. A sua voz terá a [...] repercursão em todos os corações da nossa patriótica democracia” (Machado, 1933 *apud* Boletim do Centro Português Dr. Afonso Costa, 1933, p. 11-12).

43 “[...] o esquema de vigilância e controlo da oposição exilada conta com inúmeros parceiros, não só entre os emigrantes “convocados” para as funções de “espias”, mas entre simpatizantes ideológicos nos países onde estão localizadas as embaixadas e consulados. O recurso às autoridades locais, os pedidos formais de representantes de Estados igualmente autoritários, fascistas, são recursos frequentemente entregues para deter o alcance de qualquer tipo de ação denegridora dos regimes por estes representados mesmo distantes do seu lugar de origem, os exilados são regrados pelos representantes daqueles que foram responsáveis pela sua saída e exílio” (Paulo, 2014, p. 2). Sobre a perseguição, ver também o último capítulo do livro de Heloisa Paulo (2000).

e também no Brasil, mencionando personagens próximos à Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, ao Centro Afonso Costa e ao Grêmio Republicano Português (ANTT, 1931a). Em outro documento, de 1932, intitulado *Vigilância no Exterior: França*, há uma referência à necessidade de vigília com relação ao comunismo e reviralhismo de organizações conspiratórias que financiavam a oposição, mencionando também o financiamento oriundo de organizações do Brasil e indicando a Luso-Africana como uma das instituições que apoiavam esses dissidentes (ANTT, 1932).

Em um documento de maio de 1931, com o nome de *A estranha atitude do Tenente Coronel J. R. Costa*, há menção de que a “trapaça da Luso-Africana foi descoberta”, assinalando a traição do coronel J. R. Costa, o representante da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro em Portugal, com o envio de recursos para os exilados na Espanha e também de uma certa reunião com António de Sousa Amorim onde estes “insultavam o governo” (ANTT, 1931a, p. 3). O documento é concluído, referindo-se ao maior cuidado com a “infiltração de inimigos” no seio do “Exército e da marinha”, reiterando a necessidade de maior vigília (ANTT, 1931a, p. 4).

No documento produzido em 20 de Maio de 1931, cujo título é *Antigos partidos: Actividades no Rio de Janeiro: Sociedade Luso-Africana, Centro Afonso Costa e Grêmio Republicado*, o autor anônimo denuncia “certas atitudes” de organizações republicanas no Brasil que estariam financiando a oposição ao salazarismo e divulgando essas produções nas colônias, referindo-se da seguinte forma à Luso-Africana: “Recebi há anos uma carta do Rio de Janeiro denunciando certas atitudes e manobras de um grupo político dessa cidade que através do Boletim da Sociedade Luso-Africana patrocina oficiais portugueses da oposição” (ANTT, 1931b). A menção a certo apoio financeiro e institucional da Luso-Africana (e outras organizações republicanas) à oposição na França e na Espanha é recorrente não só nos documentos produzidos entre os anos de 1931-1932, mas é acirrada a partir de 1935.

Em uma carta a Henrique Galvão, de 2 de maio de 1935, um autor anônimo cita a necessidade de isolar e combater a Luso-Africana, assinalando que os “infames portugueses que dirigem a Sociedade Luso-Africana” e de outras instituições (Centro Afonso Costa e o Grêmio Republicano Português) são verdadeiras “bidezas políticas” (ANTT, 1935a, p. 1). Registra que as campanhas e publicações contra

Salazar estavam sendo financiadas com “recursos de Angola”, de membros da administração, como é o caso do antigo governador coronel Eduardo Ferreira, sendo por isso elogiado no boletim (ANTT, 1935a, p. 1). Declara que os diretores da Luso-Africana se referem publicamente a Salazar de forma pejorativa, enquadrando-os como “traidores”, “trapaceiros” e “arrivistas” (ANTT, 1935a, p. 1). Mais à frente, menciona explicitamente essa correlação entre Luso-Africana e administração em Angola:

Angola mandava e manda avidamente cheques em dinheiro para a Luso-Africana que sustentam as campanhas e as publicações contra Salazar. Os diretores da Luso-Africana, quando publicamente referem-se a Salazar, Armindo Monteiro e Carmona tratam-nos por “crápulas” [...] (ANTT, 1935a, p. 11).

Registra também as relações entre a Luso-Africana e outras organizações explicitamente contra o salazarismo no âmbito da colônia portuguesa no Brasil, como é o caso do Grêmio Republicano Português e o Centro Afonso Costa (ANTT, 1935a, p. 11). Diante disso, faz um pedido a Henrique Galvão:

De posse dos elementos e de informações coletadas em várias fontes, V. Exa. poderia falar com Armindo Monteiro para ordenar com urgência frente aos seus subordinados e os governadores para não se porém em contato com a Luso-Africana, e, proibissem, se possível for, a expansão nas colônias de todas as publicações remetidas [...] (ANTT, 1935a, p. 13).

Aponta que o pedido a Henrique Galvão, o “homem da exposição Colonial e grande administrador”, visava combater todos os “arrivistas” e os “trapaceiros” que buscavam “destituir a grandeza da Pátria” com seus “crimes Lesa-pátria” (ANTT, 1935a, p. 17). Para ele, fazia-se imperiosa a vigília com relação à articulação oriunda do exterior, nomeadamente, no seio da colônia no Brasil onde residiam “uma dúzia de rancorosos inimigos do governo” que auxiliavam a oposição na Espanha e em Paris por meio do “dinheiro dos colonos da Luso-Africana” (ANTT, 1935a, p. 17). Finaliza a carta registrando que não obteve resposta do governo e da Agência Geral das Colônias no que tangia à situação das infâmias da Luso-Africana e do seu discurso

“antigoverno” que se instaurava no Boletim, espaço de “traidores, repugnantes” (ANTT, 1935a, p. 17).

É importante frisar que essa carta foi redigida no Rio de Janeiro, provavelmente por alguém a serviço do regime na colônia portuguesa do Rio de Janeiro, ou mesmo de algum órgão da “colônia oficial” (Federação das Associações Portuguesas do Rio de Janeiro ou Real Gabinete Português de Leitura), pois ela era oriunda de correspondência consular.⁴⁴ No entanto, mais importante que saber o vínculo institucional deste autor anônimo é apontar o possível efeito dessa carta, pois dentro de alguns meses seriam realizadas diversas práticas em torno da perseguição oficial à Sociedade.

A perseguição se instaurou oficialmente a partir de 1935, alguns meses após a referida carta, a partir de duas ordens de censura e apreensão do Boletim oriundas, primeiramente, da Direção Geral dos Serviços de Censura à Imprensa, em 3 de julho de 1935, e, alguns dias depois, em 6 de julho, pelo Ministério do Interior. Na ordem de censura oriunda dos Serviços de Censura à Imprensa – Seção de Livros, o adjunto major Jose Guerreiro de Andrade solicita ao chefe do Gabinete do Interior o seguinte pedido:

O exm°. Director Geral encarrega-me da honra de solicitar de V.Exa. se digne de obter da administração Geral dos Correios a apreensão de todos os exemplares do “Boletim da Sociedade Luso-Africana” que pelo correio costumam a circular em Portugal. Devo informar V.Exa, que este Boletim está sujeito a censura repressiva, dada a sua feição política. A bem da Nação (Andrade, 1935 *apud* ANTT, 1935b).

Em resposta a este ofício, o ministro do Interior Gaspar Marques d’Oliveira, chefe do Gabinete, solicita aos correios o seguinte pedido, três dias depois:

Exm°. Senhor Administrador Geral dos Correios e Telégrafos. Encarrega-me sua Exa. o Ministro do Interior de rogar a V.Exa. ao se digne mandar apreender todos os exemplares do Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, que pelo correio costumam a circular em Portugal, visto estar sujeito a censura repressi-

⁴⁴ A abreviatura “PC” destes documentos significa “pasta consular”, documentos da correspondência de membros dos consulados.

va, dada a sua feição política. A bem da nação (Oliveira, 1935 *apud* ANTT, 1935c).

Outro momento em que fica explícita a perseguição à Sociedade, ao Boletim e a seus membros reside nos diversos obstáculos da Luso-Africana na organização da Semana do Ultramar Português no Rio de Janeiro, em junho de 1936. Em um ofício confidencial do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Ministério das Colônias, em 6 de abril de 1936, estes negam a ajuda solicitada pela Sociedade (no nome de Amorim) para a realização do evento, em decorrência do envolvimento desta com os republicanos da colônia (MNE, 1936). Como ficará evidente mais à frente, os limites que os autores apontam para a realização do evento devem-se, sumariamente, à falta de apoio do regime e dos elementos da colônia oficial, que recuam frente à perseguição institucional em torno da Luso-Africana.

Tais documentos da série *Antigos partidos políticos*, a carta a Henrique Galvão, as ordens de censura e apreensão e a recusa ao financiamento para a Semana do Ultramar, em particular, são fundamentais para compreender a posição dos editoriais a partir de 1935, ou seja, a mudança de posição da Luso-Africana frente ao salazarismo: da crítica sutil dos primeiros quatro anos aos ataques explícitos ao salazarismo e ao seu “fascismo antidemocrático” (como Francisco das Dores Gonçalves repete em diversos momentos). Entretanto, não é arbitrária a perseguição à Sociedade. Conforme apontamos anteriormente, diversos personagens que constituem o seu quadro militam no seio da oposição republicana sendo, ao lado do jornal *Portugal Republicano* e do *Boletim do Centro Afonso Costa*, peças únicas na oposição anti-salazarista nos anos trinta no Brasil (Paulo, 2001, p. 322).

Além disso, o respaldo das associações da “colônia oficial” era um tanto que ilusório. Um indício pode ser encontrado na falta de uma única menção nos órgãos vinculados à Federação das Associações Portuguesas no Brasil, bastião do salazarismo no Brasil, nomeadamente em seu Boletim, que não se refere um único momento a ela, mesmo diante da participação ativa de Carlos Malheiro Dias, presidente da instituição, nos eventos organizados pela Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. Outra prova se encontra no afastamento dos membros da “colônia oficial” dos seus eventos a partir de 1935: não há um único membro da Federação das Associações Portuguesas no Brasil ou do Real Gabinete Português de Leitura no maior

evento organizado pela Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, a Semana do Ultramar, em junho de 1936, ou em qualquer outro evento organizado após o início da perseguição oficial.

Em sua análise das instituições da “outra colônia”, Heloisa Paulo sintetiza essa transição da Luso-Africana elencando alguns elementos, como o apoio a Norton de Matos em um de seus vários exílios forçados em decorrência de sua oposição política ao salazarismo:

Abandonando a sua “neutralidade” para agir de forma mais contundente, realizando diversas ações de subentendida oposição ao regime. É de sua iniciativa o envio de um protesto de solidariedade, juntamente com as outras associações republicanas, o Grêmio Republicano Português e o Centro Republicano Dr. Afonso Costa, ao General Norton de Matos, quando este, em outubro de 1932, apesar de ser notória a postura do Estado contra a sua permanência em solo português, retornando ao país (Paulo, 2000, p. 526).

Heloisa Paulo também aponta que, em razão da publicação simultânea, no *Boletim da Sociedade Luso-Africana* e no *Boletim do Centro Republicano Afonso Costa*, de um texto de autoria de Norton de Matos, intitulado “Memórias da minha vida colonial” (Matos, 1933c), mesmo sem nenhuma referência direta ao regime, a Sociedade é colocada na “lista negra do regime”, sendo marcada pelas autoridades consulares, a partir de 1935, como um centro de divulgação de propaganda contrária ao regime (Paulo, 2000, p. 525). A publicação de uma resenha de Sarmento Pimentel (Pimentel, 1931), opositor ferrenho ao regime, sobre uma obra de Cunha Leal, um dos principais opositores ao regime; a produção pelo selo “Pan-Luso”, da *Cartilha Colonial*, por Augusto Casimiro (Casimiro, 1936), um dos militares que participou da revolta da Madeira, na época preso em Cabo Verde; e mesmo as intervenções em prol do republicanismo em Francisco das Dores Gonçalves e António de Amorim, fora ou dentro do boletim, eram possíveis elementos para colocar a Sociedade Luso-Africana na mira do salazarismo.

A ingenuidade de acreditar na possível “coalização panlusa” – entre republicanos/monárquicos/salazaristas/anti-salazaristas – transformou-se, a partir de 1935, em puro ódio ao salazarismo (e seus acólitos) nos distintos editoriais produzidos por Francisco das

Dores Gonçalves. Voltaremos agora para análise específica destes, para assim apreendermos melhor a visão da Luso-Africana neste momento de perseguição política e institucional.

No editorial intitulado “Atitude”, Francisco das Dores Gonçalves, em junho de 1935, expressa a primeira reação da Luso-Africana frente à perseguição e a nova atitude explicitamente crítica ao salazarismo. Inicia o texto defendendo a neutralidade almejada pela Sociedade desde os seus primórdios:

O caráter nitidamente apolítico da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro cria-lhe uma situação a salvo e acima de partidarismo crespos e depressivos, nesta hora espessa de facções encapeladas e delirantes, uma situação, repetimos, que tem algo de estranho e muito insólito privilegio para certa gente deformada mentalmente pelo habito das atitudes horizontais, e que, por isso mesmo não querer compreender e reluta em aperceber-se da grandeza de ânimo da força de vontade do estoicismo e da dignidade vertical da nossa conduta e de todos o nosso vigoroso entusiástico agir ao serviço da Lusitanidade (Gonçalves, 1935b, p. 61).

Em seguida, enquadra e define de forma objetiva aquilo que considera como “gente deformada mentalmente”:

A tal gente cabe-nos por conseguinte declarar, já que a tanto nos obriga – que o clima da nossa insula é ótimo e que no seu perímetro hão-de mover-se amanhã, como se movem hoje e se moveram ontem, adeptos das mais diversas distâncias e divergentes ideologias políticas e crenças religiosas, e por nada deste mundo consentiríamos que nela penetrassem paixões retaliativas, ambições subalternas ou quaisquer outros sentimentos atentórios do permanente amor pátrio de que tem dado as máximas e sobejas provas quantos, sob o estandarte Luso-Africana e fieis ao espírito dos seus estatutos, se acham reunidos e abraçados (Gonçalves, 1935b, p. 61).

Segue o texto com uma das falas que demonstram essa viragem radical da Sociedade frente ao salazarismo, ao apontar a visão destes do mesmo de forma explicitamente crítica:

Bem sabemos que não observa impunemente a neutralidade para os sequazes de declarados ou encapotados do fascismo. Para tanto, lá se declara no Estado fascista

que a neutralidade é impossível porque nele só se admite a adesão total ou a posição de adversário. Toda a pessoa e toda corporação não fascistas são considerados como fontes de hostilidades e por isso a eliminação desses corpos estranhos é a sua preocupação constante (Gonçalves, 1935b, p. 61).

Reitera ainda que a perseguição política sofrida pela Luso-Africana é um “simples acidente, sem importância nem significação”, sendo facilmente superável. Para o autor do editorial, o *Boletim* deveria continuar a representar esse “pequeno cosmos lusitano” aberto a todas as “expressões” e “vozes” sem “postos alfandegários” nem “barreiras para aspirações” frente o “engrandecimento nacional”, afirmando que “[...] não haverá forças humanas capazes de obrigar a instituição a quebrar a linha rígida e formal da neutralidade que se traçou, a inquietar-se sob qualquer pretexto para A ou para B” (Gonçalves, 1935b, p. 61). Adiante, refere-se ao clima de perseguição institucional e à posição da Luso-Africana:

[...] com a consciência de que tem as mãos limpas, nada pediram nem querem, dos que ganham com esforço mas com dignidade o amargo pão quotidiano, não daremos ouvidos – pelas mesmíssimas razões que não demos até agora! – às invectivas furibundas do despeito, aos rugidos tonitroantes dos que nos julgam temerosos de caretas, assim como àqueles que até juntos de nós se chegam com os pés de lã e falas mansas, na doce esperança de enlear-nos [...] Estão todos muito enganados, e em especial quanto se julgam com força para nos amedrontar. Por agora, no tablado só apareceram pigmeus com estulta pretensão de caluniar os nossos esforços e denegrir as intenções da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. E, com franqueza, nenhum desses pigmeus hilariamente por mais ginástica que faça e por muito que se erga na ponta dos pés poderá alçar-se à categoria do nosso inimigo nº1.... Falta-lhes envergadura moral para tanto (Gonçalves, 1935b, p. 62).

Quem seriam estes “pigmeus” a que se remete o autor do editorial? Sabemos que ele cita o salazarismo de forma explícita, mas não só este, ao se referir aos que “levantam nas pontas dos pés”. Gonçal-

ves certamente estaria falando da “colônia oficial”, como fica cada vez mais claro nos próximos editoriais.⁴⁵

No editorial seguinte, também escrito por Francisco das Dores Gonçalves, intitulado “Com a prata da casa”, o tom de confronto passa a ser também vexatório. Inicia o texto citando Eça de Queiroz para assim reiterar, em uma analogia com a linguagem cômica do texto, a sua visão sobre a ação dos governos quando é onipresente, segundo a sua visão liberal-republicana:

O governo! O país esperava dele aquilo que devia tirar de si mesmo, pedindo ao Governo que fizesse tudo o que lhe competia a ele mesmo fazer!... Queria que o governo lhe arroteasse as terras, que o Governo criasse a sua indústria, que o Governo escrevesse os seus livros que o Governo alimentasse os seus filhos, que o Governo erguesse os seus edifícios, que o Governo lhe desse a ideia do seu Deus! [...] Quando um País abdica assim nas mãos de um Governo toda a sua iniciativa, e cruza os braços, esperando que a civilização lhe caia feita das secretarias, como a luz que lhe vem do sol, esse País está mal: as almas perdem o vigor, os braços perdem o hábito de trabalho, a consciência perde a regra, o cérebro perde a acção. E como o governo lá está para fazer tudo – O país estira-se ao sol e acomoda-se para dormir (Queiroz, 1879 *apud* Gonçalves, 1935c, p. 121).

Essa citação de Eça de Queiroz, do conto *A catástrofe*, é interpretada pelo autor como uma profecia dos “perigos” daqueles que se submetem à ação do Estado como uma “santa casa”, como “órgão absoluto” (Gonçalves, 1935c, p. 121). Registra também a sua distância com relação aos seus “compatriotas” em sua “crença cega no Estado-Providência”, reiterando que a onipresença este é pernicioso. A “estatolatria” não passaria de um mal “momentâneo”, pois não é “congê-

45 Essa posição contra o salazarismo e a “colônia oficial” fica evidente na citação da Luso-Africana a seguir: “[...] a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro pode orgulhar-se do que fez, dentro dos seus recursos, porque aquilo que fez não provocou risos de mofa e de escárnio – o que fez dignificou Portugal e a sua obra no Ultramar queiram-no ou não os jornalistas patricios de meia-tigela que por aqui exploram a colônia e degradam a nobre profissão. Enganam-se, se pensam que nos prejudicam com o seu silêncio! Os seus elogios seriam um opróbrio [...] Quanto à guerra de silêncio que nos movem, francamente, é de rir a bandeiras despregadas. As nossas ações falam por nós, e isso é o essencial! Se assim não fora, não nos honraria a imprensa de verdade [...] com referências laudatórias e elogiosas” (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1937, p. 81).

nito”, mas produto de “viciação educacional” que vem deformando a lusitanidade que levou os portugueses aos “descobrimientos” (Gonçalves, 1935c, p. 121). Diante deste quadro, o autor do editorial aponta que a Luso-Africana, ao não agir por “patriotismo renumerado”, pode ser um exemplo em tempos de falta de “iniciativa patriótica” (Gonçalves, 1935c, p. 122).

No editorial “Realidades e aspirações”, publicado em junho de 1936, em homenagem à Semana do Ultramar Português, há um balanço dos seis anos de vida da Luso-Africana, dando ênfase à continuidade do projeto panlusitano para além de todos os inimigos políticos:

Nada nos arrastará para os atoleiros das retaliações, para os brejos das contendas estéreis, porque tudo sacrificaremos – perfídias, mal-entendidos, desgostos e agravos – em holocausto ao vivíssimo desejo de servir ao ideário pan-lusitano que é a tábua pela qual se guiam e pautam seus actos quantos entram nesta casa – a Pátria acima e além de tudo e de todos! Conferências, palestras rádiográficas, entrevistas, notas, informações, além da publicação gratuita deste boletim que já vai no seu número dezessete [...] de tudo isso se tem feito e lançado mão e se há-de lançar cada vez mais em prol do Ultramar Português para que o possam conhecer, apreciar e defender, não apenas os portugueses, como também os brasileiros que vêm demonstrando um interesse pela influência portuguesa na África [...] E ninguém de boa-fé poderá negar ou mistificar com exhibições falazes ou serviços tardios que esse interesse não é o fruto dos esforços da diligência da atividade constante, sem pausas nem fadigas da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro – esta coletividade que nada pediu ou que pede é que, pelo amor de Deus, a deixem em paz e sossego, para trabalhar progredir e ser útil (Gonçalves, F., 1936a, p. 1-2).

Em seguida, aponta a Semana do Ultramar Português, em junho de 1936, como o maior feito da Luso-Africana.⁴⁶ Tal semana foi re-

⁴⁶ Reitera tal fato citando nesse mesmo número do referido editorial uma citação laudatória do *Diário de Lisboa à Semana do Ultramar Português*, notícia que foi, segundo os comentários prévios do trecho, reproduzida também em jornais regionais: “Largos e relevantes são os serviços prestados à nação pela benemérita Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. A alguns deles nós temos já referidos. A todos porém, sobrepõe a publicação do seu “Boletim”, numa esmeradíssima edição de milhares de exemplares, distribuídos gratuitamente no Brasil a expensas da

alizada em um dos pavilhões do local das Feitas Internacionais de Amostra, a partir do apoio do Departamento de Turismo da Prefeitura do Distrito Federal (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1936a, p. 142), com palestras de Artur Ramos, Evaristo de Moraes, general Moreira Guimarães⁴⁷ – e outras escritas por Norton de Matos, Osório de Oliveira e Paulo Braga, sobre temas coloniais, e lidas pelos membros da Luso-Africana Francisco das Dores Gonçalves, Fernanda Bastos Casimiro e António Amorim. Não há colaboração do salazarismo; pelo contrário, segundo os comentários de Gonçalves, há uma completa falta de apoio da “colônia oficial”. Os indícios são evidentes neste e no próximo editorial, como Gonçalves reitera:

Este Boletim vai aparecer por ocasião do sexto aniversário da nossa instituição, e com ele pretendemos celebrar a primeira “Semana do Ultramar Português” que se realiza no Rio de Janeiro e no Brasil, de iniciativa da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. Evidentemente que não é aquilo que todos ambicionávamos nem mesmo o que projectamos. Factos supervenientes que não poderíamos prever, privaram-nos de elementos que por nos faltarem à última hora se tornaram insubstituíveis. Mas, ainda assim, este aniversário de nossa colectividade *há-se de ser lembrado como a realização de maior envergadura que jamais se fez no Brasil, até ao ano da graça de 1936, no duplo sentido de propaganda do Ultramar Português e bem assim como o testemunho da nossa admiração pelos brilhantes trabalhos de brasileiros* [...] (Gonçalves, F., 1936a, p. 2).

nossa brilhantíssima colônia, e colaborado sem distinção de opiniões e com um apurado exemplar critério de união patriótica, pelos melhores nomes coloniais portugueses. A Semana do Ultramar Português que vai realizar-se não é só notável como iniciativa de portugueses na terra brasileira [...] é um exemplo de excepcional valor em propaganda da obra colonial portuguesa [...] A Semana do Ultramar Português damos mais uma vez o nosso caloroso incitamento e patriótico apelo, para o seu bom êxito pedimos o interesse da opinião nacional, em todos os campos e classes visto ser a sua efetivação uma ocasião única de, ao mesmo tempo, propulsionar além fronteiras a ação momentossinica da defesa da civilização ultramarina de Portugal e de intensificar em legítima irradiação espiritual e política, a comunhão da Mãe-Pátria com todas as colônias e núcleos dos seus filhos dispersos pelo mundo e de congrega-los no mais sagrado de todos os empenhos que devem ter os nossos esforços coletivos” (Diário de Lisboa *apud* Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro, 1936a, p. 80).

47 Todas essas palestras foram publicadas integralmente no boletim e serão analisadas mais à frente (Ramos, 1936; Moraes, 1936; Guimarães, 1936).

Esses “fatos que não poderíamos prever” são mais bem explicados no editorial do próximo número. A falta de apoio institucional torna-se ainda mais clara na leitura do editorial “Pingos nos iii”, de dezembro de 1936, também escrito por Francisco das Dores Gonçalves. Nele, o autor aponta a relativa demora na publicação do número 18/19 devidos aos “inúmeros obstáculos” que os afligiam naquele momento como nunca na vida institucional da Luso-Africana (Gonçalves, F., 1936b, p. 157), apontando a quebra das ilusões “megalomaniacas” e o quadro atual de crise financeira da Sociedade:

Nessa expectativa cor de rosa vivemos até a hora amarga em que promovemos a “Semana do Ultramar Português”. Esse empreendimento, que tanta confiança depositamos, poderia ser a salvação, e a ele nos abalçarmos, como quem assina um cheque em branco, na esperança de obter-se a necessária cobertura como produto da venda de livros editados. Puro engano, no entanto! Se o êxito moral ultrapassou os cálculos mais otimistas, a despeito da ausência de fungagás, de retratos, estampilhas e outros processos desacreditados de propaganda, outro tanto não aconteceu no que se refere aos resultados financeiros, que foram um desastre (Gonçalves, F., 1936b, p. 157).

A seguir, no texto, aponta as diversas precauções que seriam tomadas para evitar esse “desastre”, iniciando, neste editorial, os diversos cortes de projetos em curso até então, seja no âmbito da produção editorial “panlusa”, que nasce e se encerra neste mesmo ano (Ferreira, 1936; Casimiro, 1936), seja no empobrecimento editorial do próprio *Boletim* que cada vez mais tem seu número de páginas reduzido e sua parte estética empobrecida:

Por este caminhar, estava a repetir-se o caso da bola de neve, e como nos não sorria a perspectiva de morrer esmagado ao peso de compromissos que já iam tomando proporções perigosas – e outro não seria o destino se não mudássemos de rumo – tivemos de fazer das fraquezas forças, vencer o entusiasmo nos embalava – parar, numa palavra! Era preciso que fizéssemos o maior e o mais doloroso dos sacrifícios, que estacionássemos, que deixássemos por momentos de subir. Era necessário parar a fim de arrumar e até limpar a casa, já que se faz mister reajustar umas tantas peças.... Tudo isso foi trabalho que nos levou tem-

po. Essa foi nossa tarefa durante um ano e esses são os motivos por que só hoje reaparece o nosso “Boletim”, mais pobre de indumentária, mais cada vez mais rico e opulento de texto, pleno de ensinamentos e como sempre ardente de fé e confiança na vitória [...] do espírito da lusitanidade que nos anima, por isso que, se a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro não logrou ainda dos portugueses aquela cooperação efetiva que lhe é devida em compensação, já alcançou, de há muito, dos verdadeiros intelectuais da nossa terra, dos autênticos valores da lusa gente [...] daqueles que, de facto honra (Gonçalves, F., 1936b, p. 157).

Com o decorrer dos anos, essa visão explícita da crise foi ficando cada vez mais evidente, como fica nítido no título emblemático “Latifúndio ao abandono”, do número 20/21, escrito novamente por Francisco das Dores Gonçalves. Este inicia o texto afirmando a existência de “latifúndios literários”, de monopólios que extinguem o intercâmbio, a heterogeneidade (Gonçalves, 1937a, p. 1). Declara que diversos “fantasmas” e “execráveis cabotinos” vinham “ignobilmente” difamando a Luso-Africana mesmo diante do empenho e apoio de personalidades como Nuno Simões, João de Barros, Osório de Oliveira, Afrânio Peixoto, Mário de Andrade e outros (Gonçalves, 1937a, p. 1), sendo explícito na defesa contra estes ataques:

[...] como entendemos que é preciso que se diga em voz alta, algumas verdades, aqui estamos para isso, depois de vencidas as resistências íntimas, que por uma questão de higiene moral nos tolheram de abordar o assunto há mais tempo [...] O intercâmbio intelectual há de vingar, nós o afirmamos, porque temos tido aventura e honra de encontrar entre os nossos valores mentais do Brasil uma boa vontade acima de toda a expectativa, condicionada, apenas, a uma exigência que, nós como eles, também reputamos imprescindível: a de se limpar o terreno de toda a casta nefanda de parasitas que o infestam [...] E, então, o intercâmbio literário luso-brasileiro será alguma coisa de nobre e digno, pelo resultado e pela elevação (Gonçalves, 1937a, p. 2).

O intercâmbio luso-brasileiro (ou a luso-brasilidade) – expressão com pouco espaço até então – ganhou, nesse momento, muito mais notoriedade e espaço dentro do Boletim, sendo até mais presente

que o discurso do pan-nacionalismo, talvez por conta do gradativo afastamento das personalidades portuguesas da colônia oficial, de Portugal ou das colônias. Além dos próprios editoriais, houve uma maior presença de brasileiros nas publicações de artigos e conferências ou mesmo na participação massiva destes na Semana do Ultramar Português, sendo assim uma evidência desta busca por angariar apoio institucional de figuras da *intelligentsia* brasileira (Gilberto Freyre, Afrânio Peixoto, Evaristo de Moraes, Artur Ramos e outros).

No editorial intitulado “O ovo de Colombo”, Francisco das Dores Gonçalves afirma a necessidade de um novo tipo de “intercâmbio cultural luso-brasileiro”, em que os “interesses políticos” não sobrepujam o “ideário” (Gonçalves, 1937a, p. 45), reiterando o papel da Luso-Africana na construção dele:

A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro pôs em prática nos últimos tempos um sistema de intercâmbio [...] pode muito bem ser a chave do enigma, o “abre-te-sézamo” de tão debatido problema [...] O que temos feito, porém? Nada de maravilhoso, porque, embora sonhadores – e a obra da nossa coletividade até certo ponto não pode ir além de um belo sonho de noite de verão – fugimos de erguer castelos no ar e de comprar terrenos na lua [...] Mas o que de consistente a Sociedade Luso-Africana tem feito? Simplesmente nisto: em distribuir graciosamente os escritores, jornalistas, homens públicos, professores, pelos elementos da elite cultural brasileira o “Boletim”, pelo qual se prova que em Portugal não faltam os espíritos superiores [...] em oferecer em idênticas condições e por igual forma a essas personalidades, os livros, as revistas, os jornais, os documentários que se editam em Portugal e no Ultramar [...] e, por, último, promovendo a reprodução na imprensa brasileira que a tanto façam juz (Gonçalves, 1937a, p. 45-46).

Segundo Francisco das Dores Gonçalves, a contribuição da Luso-Africana nesse momento de crise estava voltada para a formulação desse novo intercâmbio, sem os projetos “megalomaniacos” de até então. Conclui que o principal objetivo da Sociedade deveria estar direcionado para a distribuição da “cultura intelectual portuguesa no Brasil”, no “conhecimento mútuo” firmado nos estudos dos “exponentes da cultura e da inteligência das duas pátrias, e secundado por

cima com a publicação gratuita ou acessível de um boletim crítico bibliográfico” (Gonçalves, 1937a, p. 46). No mesmo número do referido editorial, 22/23, há um “noticiário”, em nome da diretoria, agradecendo a contribuição de António de Sousa Amorim e Francisco das Dores Gonçalves, reiterando o “duro combate” deles frente aos “pseudointelectuais que infestam as colônias no Brasil” (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1937, p. 80). Assinalam também o apoio total à resistência, e, portanto, aos editoriais e práticas de ambos, em tempos de ataque frontal à Luso-Africana:

[...] dois anos de trabalhos e amarguras, em tudo e por tudo iguais aos cinco precedentes, em que meia dúzia de “carolas” teve de aguentar, firme, o leme desta nau batida por tantas e tão desconhecidas tormentas. Sim, porque não tenham ilusões, a obra da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro é o produto do esforço exaustivo de três ou quatro indefesos “sonhadores”, perdidos nesta época de apagado e rasteiro prosaísmo (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1937, p. 80).

Os diretores registram também que a “falta de recursos” torna a “obra” de ambos “humanamente impossível”, sendo, apesar disso, produto de uma grande “moral” e “independência intelectual” em prol dos “ideais panlusitanos” (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1937, p. 80). Tal nota avulsa dos diretores da Luso-Africana demonstra a grande legitimidade de António de Amorim e de Francisco das Dores Gonçalves perante a instituição e a seus membros. As opiniões por eles emitidas, por mais polêmicas que fossem, eram reiteradas pela instituição, mesmo diante do quadro de ataques que ela sofria da perseguição salazarista e da “colônia oficial”. Esse clima negativo e derrotista foi amenizado no último editorial escrito por Francisco das Dores Gonçalves, intitulado “Euforia”, no penúltimo número do boletim, o n° 24.

Quase todos os artigos que escrevemos para os números precedentes deste “Boletim” se caracterizam por certo ar de amargura e até, não raro, por assomos de indisfarçado mau humor, provocados em determinadas conjunturas pela falta daquele mínimo apoio material a que nos julgávamos – e continuamos julgando – com indiscutível direito, tais e tantas são as provas de isenção, dignidade e desambição dadas por esta colectividade em seus oito anos de labores incessantes e produtivos

[...] ponto final para sempre nessas considerações de melancólico pessimismo a fim de evitarmos a tempo de transformar stas colunas no muro das nossas lamentações... E ademais não pode com justiça deplorar-se a si própria uma instituição como a “Luso-Africana” que conta em seu activo um rol brilhantismo de realizações [...] que, a todo instante de todos os lados lhe chegam louvores e se levantam aplausos para os seus esforços e iniciativas (Gonçalves, 1938, p. 1).

Em seguida, explicita a mudança no número de páginas e na redução dos números dos boletins, reiterando a crise e o horizonte do Boletim para os anos seguintes:

Não se publicava este “Boletim” havia bastantes meses, e os que publicamos depois do n°17, bem sabemos que deixaram muito a desejar no que concerne ao lado gráfico. Mas este caso não pode, nem deve ser discutido agora; basta que saibam que fomos lubridiados e que nos penitenciamos da confiança que depositamos em quem não era merecedor dela. O que desejamos assinalar é que não estivemos inactivos durante esse tempo todo. Pelo contrário, talvez fora um dos momentos em que mais febrilmente se trabalhou. Senão, atente-se no impulso que nos últimos meses tomou o intercâmbio luso-brasileiro, por nós promovido sem ajudas outras além da cooperação, é verdade que inestimáveis e prestigiosas figuras das letras e da cultura das duas pátrias, instituições, casas editoras, publicações e jornalistas do Brasil e Portugal, os quais tanto nos tem auxiliado [...] a distribuir em menos de um ano [...] algumas milhares de revistas, livros e jornais brasileiros e portugueses em Portugal, nas províncias ultramarinas da Guiné, de Cabo Verde, de S. Tomé, de Angola, de Moçambique, da Índia, de Macau e de Timor, bem como no Brasil (Gonçalves, 1938, p. 1).

Para Gonçalves, a Luso-Africana agora tinha o papel de distribuir “mensagens das grandes vozes do Brasil moderno”. A intensidade desse intercâmbio, reiterado institucionalmente com eventos em curso, devia-se aos “vínculos” que a instituição criou entre intelectuais dos “dois lados do Atlântico” (Gonçalves, 1938, p. 2). Por fim, conclui que sob os ombros de João de Barros, Nuno Simões e José Osório de Oliveira o intercâmbio luso-brasileiro agora se insti-

tucionalizava oficialmente, e o Boletim seria a prova desses diálogos a partir da presença recorrente dessa mesma *intelligentsia* em suas publicações. Esse editorial, o último escrito por Gonçalves, revela-nos alguns elementos importantes para interpretarmos a trajetória político-institucional da Luso-Africana nesse momento final.

Em primeiro lugar, é preciso reiterar o gradativo desaparecimento da ideia de “coalização panlusa” tão recorrente nos primeiros editoriais, e, concomitante a este desaparecimento, o apoio ao intercâmbio luso-brasileiro. Esse discurso se orienta de forma distinta em relação aos primeiros anos, isso porque devido à perseguição política (“colônia oficial” e salazarismo), e, conseqüentemente devido ao seu isolamento, os recursos da Sociedade tornaram-se cada vez mais escassos. Em decorrência disso, as ilusões da construção de um projeto global, democrático, suprapartidário foram desaparecendo frente às diversas barreiras que foram criadas, nomeadamente, nos últimos anos devido à clara crise financeira.

Além disso, com o Decreto Lei n° 383, de 18 de abril de 1938 (Brasil, 1938), o Estado Novo brasileiro proibia todas as associações políticas de estrangeiros em atividades no Brasil.⁴⁸ A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro foi enquadrada e banida por seus vínculos com a oposição republicana no Brasil, tentando diversas vezes reverter essa situação, sem sucesso, como evidencia o *Diário Oficial* de agosto de 1938 (Brasil, 1938, p. 9).⁴⁹ A proibição da sua existência enquanto sociedade e a perseguição e denúncia das entidades consulares, em seus vínculos com o salazarismo,⁵⁰ minaram a existência da Sociedade.

48 “Art. 1° Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país; Art. 2° É-lhes vedado especialmente: – Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, propostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimento dessa natureza que tenham no estrangeiro sua sede principal ou a sua direção” (Campos; Vargas, 1938).

49 “Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, consultando sobre sua situação em face do decreto n. 383. – Sele os documentos” (Brasil, 1938, p. 9).

50 A perseguição das entidades consulares à oposição no Brasil foi estudada por Heloisa Paulo em diversos momentos: “A função das Embaixadas e consulados, como representantes oficiais de Estados Soberanos assume um caráter bem mais

Apesar da parca documentação para reiterar outras hipóteses para o fim da Luso-Africana, para além das já citadas, podemos também afirmar o papel da gradativa apropriação estatal do intercâmbio luso-brasileiro e destruição – pelo isolamento ou pela perseguição oficial – de redes de sociabilidade paraestatais entre as *intelligentsias* luso-brasileiras que fugiam ao controle das relações oficiais formuladas entre Vargas e Salazar a partir do fim dos anos 1930, em particular a partir do Estado Novo varguista em 1937. Essas redes de sociabilidade formadas, fundamentalmente, por diversos projetos editoriais, nomeadamente pela revista *Atlântida*⁵¹, da qual o patrono da Luso-Africana, Nuno Simões, foi editor, perpetuou relações de ambos os lados do Atlântico que foram aos poucos apropriadas e institucionalizadas, por um lado, e por outro, aqueles que iam contra o autoritarismo e corporativismo “Estadonovista” foram sistematicamente excluídos do jogo político.

Lucia Maria de Paschoal Guimarães (2009) demonstra que a valorização das raízes étnicas lusitanas a partir do varguismo provocou ao longo dos anos 1930 uma série de acordos e instituições que assimilaram e excluíram intelectuais dessas redes formadas desde a década de 10 do século XX. Um caso emblemático desse processo, para além da Luso-Africana aqui estudada, foi a exclusão pelo Itamaraty (a partir de manobras de Getúlio Vargas) de José Lins do Rego e Afrânio Peixoto do quadro do Congresso Luso-Brasileiro de História (evento que foi integrado às comemorações centenárias de 1940, para qual o Brasil foi convidado). O primeiro, por ser considerado um “romancista de esquerda”, e o outro, por fazer oposição explícita a Vargas (Guimarães, 2009, p. 165).

amplamente incisivo quando se trata das representações dos governos fascistas ou ditatoriais. O papel de defesa do regime que representam ganha contornos mais agressivos e a propaganda ganha força de verdade incontornável. É preciso criar seguidores fiéis entre as comunidades emigradas e fortes simpatizantes nas sociedades de acolhimento. Desta forma, a atuação de cônsules e embaixadores não se limita ao contexto da diplomacia formal, pois, para além da “promoção” do regime através do uso de todos veículos de comunicação disponíveis, articula uma complexa rede de repressão no qual não faltam espiões e censores [...]. Os relatórios consulares e a ação dos representantes diplomáticos espelham a busca do controlo da comunidade emigrante no exterior, nem sempre com resultados positivos, mas cuidadosamente tratada nos mínimos aspectos. A rede de informação e “policimento” engloba as mais diversas representações consulares, cuja “sede” é representada pela Embaixada Oficial no país” (Paulo, 2014, p. 4).

51 Podemos citar também as revistas *Águia*, *Lusitânia*, *Nação Portuguesa* e diversos outros espaços em periódicos de diálogos entre Brasil e Portugal.

Em meus trabalhos anteriores (Assunção, 2014; Assunção 2015), tese também reiterada em outros trabalhos (Schiavon, 2007; Silva, 2011; Serrano, 2009; Guimarães, 2009), apreendi que as relações luso-brasileiras, articuladas a partir do fim dos anos 1930, foram cada vez mais geridas “pelo alto”, através da ação oficial do salazarismo e do varguismo na constituição de diversos eventos.⁵² O culminar deste processo reside em dois grandes momentos: o Duplo Centenário de 1940 e a assinatura do Acordo Cultural de 1941. Neste processo, uma série de intelectuais foram a público para engajar-se em prol da institucionalização das relações luso-brasileiras e na valorização do panlusitanismo, como é o caso emblemático das intervenções de António Ferro na Emissora Nacional.⁵³ Essas formulações estavam bastante afastadas do ideário “democrático” da coalização panlusa o qual a Luso-Africana almejava.

A “unidade Atlântica” que a institucionalidade projetou foi, portanto, predominantemente, “corporativa” e “autoritária”, como eram ambos Estados Novos e os intelectuais que os representavam nesses diversos eventos e instituições. A política editorial produzida nesse momento em livros, coleções e revistas angariava para essa “unidade da comunidade lusitana” uma produção que era totalmente díspare da visão de mundo dos exilados republicanos da Luso-Africana.

52 Guimarães se refere aos/às seguintes eventos/instituições e ações nos anos 30: Acordo Ortográfico de 1931; Acordo Comercial de 1933; Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura (1937); estreia do programa *Hora Brasileira* na Emissora Nacional portuguesa, e, reciprocamente, na Rádio Nacional, o programa *Hora Portuguesa* (1937); quadro de 10 brasileiros dos 50 membros fixos na Academia Portuguesa de História (1937); patrocínio de viagens para o Congresso de Expansão Portuguesa no Mundo e para a Exposição Histórica da Ocupação (1937); participação de membros consulares na política em prol da luso-brasilidade Araújo Jorge, Martinho Nobre de Melo; refundação da Sala do Brasil (1937); transformação da Sala do Brasil em Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1939); Congresso Luso-Brasileiro de História (1940).

53 “Existem duas noções de pátria: a pátria lar que se contém nos limites de suas fronteiras naturais ou artificiais, e a pátria flutuante da raça, difícil, por vezes, de localizar porque se estende por vários mares e continentes. Brasil e Portugal são pátrias inconfundíveis: Pátrias irmãs sem dúvida, com aquele ar de família que não se engana, com profundas afinidades, o mesmo subsolo espiritual, mas cada uma com seu feitio, com suas particularidades. Mas onde se poderia situar a Pátria da Raça comum, a Pátria das duas Pátrias, Resposta fácil. A pátria das nossas Pátrias brasileiros e portugueses é o Atlântico, maravilhoso pomar que, o Infante e os seus continuadores semearam de caravelas, cujo mais belo fruto foi o Brasil, palavra sumarenta e luminosa, canto de pássaro ou de fonte” (Ferro apud Bettencourt, p. 59). Uma grande parte destas intervenções encontra-se em Ferro (1949).

Basta folhear algumas páginas das duas principais produções editoriais do Acordo Cultural de 1941 – o catalisador de relações políticas e editoriais das relações luso-brasileiras naquele momento –:⁵⁴ a revista *Brasília* (1942-1968) e a revista *Atlântico* (1941-1945). Ambas são revistas produzidas a partir do apoio oficial de instituições como o SPN e/ou a Divisão de Imprensa e Propaganda (DIP) e mesmo de intelectuais integrados à alta administração, como é o caso de António Ferro e Lourival Fontes, respectivamente diretores do SPN e do DIP. Por isso, essa produção, como não é arbitrário, está permeada dos valores de ambos Estados Novos, e reiteram, de forma unânime, o corporativismo e autoritarismo sem dar espaço para dissidências (Assunção, 2014; Schiavon, 2007; Silva, 2011; Serrano, 2009; Guimarães, 2009).

Em nenhum desses periódicos há uma única menção à Luso-Africana ou aos seus membros, mesmo tendo o costume de citar antigos “obreiros” e “instituições” já “mortas” em prol da luso-brasilidade, como é o caso da *Atlântida*, *Lusitânia*, etc. Nem mesmo Gilberto Freyre, em um artigo de 1940, que faz um balanço das instituições e das personalidades em prol da “cooperação luso-brasileira”, a cita (Freyre, 2010a), ainda que tenha publicado alguns artigos e dialogado com seus membros, sendo extremamente elogiado e debatido. Ou José Osório de Oliveira, secretário da *Atlântico*, que não faz uma referência sequer à Luso-Africana no periódico, mesmo tendo publicado quase uma dezena de artigos e participado de alguns aniversários da instituição. Qual o motivo dessa “cortina de fumaça” a personagens e instituições que sempre faziam questão de divulgar qualquer obra em prol da luso-brasilidade e/ou do panlusitanismo?

Tendo em vista esse processo de apropriação oficial das relações luso-brasileiras, nesse quadro histórico de autoritarismos exacerbados, podemos apontar o fim da Luso-Africana e a ascensão de

54 Giselia de Amorim Serrano elenca algumas obras e periódicos editados ou reeditados pelo Acordo Cultural de 1941, a saber: “Revista Atlântico, Ouro Preto – uma cidade antiga do Brasil [...], coleção de documentos dos Arquivos portugueses que importam ao Brasil, Antologia da moderna poesia brasileira do Brasil (Jose Osório de Oliveira), História Breve da Música no Brasil (Gastão de Bettencourt), A terra de Vera Cruz na era de quinhentos (Eduardo Dias), Estados Unidos da Saudade (Antônio Ferro) [...] a promoção de números especiais das revistas: Rio, Rio Magazine, Ilustração Brasileira e Cruzeiro. A seção dava também subsídio à revista Brasília da Faculdade de Letras e o Centro de estudos brasileiros do Porto que edita a revista Vera Cruz” (Serrano, 2009, p. 77).

outras produções editoriais voltadas para a “luso-brasilidade” e ao “panlusitanismo” (como é o caso das já referidas revistas *Atlântico* e *Brasília*) como constitutivas desse mesmo processo de apropriação “autoritária” do ideário panlusitano. A Sociedade Luso-Africana, em decorrência do seu projeto político institucional, não conseguiu resistir por muito tempo, por estar na contramão desse processo de “oficialização” da luso-brasilidade.

A sua matriz política era radicalmente distinta dessas produções em emergência, sendo, por isso, uma rede de sociabilidade luso-brasileira (e panlusa) paraestatal que não se alinhava aos desígnios do projeto panlusitano “estadonovista” de Vargas e de Salazar. O republicanismo de seus membros e do seu patrono Norton de Matos – em sua crítica aos diversos aspectos das práticas coloniais do salazarismo centralismo, trabalho forçado, falta de política de crédito para incentivo da colonização portuguesa na África, etc.) – não convergia automaticamente com a ufanía do Duplo Centenário ou do Acordo Cultural, eventos que foram amplamente legitimados pela *intelligentsia* autoritária e corporativa de ambos os lados do Atlântico.

Após tratarmos da trajetória e dos meandros institucionais dos editoriais e diretores da Sociedade e do Boletim em suas duas grandes fases, voltaremos agora propriamente para uma leitura mais aprofundada dos sentidos políticos da visão panlusitana expressa nessa produção, investigando os pan-etnicismos e o seu sentido específico no contexto do panlusitanismo da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. Para além das relações entre colônia portuguesa, salazarismo e oposição, existem outros elementos que explicam o sentido político da luso-africana. Mas, afinal, o que queremos dizer quando falamos de panlusitanismo e, de forma geral, dos pan-etnicismos?

CAPÍTULO III

**UM PROJETO PANLUSITANISTA
NO ATLÂNTICO SUL**

As transformações do movimento nacionalista no fim do século XIX para o início do XX são fundamentais para compreender a emergência dos pan-nacionalismos, e, portanto, do panlusitanismo. Com a explosão de “comunidades imaginárias” no contexto de afirmação da “questão nacional” e da ascensão/derrocada dos impérios multinacionais, a questão etnolinguística torna-se o principal motor de legitimação de nações emergentes. Para Hobsbawm (2011; 2014), essa passagem, no contexto de massificação da cultura nacionalista, foi um processo relativamente recente:

Estamos, hoje em dia, tão habituados à definição etnolinguística das nações que olvidamos que essencialmente ela foi inventada em fins do século XIX. Sem examinar longamente o assunto, é suficientemente recordar que os ideólogos do movimento irlandês só começaram a ligar a causa da nação irlandesa à defesa da língua gaélica algum tempo após a fundação da liga Gálica, em 1893; que os bascos não fundamentaram suas reivindicações nacionais em sua língua [...] até essa mesma época [...] Isso não significa que a linguagem tenha sido anteriormente irrelevante como questão nacional, mas era um critério de nacionalidade entre outros [...] (Hobsbawm, 2014, p. 229-230).⁵⁵

O modelo seguido até então era o paradigma “territorial” nascido na França, no seio da Revolução Francesa (Hobsbawm, 2014, p. 231). Entretanto, uma série de processos ligados tanto à emigração em massa como à maior integração da economia mundial gerou a necessidade de ampliar a visão sobre o nacional. Segundo Hobsbawm:

A identificação das nações como um território exclusivo criou tais problemas em amplas áreas do mundo de migração em massa, bem como no mundo não migratório, que foi preciso desenvolver uma definição alternativa de nacionalidade, notadamente no Império Habsburgo e entre os judeus da diáspora. A nacionalidade era aqui considerada inerente não a um trecho especial do mapa ao qual estaria ligado um conjunto de habitantes, mas

55 Em outro momento, Eric Hobsbawm levanta pelo menos dois aspectos gerais que diferenciam o “nacionalismo territorial” da nova conjuntura do nacionalismo territorial dos anos 1890-1914, a saber: “1) direito a autodeterminação; 2) [...] em consequência dessa multiplicação de nações “não históricas” potências, a etnicidade e a língua tornaram-se o critério central, crescentemente decisivo ou mesmo único para a existência de uma nação potencial” (Hobsbawm, 2011, p. 119).

aos membros desses conjuntos [...] onde que por acaso estivessem (Hobsbawm, 2014, p. 231).

Dessa forma, a afirmação da nação enquanto “religião cívica” não se delimitou às fronteiras dos territórios nacionais. Nesse quadro de avanço da nacionalização da cultura (através de folcloristas, filólogos, historiadores, etc.) houve também, em muitos casos, a ampliação do “nacional”, apropriando-se de critérios etnolinguísticos para rearranjar nacionalismos transterritoriais em comunidades de emigrados. Por outro lado, essas formas transnacionais de nacionalismos também emergiram em um quadro de formação de blocos de poder, no contexto da disputa imperialista. O pangermanismo, pan-americanismo, panlatinismo e o pan-eslavismo são exemplos deste processo. Para Maria Bernadete Ramos Flores, o fenômeno pan-nacionalista, fundado nos nacionalismos étnicos, linguísticos ou culturais, detém o seguinte sentido político:

[...] serviam agora de bases ideológicas para reordenar e legitimar novos blocos de alianças e acordos políticos, comerciais, econômicos, destronando a velha ordem de impérios coloniais. Falava-se em turquificação do Império Otomano, russificação das terras czaristas; surgia o pan-germanismo falava-se em pan-americanismo, em pan-eslavismo (Flores, 2007, p. 314).

O caso germânico é bastante emblemático para compreender a gênese desse processo. Como afirma Bernardo (2003), a conversão das línguas em “raças” pelo romantismo germânico, a partir do papel pioneiro de filólogos e folcloristas na atribuição biológica à diversidade civilizacional (Herder, Fichte, Schelegel, Scheleiermacher, etc.), foi um dos elementos de unificação da “Germânia” – atribuindo tanto as formulações da *intelligentsia* alemã como o imperialismo napoleônico como elementos que irão influenciar na presença de um racismo biologizante na sua cultura (Bernardo, 2003, p. 639).

A língua, para Johann Gottfried Von Herder (1744-1803), era o único elemento realmente capaz de unificar um povo e suas classes sociais. Esta pré-estabelecia um quadro de tradições culturais comuns – “Cada nação fala da maneira que pensa e pensa da maneira que fala” (Herder, 1772 *apud* Bernardo, 2003, p. 639). A nação, para o romantismo germânico, não poderia ser a “territorialização do poder do Estado”, devido ao fato de não haver propriamente um estado

germânico unificado até 1871 (ou por haver povos “germânicos” espalhados por toda Europa e América). O fator de coesão só poderia ser encontrado na língua e literatura, por isso o grande investimento em um “nacionalismo literário”, base da invenção de um folclore e do próprio ideário germanista:

A ansiada existência de um povo germânico não se justificava em função de um Estado enquanto mero conjunto de instituições políticas centralizadoras, nem em função de uma nação, que apresentada simplesmente como um território quer considerada de maneira sentimental como um solo, com todas conotações metafísicas. Neste contexto, o povo só poderia ser compreensível em termos de raça. A língua passou a significar, antes de mais, uma expressão da raça (Bernardo, 2003, p. 644).

Além disso, a língua também era um elemento de distinção e “evidência” de “superioridade” dos germânicos frente às línguas e culturas “mestiças”, consideradas por essa *intelligentsia* como “inferiores” (Bernardo, 2003, p. 644). Por isso, ao mesmo tempo os fatores linguísticos-rácicos do discurso pangermanista⁵⁶ eram elementos de unificação e também de distinção e inferiorização do “outro” (Poliakov, 1974).⁵⁷ A biologização da língua-raça, em gênese no nacionalismo do romantismo germânico, foi também debatida por intelectuais em Portugal e no Brasil. A razão principal para esse debate era o “perigo alemão” no sul do Brasil, onde havia inserção do ideário do pangermanismo.

No fim do século XIX, uma onda de emigrantes alemães, “teuto-brasileiros”, já no quadro da Alemanha unificada, levava o ideário pangermânico, difundindo a sua visão: antimestiçagem, “culto” à língua alemã, e, em decorrência disso, a ideia de superioridade (Santana, 2010, p. 242). Com o apoio da Liga Pan-germânica, da So-

56 O pangermanismo é definido por Santana (2010) nos seguintes termos: “O pangermanismo tinha por objetivos a divulgação e propagação dos planos expansionistas da germanidade; união integral da germanidade em todo mundo; campanha em favor da germanidade no exterior, e luta contra as minorias nacionais” (Santana, 2010, p. 242). Para uma leitura aprofundada do fenômeno, ver: Magalhães (1993); Santana (2010).

57 No capítulo IV iremos esboçar melhor as relações entre o “racismo” e o “colonialismo” no caso português, demonstrando a presença, no seio das instituições colonialistas, desse novo tipo de racismo que emerge a partir do romantismo germânico.

cidade Alemã Colonial e da Liga pela Germanidade no Exterior, ocorreu a criação nos estados do Sul do Brasil de diversas organizações e ações, a saber: o periódico *Ur Waldsbote*, de Blumenau; financiamento de escolas para o ensino da língua alemã e envio de livros didáticos; a fundação do partido político União Popular (*Volksverein*); a criação do Centro de Pesquisa da Germanidade no Exterior (*Zentrallstelle für die Forschung der Deutschums in Ausland*) entre outras práticas (Santana, 2010, p. 244). Essa presença de instituições pangermanistas contribuiu para o apoio de uma parte dominante da colônia alemã em ações do Estado alemão na Primeira Guerra Mundial, no período entreguerras e também no início da Segunda Guerra Mundial. Todavia, esse projeto de unidade da colônia alemã no Brasil, com o apoio da Liga Pan-germânica, ia de encontro ao projeto de integração nacional propugnado pelos processos de nacionalização da cultura no Brasil.

O panlusitanismo pode ser considerado uma das reações a esse processo (para delimitarmos o debate somente nesse ponto), propondo uma visão distinta à questão “língua” e “raça” do pangermanismo. Na origem do panlusitanismo, está expressa uma leitura que confronta a visão “antimestiça” do racismo alemão (e de outras formas de pan-nacionalismo), sustentando uma leitura etnolinguística das relações entre culturas, projetando um *ethos* lusitano (legado do período colonial) “antirracista” e “colonialista cristão” como base para a formação do Brasil, segundo o discurso do “filho pródigo” – mesmo que contraditório às práticas propriamente racistas e opressoras do colonialismo português na África.

Não é arbitrário que o panlusitanismo – como veremos logo à frente – pode ser entendido como uma reação “reflexa” ao avanço de blocos étnicos que colocavam o fator “biológico” sobre a questão da raça no contexto da formação de blocos de poder da “paz armada”, num primeiro momento, e, também, já na Primeira Guerra Mundial e no período entreguerras, em que a ameaça germânica ao Império Português e o confronto com “cultura mestiça” é evidente, como ficará claro quando lermos as intervenções de Silvío Romero (1851-1914) a Gilberto Freyre (1900-1987). Por isso, faz-se necessário contextualizar o campo de debates luso-brasileiros sobre o avanço germânico (e também pan-americano) no quadro geral, para assim analisar melhor a presença desses elementos no seio do discurso panlusitano do Boletim.

Ideário de “pátria maior”: de Silvio Romero a Gilberto Freyre

Em Portugal, o movimento nacionalista tem o seu sentido histórico vincado ao império; nas palavras de Valentim Alexandre, ao “nacionalismo imperial”.⁵⁸ O engajamento em torno da proteção do império nos “quatro cantos do mundo” mobilizou uma ampla *intelligentsia*, no afã de construir “novos brasis” na África (Alexandre, 2000; Castelo 1999). Tal concepção “transterritorial” de nacionalidade, desde sua gênese (o “Grande Portugal”, “Portugal Maior”), ganhou cada vez mais força a partir da sua reprodução pela *intelligentsia*, nomeadamente, a partir do ideário “regeneracionista” e no Estado Novo, de uma visão da história do império que atribui a todos os territórios marcados pela “diáspora lusitana” os traços de um *ethos* português (colônias e ex-colônias). A aproximação simbólica com o Brasil, por meio do discurso do “filho pródigo”, é, talvez, a maior expressão desse intento.

O ideário de “pátria luso-brasileira”, “comunidade luso-brasileira” ou “confederação luso-brasileira” tem uma longa trajetória que nos ajuda a compreender melhor o sentido político da emergência do panlusitanismo. Os fatores etnolinguísticos são os principais elementos para afirmar, do lado português, a presença lusitana no Brasil e, portanto, de uma “comunidade imaginária” comum, a “pátria luso-brasileira”. Mas, ao contrário do que afirma uma parte da historiografia, focada no século XX, já existiam, desde a metade do século XIX, mobilizações em torno de um ideário de comunidade que ainda precisam ser mais bem estudadas. Um dos primeiros registros da presença de um ideário de comunidade luso-brasileira pode ser encontrado no *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* (1851-1932), *locus* de afirmação da luso-brasilidade.⁵⁹ Na metade do século XIX,

58 Ver o capítulo I.

59 Para o fundador do almanaque, Alexandre Cartilho Magno, em referência a um ideário de “Portugal Maior”: “O brasileiro no pequeno e antigo Portugal e o português no moderno e imenso Brasil respiram o ar da mesma pátria e se sentem em família” (Magno *apud* Dutra, 2005 p. 121).

para uma parte da *intelligentsia*, a luso-brasilidade encontrava-se como uma forma de afirmar a dimensão “civilizatória” europeia no Brasil (Dutra, 2005, p. 121).

Entre a lusofilia e a lusofobia, a *intelligentsia* brasileira (e luso-brasileira) constituiu diversas visões sobre o lugar de Portugal no Brasil.⁶⁰ Não iremos demonstrar todas as nuances desse processo, visto que há até mesmo um vácuo historiográfico em diversos aspectos, mas reiterar a convergência entre o ideário de comunidade luso-brasileira e a emergência do panlusitanismo. A partir da ideia de “confederação luso-brasileira”,⁶¹ podemos rastrear a ideia de unidade comunitária entre Brasil e Portugal, e, portanto, do panlusitanismo, como resposta ao avanço de blocos de poder em ascensão.

Na conferência “O elemento português no Brasil”, de Silvio Romero, fundador da Academia Brasileira de Letras, em 1902 no Real Gabinete Português de Leitura, podemos encontrar o primeiro resquício dessa posição. Em Romero há uma grande valorização do elemento português, reiterando que ante o quadro de “blocos étnicos”, haveria de se formar pelo menos três grandes formas de pan-americanismo: anglo-americano, hispano-americano e luso-americano (Romero, 1902, p. 48). Na interpretação de Ernesto Castro Leal, Silvio Romero expressa essa nova visão sobre o mundo dividido em “blocos de etnias”:

Silvio Romero percepcionava a construção de ideologias transnacionais em confronto, numa época de crescente ameaças guerristas, referindo o pan-germanismo

60 Segundo Jorge Luís dos Santos Alves, o “luso-brasileirismo” deve ser entendido num quadro de estratégias, de portugueses, brasileiros e luso-brasileiros, com o intuito de conformar alianças, ganhos institucionais, e memórias coletivas, como ele mesmo reitera: “O luso-brasileirismo, luso-brasilismo ou luso-brasilidade defende uma representação da nação fundamentada em uma visão lusófila da história e da cultura brasileira associada também à memória coletiva da colônia portuguesa. Avaliar o luso-brasileirismo é dissecar as estratégias, intencionais ou não, de valorização do legado português na memória nacional. Entre os emigrantes portugueses houve uma parcela, reduzida em termos quantitativos, mas bastante significativa na vida cultural brasileira, de indivíduos dedicados ao trabalho intelectual em jornais, revistas e gabinetes literários. Pela mediação desses agentes, os intelectuais brasileiros e portugueses constituíram redes de sociabilidade, nas duas margens do Atlântico, impulsionados pelo nacionalismo e pela convergência identitária” (Alves, 2009, p. 14).

61 Entre as obras do período que debatem a questão do “confederalismo luso-brasileiro”, podemos citar: Velloso (1918); Melo (1919); Barros (1920; 1921); Albuquerque (1922); Rodrigues (1923).

ou o pan-eslavismo, e advertia que o desenvolvimento de um possível pan-americanismo, para ser eficaz, não pode deixar de ter três expressões independentes: as anglo-americanas, as luso-americanas e as hispano-americanas. Propunha o fortalecimento das relações bilaterais entre Portugal e Brasil, em torno de algumas políticas comuns – tratados de comércio, convenções literárias, exposições de produtos, fomento da emigração, colaboração na marinha mercantes, acordos militares – reafirmando [...] a importância de salvaguardar a língua portuguesa no Brasil (Leal, 2009, p. 6).

Para Leal, o contexto de formação da União Ibero-Americana em 1900, no seio do Congresso Pan-Americano das Repúblicas Hispano-Americanas, no México, justificam essa posição de Silvio Romero e de outros que se situaram a favor da criação de uma confederação luso-brasileira (Leal, 2009, p. 6). A reação ao confronto imperialista em ascensão é um elemento estruturante nessas intervenções:

[...] o ambiente internacional de paz armada para a criação de blocos político-militares, significando um crescente confronto de hegemonias – tríplice aliança entre os Impérios Alemão e Austro-húngaro e a Itália (1882) e a Entente Cordial entre a França e a Inglaterra (1904), transformada em triplo acordo com a entrada do Império Russo (1907) – quer ainda à mentalidade organicista, etno-antropológica, de redescoberta das origens ráticas e das práticas culturais dos povos, afirmando-os e agregando-os (Leal, 2009, p. 6-7).

No livro do carioca João do Rio (pseudônimo de Paulo Barreto), *Portugal d’Agora*, de 1911, há uma invocação pelo maior “entrelaçamento” e “estreitamento” das relações luso-brasileiras, buscando reverter a atmosfera de desconhecimento mútuo entre Brasil e Portugal (Rio, 1911, p. 244). Neste mesmo livro, avalia a “Comissão Luso-brasileira” proposta pelo português Zófimo Consiglieri, em 1909, em uma sessão na Sociedade de Geografia de Lisboa, da qual era presidente, como uma das primeiras iniciativas de aproximação luso-brasileira, publicando a proposta em seu livro, mas sendo antes publicada no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Destacaremos aqui alguns dos seus artigos por sua importância na construção do ideário luso-brasileiro:

1° - Estudar a forma mais adequada de se realizarem congressos periódicos luso-brasileiros, que devam em prazos a fixar reunir-se alternadamente em Lisboa ou Porto e no Rio de Janeiro ou outras cidades brasileiras, com o intuito de discutir todos os assuntos de ordem intelectual e econômica, que interessem em comum e exclusivamente às duas nações, e onde haja de fazer-se a propaganda das deliberações que pelos mesmos congressos e pelos mesmos governos dos dois países tenham de ser tomadas a benefício de ambos os povos, respeitando-se escrupulosamente a independência de cada um deles, e evitando-se toda e qualquer interferência, por mínima que seja, na vida interna e no modo de ser dos dois países respectivamente; 2° - Estudar a forma de se negociar um tratado de incondicional arbitragem entre Portugal e as suas colônias de um lado e o Brasil do outro, e de se realizar a conveniente cooperação das duas nações em assuntos de caráter internacional; 3° - Estudar a forma de se ultimar, com a urgência que razões óbvias aconselham, um tratado de comércio, ou antes um largo entendimento comercial entre as duas nações, procurando-se a maneira, - até onde for possível vencer as dificuldades naturais inerentes ao assunto, - de que uma à outra concedam respectivamente vantagens especiais, que deixem de ser transmitidas aos outros estados, não sendo portanto atingidas pela cláusula de “nação mais favorecida”, inscrita atualmente nos tratados já existentes tanto de Portugal como do Brasil com os países estrangeiros; 4° - Promover a criação de uma linha de navegação luso-brasileira entre os dois países, sob o alto patrocínio de ambos os governos [...]; 7° - Promover sempre que for possível a unificação ou pelo menos a harmonização da legislação civil e comercial dos dois países [...]; 10° - Estudar a maneira de se fundar em qualquer das duas capitais, ou simultaneamente em ambas, uma revista que seja o órgão para servir de intérprete permanente a este movimento de aproximação luso-brasileira [...]; 14° - Finalmente estudar a maneira de se fazer da benemérita colônia portuguesa no Brasil a ativa intermediária da aproximação moral dos dois povos, aproximação que terá como símbolo da realidade da sua existência a Formosa língua de Camões e Gonçalves Dias a falar-se dos dois lados do Atlântico e a servir, em duas pátrias fraternalmente enlaçadas, de vínculo inquebrantável à raça luso-brasileira, cujo destino his-

tórico assim engrandecido deverá, a bem da civilização, alargar-se triunfante pelas mais belas regiões do globo, às quais o imortal gênio latino, representando pela nossa comum nacionalidade, imprimirá com o supremo encanto da forma o estímulo da sua energia eternamente criadora (Pedroso, 1909, p. 387-390).

Outro momento importante nas intervenções em torno do panlusitanismo/lusobrasilidade pode ser encontrado no pequeno livro *Pan-lusitanismo*, de António de Figueiredo de Nascimento Veiga, publicado em 1916. Nesta obra, encontramos alguns elementos-chave do debate em torno do ideário de comunidade e do panlusitanismo. Veiga inicia o livro assinalando o panlusitanismo como um “sonho”, uma utopia que retoma a “glória dos nossos antepassados”, do sacrifício que elevou a lusitanidade (Veiga, 1916, p. 1). Diante desse “sonho”, afirma a necessidade de os governos da República brasileira e portuguesa estabelecerem concretamente, em um plano “suprapartidário”, “leis que direta ou indiretamente” criem vínculos entre Portugal, as colônias e o Brasil (Veiga, 1916, p. 2). O ressurgimento do mito da “herança sagrada” é visto pelo autor como o principal elemento para o ideário da “Pátria Maior”:

A pátria que é nossa não se cingindo aos estreitos limites do “Condado Portucalense” assentou tendas por toda a orla de término que corre ao longo do Oceano Atlântico [...] Com a mais afincada devoção na descoberta de novos mundos, e na abertura de novos caminhos, rutilantes e triunfais. Passou da Europa à África, à Ásia, à América e à Oceania, foi aos confins do globo [...] A humanidade inteira deverá eterna gratidão aos nossos ousados navegadores, os quais ara a humanidade contribuirão com seu esforço, com a sua energia e com o seu sangue [...] (Veiga, 1916, p. 22).

Esta “pátria maior” deveria conformar uma “grande confederação dos Estados Lusitanos”, na África, Ásia, Oceania e América, para assim ressurgir o espírito da unidade da língua e cultura lusitana (Veiga, 1916, p. 23). O panlusitanismo é a própria salvação da pátria portuguesa, sua “regeneração”:

Iniciemos em todo mundo uma política nacional, uma política de raça, uma política “lusitana”. Na Europa, na Ásia, na África, na América ou na Oceania, em qualquer

recanto do globo onde tremule a bandeira das quinas ou onde a linguagem de Camões seja o elo duma nacionalidade, nós todos lusitanos! Devemos estender as mãos na mais firme solidariedade e estreitar os peitos na aspiração mais grandiosa da nossa raça [...] Temos de lançar no mundo uma luta gigantesca, uma luta desesperada, uma luta titânica; temos de reagir fortemente contra a “moleza” interna e contra a “dureza” externa”. Só assim poderemos salvar a nossa nacionalidade da vala comum da vulgaridade (Veiga, 1916, p. 3-5).

Dentro do contexto em que escreve isso, podemos constatar que os “inimigos externos” eram propriamente a ameaça imperialista germânica (“o pangermanismo”) em Angola e Moçambique, como ele mesmo reitera à frente:

Todos nós temos conhecimento das ideias que no povo alemão se sobrepunham a quaisquer outras concepções, e que dentro ou fora da Alemanha eram cultivadas com a mais firme dedicação, e consubstanciadas sob a designação de pangermanismo. De vez em quando ouvimos também falar na Pan-America, que, todavia, a diferença de costumes, de feições e de interesses não deixam tomar raízes. Vemos também através da história da Inglaterra pretender dominar tudo, sujeitando à sua vontade soberana a terra e os mares, e pondo a sua raça as suas tradições, as suas velharias acima de todos os outros conceitos dos outros povos [...] todos os povos enfim de energias vivas e educadas, sentem dentro em si alguma aspiração maior que a do viver [...] da vida fortuita dos seres inferiores. O sentimento da raça e da nacionalidade sobrepõe todos os outros sentimentos religiosos [...] (Veiga, 1916, p. 26).

A resposta ao imperialismo pangermânico e pan-americano deveria se consubstanciar em uma reação valorativa do *ethos* lusitano, do “Panlusitanismo”:

Todas as vantagens que aqui possam advir para a nossa vida interna, entrarão no fortalecimento da nossa organização mundial, sempre a desenvolver em torno da árvore bendita do nosso melhor e do nosso maior fulgor – o Pan-lusitanismo. Ele clamará a si as boas intenções e todos os bons sentimentos. Ele nos levará a quebrar os ferros que nos avassalam a outros povos, de quem temos sido puros satélites, nos dará virtudes de enfileirar-

mos com as primeiras nações na sua senda do progresso e no concerto dos destinos mundiais. Lutemos pois, sem descanso na obra última da nossa reabilitação [...] (Veiga, 1916, p. 28).

Veiga finaliza o livro reiterando a necessidade da conformação dessa unidade a partir de políticas pragmáticas entre Brasil e Portugal, na constituição de um bloco de poder com uma constituição comum, fundada nos valores do panlusitanismo (Veiga, 1916, p. 25).

A ideia do panlusitanismo como uma reação à crescente unidade de blocos de poder e do confronto contra a “desnacionalização”⁶², oriunda do emigrante germânico, italiano e japonês, não era somente um ideário de intelectuais isolados que propagavam o panlusitanismo/luso-brasileirismo, mas um debate integrante no seio de diversas publicações periódicas. A “Grande Lusitânia”, a “Nação panlusa”, o “Portugal Maior” são expressões que eram usadas para referir-se à comunidade formada entre Portugal, Brasil e as colônias portuguesas em diversas produções editoriais e redes paralelas de sociabilidade, em particular a partir dos anos 1910-1920, com um crescimento vertiginoso a partir dos anos 30 do século XX.

Entre as publicações do campo intelectual do período que atribuem notoriedade ao ideário, devemos destacar a revista *Atlântida* (1915-1920) e os intelectuais que a circundam. Nesta, há uma série de intervenções dos seus organizadores, João do Rio e João de Barros, bem como de outros membros, buscando exortar o ideário de nacionalidade luso-brasileiro, “transterriorial”. Para eles, a luso-brasilidade não era somente uma estratégia simbólica, mas também um projeto político que almejava conformar um bloco de poder entre Lisboa, Rio de Janeiro e Luanda, contrapondo no Atlântico Sul o domínio germânico e saxônico (Castro, 2011, p. 79). Essa “Grande Lusitânia” seria construída a partir da intervenção de políticos e intelectuais em prol da lusitanidade e latinidade (Castro, 2011, p. 78).

62 Como fica nítido no “diagnóstico” de Zófimo Consiglieri, no já referido texto “Comissão Luso-Brasileira”: “[...] o sério risco de desnacionalização lenta mas segura somente o Brasil pode conjurá-lo pela aproximação e relações cada vez mais estreitas com Portugal, possuidor ainda hoje de um rico e vastíssimo império em África, de território reduzido na Europa, não há dúvida, mas berço de uma robusta e prolífica população largamente espalhada pelo mundo, de extraordinárias faculdades de adaptação e resistência, população indispensável – e não substituível por outra – para a conservação e pureza da raça nacional do Brasil” (Consiglieri, 1909, p. 388).

Esse ideário “transterritorial” fica explícito em um editorial escrito por João de Barros, em 15 de junho de 1917:

De um lado e do outro do Atlântico, que vemos? Numa extensíssima margem da América austral, o Brasil; quase em frente, na costa africana, a vasta colônia de Angola; e, entre as duas como um mar lusitano, o Atlântico Sul. Numa zona de navegação comum ao Brasil e à África Ocidental – o arquipélago de Cabo Verde. E, mais ao norte, como pontos de escala em rotas diferentes – os Açores e a Madeira. E, no ponto de convergência de inúmeras linhas de navegação, como vasto entreposto comercial dos produtos de Portugal e Brasil, o amplo e magnífico porto de Lisboa (Barros, 1917 *apud* Leal, 2009, p. 4).

As intervenções de António Bettencourt Rodrigues – médico republicano exilado no Brasil entre 1892-1913 – na *Atlântida* e em outros órgãos também foram fundamentais na consolidação da ideia da confederação luso-brasileira, assinalando a urgência da sua criação em uma entrevista publicada em um livro de 1923:

A ideia de Confederação, essa sim, não poderá deixar de impor-se à atenção de brasileiros e portugueses, mormente, nesta hora incerta que se jogam os destinos das nações, ou, para melhor dizermos, das diferentes raças que procuram alicerçar em novas bases os seus respectivos agrupamentos [...] recentes fatos ainda confirmam é a tendência para os grandes agrupamentos de povos, estados e nacionalidades, sob uma só bandeira, e tendo como base, ou o território, ou raça, ou interesses de ordem econômica (Rodrigues, 1923, p. 92-95).

Segundo Rodrigues, a formação de “blocos étnicos” iria consubstanciar um novo quadro geopolítico fundado em diversas alianças: o Bloco Germano-Eslavo, Asiático (Japão e Ásia), Anglo-Saxônico (Estados Unidos da América e Inglaterra), Hispano-Americano (Espanha e América Latina) e Luso-Brasileiro (Brasil e Portugal). Ainda segundo o autor, o panlusitanismo vinha à tona enquanto resistência “pacífica e ordeira” contra o “expansionismo” do “pangermanismo”, como assinala em resposta a um inquérito de 1917 sobre a Confederação Luso-brasileira, produzido por João do Rio, na *Atlântida*, e distribuído entre vários intelectuais:

O Pan-lusitanismo! A confederação entre povos afins será uma resultante lógica da evolução que se desenha já no horizonte como a única solução nacional que os acontecimentos hão-de impor. Para todos os efeitos, torno meu pensamento, propaga-lo-ei, com a maior devoção e o zelo mais enternecido, em todos os centros e colectividades onde a minha modesta influência puder exercer-se [...] A nova grande Lusitânia não só é possível, senão também se transmudará numa luminosa realidade, imposta pelas circunstancias da nova era que a guerra nos há-de trazer [...] (Rodrigues, 1917 *apud* Leal, 2009, p. 12).

Não foram somente os intelectuais que legitimaram, em seus distintos campos de produção, o ideário de confederação. Como reitera Lucia Maria de Paschoal Guimarães, diversos militares também participaram destas intervenções:

No contexto da Primeira Grande Guerra também trouxe os militares para o centro do debate. O comandante Nunes Ribeiro preocupado com a supremacia marítima alemã, advertia que [...] A garantia do domínio do mar no Atlântico Sul é e será sempre um objetivo comum aos dois países. Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931), oficial do Exército [...] aventou a hipótese de se instituir uma Confederação Luso-Brasileira. Postulava a formação de dois blocos políticos, o primeiro integrando a Inglaterra e os Estados Unidos, o segundo Portugal e Brasil [...] os quais [...] impor-se-iam ao mundo não com intuítos ambiciosos de imperialismo guerreiro, mas como garantia inabalável de paz e de progresso Universal. Outro militar, João de Almeida [...] escreveu o livro *Visão do Crente* (1918), em que defende a formação nos dois países, por meio de uma aliança militar, ofensiva e defensiva, diplomática e econômica, prevendo ainda a reciprocidade de direitos civis para brasileiros e portugueses, além de uma representação consular comum em nações estrangeiras (Guimarães, 2007, p. 256).

Além do apoio dos militares, há também a presença de personalidades consulares e de políticos. A presença do projeto da confederação luso-brasileira pode ser também verificada no discurso do senador português Manuel Gaspar de Lemos, em 19 de julho de 1919. Neste discurso, o senador declara seis pontos fundamentais para a

consolidação da ideia de confederação luso-brasileira: emigração, língua, administração, equiparação de cursos superiores, navegação comercial, porto franco (Castro, 2009, p. 82). Em sua fala em defesa do projeto, aponta a importância da confederação como adequação aos novos tempos: “A grande crise universal, desencadeada pela guerra, ameaça como que abrir todas as existências nacionais nos seus mais sólidos fundamentos e os povos sentem a imperiosa necessidade de se afirmarem etnicamente para garantirem seu futuro” (Lemos, 1919 *apud* Castro, 2009, p. 82).

Em uma carta de 1914, Bernardino Machado, representante português no Brasil entre 1912-1914, expressa a preocupação da institucionalidade com o avanço do pan-americanismo no Brasil e o possível confronto a este a partir de um maior investimento no intercâmbio panlusitano:

Depois da viagem de Laurento Müller aos Estados Unidos do Norte da América, tivemos, há dias aqui, a visita de Robert Bacon, Ex-embaixador americano em Paris [...] e temos agora conosco Roosevelt, que vem para sondar o sertão brasileiro. Veja V. Exa, como a influência americana se consolida e cresce, incessantemente, suscitando cada vez mais as correntes do pan-americanismo. E nós? Que fazemos para causa do pan-lusitanismo? O contraste é bem triste para nós. A política externa de Portugal, principalmente nos países de colônias nossas, necessita de um vigoroso impulso, que a República e os seus governos lhe devem imprimir para assegurarmos fortes apoios cá fora ao nosso ressurgimento nacional. Temos de pensar que a Nação não está dentro do seu domínio territorial, mas em toda parte onde no estrangeiro vivem portugueses, sobretudo aqui onde eles constituem o núcleo histórico de uma Nação co-irmã (Machado, 1914 *apud* Ferreira, 2008, p. 122-123).

Para Marie-Jo Ferreira, a elite portuguesa, em Portugal e no Brasil, foi a principal agente de difusão do discurso panlusitano, de aproximação luso-brasileira, desde a República até o Estado Novo (Ferreira, 2008, p. 123). A fala de António José Almeida, presidente da República Portuguesa do período, em 17 de novembro de 1922, na ocasião do centenário da independência do Brasil, também é bastante elucidativa deste apoio oficial ao ideário luso-brasileiro/panlusitano:

Colaboradores da mesma obra de civilização, tão juntos temos trabalhado, Portugueses e Brasileiros, que para sempre ficamos irmãos. As duas pátrias são como que suspensas no voo na sequência de um destino eterno, para se unirem sob a asa da sua tradição ancestral, como duas águias oriundas dos serros da Lusitânia que quisessem sentir por um instante o calor do agasalho comum [...] Portugal descobriu, povoou e defendeu contra a cobiça dos estranhos o vasto território do Brasil. O Brasil independente de hoje tem pois, de agradecer a Portugal o facto de ele ter lhe legado, à custa de torrentes de sangue e torrentes de lágrimas, tamanho e tão rico patrimônio. Mas Portugal tem que agradecer ao Brasil independente de hoje a energia, a bravura, a inteligência e o amor da raça com que ele tem sustentado, desenvolvendo a sua obra, o Brasil, que foi a maior glória do seu passado (Almeida, 1922 *apud* Ferreira, 2008, p. 133).

A política de aproximação luso-brasileira é identificada por Marie-Jo Ferreira como uma prática oficial da República Portuguesa em busca de legitimidade externa, apropriando-se do ideário de “comunidade lusófona” para reiterar a capacidade histórica do “ser lusitano” em gerir o seu império colonial. A despeito de toda essa verborragia, a ideia de “confederação luso-brasileira”, em alta nos anos 1917-1923, foi desaparecendo do vocabulário político e intelectual. Para Ernesto Castro Leal:

A partir de 1924, desvaneceu-se o projeto utópico de uma Confederação Luso-Brasileira, de conteúdo mais ideológico-cultural (pan-lusitanismo, pan-latinismo) do que orgânico-funcional (união política, bloco estratégico), dado o desenvolvimento acelerado, em Portugal, de um processo político e militar de contestação ao regime demoliberal [...] O contexto geopolítico mundial dos anos 30 do século XX voltava a orientar a balança de poderes para uma guerra progressivamente generalizada ao serviço da tecnologia da morte. Não seria bom tempo para sonhos pacifistas confederais, ao serviço da paz perpétua e do bem comum (Leal, 2009, p. 14).

Entretanto, tanto o ideário de comunidade lusobrasilidade como o panlusitanismo sobreviveram, mesmo porque os intelectuais engajados nos 10-20 continuaram a propagar essas visões sobre a na-

cionalidade “atlântica”, como é o caso das intervenções de Nuno Simões (e outros), editor da *Atlântida*, no *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* e em outras produções periódicas, como a *Atlântico* e a *Brasília*, nos anos 1940. Nos anos 1930, o *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* deu continuidade ao projeto da panlusitano tão caro às produções editoriais de cultura luso-brasileira, colocando-se como um sucessor do projeto editorial da revista *Atlântida*. Não foi arbitrariamente que Nuno Simões foi escolhido como um dos patronos da Luso-Africana. Se Norton de Matos representa a dimensão republicana da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Nuno Simões expressa a sua adesão à luso-brasilidade ao panlusitanismo. A presença de João de Barros, em artigos e elogios à Luso-Africana, também é um resquício desta busca por continuar o “legado” da geração de 10-20.

Neste novo contexto, no período entreguerras, o panlusitanismo também era visto como uma reação ao avanço do perigo “imperialista”, em particular, da ascensão do pangermanismo. O medo de uma nova guerra foi expresso desde os primeiros números do *Boletim* até o seu último número. O panlusitanismo voltou a ser, tal qual no período da Primeira Guerra Mundial (a “Grande Guerra”, como denominavam), uma proposta “pacífica” de comunidade para confrontar tempos de acirramento da disputa imperialista. Para analisar este discurso, buscaremos explorar também nas intervenções de Augusto Costa e Gilberto Freyre sobre o “transnacionalismo”, a permanência desse mesmo discurso “panlusitano”.

O jornalista Augusto Costa, entre os anos de 1926-1934, enviou um inquérito nacional, com diversas perguntas sobre o império, para diversos intelectuais e gestores coloniais, entre eles: Fernando Pessoa, João Almeida, Paiva Couceiro, Marcelo Caetano, João Ameal, Hipólito Raposo, Fidelino de Figueiredo, Afonso Lopes Vieira, entre outros. O inquérito levantava as seguintes perguntas:

I – Sim ou não, Portugal potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro na Nova Renascença que há-de se seguir-se à Idade Média que atravessamos, o lugar de uma grande potencia?; II – Sim ou não, Portugal sendo a terceira potencia colonial, tem todos os direitos a ser considerada uma grande potência europeia?; III – Sim ou não, Portugal amputado das suas colónias perderá

toda a razão de ser como povo independente no concerto europeu?; IV – Sim ou não, a moral da nação pode ser levantada por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade coletiva capaz de impor dos políticos uma política de grandeza nacional? Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir? (Costa, 1934a, p. 13).

Tanto o inquérito como as respostas da *intelligentsia*, publicadas no livro *Portugal Vasto Império: Um inquérito Nacional* (Costa, 1934a) são um importante rastro para apreender as preocupações dominantes no campo intelectual do período. No posfácio da obra, intitulado “Apologia do Império Português”, o autor interpreta os inquéritos sintetizando alguns elementos que são estruturantes nesses discursos. Entre o ceticismo e a ufanía, o tema mais recorrente é a proteção a todo custo do império diante do avanço dos imperialismos, nomeadamente, o germânico. Em certo momento, Augusto da Costa assinala que a “generosidade alheia” dos aliados no pós-guerra com a Alemanha seria paga com as colônias: “[...] se os aliados quiserem fazer as pazes com a Alemanha, e se, por via dessas pazes, lhe querem restituir as colônias, não é justo que sejamos nós, aliados nos campos de batalha contra a Alemanha, quem tenha de pagar as custas da generosidade alheia [...]” (Costa, 1934a, p. 8).

A defesa da integridade nacional ante o avanço da Alemanha, a partir do engajamento intelectual, em particular da imprensa, era o principal motivo que o fazia publicar o livro. Esse perigo é reiterado em diversos momentos do livro: “Pôs-nos em perigo o pangermanismo de antes da guerra; põe-nos igualmente em perigo o panlatínismo da Itália mussolinica” (Costa, 1934a, p. 10). Perante isto, vê na intervenção intelectual uma forma de deter o avanço dos imperialismos:

Que em Portugal se faça uma mobilização dos espíritos idêntica à que a Itália iniciou já. Não devemos seguir apenas os maus exemplos de que fora nos chegamos; devemos seguir, antes de tudo os bons. E o exemplo da Itália é um dos melhores [...] ou nos afirmamos capazes de manter no mundo a nossa situação de terceira potência colonial, ou seremos inexoravelmente espoliados desse império grandioso, quer pela Itália, quer pela Alemanha [...] O que os jornais devem levar aos quatro cantos do país não é que “o País esta irremediavel-

mente perdido”, ou que “as colônias portuguesa hão-de passar, inexoravelmente, às mãos de terceiros, porque não temos capital-homens nem capital-dinheiro para as salvarmos. O que a imprensa deve proclamar, gritar, ensinar ao País, é que as colônias portuguesas deixarão inexoravelmente de ser nossas se não as soubermos a tempo defender por todos os meios, mesmo pela força (Costa, 1934 a, p. 10).

Em resposta ao discurso de decadência, os intelectuais deveriam, para Costa, assumir o ideário de “Portugal Vasto Império” como prerrogativa para o ressurgimento, tal como o fez a Alemanha com o pangermanismo:

O pan-germanismo, que unificou a Alemanha à volta da Prússia, e dela fez o grande Império que a guerra momentaneamente elevou, que é, senão a obra dos escritores, filólogos e poetas da Alemanha? O imperialismo italiano, na sua fase actual, que é senão uma consequência do Renascimento e uma obra dos escritores e doutrinadores da Ideia Nacional [...] A terra portuguesa tem o seu destino preso, neste momento, à sorte de uma batalha. A mobilização de espíritos deve preceder a mobilização dos corpos. Nem só no campo de batalha se combate; a pena e também uma espada e cada um de nós tem o dever de a utilizar o melhor que puder e souber, enquanto forças tenha. O primeiro dever de todo o jornalista, o dever capital de todo o escritor, é servir, na medida das suas forças, a grandeza nacional (Costa, 1934, p. 11).

Esta invocação ao engajamento dos intelectuais em prol de um “Portugal maior” ante o avanço do imperialismo germânico e italiano é um discurso estruturante não só na *intelligentsia* invocada para intervir no inquérito feito por Augusto Costa, mas presente, em diversos níveis, na produção intelectual em Portugal, metrópole e colônias.

As intervenções de Gilberto Freyre nos anos 1930 também são uma importante evidência da ação de intelectuais brasileiros em defesa do legado lusitano e na crítica ao avanço germânico no Brasil, sendo *O Mundo que o Português Criou* (1940) e *Uma Cultura Ameaçada: a luso-brasileira* (1940) expressões que sintetizam a concepção de mundo do período. Sete anos depois de Gilberto Freyre publicar a

obra *Casa Grande & Senzala*, em uma conferência em 1940, no Gabinete de Leitura do Recife na ocasião do Duplo Centenário de 1940, em homenagem ao duplo centenário da fundação e restauração (publicada depois no livro *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*), afirma o objetivo central de suas reconstruções sociológicas e historiográficas:

[...] venho contribuindo modesta mas conscienciosamente desde os meus primeiros estudos de adolescente para a reabilitação da figura – por tanto tempo caluniada – do colonizador português no Brasil; para a reabilitação da obra – por tanto tempo negada ou diminuída – da colonização portuguesa da América; para reabilitação da cultura ameaçada hoje, imensamente mais do que se pensa, por agentes culturais de imperialismos etnocêntricos, interessados em nos desprestigiar como raça – que qualificam de “mestiça”, “corrupta” e como cultural – que desdenham como inferior a sua. Este esforço de reabilitação em consequência de estudo [...] e não de simples sentimentalismo ou emoção (Freyre, 2010a, p. 21).

Esta afirmação de Freyre no prefácio do livro *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, originalmente publicado em 1940, evidencia claramente o seu esforço em “revivificar” a contribuição do português na formação social brasileira. Freyre, em um outro prefácio de 1980, aponta que esta intervenção foi à base de uma visão antropológica em torno da “resistência de uma cultura – a luso-brasileira – ao imperialismo cultural representado por cultura centro-europeia na qual se encarnaram, de modo ameaçador, valores e desígnios aos social e culturalmente luso-brasileiros” (Freyre, 2010a, p. 14). Nesta conferência, define o racismo da cultura germânica como sem “base científica”, invocando a necessidade da intervenção intelectual em defesa da “ética” lusitana, “cristã” (no sentido sociológico e amplo, para além da hierarquia), na sua dimensão da “assimilação do exótico”, contestando o suposto “purismo étnico” em sua “consciência de espécie não-biológica” (Freyre, 2010a, p. 24). À frente, destaca a particularidade “exemplar” lusitana de assimilação/integração:

[...] a história inteira dos portugueses [...] os revela um povo com uma capacidade única de perpetuar-se noutros povos. Mas sem que o povo tenha feito dessa perpetuação uma política biológica e anticristã de exclusi-

vidade: nem exclusividade de cultura. Ao contrário: os portugueses se têm perticado, dissolvendo-se sempre noutros povos a ponto de parecer perder-se nos sangues e nas culturas estranhas [...] passados séculos os traços portugueses se conservam nas faces dos homens de cores diversas, na fisionomia das casas, dos móveis, dos jardins, nas formas das embarcações, nas formas de bolos. Toda obra de colonização lusitana [...] esta cheia dos riscos de tão esplêndida aventura de dissolução. Portugal seguiu na sua política colonizadora aquelas palavras misteriosas das Escrituras: ganhou a vida perdendo-a. Dissolvendo-se (Freyre, 2010a, p. 24).

O exclusivismo da raça no qual apontava para os povos da cultura centro-europeia não tinha correspondência com os portugueses, pois, desde os primórdios, os portugueses apresentavam uma ética antirracista e cristã que os distanciou da visão da “pureza de raça”, da “mística da raça” (Freyre, 2010a, p. 32). Em certo ponto desta conferência, Freyre aponta que os brasileiros deveriam voltar os seus olhos para os estados do Sul do Brasil, para apreenderem a dimensão do perigo consubstanciado na presença dos “imperialismos de raça” e dos ataques à cultura luso-brasileira difundidos através do pangermanismo (Freyre, 2010a, p. 32). A intervenção intelectual ante a tais ataques ao legado da cultura luso-brasileira, em particular, os valores éticos da “democracia social e racial”, deve ser o principal objetivo dos intelectuais portugueses e brasileiros:

[...] é nosso dever resguardar de imperialismos etnocêntricos para a continuação da vasta experiência de democratização étnica e social que aqui se processa desde os primeiros dias de colonização lusitana. Resguardá-la de imperialismos de qualquer espécie, mesmo o apenas doutrinário; resguardá-la de qualquer espécie de intromissão imperialista no íntimo de sua vida e no essencial de sua cultura, nunca renunciando nós o princípio e o método da democratização das nossas sociedades [...] pela miscigenação, pela mistura das raças, pelo intercurso entre culturas. Princípio e método que são a maior contribuição portuguesa e brasileira para o ajustamento das relações entre os homens (Freyre, 2010a, p. 43-44).

Em um artigo no *Estado de S. Paulo*, em 3 de abril deste mesmo ano (publicado na edição recente do referido livro), ataca mais uma vez os defensores do germanismo “anti-luso-brasileiro”, reiterando a sua posição contra a penetração do racismo nazista:

[...] a teoria da inferioridade da cultura luso-brasileira em face da germânica não seria tão fácil de provar como supõe a ingenuidade nazista. O geógrafo Rihard Mack – é dos que acreditam na inferioridade e o supõem biológica – bem poderia recorrer à erudição de algum colega historiador ou à ciência de algum antropologista que o enriquecesse de informações exatas sobre o passado do português e da sua cultura; sobre as raízes latinas e os elementos árabes [...] a glória intelectual dos portugueses não se resume em Camões e n’Os Lusíadas, estende-se à participação portuguesa na cultura hispânica; na cultura de toda península. E convém não esquecer os valores orientais e africanos de que a Europa se enriqueceu por intermédio do português e da sua capacidade de assimilação dos valores exóticos [...] (Freyre, 2010a, p. 50).

A luta entre os luso-brasileiros e o ideário nazista e racista dos germânicos (e do pangermanismo) era a principal tarefa à qual Freyre elenca para a intervenção intelectual naquela conjuntura. *O Mundo que o Português Criou*, produto de uma conferência na Inglaterra e outras três em Lisboa, todas lidas por Manuel Múrias, diretor do Arquivo Histórico Colonial, também conta com elementos importantes para compreensão dos debates do campo. Na primeira intervenção, na King’s College, Gilberto Freyre reitera que a despeito do racismo no Sul do Brasil, os costumes e a sua cultura já eram mestiços, apontando os gestos e culinária como exemplo – a presença da goiabada com queijo, aguardente e feijoada em suas práticas alimentares. Afirma ainda, que a culpa da presença de discursos contrários à luso-brasilidade era oriunda de “agentes políticos externos” (o pangermanismo) pagos para difamar a “cultura nacional” (Freyre, 2010b, p. 20).

Para fundamentar essa proteção aos valores da luso-brasilidade, Freyre aponta a necessidade de afirmar uma “consciência de espécie supranacional” entre todos os luso-descendentes (luso-americanos, luso-africanos, etc), “filhos” da diáspora portuguesa, da mestiça-

gem entre a lusitanidade as outras culturas (Freyre, 2010b, p. 31). O pan-nacionalismo agregaria as “culturas mestiças” em torno desta “consciência de espécie”:

A tendência para a mestiçagem, comum às sociedades da América, da Àsia e África, onde predominou a colonização portuguesa, e à própria sociedade portuguesa da Europa, é decerto um elemento de aproximação entre essas várias sociedades. Sociedades [...] capazes das mesmas reações sentimentais, estéticas, éticas – essencialmente as mesmas [...] A tendência geral do colonizador português para a mestiçagem parece ter dado aos povos da América, da Àsia e da África de formação portuguesa, condições especialíssimas de unidade psicológica e de cultura. Os luso-descendentes – puros e mestiços – de áreas diversas, quando se põem, em contexto uns com os outros, é para se sentirem espantosamente semelhantes nos seus motivos e estilos de vida (Freyre, 2010b, p. 29).

Tais considerações de Silvio Romero a Gilberto Freyre, em torno de uma espécie de “zona sentimental” entre os povos tocados pela diáspora portuguesa, são, portanto, constitutivas desse quadro histórico de avanço do imperialismo; uma resposta, em particular, ao avanço do racismo germânico. Em suma, o panlusitanismo deve ser entendido, agora no período entreguerras, no seio dessa constante invocação pela proteção ao legado português (espiritual e colonial) e a necessidade perante este avanço, “pangermânico” e “panlatinita”, de um nacionalismo “amplo”, *transterritorial*. É nestes termos que iremos ler as intervenções da Luso-Africana em seu Boletim e na obra síntese do seu ideário, a *Cartilha Colonial*, de Augusto de Casimiro.

Uma resposta aos perigos do pangermanismo

“O dever supremo de uma nação é salvar a sua existência, a sua independência, a sua civilização, a sua língua, o somatório de bens materiais e espirituais que acumulou durante séculos. Convenceram-se os homens da minha geração que isso se poderia conseguir com o progresso e a ordem interna, com o exercício constante, sincero de uma ampla solidariedade humana. Veio a grande guerra desiludi-los. Nela combateram com a esperança e com a confiança de que, após a vitória dos aliados, se entraria numa idade de justiça e de tranquilidade, em que a única preocupação seria o bem da humanidade. Nova desilusão. Hoje devemos reconhecer que a primeira coisa a fazer é armar-nos até aos dentes para nos defendermos dos agressores.”

(Norton de Matos)

Os artigos publicados no *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* são também um dos espaços onde podemos visualizar, nos anos 1930, a já referida evolução discursiva entre ascensão itálico-germânica e um “panlusitanismo reflexo”. Dentre estes, podemos selecionar algumas intervenções conjunturais que demonstram a visão dos intelectuais que publicam na *Luso-Africana* sobre tais processos.

No artigo *A situação político-estratégica da República Portuguesa*, de Henrique Pires Monteiro, Coronel do Estado Maior e professor da Escola Militar, há uma análise do lugar de Portugal ante o novo quadro internacional, referindo-se a três grandes questões a serem discutidas ao longo do texto: 1) o lugar do pacto da Sociedade das Nações no ordenamento internacional; 2) Portugal como Estado europeu; 3) Portugal enquanto Estado colonial (Monteiro, 1932, p. 35). Segundo Monteiro, a preservação de Portugal dependia da permanência dos princípios emergidos no âmago da criação da Sociedade das Nações, por meio do Pacto de Genebra. Reitera que este foi fundamental para organizar a paz e construir um “espírito internacio-

nal”, que deve ser presente em todas as nações livres, destacando os elementos que devem constituir o novo cenário pós-guerra: limitação de armamentos, acordos de assistência mútua, substituição do velho conceito de soberania por uma interdependência entre os Estados, negociação dos acordos somente e através da *Sociedade das Nações* (Monteiro, 1932, p. 36).

Monteiro afirma que existem duas questões principais que devem ser destacadas por Portugal na Sociedade das Nações: o “perigo ibérico” e o imperialismo frente às suas colônias na África (Monteiro, 1932, p. 37). Para ele, somente com uma “arbitragem jurídica e transnacional” é que os conflitos em curso poderiam ser evitados, citando uma fala do ministro dos Negócios da Espanha, “Zulieta” (o nome não é referido por completo) na Conferência de Genebra: “[...] creio que as organizações puramente nacionais já não devem existir e os Estados deverão colaborar em um organismo comum donde resulte a Paz, produto dum esforço contínuo da inteligência e de boa vontade” (Zulieta *apud* Monteiro, 1932, p. 37). A despeito de ser confiante com relação à arbitragem dos conflitos no que concerne ao “perigo ibérico”, não confere o mesmo otimismo ao avanço do imperialismo alemão e sul-africano em Angola e em Moçambique (Monteiro, 1934, p. 36).⁶³ O medo do avanço germânico e a solução advinda da arbitragem transnacional dos conflitos é bastante recorrente nas intervenções publicadas na Luso-Africana.

O general Luís Augusto Ferreira Martins, escritor e antigo diretor da Escola Central de Oficiais, na série de artigos “Não há fumo sem fogo...” (Martins, 1933) e “Mais fumo!” (Martins, 1934), analisa a conjuntura do avanço do imperialismo germano-italiano sobre as colônias portuguesas. No primeiro artigo, Martins inicia assinalan-

63 Como fica claro em uma citação avulsa de Domingo Cruz, oficial da armada, no Boletim deste mesmo ano: “O que seria de Portugal sem as suas actuais colónias no sonho imperialista que precedeu a grande e recente guerra, e que agora vai tomando nossos alentos em alguns países da Europa, que parece haverem já esquecidos os horrores da tremenda hecatombe que tantas vidas e riquezas roubou à humanidade?” (Cruz, 1933, p. 23). Em outra citação, de Carlos Leal, jornalista e publicista, há uma visão mais temerosa com relação ao futuro da arbitragem internacional: “Pois que tentem assaltar-nos as Colónias, e verão como é a arrancada lusíada! De resto, não haverá que ter receios de maior peso, porque o Estado Novo do novo Pombal [...] está de plantão, e a Nação de vigília! [...] E se a Alemanha e a nobre Itália se justificam para se assenhorearem do que é muito nosso, – alegando que “não sabem onde alojar seus súditos, que escolham outras paragens, – o deserto do Sahara comporta muita gente!”” (Leal, 1933, p. 69-70).

do que o interesse germano e italiano, na conjuntura daquele momento, era análogo ao pré-guerra, no quadro de paz negociada:

Que admira, pois, que a Alemanha vencida que nestes últimos anos tem habilmente conseguido pouco a pouco alargar quanto tem querido as malhas do Tratado de Versalhes, procure renovar os seus propósitos anteriores a 1914 acerca das nossas colônias de longa data cobichadas (Martins, 1933, p. 50).

Martins considera que esta “paz negociada”, com o “alargamento do Tratado de Versalhes”, pode ser constatada nos boatos em torno do pacto de paz entre Inglaterra, Itália e Alemanha em detrimento das colônias portuguesas:

Em diplomacia como na política, nada é impossível por mais extraordinário que pareça. E o que mais extraordinário parece, neste caso, não é o de pretender [...] a Itália repartir com a Alemanha, obtida anuência da Grã-Bretanha, territórios coloniais adquiridos à custa de outrem, para darem espaço aos seus excedentes de população. O mais estranho é que se pretenda ir buscar esses territórios apenas ao patrimônio português e se não pense em fazer participar no mesmo sacrifício. Pela paz, a Bélgica e a Holanda cujos domínios poderiam igualmente ser apetecidos. Porquê? (Martins, 1933, p. 50).

Segundo Martins, a política de dividir os elos fracos com a Alemanha e a Itália deveria ser detida com a intervenção da imprensa na defesa das colônias, assinalando que essa proposta estava sendo materializada no Pacto das Quatro Nações, na Conferência de Março, em Roma:

E quem são essas quatro potências? A Alemanha de Hitler, para quem “o direito só se funda na força”; a Itália de Mussolini; ansiosa de domínios coloniais para maior expansão da sua população crescente; a Grã-Bretanha, de Macdonald, condescendente, esquecendo cristãmente, a bem da Paz, a célebre imprecação alemã [...]; e a França. De Daladier, grata a Mussolini pela cortesia com que lhe estendeu a mão, ligada à Grã-Bretanha pela convicção de que a amizade entre as duas Nações é uma das mais seguras garantias da paz na Europa (Martins, 1933, p. 51).

Aponta as diversas conspirações que as quatro potências almejavam, conjuntamente, com seu avanço sobre a zona tropical da África:

Resume-se entretanto em Londres a Conferência Mundial; e quando em 16 de Junho, se discute o magno problema das dívidas interaliados surge o memoradum pangermanista do Dr. Hungenberg, Ministro da Economia do Reich [...] Versava esse conto de cisne do Ministro alemão sobre as reivindicações coloniais do seu País, em termos tais que o Sr. Macdonald, receoso da imprecisão produzida na Grã-Bretanha e nos delegados estrangeiros à conferência conseguiu que a Delegação alemã que se dispusesse a fazer desaparecer os vestígios desse famoso documento (Martins, 1933, p. 51).

Afirma também que neste referido *memorandum* constava a seguinte afirmação em seu primeiro artigo: “Restituir à Alemanha as suas possessões coloniais em África de que ela poderia servir-se para a execução de grandes obras públicas” (Martins, 1933, p. 51). Considera a reorganização do Exército, poder naval da Alemanha, como uma confirmação das pretensões pangermânicas, como um indício da derrocada do tratado de Versalhes:

Sob o ponto de vista português, há quem julgue que as reivindicações coloniais da Alemanha são hoje menos perigosas do que eram há vinte anos. Em 1913, dizem esses otimistas, tinha ela a sua ânsia da expansão, de imperialismo, ameaçava diretamente a propriedade alheia. Hoje, sem colônias, o seu orgulho reclama o que lhe pertencera [...] A Alemanha imperial [...] é sempre a mesma Alemanha. E se ainda durante a Grande Guerra na esperança duma vitória que lhe calhou, ela nunca deixou de sonhar com o seu formidável império da “Mittel Africa”, custa-nos a crêr que a sua tenacidade teutônica, e o seu patriótico orgulho renunciem espontaneamente à realização forma desse “belo sonho” imperialista. É prudente desconfiarmos e bom será precaver-nos (Martins 1933, p. 52).

Além dos fatores levantados, para o temor imperialista, Martins cita também o racismo, “o dogma da pureza da raça alemã”, como um fator que deveria ser levado em conta para a possibilidade de uma nova expansão germânica (Martins, 1933, p. 52). Como fica claro, a crença na arbitragem da Sociedade das Nações foi sendo aos

poucos mitigada, no lugar de um crescente medo com relação ao futuro das colônias ante a expansão imperialista germânico e italiana. Em um artigo (Martins, 1934b), nove meses à frente, o mesmo autor reitera a continuidade da ameaça do Pacto das Quatro Nações sobre Portugal, a partir de notícias que demonstram a falta de credibilidade internacional sobre os domínios portugueses. Comenta uma notícia em que supostamente Portugal pensava em entregar as colônias portuguesas para serem geridas pela Sociedade das Nações, além de dois boatos em jornais de grande circulação na Grã-Bretanha que afirmavam uma suposta venda da colônia de Timor e outro que assinalava a entrega de vastos territórios de Angola para a instalação de um “Estado Judaico Autônomo” (Martins, 1934, p. 68).

Segundo Martins, os “jogos ocultos” das quatro nações objetivavam retirar o prestígio de Portugal em um quadro de claro avanço germano-italiano sobre a África, citando um discurso de Mussolini em que afirma que a África e a Ásia estariam na mira da expansão do seu império (Martins, 1934, p. 69). A única forma de proteger o império “destas afrontas” seria um engajamento em prol do império na imprensa e meios intelectuais e, também, uma ação administrativa cuidadosa e efetiva, afirmando que a organização de Exposições Internacionais pela Agência Geral das Colônias era um exemplo a ser seguido (Martins, 1934, p. 71).

O exilado político no Brasil José Manuel Sarmiento de Beires, militar diretor da revista *Seara Nova*, no artigo “Palavras Claras”, também aponta a possibilidade de outra Guerra Mundial, reafirmando a necessidade de proteger a África dos “bárbaros civilizados”, contra a expansão italiana e germânica: “O mundo vive uma das suas horas mais inquietas. Os interesses que se chocam tendem a conduzir a humanidade à guerra. E é em África que a artilharia se voltara [...]” (Beires, 1935, p. 201). O contexto da afirmação é o da vitória de Mussolini na Etiópia, sendo um dos motivos para o autor, e outros que publicam, para temer uma expansão italiana para Angola e Moçambique.⁶⁴ Como o próprio José Manuel Sarmiento Beires reitera:

64 Nessa mesma conjuntura, Gastão de Sousa Dias, membro da Luso-Africana, expressa a mesma preocupação em outro periódico: “[...] de todas as colônias portuguesas, aquela que mais atenção deve dedicar a S. D. N. é, certamente, Moçambique porquanto nas suas fronteiras se encontram sete administrações diferentes, além de conter no seu seio uma administração particular, sendo por isso neces-

Há cobiças que pairam sobre o sul da província de Moçambique e em Lourenço Marques uma firma estrangeira vem agindo desde há muito tempo no sentido de tornar puramente platônica a soberania portuguesa. A situação das colônias portuguesas, exige, dos governos, carinhos, atenção, vigília, e ao Exército e à Marinha pertence impor o estabelecimento das medidas preventivas que o caso implica (Beires, 1935, p. 201).

Finaliza a sua pequena intervenção invocando ao “exilado” no Brasil para se solidarizar com Portugal nesse momento de ofensiva imperialista contra os seus domínios ultramarinos, considerando a Luso-Africana (e o ideário panlusitano) um espaço privilegiado para este tipo de intervenção (Beires, 1935, p. 201).

Em um artigo intitulado “Guerras, colônias e colonização”, um número à frente, Arnaldo Cândido Veiga Pires, médico e publicista, corrobora com a ideia desse medo do avanço itálico no sul de Moçambique. Inicia o texto caracterizando que o principal atributo para um bom gestor é o da “previsão”, não de coisas impossíveis como o “Cometa Halley, Vesúvio, etc”, mas de indícios passíveis de análise, citando o crescimento da fabricação de “cruzadores” e “armamentos” que circulam na Europa como um exemplo (Pires, 1936, p. 132). Mais à frente, reflete sobre o sentido do crescimento exponencial dos armamentos:

Anda a humanidade empenhada em transformar o mundo num espantoso arsenal [...] Estão os continentes abarrotados de metralhadoras [...] Ora o único emprego desses objetos, verificado até hoje, é o de matar. E milênios de experiências tormentos ensinam-nos, que os Estados poderosamente armados acabam sempre por fazer guerra. Podemos prever, portanto, com infinita probabilidade e acertar, que uma nova e “formidável” guerra europeia estalará (Pires, 1936, p. 132).

Para Pires, a resposta a esse ambiente eminente de guerra era a proteção e o resguardo das matérias-primas para uma maior durabilidade no caso de guerra, ato que é propriamente parte do “heroísmo” lusitano em prol das suas colônias ante o “ambiente pútrido” que as “aves de rapina” criaram (Pires, 1936, p. 132). Finaliza sua bre-

sário acompanhar a evolução da S. D. N., que é sem dúvida, o mais esperançoso melhoramento social, que resultou da Grande Guerra” (Dias, 1935, p. 42).

ve intervenção reafirmando a diferença entre o tipo de colonialismo português daqueles que são formados pelo “oportunismo materialista” e pela “força”:

Há povos que sempre manifestaram absoluta incapacidade colonizadora, e nunca através de seu curso multissecular realizaram outra coisa, que não fossem testilhas de vizinhos, mais ou menos pérfidas. A Alemanha, a Itália gastaram-se durante mil anos em querelas internas. Somente no fim do século XIX acordaram [...] Não é exagero dizer que Portugal, Inglaterra, a Espanha, a França, a Holanda, não só descobriam o mundo, mas eles, exclusivamente eles, alargaram o âmbito da civilização europeia e das raças brancas criando-lhes o domínio incontestado no globo, sem precisarem de esperar pelas lições do racismo desvairado e falso. Nem os fascistas do Mediterrâneo, nem os nazistas germânicos existiam e já o planeta, no que ele tinha de ocupável, sentia a influência do branco europeu (Pires, 1936, p. 133).

Se a descrença com a Sociedade das Nações vinha crescendo aos poucos no Boletim, com o aumento dos conflitos imperialistas isso se torna evidente. No artigo do engenheiro e militar Francisco Pinto da Cunha Leal “Perspectivas futuras da Europa” esse tom cético com relação à possibilidade da arbitragem pacífica já foi totalmente descartado. Ao início do texto, o autor cria um painel geral da situação de conflito no seio da Europa:

A Inglaterra abdica [...] da sua função histórica, mas a Sociedade das Nações, depois de mostrar-se impotente para a substituir, deixou cair em Estado de delinquência. No entanto, os Estados autoritários vão-se armando em progressão vertiginosa. E quando caindo do alto do seu idealismo ingênuo na dura planície das realidades a Inglaterra reconhece a necessidade de se reafirmar [...] O eixo Berlim-Roma destruirá, pois, as formas de equilíbrio consagradas pelos tratados de Westefalia e de Versalhes (Leal, 1938, p. 28).

Acusa a Inglaterra de ingenuidade, por esta acreditar na possibilidade de um novo equilíbrio político perante Hitler e Mussolini, finalizando o texto apontando o grande receio da possibilidade de uma grande guerra entre “blocos de poder continentais” (Leal, 1938, p. 29).

Armando Marques Guedes, professor de Direito Internacional, no artigo “As reivindicações coloniais da Alemanha”, em uma das últimas intervenções sobre a questão do imperialismo germânica e italiana, trabalha sobre os vínculos entre o expansionismo alemão desde Bismarck até o Hitlerismo, apontando o lugar de Portugal no centro desse processo (Guedes, 1938, p. 19). Após levantar os motivos que levaram à expansão alemã desde 1870 através da Prússia, interpreta que foi o crescimento industrial, por meio da busca por mercados e por matérias-primas, que consubstanciou a expansão para fora (Guedes, 1938, p. 19). Guedes assinala que entre essas pretensões estava o império português na África, inicialmente almejado através de acordos entre Inglaterra e Alemanha, entre 1898-1912, em um “acordo de portas fechadas” (Guedes, 1938, p. 20).

O autor afirma que esses mesmos acordos de “portas fechadas” estavam sendo feitos naquele momento, no presente, com a ascensão do nazismo a partir de uma nova coalização: “[...] com o eixo Roma-Berlim-Tóquio, desenha-se um imperialismo, que pelo seu potencial de ameaças e agressões fará considerar a outros a necessidade de comparar a paz à custa de compensações maiores” (Guedes, 1938, p. 20). Aponta ainda para o crescimento do interesse germânico nas colônias através do crescimento comercial como indício do interesse imperialista: “Desde 1930 para cá, o movimento do comércio luso-alemão nas colônias portuguesas [...] me parecem singularmente eloquentes [...] Estes fatos e estes números alguma coisa podem dizer acerca das reivindicações coloniais da Alemanha” (Guedes, 1938, p. 20). Conclui o texto afirmando a possibilidade da retomada da disputa imperialista germana em Angola e Moçambique.

Após a análise dos citados artigos, podemos tirar algumas conclusões gerais sobre a visão uníssona daqueles que publicaram no Boletim em relação ao avanço imperialista sobre Portugal e suas colônias. O medo, mais que justificado, do surgimento de outra guerra, no seio do Boletim, e a reação pela intervenção de um engajamento em prol de um “Portugal Maior”, é recorrente nas narrativas da Luso-Africana, sendo assim o principal fator que justifica o próprio panlusitano.

A preocupação desses militares e jornalistas em afirmar uma identidade étnica *transterritorial*, nos territórios sob o domínio político (África e Ásia), como também naqueles sob influência “espiri-

tual” (Brasil), objetivava defender, agora como nunca, o patrimônio colonial português. Como demonstram as falas daqueles que publicaram no Boletim, de uma transnacionalidade de “apoio mútuo”, com a esperança de arbitragem jurídica pela Sociedade das Nações, há a passagem para uma transnacionalidade de blocos, de alianças estratégicas em retaguarda contra a guerra no horizonte.

Nesse quadro de “transnacionalidade de blocos”, a existência de uma comunidade lusófona foi fundamental para a valorização da sua posição internacional. O investimento intenso nas relações entre Brasil e Portugal entre o fim dos anos 1930 e início dos anos 1940 demonstra que a conformação de uma “Política do Atlântico”, através de práticas institucionais objetivas, entre outras razões, foi uma expressão desse quadro de avanço imperialista sobre as suas colônias. A imagem do Brasil enquanto “filho pródigo” alimentava esse turbilhão de práticas fomentadas pelo Estado Novo português com o intuito de se colocar como um gestor colonial apto para criar “novos brasis” na África.

A valorização de um *ethos* colonizador “cristão e humanista” esteve na base das apropriações intelectuais que o regime realizou para desconstruir as teorias racialistas reproduzidas pelo imperialismo germânico, para colocar as “diferenças” em termos étnicos e culturais e não mais em termos biológicos, como já assinalou Maria Bernadete Ramos Flores em um estudo seminal:

A ciência da raça formulada no espaço biológico estruturou-se na segunda metade do século XIX, aliançou o seu zênite na virada do século XX, especialmente, no período entre guerras, com a rejeição generalizada da superioridade germânica e com a descrença nos parâmetros científicos da teoria racial para classificar as sociedades [...] as diferenças entre os povos passaram a ser enquadradas nas categorias de nacionalidade e etnicidade (Flores, 2001, p. 372-373).

No Brasil, a “lusitanização do Atlântico Sul” foi alimentada em grande parte pelo medo do emigrante italiano, germânico, vetor de uma nova “re-colonização”. O mito da “nação-raça” lusitana, *trans-territorial*, forjaria, portanto, o fortalecimento dos próprios critérios étnicos, brasileiros, a partir de sua invenção autoritária “pelo alto” no Estado Novo varguista, que se apropriava dos fatores étnicos e da

língua lusitana para criar um cimento que permitiria a emergência de um nacionalismo brasileiro. Após essas análises, ainda falta um elemento que precisa ser analisado para compreendermos melhor o panlusitanismo expresso pelo *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. Entre as publicações aqui perscrutadas, a que pode ser considerada a expressão-síntese dos valores do panlusitanismo da Sociedade é o livro de Augusto Casimiro, *Cartilha Colonial*, publicado pelas Edições Panlusas. Debruçaremos-nos neste para dar um contorno ainda mais claro sobre os sentidos políticos do panlusitanismo.

Ao lançar a presente edição da *Cartilha Colonial* da autoria da Augusto Casimiro [...] a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro desobriga-se do honroso compromisso que em tempo espontaneamente assumira, do mesmo passo que concorre na medida das suas forças para o enriquecimento da cultura colonial portuguesa, colocando ao alcance das crianças de hoje, que serão os homens de amanhã [...] este belo, admirável livro, em que o capitão e antigo Governador Sr. Augusto Casimiro [...] vazou em linguagem rica de cantos e maravilhas galas, a sua confiança segura e inabalável na expansão irreprimível da lusitanidade. Estamos convictos de que este livro, inspirado nos mais nobres desígnios, vai concorrer com a sugestão tentadora que dele se evola para acordar e despertar as almas lusiadas no sentido das jornadas indômitas, dos grandes e ousados cometimentos nas terras largas e luminosas, formosas, perturbantes e adolescentes do Ultramar, seduzindo-os com as suas galas tentadoras [...] Não aspiram estas palavras a constituir um prefácio que seria uma inutilidade pretensiosa, mas tão somente a externar a nossa alegria, por ser um facto concreto a edição da *Cartilha Colonial* e a declarar assim auspiciamente começadas, as edições “Pan-lusitanas” da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro (Gonçalves, F., 1936d, p. 10-11).

Como já afirmamos, a *Cartilha Colonial* foi publicada a partir da criação do selo editorial PanLuso, em conjunto ao livro *O fundador do Império no Oriente*, de Manuel António Ferreira, ambos em 1936. Aquela publicação marca o auge do projeto editorial da Luso-Africana, e também o início da sua decadência, a partir do momento em que é nesse período em que se inicia a perseguição e franca derrocada financeira e institucional da Luso-Africana. A escolha de Augusto

Casimiro para escrever o livro que representa a síntese do discurso panlusitano, deve ser contextualizada no quadro de crescente afronta ao salazarismo. Ele escrevia os seus textos na Ilha de Santo Antão, em Cabo Verde, onde residiu entre 1933-1936, em seu exílio político, aprisionado por sua participação na Revolta da Madeira (1931) – uma das principais expressões da oposição republicana “reviralhista” ao regime salazarista (Duarte Neto, 2022).

Além disso, também tinha uma visão singular sobre as colônias, desde os primórdios de sua ação intelectual e institucional, fazendo diversas críticas ao salazarismo através da ótica do ideal republicano de gestão colonial, sendo Norton de Matos o seu modelo por excelência. Por isso, a cartilha não evidencia somente a visão panlusitana da Luso-Africana, mas, concomitante a ela, a sua visão nostálgica dos anos da República. Por isso, antes de adentrarmos a análise da cartilha em si, faz-se necessário investigar rapidamente as obras anteriores deste personagem singular.

Augusto Casimiro dos Santos nasceu em Amarante, onde realizou seus estudos primários. Em 1906, concluiu o liceu em Coimbra, quando decidiu seguir carreira militar na Escola do Exército (Cardoso, 2013, p. 50). Nessa conjuntura, começou sua trajetória enquanto poeta e cronista, participando de periódicos como as revistas *Águia*, *Seara Nova* e *Atlântida*, vinculando-se à sociedade Renascença Portuguesa (órgão que editou seus poemas), participando do movimento saudosista (Souza, 2007, p. 1).

Na Primeira Guerra Mundial participou, enquanto tenente, da Campanha de Flandres (1917-1918), produzindo diversas intervenções sobre esta experiência. Após a guerra, exerceu o cargo de administrador do Distrito do Congo, governador do Distrito do Congo e secretário provençal e governador interino de Angola, trabalhando em seguida para Norton de Matos no projeto de delimitação das fronteiras entre Angola e o Congo Belga (Cardoso, 2013, p. 51), momento em que escreveu a maior parte das suas obras sobre as questões coloniais. Com o Golpe Militar de 1926, retornou a Portugal, ligando-se a diversos movimentos de oposição republicana, até ser demitido do Exército e desterrado em Cabo Verde, na Ilha de Santo Antão, entre 1933-1936, por sua já referida participação na Revolta da Madeira, em 1931 (Cardoso, 2013, p. 52).

A sua produção “africanista” emerge, em especial, a partir dos anos 1920, no quadro daquilo que Margarida Calafate Ribeiro chamou de “literatura de conquista, exploração e colonização” (Ribeiro, 2004, p. 101). Para Margarida, as obras como *África Portentosa* (1926), de Gastão de Sousa Dias; *O caminho do Oriente* (1932), de Jaime do Inso; *O velo de Ouro*, de Henrique Galvão; e Augusto Casimiro, com o romance *Largada: romance d’África* (1929) – curiosamente todos os membros ou ligados indiretamente à Luso-Africana – enquadram-se neste “tipo literário”, delimitando em suas reflexões as suas principais características:

Escrita por militares, e mais raramente por funcionários coloniais, esta literatura de elaboração romanesca precária, entre a novela, as memórias, o relato de viagem ou do diário, é portadora dos mitos imperiais portugueses e europeus do início do século e de um discurso de glorificação da terra africana como portuguesa, em que o tom épico espreita com frequência na construção dos heróis, sugerindo-os, como herdeiros dos grandes heróis da história imperial portuguesa na obra de construção do Portugal além-mar, não deixando de registrar amargamente de uma metrópole distante, permanente envolvida nas suas querelas domésticas (Ribeiro, 2004, p. 101).

O “negro” nessa literatura era uma espécie de “cenário” de uma terra exuberante, que servia como pretexto para os sentimentos nacionalistas de uma geração que buscava inventar um sentimento de “comunidade” *transterritorial*, sendo a África, e também o espaço metafórico do “Atlântico”, o principal alimento para recolocar Portugal, em um plano eminentemente discursivo, enquanto “centro”, mesmo diante da sua condição periférica. Entretanto, existem certas nuances na obra particular de Augusto Casimiro que precisam ser ressaltadas: não podemos colocá-lo somente como um reproduzidor de uma literatura exótica, pois isso seria reduzir as suas intervenções.

A *Nova Largada: Romance de África*, publicado em 1926, obra vencedora do Concurso de Literatura Colonial de 1929, é a expressão da sua visão “humanista” sobre o império colonial, onde tece diversas críticas, implícitas e explícitas, a respeito da gestão sobre as colônias e as práticas dos colonos que ali viviam. A obra é narrada através de várias vozes que se desenvolvem em excertos de diários e epistola-

res, narrando, de forma geral, a trajetória de Antão Gonçalves para as colônias. O autor a inicia assinalando o vazio existencial do seu protagonista e de todos aqueles que viviam na metrópole, seja pela exploração do operário, seja pelo parasitismo estatal, afirmando a necessidade de um “sonho”, de outro “destino heroico”, alimentado pelas cartas de um governador (chamado João Albuquerque, que lembra bastante o próprio Norton de Matos, ao qual Augusto Casimiro era subordinado no período) que o chama para trabalhar nas colônias. Com sua ida a África, talvez uma espécie de reinvenção simbólica da sua própria trajetória, vê que as condições ideais sobre as colônias eram radicalmente distintas da imagem criada na metrópole, sendo mesmo explícito em alguns trechos do romance:

[...] as grandes empresas de direção europeia [...] quasi sempre, para viver, desorganizavam a vida nativa impondo um salaríado que era ainda uma escravidão aos povos [...] A recolha de produtos era feita por processos rudimentares, esgotando a riqueza da terra sem renovar [...] o indígena continuava miserável indolente ou resignado, sem estímulos [...] Não criávamos verdadeiramente riquezas. Por este caminho atraioaríamos como civilização a nossa missão (Casimiro, 1926, p. 24).

A missão do protagonista, em conjunto ao governador, era transformar todo esse estado arcaico da colônia, “civilizando-a”. Todavia, em sua trajetória os inimigos do “comércio local”, os “arcaicos comerciantes”, interrompiam o “avanço”. Devido a isso, o governador chama Antão Gonçalves para as colônias, dado que precisava de um “homem suficientemente idealista” (Casimiro, 1926, p. 28). A obra retrata também os impostos excessivos como grandes responsáveis por despovoar as vilas, reiterando, em diversos momentos, o despreparo dos funcionários que ali chegavam:

Da metrópole chegavam funcionários imberbes, com o curso liceal interrompido, a maioria deles, por reprovações teimosas; mal preparados, com vagas ou nulos ideais sobre o que teriam a fazer na imprevista carreira, e, quasi todos, desmoralizados pelas promessas ouvidas ou sonhadas e as duras realidades do desembarque [...] Não bastava patriotismo, havia de ter preparo [...] (Casimiro, 1926, p. 56).

Dessa forma, a partir das cartas do governador ou das impressões de Antão Gonçalves, há uma série de críticas às práticas do colonialismo que remontam à própria visão de Norton de Matos sobre as colônias. No entanto, em conjunto a estas críticas há também todo um ufanismo sobre o papel da “África selvagem”, “exótica”, na construção de uma “Nova Lusitânia”, que tem na ação de alguns “heróis” na colônia a salvação para uma metrópole “parasitária” e “inerte”. Assim, não podemos enquadrar a “literatura exótica” como necessariamente acrítica, pois o próprio Augusto Casimiro poderia ser enquadrado ao mesmo tempo na definição de Ribeiro (2004) de literatura exótica como na de literatura crítica.⁶⁵

A *Cartilha Colonial*, de 1936, expressa este mesmo entrelugar da obra *A Largada: Romance de África* entre uma literatura exótica e crítica. Casimiro, em um comentário na *Luso-Africana*, dedica a obra a todas as “crianças do império”, sendo esta distribuída nas colônias, metrópole e no Brasil, reiterando suas intenções:

Quero fazer um livro, que seja da Sociedade Luso-Africana, da colônia portuguesa no Brasil [...] do melhor que em nós está ao serviço de Portugal – escrito e realizado em termos que possam comungar, aplaudir todos os portugueses fiéis – sem que uma nota divergente ou sectária fura ou diminua o sentido cristão ou lusíada do nosso esforço histórico, sem outra tendência além da religiosa, cívica tendência do nosso humano e sereno orgulho em frente do passado e do nosso entusiasmo fervoroso e voluntário, consciente, entusiástico e disciplinado em frente do futuro essencial (Casimiro, 1924 *apud* Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1934b).

65 Se analisarmos a definição de Margarida Calafate Ribeiro sobre a literatura colonialista crítica, desta conjuntura, em Castro Soromenho, *Terra Morta*, Jose Augusto França, *Natureza Morta*, percebemos que essa desmistificação do império poderia também ser remetida, em suas devidas proporções, a Augusto Casimiro: “Ao contrário do que a propaganda fazia crer, a imagem que os colonos tinham do país deixado para trás nada tinha dos brilhos das metrópoles europeias imaginadas no meio do sertão africano, mas a rudeza e simplicidade de uma terra pobre e sem esperança, de onde se viram forçados a sair em busca de melhor vida. A vida que encontraram também nada parece ter a ver com a vida colonial idealizada nas metrópoles ocidentais, transformando-se assim uma aventura de colonização numa prosaica fuga rumo à emigração, mas apesar de tudo com tons coloniais, o que lhes permitia canalizarem a sua revolta e frustração para os mulatos e os negros, que absurdamente responsabilizavam pela desgraça que era a sua, e, acima de tudo, a deles” (Ribeiro, 2004, p. 146).

No prefácio da *Cartilha Colonial*, assinala os objetivos gerais de um livro voltado para a pedagogia colonial, para crianças:

Depois dos Contos de Além-mar para as crianças de Portugal este livrinho seria o novo passo da jornada que me propus fazer. Escreve-o, ao meio do Atlântico português, numa ilha crioula, para os pequenos escolares de Portugal. Tanto as palavras as cores, as sugestões, os quadros que, no seu espírito, poderão suscitar o encantado interesse de novos horizontes, o amor às colônias, à vida criadora que elas possibilitam melhor do que as metrópoles [...] A terra moça das colônias respira encantos que enfeitiçam. Eu quisera, nestas páginas, reacender aos olhos dos mocinhos de minha terra o facho encanto que me enfeitiçou e prendeu para sempre, a mim. Quisera fazer-lhes beber o filtro invencível e, através dos quadros evocados, prepara-los para comungarem aquele espírito de criação, de aventura disciplinada, de generosidade e renovo, que será a melhor força dum país verdadeiramente colonial... Para esta palavra: – Colonização – como em tantos passos do nosso esforço histórico, significar a aliança fecunda e a cooperação de duas raças, de duas almas, de dois sangues, de dois egoísmos obedientes ao superior interesse do mundo, servindo melhor os justos e humanos interesses comuns... Porque colonizar será, então e cada vez mais civilizar, criar riqueza, aumentar o valor da vida. E, na tarefa ingente, ao longo das terras vastíssimas que prolongam a terra metropolitana para lá dos mares – a Grei ao serviço da Pátria e do Mundo continuará o seu destino imortal, enobrecendo a vida e criando nações (Casimiro, 1936, p. 5).

A mesma visão do “colono branco” na colônia, o mito do fardo do “homem branco”, enquanto herói do Império português, é reiterado no prefácio e ao longo da *Cartilha*. Porém, como veremos à frente, não há somente uma visão enaltecida na obra, pois em diversos momentos Casimiro faz questão de apontar os elementos nocivos da história da colonização portuguesa na África e no Brasil.

A narrativa da *Cartilha Colonial* conta, em um tom épico, a saga “trágica e heroica” da “pátria lusitana”, o sujeito da história, em seu encontro com o “mar”, com o seu espírito colonizador:

O misterioso mar era talvez o portal e o caminho do mundo. Então os homens aparelhavam pequenos navios, começaram a namorar o Oceano. Os navios eram a terra prolongada através das ondas. Depois, segura a terra prolongada através das ondas. Depois, segura a terra e livre, os homens de Portugal esposaram o mar; Foi desse noivado da terra com as ondas que a Pátria, verdadeiramente nasceu (Casimiro, 1936, p. 14).

Mais à frente reflete como a independência de Castela, a tomada de Ceuta e a expansão para as Índias colocaram Portugal em um patamar de “descobridor dos novos mundos”:

A gente de Portugal, nas ligeiras caravelas varou névoas e tempestades, alumiou, arrancou à treva regiões desconhecidas, escorraçou para sempre os monstros e desfez as lendas que o terror e a ignorância tinham espalhado. Deu mundos novos ao mundo. Se Deus criara a terra, os portugueses com os espanhóis, coube a formosa tarefa de descobrir [...] Dessa longa viagem, que durou dois séculos ficaram padrões gravados na rocha; as terras novas e as ondas amansadas guardaram; através dos tempos, os fundos sinais da nossa passagem. Das grandes jornadas através do mundo, feitas ao sabor dos ventos, em cada canto da terra, ficaram baluartes com as nossas quinas, gentes que aprenderam a nossa língua, terra que continua a ser nossa através dos tempos, futuras nações e pátrias; terras, homens, almas, que esforço prolonga a nossa terra, a nossa gente, a nossa alma, para a glória da vida, ao serviço do mundo e de Portugal (Casimiro, 1936, p. 21-22).

Após essa breve exortação da expansão, convida o leitor a seguir uma “viagem” (por meio de uma “caravela imaginária”) para as colônias, dedicando as próximas páginas a uma descrição ufanista das colônias, das suas “belezas e potencialidades”, da Ilha da Madeira até o Timor. Quando “chega” a Cabo Verde, exorta a beleza exótica, a mestiçagem e a presença da lusitanidade em suas tradições:⁶⁶

Nas ilhas de Cabo Verde, vivem portugueses, bate o nosso coração, fala-se a nossa língua. Conservam-se costumes e festas do velho Portugal. O sangue africano e o

66 Há também duas intervenções de Augusto Casimiro, um artigo e um poema, em que as belezas da ilha de Cabo Verde são ressaltadas, a “ilha brava”, exaltando o legado português na mestiçagem e na cultura, ver: Casimiro (1934b; 1935a).

sangue português, o nosso coração e o coração da África encontram-se, deram-se um ao outro, confundiram-se, aqui. Vive nestas ilhas gente irmã da nossa, carinhosa, fidalga e humilde, que sofre, luta, sorri e canta com nós [...] Nos cantos do povo embalam-se, lembram-se, as todas nostálgicas, dolentes da selva africana, tão magoadas e doces, e as cantigas amoráveis, tristes e saudosas, vivas e irreverentes, da alma aldeã de Portugal (Casimiro, 1936, p. 33-34).

Aponta ainda que a presença das comemorações de Santo Antônio, São Pedro e São João, nas festas da Ilha da Brava, misturadas às tradições locais, expressam a vitória do povo luso naquelas terras (Casimiro, 1936, p. 46). Em Angola e Moçambique exorta a vastidão da natureza mesclada com a urbanidade das cidades, dos portos, das estradas de ferro e infraestruturas:

Nas largas planuras, nas encostas dos montes, nos vales, à beira das linhas férreas e das estradas, em torno das velhas fortalezas inúteis alvejam, cantam, rubras e verdes as fazendas, as granjas, expandem-se as lavras dos indígenas. A terra perde cada vez mais o ar bárbaro e primitivo. Transfigura-se, remoça, onde o trabalho a renovou de vida, onde o indígena, com o colono, à sombra da mesma bandeira, pastoreira, lavra, planta semeia sob a lei cada vez mais humana e mais justa, acrescentando a honra, a riqueza e a superfície de Portugal (Casimiro, 1936, p. 56).

Mas não é só essa dimensão “hordeira” e “ufana” que este narra na Cartilha; descreve também a dimensão obscura da colonização, a “escravidão”, as mortes e a submissão à força:⁶⁷

67 Em um livro publicado dois anos depois, de título *Alma Africana*, para a coleção *Cadernos Coloniais*, Casimiro retoma essa visão crítica sobre a história da colonização: “Em cada atitude, em cada gesto nosso o preto vê, antes de tudo, um propósito interessado ou inimigo, de consequências nefastas para o seu bem. Cada pergunta nossa tem para eles, somos infinitamente fortes, diabolicamente poderosos [...] Durante muito tempo o branco só lhe levou males. A vida indígena foi profundamente perturbada. Os homens que estabeleceram com estes povos o primeiro contacto não eram muitas vezes, nem heróis nem santos. Homens rudes, ansiosos depressa, vítimas de grosseiros preconceitos utilitários, interessadamente fiéis a opiniões feitas que ignoravam a alma e os méritos do africano. Nas regiões mais frequentadas onde o preto vive em mais imediato convívio com o europeu, este, se não é amado e respeitado, perdeu o prestígio ou é temido apenas. Se frequenta escolas, se beneficiou duma instituição que o afasta ou ergue sobre a própria raça, em geral vive inadapto entre dois sentimentos hostis ou desdenhosos – o da

[...] quando o branco veio, este não viu no preto mais do que o animal de trabalho, o escravo, não o homem. Através dos séculos, as guerras entre as tribos, as invenções, as emigrações forçadas, a escravatura, os males que tanto vez lhe levou o branco, perturbaram o desenvolvimento regular dos negros, alterando o caminho da sua evolução e dizimando as populações [...] As tribos errantes, fugindo à destruição ou à escravatura açoitavam-se nos pântanos e nos recessos das florestas, não faziam lavras, morriam da miséria de fome e de doenças. A história da colonização da África pelos brancos não tem só coisas boas, por vezes teve uma face escura e trágica de pecado (Casimiro, 1936, p. 62).

Entretanto, considera a ação colonizadora do branco português *sui generis*, visto que acredita que eles “pecaram menos”, sendo mais “humanos”, citando como prova “neutra” a obra do francês Jacques Weulerse, *Noirs et blancs*, por colocar o português como o mais cordial e humanitário dos colonizadores (Casimiro, 1936, p. 70). Continua sua análise da presença lusitana na África citando os horrores do tráfico atlântico de escravos:

Nos tempos malditos da escravatura, quando nas longas viagens, uma comitiva de escravos passava perto duma libata, o que gritasse certas palavras, se o soba do libata o ouvisse, ficava escravo deste [...] nos terreiros cárceres do litoral, nos porões horríveis dos navios negreiros, ou, ainda mais longe, em terras estranhas de para além mar [...] na longa marcha a tropo-galhô, se um caía moribundo de fome, de cansaço ou de golpes, era arrastado primeiro pelos seus companheiros que iam atados uns aos outros, na dolorosa fila. Depois os esqueletos ficavam à beira do caminho, a marcar estações daquele horrível calvário [...] Se, numa leva, de cem escravos chegassem vivos quarenta aos porões dos navios do tráfico, o lucro era óptimo, embora destes metade, mortos na travessia, fossem lançados ao mar (Casimiro, 1936, p. 71-72).

tribo ou os do branco que se lhe deu o acesso às escolas e não assimilou inteiramente e o despreza também [...] Hão-de viver algumas gerações primeiras, para que o passado e as suas lembranças morram de todo – e a nossa actuação tutelar e benéfica, continuando a dos chefes e missionários, apóstolos, façam desaparecer os abismos intransponíveis e os desacordos que as raças diversas, os hábitos inimigos, os interesses contraditórios conservaram através dos séculos” (Casimiro, 1938, p. 4-6).

Essa mesma visão crítica também se volta para a colonização branca no século XIX, “na guerra de ocupação”, “por vezes com sanguinolência dos brancos”, culpando a instabilidade das relações entre chefaturas (elogiando Gungunhana e os vátuas por sua resistência) e o colono pela prática deste último muitas vezes ser demasiado coercitiva (Casimiro, 1936, p. 78). Nesse processo, elogia as práticas de António Enes e Mousinho de Albuquerque por transitarem a ocupação militar para a ocupação administrativa, e, por conseguinte, civil, narrando o processo da seguinte forma:

O branco do comércio enriquecia e ajudava, estimulando-os, com a paga justa e os mostruários tentadores, a riqueza e o bem-estar cada vez maiores do pequeno lavrador indígena. Os homens fixavam-se à terra. O trabalho e as libras do Rand já não tentavam nem dizimavam as populações. Nascia mais gente. Os velhos guerreiros que tinham lutado com o branco iam adormecendo em paz [...] O preto não temia o mizungo, confiava nele como um Deus (Casimiro, 1936, p. 96).

Após dar “uma volta pela África”, “aporta” na Índia, Macau e Timor, encontrando a “cultura fidalga” portuguesa em todos estes espaços, dando um aviso sobre as contradições e os deveres da lição histórica:

E a todos os ventos, em todos, em quasi todos os mares, encontraste a tua terra, a tua pátria, a tua bandeira! Mas não sintas apenas orgulho. Não te orgulhes contentando-te com um passado em que há erros e, muitas vezes, crimes, nem cruces os braços diante do teu dever actual [...] Manda no teu humano e cristão patriotismo, impõe-te um alto, um sagrado dever! (Casimiro, 1936, p. 109).

Em seguida, chega ao Brasil, o último lugar da viagem, reiterando a beleza mas também as contradições do seu processo de colonização:

A colonização do Brasil começa em 1535. Mas tem calvários, violências, naufrágios... Luta-se. A ambição dos homens é uma força necessária ao progresso, mas também gera a injustiça e a violência [...] Quando a ambição inquieta endurece o coração dos homens. Em vão o missionário erguia a cruz sobre as cidades e nas terras presas do egoísmo dos homens. Ao colono já não bastava o chão fértil e o auxílio do índio fraternal. As planta-

ções de cana, o trabalho do engenho de açúcar, exigiam cada vez mais braços. E o clima e a riqueza amoleciam o vigor dos filhos da Europa. O índio esquivava-se ao trabalho brutal. Então bandos armados entraram pelos sertões dentro, à busca de escravos. Eram as bandeiras [...] Começam então a vir da África os primeiros escravos. Mas o colono não se resigna já à exploração agrícola – Procura o ouro e as pedrarias agora! Esmeraldas! Esmeraldas! Esmeraldas! [...] a riqueza da perdição (Casimiro, 1936, p. 123-124/126).

Com a independência do Brasil, Casimiro finaliza a viagem, mas esta não encerra o fim da Cartilha, já que na parte final levanta alguns elementos gerais sobre a colonização. Inicia esta parte exortando as práticas de gestores colonizadores do século XIX – António Enes, Mousinho, Couceiro, Freire de Andrade – por combaterem os “arcaísmos”, mas considera que, apesar dos patriotismos, estes não conseguiram barrar os atrasos da colônia (Casimiro, 1936, p. 131). Reitera que somente com a República há uma verdadeira reconstrução, com a defesa do Ultramar e do nativo (Casimiro, 1936, p. 131), afirmando o papel histórico da colonização branca:

Possuir colônias não é para viver delas simplesmente colonizar, civilizar, não é servir apenas os interesses, tantas vezes inimigos, do europeu. Administrar, colonizar, civilizando, é erguer até nós, melhorando as suas condições de vida, o nosso irmão mais novo que é o português, de outra raça embora, que nasceu e habita nas grandes vastidões do nosso Ultramar. É protegê-lo, à sombra da lei tutelar e justa, contra a violência e o egoísmo e os vícios de que tantas vezes foram vítimas. É garantir a posse da terra que deve trabalhar; é levá-lo a escolher a ocupar as terras mais férteis e mais sadias. É proteger a criança, a mulher, os povos, contra os maus costumes da tribo, a brutalidade de certos chefes [...] Não é escravizá-lo pelo salário, insuficiente, em tarefas estranhas à sua terra e aos seus hábitos, onde o seu esforço pode, sob a direção do europeu, ser com vantagem substituído pela máquina (Casimiro, 1936, p. 134).

O interesse branco nas colônias deveria limitar-se ao “progresso” das colônias, à construção das infraestruturas, e, por fim, ao “crescimento” do indígena (Casimiro, 1936, p. 135). O patrimônio português, nessa história de heroicidade cheia de contradições, foi

o de construir um tipo novo de colonização, a despeito de todos os elementos negativos desta:

Império! Esta palavra não quer dizer violência ou bruto domínio, - traduz amor à liberdade, obediência aos grandes chefes que não mutilam, antes aumentam a dignidade e a grandeza da vida e, sobretudo, significa: - humanidade. Porque os nossos direitos só valem na medida em que os praticamos servindo a humanidade, a justiça e a Civilização (Casimiro, 1936, p. 138-139).

Foi essa colonização que construiu o Grande Portugal, o “Império espiritual”, “panluso”⁶⁸:

Embora a separem oceanos, a terra de Portugal é toda uma. Não há colônias, parcelas dispersas ao sabor dos ventos, esquecidas pela nossa inércia – O Império Português, todo o Império, da Europa é Portugal. Tudo o que o Império produz, matérias-primas, forças espirituais, riqueza material ou riquezas da alma – é nosso patrimônio comum. Os homens que o habitam e nele nascem e trabalham são portugueses todos [...] Aos mais novos e menos evoluídos, a Metrópole deve-lhes o caminho, e assistência e o exemplo de mãe – Aquém e além-mar liga-nos a mesma fé, cooperando juntos para um melhor Portugal, numa terra melhor. O que liga e aproxima é a força do Império, jamais devera ser mutilação ou violência, tirania ou abdicação. Portugal é uma grande família espalhada através do mundo. É uma família vale e será tanto mais forte e útil à vida quanto maiores forem a liberdade, a disciplina, a cooperação e a cultura

68 Em um comentário enviado à Luso-Africana, Casimiro também inclui, nesse ideário de “pátria alargada”, a “colônia portuguesa no Brasil”: “A colônia portuguesa no Brasil, sejam quais forem as divergências doutrinárias que a diferenciem, é, [...] a Pátria potencializada e purificada, sublimada, na sua devoção e no seu esforço. Sigo com alegria as manifestações desse patriotismo e, onde vejo ou sinto divergências, desacordo com o meu pensamento [...] louvo a intenção sincera que as justifica ou as facilitou. A atividade portuguesa no Brasil, como a dos que a reconhecem, povoaram, defenderam, lhe deram corpo de Estado e alma de Pátria, à grande portentosa colônia de Santa Cruz [...] Para que, ao serviço de Portugal e do mundo, servindo o Brasil, os portugueses de Santa Cruz sejam um puro bloco de devoção e ação. As diferenças partidárias passas [...] ilusões inúteis que o tempo corrige ou desfaz. O que dura, o que cria, o que conta no tempo e na história, é o amor da Pátria, é a visão dinâmica construtiva, conciliadora, que sem atraícoar a vida e o futuro, une em vez de dispersar, consagra e exalta em vez de dividir. E essa força, essa capacidade possuem-na, os que formam a colônia portuguesa no Brasil” (Augusto Casimiro, 1936 *apud* Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1936, p. 69).

dos homens que a compõem, diminuir uma “parte da família” é atrair a nação (Casimiro, 1936, p. 137-138).

Finaliza o texto da Cartilha apontando que a “lição histórica” da colonização portuguesa no mundo (África, América, Ásia e Oceania) foi um exemplo de como a “raça branca” pode “atingir a mais alta capacidade de inteligência e ação criadora”. A ação de alguns arautos do “humanitarismo colonizador” deve ser enaltecida, enquanto a dimensão negativa da memória também deve ser lembrada para que esta não se repita, reiterando a dívida ocidental para com Portugal (Casimiro, 1936, p. 145).

A lição da Cartilha pode ser resumida da seguinte forma: a colonização é um sacrifício do homem branco, uma expressão dos valores éticos do *ethos* humanista e cristão do lusitano. Portugal, em sua diáspora, é a “prova” da possibilidade, mesmo que contraditória, de uma gestão não marcada por valores materiais, mas pelo espírito humanitário. Esse discurso de Casimiro, a despeito de seu tom ufanista, detém mais densidade que a maioria das produções da “história para crianças” do período.⁶⁹ Basta olharmos para a Cartilha de Pedro Muralha,⁷⁰ oito anos antes, para percebermos que Augusto Casimiro insere muito mais elementos críticos, mesmo que mesclados ao exotismo e ideário colonial.

Ao pensar o “Portugal Maior”, na Cartilha e em outras obras, Casimiro remete a uma tradição de republicanos que, a despeito de todas as suas contradições, detém em sua particularidade uma visão mais progressista e menos ufanista da questão colonial. Os malabarismos dos republicanos entre o exotismo/ufania e crítica “pragmática” serão propriamente o objeto de estudo dos próximos capítulos, em que perscrutaremos a visão de mundo do “republicanismo nostálgico” daqueles que publicavam na Luso-Africana – Norton de Matos, Vicente Ferreira, Gastão de Sousa Dias, J. R. da Costa Junior, entre outros – sobre as práticas coloniais do salazarismo e sobre o “outro” colonizado.

69 Para uma análise desta, ver: Torgal (1989); Matos (1990a).

70 Em Cardoso (2013), há uma análise comparativa da cartilha de Pedro Muralha (1928) e Augusto Casimiro (1936), apontando alguns pontos sobre o teor mais ufanista de um comparado à visão mais crítica do outro.

A CONSTRUÇÃO DO “REPUBLICANISMO NOSTÁLGICO” NO EXÍLIO

Como já vimos, a *Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* foi uma das instituições representantes da “outra colônia” de portugueses no Brasil, nomeadamente, Rio de Janeiro e São Paulo. Ao lado do Centro Republicano Português Dr. Afonso Costa e do Grêmio Republicano Português, ela fez diversas críticas ao regime salazarista e a sua “ditadura fascista”, como o próprio Francisco das Dores Gonçalves disse muitas vezes no Boletim. Diante do que já analisamos dessa posição crítica, resta nos adensarmos na posição dos republicanos que publicaram no Boletim em relação às práticas coloniais do salazarismo. Antes disso, no entanto, analisaremos o contexto geral da oposição republicana ao colonialismo salazarista, em particular, aos pressupostos do *Acto Colonial*. Entre os principais críticos a este devemos citar os nomes de Bernardino Machado, João de Almeida, Sarmiento Pimentel, e, fundamentalmente, Norton de Matos. Este, como já foi dito, foi um dos patronos da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro e representava para muitos republicanos o modelo ideal de gestor colonial.

Por isso, analisaremos a especificidade das práticas de Norton e das críticas do campo republicano à gestão colonial portuguesa em um quadro maior a partir de alguns eixos, a saber: 1) as críticas à centralização administrativa metropolitana desencadeadas a partir do *Acto Colonial*; 2) a escassez de recursos para a colonização portuguesa nas colônias na África; 3) a falta de uma política de incentivo para a ida do colono português branco às colônias; 4) a ausência de um plano geral de fomento das infraestruturas nas colônias. Tal quadro de críticas no âmbito do Boletim foi parte de um conjunto global de ataques dos republicanos (em Portugal e no exílio) ao colonialismo português. Devido a isso, faz-se necessário analisar a visão de mundo daqueles que iremos denominar “republicanos nostálgicos”.

Uma crítica reformista às práticas coloniais do salazarismo: O modelo Norton de Matos

“Acima dos meus desgostos e das minhas desilusões tenho mantido sempre a certeza de um próximo e grande ressurgimento colonial português, tenho sempre procurado transmitir esta convicção a nacionais e a estrangeiros, e nenhuma consideração de ordem pessoal ou política me poderia obrigar a ocultar os fatos que vem corroborar o meu sentir. O que desejo é que todos os saibam ver que as críticas que por vezes faço tem o mesmo alto intuito que por vezes dou: uma e outra coisa tende apenas a mostrar a grandeza do meu país, o resto pouco me importa e cada vez menos nesta serenidade de um fim de vida.”

(Norton de Matos)

Desde os primórdios do movimento, os republicanos se colocavam enquanto melhores gestores das questões coloniais, por supostamente superarem uma concepção considerada “arcaica” das relações entre metrópole e colônias. Entre aqueles que foram colocados no panteão dos “heróis” republicanos está a figura de Norton de Matos, mais lembrado atualmente por seu papel na oposição democrática ao salazarismo nos anos 30-40 do que por sua ação enquanto gestor colonial. Entretanto, mesmo quando é citado por sua ação enquanto governador-geral (1912-1915) e alto-comissário de Angola (1920-1924), esta rememoração (mesmo na historiografia/sociologia) é frequentemente positiva, ou há pouca crítica aos aspectos de sua política colonial, considerada “progressista” por suas críticas ao uso do trabalho forçado nas colônias.⁷¹ Uma parte considerável dessa visão positiva pode ser alocada nas suas relações com a luta republicana durante a Ditadura Militar e o salazarismo e o seu apoio aos exilados na França, Espanha e no Brasil.

71 Entre as obras que fogem dessa visão ufanista de sua trajetória enquanto gestor colonial podemos citar: Silva (1995; 2006); Paulo; Silva (2001); Dáskalos (2008); Duarte Neto (2013); Janeiro (2015).

A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, a partir do seu Boletim, expressava uma das bases de apoio a Matos no exterior, sendo ele escolhido como um de seus patronos, elogiado em diversos artigos e intervenções ao longo do Boletim. Entre os membros da Luso-Africana, podemos citar os diversos comentários laudatórios de António de Sousa Amorim, secretário/editor do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* que dialogava com Norton através de cartas⁷² (1932a; 1932b); Gastão de Sousa Dias, representante da Luso-Africana na cidade de Sá da Bandeira (atual Lubango) e em Angola; J. R. da Costa Junior, representante da Sociedade em Portugal; Rodrigo Abreu Lima, que representava a cidade de Viana do Castelo (cidade natal de Norton de Matos), e diversos personagens da oposição no exílio e mesmo da *intelligentsia* no seio da institucionalidade salazarista (como é o caso notório de Henrique Galvão). Além disso, várias das localidades de sócios correspondentes do Boletim (em geral militares republicanos) se encontravam no Minho (Aveiro, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez), espaço de influência local de Matos.⁷³

O já citado sócio correspondente Rodrigo de Abreu e Lima, deputado da nação e ex-secretário do interior de Angola, em um artigo intitulado “Portugal e as suas colônias”, enquadra as práticas do governo e dos métodos de Norton de Matos ao lado de uma tradição que modernizou as colônias na África no âmbito das infraestruturas e da administração colonial. Como ele mesmo reitera:

Naquele vasto território do nosso Ultramar de 1.260.000 quilômetros quadrados, nessa rica e bela província portuguesa da África Ocidental, aquele estadista – homem que a uma consciência profunda prática e culta, dos problemas coloniais, alia o mais aplicado sentido de um organizador, competente, tenaz e animador – como poucos conseguiu naquele curto prazo, realizar uma obra que nos honra cujo valor se sente mesmo fora das nossas fronteiras (Lima, 1932, p. 42).

72 Através da *Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, no nome de António Amorim, Norton de Matos teve acesso a obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, já nos anos 1930, analisando, neste período, em uma crítica, Raízes do Brasil (Matos, 2005, p. 207-212).

73 Duarte Neto (2013a) demonstra, em sua análise da trajetória e do pensamento colonial de Matos, as relações deste no “Minho”, a sua rede de influências com diversos militares republicanos que por lá viviam e que em muitos casos publicavam na Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro.

Esta posição era afirmada com o intuito de demonstrar que a “escassez financeira” era um claro entrave no presente para modernizar Portugal, necessitando de uma política de crédito, como no tempo de Norton, para estruturar as infraestruturas imprescindíveis para a modernização das colônias (Lima, 1932, p. 42). É ainda mais enaltecedor em relação a Matos em outro momento no Boletim:

A orientação que o Senhor General Norton de Matos seguiu na vigência do seu Alto Comissariado – período verdadeiramente notável da nossa administração colonial [...] – é a este, como a muitos outros respeito, a que mais se nos impõe, não só em relação ao ponto de vista construtivo, de política interna e nacional, mas, também, sob o ponto de vista externo, da política internacional de que tanto nos interessa fazer convencer e compartilhar. Ainda mal avisado, ou tem uma noção muito estreita das realidades, quem não reconhecer a primazia e excelência dos princípios e política indígena pelo Primeiro Alto Comissário da República em Angola (Lima, 1932 *apud* Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1934b, p. 45).

Júlio Lemes, secretário honorário do Instituto Histórico do Minho e sócio correspondente da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, no artigo “General Norton de Matos”, expressa uma visão elogiosa da gestão Norton de Matos enquanto alto-comissário de Angola (1921-1924). Inicia o seu texto elogiando o “nome aureolado do Sr. General Norton de Matos”, considerando-o um “eminente homem público” (Lemes, 1932, p. 48), registrando diversos elogios às suas práticas enquanto gestor:

Vou agora ocupar-me do Mestre de colonialistas – de aquele que é “acima de tudo um Homem com H grande”, como o definiu Lieppens, o prestigioso Administrador do Congo Belga: aquele “organizador sem par”, como lhe chamou Cristan de Carters; aquele [...] obreiro do ressurgimento da nossa melhor província ultramarina; autor do milagre de Angola, esse milagre que, na insuspeita opinião do Sr. Cunha Leal, “é absolutamente de entontecer” [...] Norton de Matos foi Governador Geral daquela colônia desde 1912 a 1914 e seu Alto Comissário desde 1921 a 1924. Durante meia dúzia de anos, corporizou um sonho cheio de beleza, construindo ali uma obra grandiosa, genuinamente lusíada, de que

nos desvanecemos é motivo de constante admiração da parte dos estranhos, alguns dos quais invejam tamanha personalidade. [...] Nas gerências do egrégio estadista, sobretudo quando Alto Comissário, fez-se a completa ocupação administrativa de Angola, fomentou-se o seu desenvolvimento material e econômico, liquidaram-se as dívidas antigas, defendeu-se e civilizou-se o indígena, acabou-se com as suas revoltas, tornou-se prospera, moderna e pacífica a pérola do Ocidente africano – deu-se ao mundo o paradigma dos novos métodos de colonização portuguesa (Lemes, 1932, p. 51).

Além dos elogios, também combate os ataques ao legado de Norton de Matos em Angola que pairavam no período:

Tudo isto, esta obra estupenda, a acusar um pulso de gigante, viria a merecer um galardão inexplicável: – furiundas arremetidas na Imprensa e criminosos ataques no parlamento! [...] Caluniado, menosprezado, odiado na Metrópole [...] O Sr. General Norton era aquilutado com justiça na parte ultramarina do Império português, que o venerava, tributando-lhe gratidão e não havia estrangeiro que passasse por Angola que não dissesse a sua admiração pelo insigne estadista (Lemes, 1932, p. 51).

Norton de Matos também, como veremos melhor à frente, foi elogiado em outros momentos por ações pontuais, como o crescimento da malha ferroviária, a construção de estradas, cidades e hospitais, ou seja, por infraestruturas essenciais para estruturação das condições gerais de produção capitalista. É nesses termos que os republicanos leram/elogiaram a trajetória e o “modelo Norton de Matos”. No entanto, para tratarmos melhor dessa visão, precisamos analisar no discurso do próprio Norton o ideário de colonialismo “republicano” no qual estes intelectuais se fundamentaram. Além dos artigos que publica ao longo dos anos 1920-30 sobre as questões coloniais, no próprio Boletim há também textos que serão posteriormente publicados nos quatro volumes do seu livro *Memórias e trabalhos da minha vida* (Matos, 1944; 2005). Todavia, é impossível abordar o pensamento colonial de Norton sem pensar a sua própria trajetória político-institucional.

José Mendes Ribeiro Norton de Matos nasceu em Ponte de Lima em 23 de março de 1867, filho de uma família abastada. Em suas

memórias, indica o seu “despertar” para a vida colonial no contexto da Conferência de Berlim (1884-1885), das expedições de Serpa Pinto e do *Ultimatum* (Matos, 2005, p. 99). Foi diretor dos serviços de agrimensura em Goa, na “Índia Portuguesa”, entre 1898-1908. Neste mesmo período, fez parte da equipe que delimitou as fronteiras de Macau (Duarte Neto, 2013a, p. 13). Depois de dez anos servindo na Índia e em Macau, parte para Angola. Lá, é empossado como governador-geral entre 1912-1915 (Silva; Garcia, 1995, p. 354). Durante a Primeira Guerra Mundial foi ministro da Guerra e foi para o exílio em 1918, em Londres, com a ascensão da ditadura de Sidónio Pais (dezembro de 1917 a dezembro de 1918), voltando somente com a sua derrocada no mesmo ano. Foi também delegado na conferência de Paz, em 1919, ao lado de Afonso Costa.

Entre 1920-1924 foi designado alto-comissário de Angola, propondo uma série de políticas que confrontaram o arcaísmo da produção (trabalho forçado, coerção contra os “nativos”, altos impostos, etc.), das infraestruturas (construção de estradas de ferro, estradas convencionais, hospitais, etc.) e das relações entre trabalho/empregador, sendo bastante contestado, no seio da colônia, até o momento em que foi expulso por tal confronto com os setores arcaicos de Angola (Soares, 2005, p. 7) – trataremos logo à frente sobre confronto. Após sua expulsão, foi enviado a Londres como embaixador, sendo exonerado com o golpe da Ditadura Militar em 1926 (Silva; Garcia, 1995, p. 34). Entre 1926-1935, foi professor do Instituto Superior Técnico (IST), período em que se envolveu com a oposição republicana ao salazarismo, sendo perseguido pelo regime. Participou nas revoltas derrotadas de três a sete de fevereiro de 1927, sendo preso e enviado para a ilha de S. Miguel (Açores), residindo na cidade de Ponta Delgada (Malheiro, 2006, p. 195).

Ainda no exílio, em 1930, foi proclamado grão-mestre da maçonaria em Portugal, organizando secretamente através dos maçons e de grupos republicanos a resistência democrática de cariz constitucional à ditadura militar, projetando uma transformação por vias pacíficas (Janeiro, 2013, p. 430), embora também apoiasse as lutas dos republicanos (revirahistas) à esquerda que optavam pelo confronto armado direto, como é o caso do já referido Augusto Casimiro (Janeiro, 2013, p. 432). No mesmo ano, articulou a Aliança Republicana Socialista (ARS) que constituía um projeto entre o Partido Republi-

cano Português (PRP), a União Liberal Republicana (ULR), a Ação Republicana (AR), o Partido Socialista (PS) e a Seara Nova, a partir da liderança do “triumvirato” de Tito de Morais, Mendes Cabeçadas, J. R. da Costa Junior e do próprio Norton de Matos (Janeiro, 2013, p. 440).

Dentro da frente Republicana-Socialista, Norton era o que mais acreditava na mudança por meios pacíficos, e vislumbrava que as eleições de 1931 eram o momento ideal para instituir a normalidade constitucional e o projeto colonial republicano (Janeiro, 2011, p. 383). Em decorrência disso, entrou em confronto com Afonso Costa e Bernardino Machado, e com setores mais à esquerda do republicanismo, ao se posicionar a favor da luta por dentro do regime e não pelo confronto direto. Mesmo diante desta posição, no entanto, foi culpado pelo salazarismo pelas diversas movimentações dos setores mais radicais (Janeiro, 2012, p. 37).

A posição de Norton é fundamental para compreendermos o campo republicano no contexto do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, já que esta posição moderada com relação à oposição política republicana também tende a corresponder a uma visão mais atenuada das políticas coloniais do Estado Novo. Há, portanto, uma relação entre um maior radicalismo da posição republicana e a visão sobre as colônias. Os republicanos conservadores tendem a aceitar melhor as posições da institucionalidade, enquanto o republicanismo radical, “reviralista”, repudia por completo as práticas do salazarismo (no âmbito da política colonial e da política metropolitana) – como veremos melhor adiante quando analisarmos o discurso de Bernardino Machado em comparação com o de Norton de Matos. Mas voltemos para a análise do seu pensamento colonial.

Foi no momento dos seus vários exílios (fora e dentro de Portugal) que a sua produção sobre a questão colonial foi mais intensa, iniciando-se com a escrita do livro de “cabeceira” dos republicanos, *A Província de Angola* (Matos, 1926) – citado diversas vezes no próprio *Boletim da Luso-Africana* –, com a intervenção em diversas conferências (Matos, 1939; 1944; 2005), textos em jornais, como é o caso de suas produções em *O primeiro de Janeiro*, artigos em revistas e boletins (Matos, 1932; 1933a), memórias (Matos, 1933b) e radiofusão (Matos, 1935b). O pensamento colonial de Norton de Matos esteve influenciado por diversos gestores da época, nomeadamente, pelos administradores que pensavam, diante do processo de “ocupação

efetiva”, a pacificação. Segundo Sérgio Gonçalo Duarte Neto, o seu pensamento se constituiu em particular por dois grandes gestores franceses, Joseph Galieni (1868-1916) e Hubert Lyautey (1854-1934):

Sem dúvida que Lyautey e Gallieni adequar-se-iam mais à sua visão do militar administrador e organizador, que compreendia a necessidade de integrar os colonizados numa nova ordem, através do provimento de algumas das suas necessidades. Conhecido por “tache d’huile”, esta estratégia depois mimetizada nas guerras coloniais da segunda metade do século XX, como o próprio nome indica, implicava o alastramento gradual das zonas pacificadas, as quais deveriam beneficiar de melhorias económicas e sociais trazidas pelos novos senhores [...] Norton de Matos terá contactado [...] com a obra de Lyautey, possuindo, na sua biblioteca, vários dos seus livros com profusas anotações (Duarte Neto, 2013a, p. 116).

Entre as influências internas podemos citar os relatórios de governo de António Enes (1848-1901), *Moçambique: Relatório apresentado ao governo* (Enes, 1934), e de Paiva Couceiro (1861-1944), *Angola: dois annos de governo* (Couceiro, 1910), diversas vezes citados nas produções de Norton como exemplos de gestão e que certamente influenciaram no linguajar e estilo do próprio *Província de Angola* (1926) e em outras produções-relatórios coloniais do período – inclusive ambos serão colocados ao longo do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* no hall dos “heróis da administração colonial” por suas práticas a favor da modernização de Angola e Moçambique. Entre as ideias das quais se apropria em António Enes/Paiva Couceiro, podemos destacar: descentralização progressiva, ocupação de colonos brancos com subsídios e o desenvolvimento de um plano de fomento das infraestruturas a partir do apoio estatal (Duarte Neto, 2013a, p. 116).

Entretanto, quando se tornou governador-geral de Angola⁷⁴ (1912-1915), além de trazer os pressupostos dos gestores do período da

⁷⁴ Norton de Matos, ao ser nomeado, em uma sessão em 21 de março de 1911 no parlamento, instituiu três grandes projetos para fomento das colônias: “O primeiro projeto autoriza o Poder Executivo a fazer vários empréstimos, destinados ao fomento colonial da província de Angola. O segundo tem por fim o aumento das receitas. É o que na minha opinião se pode classificar de empréstimo, para o esclarecimento da Carta Orgânica. É material fundamental da Carta Orgânica que sejam feitos a favor das colônias os empréstimos gratuitos pelo banco privilegiado

Monarquia Constitucional, também mesclou essas práticas administrativas com uma concepção “republicana” da questão colonial. A descentralização, tema primordial nesse momento, era debatida por duas correntes: os democráticos, unionistas e os evolucionistas, como reitera Duarte Neto (2013a):

[...] o programa político de democráticos, unionistas e evolucionistas recomendavam uma progressiva transferência de incumbências do Terreiro do Paço para os palácios coloniais. Os democráticos, não obstante, defenderam visitas periódicas do Ministro das Colónias ao Ultramar, propunham-se reorganizar a administração colonial em bases descentralizadoras segundo as concessões de cada possessão, pelo que a legislação deveria ser objeto de extensa revisão (Duarte Neto, 2013a, p. 170).

Norton estava junto aos “democráticos”, defendendo intervenções somente em casos de ameaça à soberania nacional, buscando a “integração democrática” das “províncias” na “unidade da nação” (Silva, 1995, p. 377). Além disso, propunha transformar o indígena em proprietário rural, regularizando os contratos de trabalho para assim romper os arcaísmos dos setores atrasados que viviam do trabalho forçado, inserindo-os na sociedade de mercado (Dáskalos, 2008, p. 194). Para Adelino Torres (1991; 1997), Norton de Matos foi um caso único de gestão por tentar superar os atrasos de uma sociedade ainda bastante marcada por relações sociais protocapitalistas (“mercantis”)⁷⁵ – uma sociedade em que os conceitos muito gerais de “burguesia colonial”, “capitalismo”, “império colonial”, “poder da metrópole” têm certamente alcance limitado (Torres, 1997, p. 8).

das nossas colónias, o qual tem o exclusivo da emissão de notas às respectivas colónias. O terceiro projeto é para um empréstimo destinado à navegação colonial. Durante um período de dez anos, ficarão sobre a sua administração privativa um certo número de pequenos vapores destinados à navegação costeira e a estabelecer a ligação entre a costa ocidental e a oriente, e, também a ligação com as colónias estrangeiras” (Matos, 1911 *apud* Proença, 2009b, p. 507-508).

75 Adelino Torres, em outro momento, fundamentado em Karl Polanyi (na distinção entre mercantilismo/capitalismo), concebe esse “atraso” em Portugal da seguinte forma: “[...] a vitória do mercantilismo no espaço português representava a sobrevivência do espírito e métodos do Antigo Regime, condenando as colónias à estagnação económica e social. A história encarregou-se de demonstrar que esta hipótese tinha fundamentos” (Torres, 1997, p. 8-9).

Dessa forma, seguindo o legado de ministros/gestores liberais (Sá da Bandeira, Andrade Corvo, etc.) Norton buscou romper o ciclo do antigo “pacto colonial”, entre burguesias coloniais e metropolitanas, e em decorrência disso recebeu uma forte oposição que geraria sua expulsão do cargo de alto-comissário em 1924. Segundo Adelino Torres:

Na política colonial portuguesa da primeira metade do século XX, assinalava-se, todavia, uma exceção: a acção de Norton de Matos, nomeado pela 1ª República como governador de Angola em 1912-1915, e, mais tarde, de novo como Alto Comissário no período 1921-24. Graças a este segundo mandato com poderes muito mais alargados do que no primeiro, Norton de Matos levou a cabo a única acção governativa realmente significativa para introduzir a modernidade em Angola, combater o trabalho escravo, impor numa política de investimento em grande escala e abrir a colónia directamente à economia mundial. Numa palavra: minar o poder de uma burguesia colonial absoluta (Torres, 1997, p. 9).

Província de Angola – publicado em 1926 e escrito um pouco depois de Norton sair do cargo de alto-comissário após diversas tensões que levam a sua renúncia – é uma resposta aos ataques que recebia dos setores dominantes da burguesia colonial. A forma da escrita assemelha-se ao relatório de Paiva Couceiro, o que não é por acaso, dado que este também foi exonerado do cargo de governador-geral de Angola, criticando em seu relatório (Couceiro, 1946) – ao qual Norton fez um livro em homenagem⁷⁶ (Matos, 1948) – os mesmos arcaísmos assinalados por este anos depois. No livro, descreve as medidas necessárias para transitar da recém-passada “ocupação militar” para a “ocupação civil”, modernizando a colônia a partir de infraestruturas e de novas relações de trabalho, repudiando o uso

76 Neste livro, Matos elogia inúmeras vezes o relatório de Couceiro: “[...] Tenho diante de mim o maior livro de toda a literatura colonial moderna [...] Tudo que venho escrevendo vai mostrando não só a admiração, mas também a gratidão que tenho por este homem. Encontrei na sua obra em Angola e no que dela ele trouxe para os seus comentários a base segura onde apoiei os meus passos [...] o meu governo geral de Angola e o meu alto comissário foram o seguimento e a conclusão do grande governo de Couceiro e porque, nessa grande parte, o meu governo só foi possível por ele me ter previamente aberto o caminho com passos de gigante” (Matos, 1948, p. 6/92/96).

de trabalho forçado e de violência contra o indígena (Matos, 1926, p. 242).

Mesmo com o início da ditadura, nunca deixou de expressar suas opiniões sobre o mundo colonial, emitindo em diversos espaços sua visão crítica sobre a permanência dos arcaísmos, posicionando-se na oposição às práticas centralizadoras do *Acto Colonial*. Na sua visão, o *Acto Colonial* ia contra o processo de democratização das relações entre Metrópole e Províncias, como idealizava ao pensar o modelo inglês e as práticas do período republicano. Segundo Duarte Neto (2013a):

Partidário do modelo inglês, Norton aventava, então, uma unidade económica territorial, articulando ministro das Colónias, o parlamento, os conselhos coloniais (provinciais) e os cidadãos numa mecânica democrática, em que os diferentes órgãos se vigiassem, evitando tornar-se correias de transmissão de cunho burocrático ou decorativo [...] o esboço de federização, a ser conduzido a partir de Lisboa, não despojaria os poderes locais, e, sobretudo, não imporá um mero Acto colonial (Duarte Neto, 2013a, p. 288-289).

Ao defender os valores de uma “nação una”, Norton pensava na instituição de uma “federação”, sendo a descentralização o único meio de alcançá-la, como reitera em uma entrevista – a Nobert Paly, redator do periódico belga *Neptune* – logo após a instauração do *Acto Colonial*:

Apesar das restrições que a Nação tem de impor (à liberdade administrativa e financeiras das suas partes componentes) o exercício de ação não deverá destruir a autonomia dos territórios ultramarinos. Temos de voltar com pequenas alterações às leis de orgânica colonial, que o Parlamento da República votou [...] Foi isto que tive o cuidado de escrever para mostrar que de modo algum a concepção unitária do Império Português poderá destruir o largo regime de autonomia ultramarina que a República consagrou e sem o qual não pode haver qualquer progresso. A centralização administrativa e financeira exercida pela metrópole destruirá fatalmente a admirável obra de colonização portuguesa, que é uma das maiores glosas da República (Matos, 1930 *apud* Silva, 1995, p. 392).

Em outros momentos, ele foi até mais explícito com relação ao seu anti-salazarismo e antitotalitarismo que se perpetuou até o fim da sua vida. Em anotações do seu diário de 4 de abril de 1930 a 13 de maio de 1931 – momento em que estava sob constante vigília –, rebate as críticas que Salazar estava fazendo naquele momento a sua gestão:

Se tivesse a menor confiança no caracter de Salazar pedir-lhe-hia, de homem para homem que procurasse sobestar na opinião que fazia da minha ação em Angola, enquanto não estudasse ou mandasse estudar, por meios e pessoas que não faltam, o que foi essa acção. Mas não existindo essa confiança, nada disse a este respeito. Aqui, e para a minha memória, deixo apenas a seguinte pergunta: – como que um homem que está há 11 anos, à frente do governo da Nação e que foi Ministro das Colônias pode ignorar o que eu fiz em Angola e o que foi a campanha que contra mim se levantou? Evidentemente não ignora (Matos, 1931 *apud* Silva, 1995, p. 395).

Entretanto, mesmo dentro da institucionalidade Norton era mais elogiado do que criticado (em nomes como Mario de Figueiredo, Henrique Galvão e vários outros), o que certamente deveria causar um desconforto frente àqueles que o perseguiram. Aliás, foi ele mesmo que continuamente, em diversas intervenções, mostrou o seu orgulho em relação a sua obra em Angola, com o seu modelo de gestão em relação aos “atrasos” do presente. Entre as críticas, sempre se posicionou contra o aumento do imposto indígena e contra a falta de uma política de créditos que autonomizasse os administradores locais para sanar as crises. Isso fica explícito em uma intervenção de 21 de fevereiro de 1933, numa comunicação radiofônica pela estação de rádio CT1AA de Lisboa, onde posicionou-se contra o aumento do imposto, instituído no orçamento de 1931-32, no quadro da crise em Angola:

Determinou [...] o Sr. Ministro das Colônias, em face da crise actual, isto é, da baixa de preços dos produtos coloniais, da paralização do comércio e de outras atividades, diminuições avultadas em quinze verbas do orçamento da receita de Angola para o ano económico corrente. O que não compreendo é por que razão se não faz o mesmo para um imposto que somente incide sobre os indígenas de Angola, quando não pode haver

dúvida que nenhum sector da população daquela província está sendo tão afectado pela crise como o da população indígena. Julgo indispensável reduzir consideravelmente o imposto indígena. Constituiria esta redução uma boa medida financeira de política indígena, seja qual for o aspecto que se encare essa política (Matos, 1933 *apud* Silva, 1995, p. 398).

No entanto, foi em um artigo publicado no *Boletim da Sociedade Lusó-Africana do Rio de Janeiro*, intitulado “A minha concepção do Império português”, escrito em Algés e publicado em 1933 – texto que foi, posteriormente, integrado ao seu livro de memórias (Matos, 1944; 2005) –, que Norton sintetizou a sua visão de mundo sobre as colônias. Apesar de não citar explicitamente as políticas coloniais de Salazar no artigo, constrói um ideal de gestão colonial que é bastante distinto (para não dizer oposto) do modelo almejado pelo centralismo do *Acto Colonial*, criticando-o implicitamente. Norton inicia o texto justificando a escrita de um artigo dedicado à questão colonial, mesmo diante dos seus “desgostos pessoais”, do seu isolamento político:

Os acontecimentos políticos que têm dominado a portuguesa nos últimos sete anos levaram muitos dos servidores da Nação a afastarem-se cada vez mais um campo de luta que lhes repugnava, e a viverem em duro isolamento, agarrados à sua dignidade pessoal e política, firmando com o seu proceder a sua individualidade intangível e limitando-se a recordar o passado, donde os expulsaram sem atender aos seus serviços e a sua patriótica acção. E para alguns desses homens o seu gesto de isolamento e de tal profundidade que, se os obrigam a falar, as suas palavras soam como se viessem de outro mundo, não produzem o menor eco e são universalmente considerados como impertinentes. Apenas um ou outro as escuta, mas como se fossem apenas memórias, vestígios de um passado morto... E são esses poucos que insistem comigo e me obrigam, sob a pressão suavizadora da sua amizade, a escrever em quando um capítulo ou um episódio das Memórias da minha vida colonial (Matos, 1933a, p. 3).

Quando se refere a esta “amizade”, certamente está falando de António de Sousa Amorim, pois havia menos de dois anos este soli-

citava alguns artigos de Norton, insistindo em uma carta para que este enviasse algo para o Boletim (Amorim, 1932). Após essa breve nota inicial, Norton esclarece que há um sentido didático na escrita desse artigo: narrar a sua experiência colonial para propagar os ensinamentos advindos desta para as novas gerações que se formavam naquele momento (Matos, 1933a, p. 3). Segundo Norton, o seu espírito patriótico só foi animado a partir da sua experiência nas colônias, considerando o seu tempo na Índia e em Macau primordiais para a sua formação:

Foi diante dos muros da fortaleza de Diu – como isto vai longe! – que pela primeira vez se ergueu perante mim, em traços nítidos e fortes, reduzindo a um instante único o passado, o presente e o futuro – o grandioso desígnio, a suprema expressão de um povo, a concepção, a ideia, quasi a forma real e tangível do Império Português. Até então não tinha compreendido bem. A grandeza do passado não se harmonizava com a decadência do presente e que poderia eu esperar de um futuro, cujas raízes tinham de beber na tristeza daqueles dias do despontar do século actual? E em mim, sem eu dar por isso, ia se formando a convicção alentadora de que tão proeminentes qualidades se não podiam ter obliterado por completo na alma portuguesa [...] (Matos, 1933a, p. 3-4).

Segundo ele, é neste momento em que consegue perceber o “caráter lusitano”, e a sua própria “missão” enquanto “realizador” (“gestor”) da obra colonial:

Julgo ter descortinado nessas solitárias e longas meditações o sentimento dominante do povo português, o sentido e a significação do seu esforço, as linhas fundamentais das suas missões históricas no passado, no futuro, os princípios basilares da sua organização, e com este conhecimento e com esta concepção me abalancei as modestas e humildes realizações da minha vida. Foi com este credo que trabalhei pelo engrandecimento de Portugal (Matos, 1933a, p. 5).

A “consciência nacional” portuguesa formava-se, para Norton, na resistência, luta e absorção das diversas culturas com as quais os portugueses tiveram contato, desde os romanos, árabes e africanos (Matos, 1933a, p. 6). A história colonial foi o esforço de dilatar o Império diante da necessidade de “engrandecer a nação”, sendo a

política da Metrópole diante dos territórios a mesma com que se tinha com o Algarve; eram todos parte da unidade do Império no seio da diversidade territorial das “províncias” (Matos, 1933a, p. 6). Argumenta que a ideia de uma “nação una” (termo bastante recorrente nos seus textos deste período), sempre foi um projeto de Portugal, mas nunca foi concretizado por completo:

A solidariedade entre as diversas partes da Nação está muito longe ainda de ser uma realidade: – O que é bom para Angola não é bom para Moçambique ou para a Metrópole, dizem-nos, se vale a pena gastar dinheiro com qualquer região do Minho ou do Algarve, será um desperdício dispendir seja o que for com a Guiné ou com qualquer outra província ultramarina, se reconhecermos a necessidade de melhorar as condições materiais e espirituais da vida dos habitantes brancos das províncias metropolitanas, encolhemos enfatiados os ombros se nos fala do tremendo fardo que paira ainda sobre os pretos portugueses (Matos, 1933a, p. 8).

Diante desse quadro de atraso, propõe que somente com o rompimento da hierarquia entre metrópole e colônias poderia advir um avanço com relação à criação da “nação una”, explicitando os limites e possibilidades a partir da idealização ao modelo republicano e críticas ao modelo vigente:

Muito temos, pois, de trabalhar ainda para cumprimos a missão histórica que engloba todas as outras – a organização do Império Português. Não basta possuir largas terras, exercer soberania sobre uma vastíssima superfície espalhada pelo mundo, para uma nação se transformar num Império. Para tanto é necessário que sobre essa grande superfície se exerça com rara intensidade a energia nacional, que se crie nela civilização e prosperidade, e que, sobretudo, a obra realizada salte fora do âmbito nacional para assumir aspectos de universalidade. Foi isto o que, com maior ou menor intensidade, fizemos no passado, é isto que a República Portuguesa estava tentando fazer. Houve, infelizmente, uma paragem, talvez um retrocesso. Em todas as nações se têm dado fenómenos desta natureza. Mas nesta hora sentem-se de novo palpitar as energias nacionais. A evolução germinativa atrasou-se, mas não se extinguiu. Man-

têm-se na alma portuguesa a esperança de uma grande realização (Matos, 1933a, p. 8).

Quando menciona os “fenômenos desta natureza”, está se referindo ao salazarismo e, em extensão, a toda a “vaga autoritária” do período, posicionando-se claramente contra a política colonial de Salazar.⁷⁷ A unidade da nação só poderia ser alcançada a partir dos preceitos republicanos, do exemplo do passado, considerando a “Constituição da República”, a “Lei Orgânica do Império” como os principais avanços para uma real unidade (Matos, 1933a, p. 8). Para Norton, esta unidade não poderia beneficiar uma parte e prejudicar outra, por isso projetava a criação de um órgão, o “Alto Conselho do Império”, com representação igualitária de todas as províncias, para “orientar e fiscalizar” os territórios nacionais (Matos, 1933a, p. 8). Entretanto, percebia que esse projeto de “federalização” das colônias ia na contramão de um obstáculo que esteve presente desde os primórdios das colônias e que se perpetuou, nomeadamente, no presente (em alusão implícita ao *Acto Colonial*), o “pacto colonial”:

O pacto colonial está muito longe ainda de ter desaparecido em Portugal por completo, essa funesta mentalidade das nações com territórios coloniais. Só a unidade nacional e as consequentes unidades, territorial e econômica e de ação acabarão de vez com esse gravíssimo erro de administração colonial. A concepção unitária não permitirá, de facto e como já foi formulado, a existência de interesses privativos de uma parte da nação que prejudiquem o integral desenvolvimento do conjunto, isto é, da nação inteira e una. E assim não seguiremos o exemplo de outras nações coloniais, que acabaram, é certo, com os perniciosos efeitos do pacto colonial, mas vendo-se obrigadas para o conseguir a separar em vez de unir (Matos, 1933a, p. 11).

Para Norton de Matos, o *Acto colonial* era a renovação do “pacto colonial”, da velha forma de gerir as colônias. Diante disso, projeta

77 Este não é o único momento do artigo em que este critica o salazarismo nas “entre linhas”, em outro momento ao instituir alguns “preceitos para os jovens”, aponta no sexto artigo a sua visão sobre a necessidade de autonomia ante os “guias” e “chefes”: “Não confiais cegamente nos cidadãos que escolhemos para guias e chefes – Os princípios basilares da formação do Império têm de brotar da alma nacional, e ao povo, que tantas provas tem dado do seu admirável instinto de conservação, compete indicar aos que governam, as linhas gerais das suas aspirações nacionais” (Matos, 1933a, p. 8).

o que considera como modelo ideal de administração dentro de um quadro de autonomia/descentralização da gestão, atribuindo também as tarefas do referido “Alto Conselho das Colônias”:

As autonomias administrativas e financeiras – As autonomias regionais metropolitanas e coloniais, não terão de desaparecer perante a realização da concepção unitária. As administrações autônomas continuarão a constituir a única forma de se manter o espírito vivificador, da constante renovação e de contínuo progresso, cuja existência é indispensável para desenvolver as regiões atrasadas de que se compõe a nação. Sem administração e governos baseados em largas autonomias, essas regiões não progredirão, cairão em marasmos que fatalmente conduzirão a terríveis retrocessos ou a expropriações internacionais. É mister, não confundir unidade nacional e principalmente unidade de acção com poder pessoal, com absorção de poderes e de liberdades públicas, com predomínios, com humilhantes sujeições e com inadmissíveis tutelas. Varrer tudo isto para bem longe, opondo-se a tiranias administrativas ou pessoais, tem de ser a função primordial do Alto Conselho do Império (Matos, 1933a, p. 11).

Como fica muito claro, Norton projetava o modelo “republicano” de gestão das colônias como modelo ideal, em contraposição ao arcaísmo do centralismo que se renovava no presente o “pacto colonial”. Todavia, Norton era cético com relação às transformações no presente, traçando para as próximas gerações a superação desse “período nebuloso”:

A quem cabe a realização desta ingente transformação? Sem dúvida alguma ao povo português e só a ele. Mas um povo para realizar carece de guias e de chefes capazes de encarnar o sentimento popular. Não pode elegê-los o povo português dentre os poucos que restam de uma época que colheu as glórias de implantar no país as instituições republicanas, mas que não soube iniciar em todos os seus aspectos e por acima de tudo o engrandecimento da Nação, que era o grande e quasi único fim que o povo esperava atingir com a proclamação da República. Não pode também buscá-los na época presente, transitória e efémera e de forma alguma construtora, pois que ela figurará na história apenas como executora das eliminações de ordem política in-

dispensáveis ao advento de uma nova época, da renovação nacional (Matos, 1933a, p. 12).

Finaliza seu artigo reiterando mais uma vez o seu confronto à ordem vigente, o “espírito da ditadura”, ao afirmar que não era possível um regime como este se perpetuar diante do *ethos* democrático português herdado da cultura greco-romana:

O amor da independência, o espírito da liberdade e a noção da dignidade humana que caracterizavam os lusitanos, afinaram-se no contacto com os romanos, portadores dos ideais da antiga Grécia. Formada a nação, com a escassez e homogeneidade da sua população permitiu, através de toda a história a constante intervenção do povo nos negócios públicos, e talvez em nenhum outro país a consciência nacional estivesse sempre tão segura, como em Portugal, de que ao povo compete governar, de que o povo não pertence aos Governos! Portugal foi sempre uma democracia, em que o sistema de representação popular sofreu transformações diversas, como os há de experimentar ainda, mas em que qualquer regime político que tente por de lado essa representação, e as liberdades individuais e colectivas que lhe servem de base, está condenado a desaparecer em breve trecho (Matos, 1933a, p. 14).

O pensamento colonial de Norton de Matos era, portanto, bastante distante dos pressupostos da política colonial salazarista. Entretanto, como reiteram os melhores intérpretes da sua trajetória (Silva, 1995; 2005; Paulo; Silva, 2001; Dáskalos, 2008; Duarte Neto, 2013a; Janeiro, 2015), a despeito de ser progressista no que concerne ao trabalho indígena e sua assimilação cultural, na modernização das infraestruturas, e federização das relações metrópole/províncias, estas medidas visavam garantir de forma mais inteligente, a partir de modelos imperiais mais descentralizados, a manutenção do domínio colonial, da “missão imperial portuguesa”. Não é arbitrário o fato de que considerava os nativos como seres “infantis”,⁷⁸ cheio

78 “Poucas cousas conheço mais débeis e frágeis do que as populações indígenas da África tropical. Quasi as posso comparar a crianças nascidas antes do tempo, que para vingarem carecem dos maiores cuidados. A ocupação europeia destruiu o precário equilíbrio fisiológico em que viviam; e qualquer medida posta em vigor, sem inteiro conhecimento do meio onde deve actuar, produz abalos que, nestas populações, quasi se traduzem por emigrações em massa ou por excessos inconcebíveis de mortalidade [...]” (Matos, 1926 *apud* Silva, 1995, p. 397).

de “vícios”, mas com potência de serem “civilizados”, como repete em diversos momentos dos seus escritos, nomeadamente, em *Província de Angola* (1926).

Por isso, a federização propugnada no pensamento de Norton e dos seus acólitos no *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* (e em outros espaços) deveria ser gestada pelo “alto”, por uma “modernização conservadora” e “paternalista” que pensava o “homem branco português” como culturalmente superior, e, desta forma, potencialmente mais capacitado para levar o indígena “atrasado” para um “estado superior”. Não é por mero acaso que Norton também foi aquele que mais perseguiu as elites afro-crioulas, que representavam até então uma parcela expressiva no Estado e Sociedade Civil, lançando as bases para a perseguição que é acirrada no Estado Novo. Para Douglas Wheeler:

Tal como os pro cônsules romanos da antiguidade, os altos-comissários tiraram pleno sentido dos seus novos poderes e, ao fazê-lo, criaram precedentes políticos ao nível da administração e do tratamento da população indígena que lançaram as bases do autoritarismo imposto pelo Estado Novo a partir de 1926 [...] se destacou como principal responsável pela destruição do movimento nacionalista angolano e pelo atropelo às liberdades cívicas, com o objetivo de alcançar uma “unidade” política absoluta em prol do desenvolvimento económico [...] Foi ele quem estabeleceu os precedentes legislativos e executivos para uma repressão política eficaz de todos os movimentos políticos (Wheeler, 2009, p. 173-174).

O controle à imprensa africana, a perseguição às elites afro-crioulas, o aval mesmo que crítico aos processos de pacificação iniciados desde o tempo dos “centuriões”, a sua posição contra a mestiçagem, o racismo de dimensão culturalista são elementos que explicitam as contradições do “humanismo republicano” em tempos ainda tão próximos às campanhas da “era das liquidações”, tão rememoradas e exaltadas em seus heróis e lideranças administrativas (António Enes, Mouzinho de Albuquerque, Paiva Couceiro, João de Almeida, etc.). O projeto de maior autonomia das colônias, o qual a elite afro-crioula almejava na imprensa, o “reformismo luso-cêntrico” (Wheeler, 2012, p. 347), foi extensivamente combatido por Norton de Matos, nos tempos de sua gestão em Angola nos anos de

1910-20, mesmo se considerando, contraditoriamente, arauto do “federalismo” entre metrópoles e colônias.⁷⁹ O nativo “assimilado” ideal para Norton de Matos não era aquele que tinha autonomia intelectual, mas aquele que aceitava o domínio colonial e a cultura portuguesa sem fazer críticas.

O pensamento e a ação de Norton de Matos foram um espelho para os intelectuais que publicavam no *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, sendo o cerne da presença desse vínculo artificial e contraditório entre republicanismo e colonialismo. Contudo, Norton não foi o único a dar base para as críticas dos exilados republicanos no Brasil ou que viviam na África. Uma vertente mais radical do republicanismo, os “revirahistas”, em nomes como Sarmiento Pimentel e Bernardino Machado, criticavam no exílio as práticas do *Acto Colonial*, e da gestão colonial salazarista como um todo, sendo até mais explícitos do que o próprio Norton de Matos.

⁷⁹ Trataremos melhor da questão das elites afro-crioulas e republicanismo no próximo capítulo.

O Acto Colonial, o campo republicano e a *intelligentsia* do BLSA

“O problema colonial consiste; como todo problema social, numa questão de liberdade. Assim o compreendiam o liberalismo constitucional e a Democracia República. Os liberais aboliram a escravatura nas colónias e iniciaram a obra de descentralização colonial; os republicanos, prosseguindo, aboliram o trabalho forçado dos indígenas e, descentralizando o próprio Ministério das Colónias, desprendendo-o do Ministério da Marinha, promulgaram as leis de autonomia administrativa e financeira das quais vararam as Cartas Orgânicas Ultramarinas [...] o Acto colonial rompe desabridamente com esta progressiva evolução. Suprimidos deputados e senadores às colónias, reprimida a sua descentralização administrativa e financeira, extinta a autonomia do seu próprio Ministério, que a República separa do Ministério da Marinha para o libertar do poder militar [...] agora, pior ainda que sob a Monarquia, fica tudo subordinado ao mando da negra milícia clerical, anti-nacionalista como à Igreja, personificada pelo fero nacionalista Salazar. É a pior das escravizações.”

(Bernardino Machado)

Demonstramos no capítulo II que os dois principais organizadores do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, António de Sousa Amorim e Francisco das Dores Gonçalves, estiveram envolvidos diretamente com a oposição republicana exilada no Brasil e no exterior. A partir das suas publicações no *Boletim do Centro Republicano Dr. Afonso Costa* e no jornal *Portugal Republicano*, estes se aproximavam das visões emitidas por importantes personalidades da *intelligentsia* republicana no exílio. Esta aproximação não foi somente em termos das críticas às políticas metropolitanas de Salazar, mas também visavam a sua política colonial, os desdobramentos do *Acto Colonial*.

Duas figuras da ala radical republicana no exílio (adeptos da luta direta contra o regime) foram fundamentais para o debate sobre as políticas coloniais do salazarismo no exílio: Sarmiento Pimentel (1888-1987) e Bernardino Machado (1851-1944). Ambos publicaram no *Boletim do Centro Dr. Afonso Costa* diversas intervenções, ao lado de publicações do próprio António Amorim, que criticavam praticamente todos os elementos da política salazarista para a metrópole e colônias. A descentralização e a crítica ao *Acto Colonial* são o tema comum em um e outro, mas, ao contrário da visão de Norton de Matos (elogiado em diversos momentos por ambos), estes acreditavam na luta direta e não em concessões reformistas ou em novas eleições.

Em seus diálogos com o jornalista Norberto Lopes (Pimentel, 1977), Sarmiento de Pimentel evidencia essa visão mais à esquerda do republicanismo em torno da questão colonial. Ao responder uma pergunta de Norberto Lopes sobre as diferenças entre as campanhas na África do início do Século XX, nas quais Sarmiento Pimentel teve participação, e as guerras coloniais mantidas pelo salazarismo, este demonstra a sua visão mais à esquerda – mesmo que legitime contraditoriamente as práticas da “ocupação efetiva” sem ver relações desta com a Guerra Colonial entre Portugal e colônias em tempos de salazarismo/marcelismo – no espectro republicano da questão colonial:

São coisas inteiramente diferentes. Eu penso que a noção de colonialismo foi interpretada magistralmente por Norton de Matos. O Norton queria fazer uma nação chamada Angola, como se fez uma chamada Brasil e que faria parte de uma federação de língua portuguesa, que se alargaria a Moçambique, à Guiné, a Cabo Verde, e, possivelmente ao próprio Brasil se fosse essa a vontade do povo brasileiro. Política hábil, para conseguir que esses países novos, aos quais teria de se conceder um dia a independência, continuassem ligados à mãe-pátria por laços sentimentais e por sentimentos recíprocos [...] pôs em execução o seu projeto grandioso, que os governos fascistas destruíram. Era uma política de emancipação que a República pretendeu levar a cabo, dando às colônias uma autonomia cada vez mais larga de modo a conduzi-las mais tarde à independência como aconteceu no Brasil. O começo do drama que passou a representar-se levou à triste situação que se encontram hoje as nossas relações com os países africanos, ditos de expressão portuguesa, foi o Acto Colonial (Pimentel, 1977, p. 85).

Esta visão do legado de Matos é no mínimo contraditória com o seu projeto político concreto já nuançado aqui anteriormente. A descentralização, para Matos, não projetava de forma alguma a gradativa autonomização até a independência; pelo contrário, servia para assegurar o domínio de forma mais inteligente e racional. Sarmiento é ainda mais incisivo nesta visão em outra pergunta de Norberto Lopes sobre a legitimidade que este atribui à emancipação das colônias já nos anos 1930, reiterando novamente o “legado de Matos”:

Porque compreendi a política africana do General Norton de Matos, que consistia em dar a autonomia às colônias, começando por Angola, que tinha cargas possibilidades de vir a ser um segundo Brasil [...] Fiquei com a impressão, e também com a convicção, de que era preciso dar-lhes ampla autonomia administrativa que lhes abrisse o caminho para a independência. Quando se decretou o Acto Colonial eu disse, “A nossa resposta, a resposta da oposição é a independência das colônias. Estava, então, em S. Paulo e a minha posição foi recebida, em alguns sectores, com espanto, e, até com indignação” (Pimentel, 1977, p. 94).

A despeito de ter afirmado que foi defenestrado por uma parte hegemônica dos intelectuais do Estado Novo e dos seus “correligionários” da oposição, uma parte do grupo de emigrados portugueses do Brasil o apoiou, como reitera em resposta a uma pergunta de Norberto Lopes sobre a reação dos emigrados portugueses a sua declaração em apoio a autonomia das colônias:

Integraram-se todos dentro desse pensamento. O Jaime Cortesão, o Jaime Morais, o António de Sousa Amorim, o Paulo de Castro, o Casais Monteiro, o Vitor da Cunha Rego e os outros. E recebi adesões de Portugal. Do Hernani Cidade e não só. O Casais Monteiro publicou, nessa altura, no “Portugal Democrático”, uma série de artigos em que os democratas portugueses reconheciam o direito dos povos das colônias portuguesas a serem livres e a governarem por si próprios (Pimentel, 1977, p. 95).

Esta citação de Sarmiento de Pimentel nos faz refletir sobre a posição de Amorim, e de outros membros da Sociedade Luso-Africana, como vinculados já a um ideal de autonomização gradativa voltada para a independência das colônias. Essa perspectiva não pode ser

atribuída, como ele faz, à visão colonial de Norton de Matos, já que este nunca projetou a independência destas, como já reiteramos acima. Aprofundaremos melhor a respeito das visões em torno do modelo colonial descentralizado no Boletim logo à frente; agora, resta nos adensarmos mais na própria crítica ao *Acto Colonial* pela oposição no exílio. Se Sarmiento Pimentel lega uma visão radical do processo de “descentralização”, é Bernardino Machado que faz a crítica mais explícita aos pressupostos do *Acto Colonial*, sendo também um modelo para muitos que debateram a questão descentralização/centralização no seio do Boletim.

No manifesto *O Acto Colonial da Ditadura* (Machado, 1978, p. 301-345), escrito em agosto de 1930 e distribuído clandestinamente logo após a instauração do *Acto Colonial*, existe a maior crítica ao projeto colonial salazarista nos anos 1930. Expressa a reação da oposição de-mo-liberal ao ataque à ordem constitucional do período republicano, resposta aos ataques à política da descentralização das relações entre metrópole e colônias. Inicia o opúsculo denunciando o autoritarismo salazarista, a falta de diálogo na instituição do *Acto Colonial*:

Temos uma sociedade de geografia, de autoridade mundial em assuntos coloniais: não a ouviu. Há, ao lado dela, uma Escola superior colonial com professores da maior competência: não a consultou [...] Temos repartições oficiais no próprio Ministério das Colônias: não solicitou as suas indicações. Há sobretudo as colônias e a opinião dos coloniais: todas essas vozes foram abafadas senão mesmo estranguladas. Só Roma é fonte infalível de inspiração e Salazar e seu profeta. Na posse da revelação sobrenatural, o taumaturgo dispensa toda a colaboração [...] A questão colonial, para a qual se devem reunir todas as competências na livre articulação do seu saber, resolvida entre bastidores pelas congeminções herméticas dum ditador com a sua cúria privada... Quantos dos mais representativos coloniais rancorosamente presos, deportados! E figuras tão relevantes, como Norton de Matos, Alto Comissário de Angola, Brito Camacho, Alto Comissário de Moçambique [...] Estes tiranetes detestam o parlamento e o fórum, porque são a um tempo da maior indigência moral e mental (Machado, 1978, p. 301-302).⁸⁰

80 Como reitera também à frente no texto: “[...] Esperar liberdade sob o comando de Salazar, que é a própria encarnação adusta do despotismo, que lerda ilusão! Como

Para Bernadinho Machado, o *Acto Colonial* destruía os avanços iniciados com as gestões dos ministros liberais (Sá da Bandeira, Rebelo da Silva, Mendes Leal, Andrade Corvo, Antonio Enes, Pinheiro Chagas, Julio de Vilhenas, etc.) e republicanos (Norton de Matos, Brito Camacho, Cunha Leal, Filomeno Câmara, etc.), iniciando a “desnacionalização” e “escravização das colônias”. Sobre a desnacionalização, compara duas formas “diametralmente opostas” de nacionalismo, uma de cunho liberal democrático e outra de cunho “reacionário, despótico e militarista”, enquadrando o salazarismo na segunda, reiterando a contínua desnacionalização das relações entre colônia e metrópole por este nacionalismo “degenerado”:

Nacionalizar as colônias é fazê-las intervir na marcha dos destinos da nação, e nunca elas estiveram mais alheadas da nossa vida colectiva, governadas não por legítimas autoridades constitucionais, mas unicamente por uma congérie turva de ignaros magnatas, contubernais da ditadura. Nem elas nem a Metrópole tem a palavra. No silêncio soturno, que nos gela só o mando olímpico de Salazar estruge em meio do estupefato militarismo, que na sua boçalidade política o contempla em êxtase [...] Nada as desnacionalizara tanto, porque deixarão de obedecer à lei suprema da vontade da nação inteira a que pertencem para que se submeterem ao absolutismo dum bando de faccionários, seus opressores, chefiados por Salazar. Nada as separará tanto da metrópole. Se até hoje toda a legislação do ultramar tem sido a cada passo violada pela ditadura agora é fundamentada derruída (Machado, 1978 p. 303-304).⁸¹

é possível que uma ditadura que desnacionaliza a própria metrópole, anulando-lhe alforria e despedaçando-lhe a acção pelas suas prepotências e extorsões, nacionalize as colônias?” (Pimentel, 1977, p. 313).

81 Em outros momentos, é até mais direto com relação ao seu desprezo por Salazar e sua oposição perante o *Acto Colonial*: “[...] com o Acto Colonial, o nosso ultramar achar-se-há pela própria letra da Constituição em permanente regimen absolutista de suspensão das garantias, sem Parlamento para exigir aos ditadores [...]” (Pimentel, 1977, p. 313). Como também aponta logo em seguida no texto do manifesto: “O assalto do Acto colonial à Constituição republicana é o maior desacato cometido até hoje contra a soberania da nação. Mas se a missão da ditadura não é senão atacá-la, demoli-la! Para o beato Salazar, seu chefe e seu mentor, não há outra soberania senão a papal. Estamos em plena idade média. Só ao Papa e aos delegados do seu poder absolutista se deve obediência, obediência cega [...]” (Pimentel, 1977, p. 308).

Já a dita “escravização” era oriunda da alteração das *Cartas Orgânicas das Colônias*, ferindo o “princípio científico da descentralização administrativa e financeira” e instituindo um novo período de “absolutismo”, de reafirmação do arcaísmo do pacto colonial:

[...] o relatório do projeto do Acto Colonial afirma categoricamente “o dogma tradicional da soberania colonial da metrópole”. Será, pois, suzerana a metrópole com as colônias por vassalal. Num e noutra caso, a verdadeira solidariedade desaparece e as relações são de senhor para servo. Pondo de parte por inverossímil a ideia da servidão metropolitana, as colônias convertem-se-hão em propriedades da metrópole, tremendo erro de egoísmo absolutista que nos arrastou à decadência e ao desmembramento. Achar-nos-hemos em presença da obsoleta doutrina de tirania do Pacto Colonial, mais dum século depois da Convenção francesa o haver proscrito em nome da fraternidade entre as diversas raças. Já, com este generoso espírito moderno, denominamos provinciais as grandes divisões ultramarinas. O alcorão colonial vai fatalmente semear além-mar os mais perigosos ressentimentos (Pimentel, 1977, p. 315).

Como reitera Bernardino Machado, o resultado da renovação do “pacto colonial” – com o *Acto Colonial* – seria a desestruturação das relações entre metrópole e colônias, construídas durante o período liberal-republicano, destroçando o equilíbrio financeiro e incitando as revoltas nas colônias. Este pensamento se aproxima bastante das intervenções do próprio Norton de Matos no período, mas, ao contrário deste, Bernardino assume a posição reativa direta, de levantar um novo “5 de Outubro”⁸² pela força das armas. A visão sobre as colônias de Sarmiento Pimentel, Bernardino Machado e Norton de Matos encontra-se no seio do campo republicano, mas em espectros bastante distintos.

Sarmiento Pimentel e o núcleo duro do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, em António Sousa de Amorim e Francisco das Dores Gonçalves, estão na extrema esquerda, pois percebem o processo de descentralização/autonomização como um meio para a independência das colônias das amarras do pacto colonial. Bernardino Machado está mais ao centro ao pensar na descentralização/

82 Dia da implantação da República Portuguesa de 1910.

federização como um processo de democratização das relações entre metrópole e províncias e não como meio para autonomia, mas pensando neste processo a partir do confronto direto, da derrubada do salazarismo pelas armas, enquanto Norton de Matos pensava a descentralização/federização tal como Bernardino Machado, porém sem projetar a derrubada pelas armas, pensando a luta por meios pacíficos. Apesar da presença de um núcleo duro mais combativo no *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, não serão estas vertentes da oposição no exílio que irão hegemonizar o debate sobre o viés republicano. A maior parte daqueles que publicaram no Boletim fazia parte de uma vertente que a sociologia e historiografia denominam “republicanismo conservador”.

Para Fernando Rosas, com as derrotas sucessivas da oposição republicana reviralista, anarquista, comunista e o movimento operário, os grupos da direita liberal/republicana conservadora foram sendo gradativamente integrados à institucionalidade salazarista. Uma parte rompeu seguindo a linha de Cunha Leal, mas a maioria dos civis e militares de alta patente cederam a partir de diversas negociações (Rosas, 2015, p. 77). Através de Óscar Carmona (1869-1951), houve um processo de afastamento/integração “transformista” gradual dos militares republicanos, primordiais nos primeiros momentos da Ditadura Militar, costurando um regime de compromisso entre as diversas direitas que se colocavam naquele momento (Rosas, 2015, p. 96).

Esse compromisso foi sendo esvaziado no decorrer do processo de neutralização do projeto político republicano conservador,⁸³ tal como aconteceu com a direita fascizante integrada, reduzindo estas vertentes a uma expressão mínima (Rosas, 2015, p. 109). A constitucionalização do salazarismo em 1933 foi, portanto, concomitante ao gradativo afastamento dos militares republicanos, como ficou claro na presença meramente formal de elementos do republicanismo e no reforço do autoritarismo: poderes quase absolutos ao chefe do governo, extinção dos partidos, limites na liberdade de associação,

83 Manuel Braga Cruz (1986) evidencia que a neutralização dos republicanos/monárquicos foi uma das questões políticas mais importantes para a institucionalização do salazarismo, integrando essa base social em uma política de compromisso em um equilíbrio que foi sempre instável.

censura e reforço da violência policial-militar nas colônias e na metrópole (Pinto, 2007, p. 26).

A grande maioria dos sócios correspondentes, autores de artigos e crônicas que publicavam no Boletim, enquadrava-se neste espectro republicano conservador. Esta *intelligentsia* em geral detinha cargos no período republicano e foi incorporada à administração metropolitana e colonial em tempos de salazarismo. As críticas que estes faziam ao salazarismo, como iremos nuançar melhor logo à frente, eram muito mais sutis do que as realizadas pelos republicanos que lutaram frontalmente contra o salazarismo. Suas críticas incidiam em torno da gestão colonial centralista, projetando de forma nostálgica o modelo republicano colonialista, idealizado em Norton de Matos, como o espelho para a própria reforma interna do regime.

Essa nostalgia exageradamente idealizada dos tempos de gestão republicana das colônias, em todas as vertentes do republicanismo presentes no seio do Boletim, enquadrava, nos seus termos, a sua visão particular da “missão colonial portuguesa” de colonizar e modernizar as colônias. Sob as vestes do seu falso humanismo, os republicanos ocultavam a história das “liquidações”, do período final de ocupação efetiva na África, e afirmavam a sua visão mitológica do passado/presente republicano. Apesar da presença de uma visão reformista/federalista (Norton de Matos, Bernardino Machado, etc.) das relações metrópole/províncias ou mesmo de uma minoria reformista de fim autonomista (Sarmiento Pimentel), essas visões do campo republicano foram secundarizadas no Boletim perante a hegemonia do grupo mais à direita no espectro republicano, adeptos de uma tímida e “segura” descentralização. É essa visão republicana, em suas diversas nuanças, que perscrutaremos agora a partir da análise dos discursos do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* ante as práticas coloniais do salazarismo.

A *intelligentsia* do Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro ante as práticas coloniais do salazarismo na África (1931-1939)

O teor das fontes analisadas para compreensão da visão republicana sobre as práticas coloniais do salazarismo na África precisa ser mais problematizado. A escrita dos artigos e crônicas que iremos analisar se assemelha aos já citados relatórios militares-administrativos clássicos de António Enes (1946 [1896]), Paiva Couceiro (1910) e Norton de Matos (1926). Vislumbram um problema e de forma rápida, objetiva e pragmática oferecem a ele um “diagnóstico”, o que não é arbitrário, visto que a grande maioria dos que escreveram no boletim era ou havia sido militares e administradores que produziam textos a partir da sua própria experiência colonial. Esse empirismo-pragmático os fazem muitas vezes criticar – como faziam Enes, Couceiro e Matos – as políticas metropolitanas, por considerarem a política do “terreiro do paço”⁸⁴ como distanciada das “realidades coloniais”. Esta visão os faz flertar com modelos coloniais descentralizados, criticando as práticas do salazarismo e sugerindo mudanças (com mais ou menos força) nas práticas administrativas.

Para analisar essas visões nos focaremos nas análises de conjuntura – deixaremos a historiografia/etnologia para o próximo capítulo – sobre as duas grandes colônias de Portugal na África: Angola e Moçambique. Além disso, analisaremos também a partir de alguns eixos de análise: 1) a visão mais global sobre as práticas administrativas da centralização/ descentralização; 2) a discussão sobre os impostos e o assimilacionismo; 3) as políticas sobre a formação de colônias de brancos portugueses; 4) a visão sobre o processo de urbanização/ruralização capitalista da sociedade africana e a relação desta com a modernização das infraestruturas nas duas principais colônias portuguesas. A partir destes eixos, podemos perceber a visão republicana “nostálgica” sobre o fenômeno colonial, demonstrando também as nuances do campo republicano em debate no âmago do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*.

84 O centro administrativo da política colonial em Lisboa.

Centralização/descentralização em debate: O Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro diante do Acto Colonial (1930)

“O Governo centralista extreme, tal o nosso em relação a Angola é exercido por meio de agentes de carteiras, cujas decisões se orientam numa atmosfera fictícia, mais ou menos estranha a fenômenos que longe se passam... decisões tardias e sem inconfundível potencial dos actos de vontade governativas.”

(Paiva Couceiro)

“[...] em vez de considerar no seu conjunto o problema administrativo de Portugal, abrangendo solidariamente aquelas colónias que representam a integrância indispensável da sua existência política, comercial e financeira, – tem preferido estabelecer um reino de divisões e de oposição de interesses, favorecendo os de aquém a custa dos de além-mar e provocando uma situação de inércias e de abusos para uns e de descontentamentos e de decadência para outros, que não pode senão prejudicar a massa em globo dos interesses nacionais.”

(Paiva Couceiro)

Essas citações de Paiva Couceiro foram tiradas de um livro quase hagiográfico escrito por Norton de Matos em homenagem a Couceiro. Neste livro, escrito por um republicano em homenagem a este notório monarquista, já podemos rastrear as críticas à falta de sintonia entre as práticas dos administradores na metrópole e as realidades coloniais. Aliás, esse tipo de discurso já era recorrente no seio dos ministros liberais desde o século XIX,⁸⁵ nas críticas de Sá da Bandeira, Andrade Corvo ou nas intervenções daqueles que estavam ativos no processo de ocupação efetiva com relação à permanência dos arcaísmos e da falta de uma colonização efetiva. A mitologização criada por uma historiografia nacionalista dos “heróis nacionais”, desde o período monárquico até o Estado Novo, muitas vezes não encontrava respaldo nem nas próprias produções desta *intelligentsia*.

85 Para uma análise desses liberais colonialistas do século XIX (com documentos e intervenções dos seus principais gestores), ver: Alexandre (1979).

Para os intelectuais que debatiam no campo intelectual dos anos 30, as práticas do colonialismo português desde os seus primórdios já continham em germe os ideais de colonização que só foram teorizados no século XIX no debate sobre a descentralização e, portanto, “humanização” das relações com os nativos africanos – a historiografia/etnologia laudatória desse “humanismo” irá ser analisada no próximo capítulo. O mito dos “cinco séculos de dominação colonial”, que reitera a visão “humana e cristã” do Império português, tem um longo lastro no campo político e cultural – como já abordamos no capítulo I. A apropriação pelos republicanos de um ideário “humanista” vincado à “ciência” do *Indirect Rule* inglês faz parte deste processo, detendo diversos adeptos mesmo após a derrubada da República em 1926.

As formas de gestão administrativa criadas desde o período de ocupação efetiva da África (1880-1935), o *Direct/Indirect Rule*, seguiam o espírito paternalista e eurocêntrico da visão de mundo do período e buscavam enquadrar o africano em um sistema de expropriação e produção capitalista. Para além dos discursos e debates entre os intelectuais do período, contra ou a favor de um ou de outro tipo de gestão – como veremos logo à frente através da *intelligentsia* do Boletim –, o que se considerava de fato era como organizar a “economia política da violência” (Mabeko-Tali, 2013, p. 746). Para Jean-Michel Mabeko-Tali, o sistema colonial britânico, francês, belga, português e espanhol se baseavam em “fundamentos idênticos”, pois essas gestões, em essência, guardadas as suas especificidades, visavam tornar eficaz o funcionamento do sistema econômico, na forma de estruturar a violência e manter a dominação colonial. Diante disso, critica certa historiografia que busca “amortizar” os efeitos das gestões fundadas no *Indirect Rule*:

O “Indirect rule” tem sido às vezes apresentado como uma forma menos brutal de gestão da ordem colonial por ter recorrido a poderes ou figuras indígenas da gestão da ordem colonial, por ter recorrido a poderes ou figuras indígenas locais na administração das colônias. Importa, com efeito, recordar que o real propósito da sua instituição foi de, por um lado, resolver questões práticas de funcionamento administrativo, e, por outro lado, diminuir as despesas inerentes ao funcionamento administrativo das colônias. Ou seja, tal sistema nasceu da “simples” necessidade econômica e política de

se centralizar o trabalho e as estruturas burocráticas de forma a torná-las mais eficientes [...] o sistema britânico de indirect-rule nasceu não de uma simples vontade de integrar os autóctones africanos (ou indianos) na gestão da colônia, mas tão-somente, de explorar a mão de obra local reduzindo assim os custos administrativos da burocracia colonial. Nem tampouco se tratou de um sistema virado para um tratamento menos cruel dos colonizados (Mabeko-Tali, 2013, p. 746-747).

Raymond Betts, nesta mesma linha interpretativa, considera que há uma historiografia que se atenta muito aos “discursos oficiais” e pouco às práticas das gestões “indiretas” em comparação às “diretas”:

Para além da retórica oficial, os objetivos concretos da colonização revelaram-se muito restritos. Limitavam-se essencialmente a manter a ordem, evitar despesas excessivas e constituir uma reserva de mão de obra, primeiro para transporte de cargas e depois para construção de estradas e ferrovias, mas também para fins comerciais. Na prática, esses objetivos eram atribuídos às funções da administração local, e cumpridos de três maneiras: reforma dos sistemas judiciários, recurso ao trabalho forçado e instituições de impostos pessoais. As duas últimas fórmulas, dentre inúmeras instituições coloniais, foram as que mais perturbações provocaram [...] (Betts, 2010, p. 367).⁸⁶

86 Como reitera também Kabéngéle Munanga: “Para assegurar a dominação colonial nenhum sistema colonial no continente africano contou apenas com força bruta e com o aparelho ideológico estruturado pelos discursos justificativos da ‘Missão Civilizadora’ apoiada na pseudociência racialista do fim do século XVIII e início do século XX. Outras estratégias inicialmente não previstas nos primeiros esboços dos sistemas oficialmente implantados em 1885 após a Conferência de Berlim, que sacralizou a mundialização da colonização no continente africano, foram se desenvolvendo e aperfeiçoando-se no decorrer do processo de administração dos territórios coloniais. Entre elas o *direct* e o *indirect rule*, dos quais resultariam os sistemas de assimilação e associação que apesar das particularidades [...] têm um denominador comum e serviram para fins semelhantes [...] A verdadeira diferença entre o *direct* e o *indirect rule* consiste no fato de que o primeiro pretendia, de um único golpe, criar uma ordem inteiramente nova, capaz de transformar rapidamente os Africanos em cidadãos pseudoeuropeus e pseudocivilizados, e o segundo, pelo contrário, não acredita numa força mágica capaz de assimilar os africanos em apenas alguns anos. Pensava ele que toda transformação social é muito lenta e que era preferível um processo de mudança lento e gradual vindo do interior. Daí a importância de utilização das instituições e culturas tradicionais como trampolins políticos e oportunos para o sucesso do projeto colonialista” (Munanga, 2000, p. 367).

Em Portugal, mesmo no auge do republicanismo (com as *Leis Orgânicas das Colônias* e o aumento de poder dos gestores locais), pouco foi feito para aumentar a representação política das colônias, dando poderes à alta hierarquia dos gestores e quase nada ao resto da população (Pimenta, 2005, p. 70). Com o *Acto Colonial*, além da continuidade da falta de veículos de representação colonial, este também retirava os poderes dos gestores locais, centralizando ainda mais o poder em Lisboa através da arbitragem absoluta do Ministério das Colônias (Pimenta, 2005, p. 71). No parecer do *Diário do Governo* que antecedeu o *Acto Colonial*, há um ataque explícito aos pressupostos da descentralização da Constituição Política da República,⁸⁷ considerando-a um “estrangeirismo”:

Portugal entrou na guerra por causa do seu património ultramarino. Depois dela, dois fatos avultam. De um lado, certas correntes internacionais propendem a agitar ou estabelecer ideias mais ou menos desfavoráveis aos dogmas tradicionais da soberania colonial das metrópoles, revestindo-se muitas vezes com razões de humanidade os desígnios de imperialismo. De outro, a própria desorganização da administração pública provocada pela conflagração mundial, pela ação reflexa das novas tendências estranhas e pelas condições dos regimes governativos trouxe situações anormais (*Acto Colonial*, 1930, p. 1306).

Segundo Fernando Tavares Pimenta, a reação dos colonos portugueses na África ao *Acto Colonial* foi extremamente negativa, a pouca representação política conquistada é completamente destruída, acirrando o nativismo nacionalista reformista ou autonomista (Pimenta, 2005, p. 77). A instabilidade foi ainda mais acirrada devido ao momento econômico mundial de crise, que repercutiu diretamente nas colônias africanas com a desvalorização das matérias-primas, o que fez com que surgisse uma série de críticas pelo fato de haver pouca margem de manobra para a resolução da crise em decorrência do centralismo instituído pelo *Acto Colonial* (Souto, 2000, p. 232). Entretanto, a centralização exacerbada não foi somente alvo de crí-

87 A citação refere-se explicitamente ao Título V, Artigo 67º, da Constituição Política da República Portuguesa de 1911: “Na administração das províncias ultramarinas predominará o regime da descentralização, com leis especiais adequadas ao estado de civilização de cada uma delas” (Constituição Política da República Portuguesa de 1911, 2004, p. 200).

ticas oriundas do nativismo nacionalista angolano ou moçambicano e da já citada oposição republicana (Norton de Matos, Sarmento Pimentel, Bernardino Machado, etc.), mas também de parte da *intelligentsia* no seio da institucionalidade.

Amélia Neves de Souto (2000) demonstra que no III Congresso Colonial Nacional, organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 8 de maio de 1930, logo após o *Acto Colonial*, as teses antagônicas da centralização e descentralização foram debatidas por intelectuais no seio da institucionalidade. Para aqueles que defendiam a descentralização, o uso do termo “Império colonial” no lugar do termo “províncias” na escrita do *Acto Colonial* explicita uma visão que perde a dimensão “espiritual” da ação portuguesa na África, como fica claro nas críticas de Marcelo Caetano:

Logicamente, não se devia falar em rigorosa linguagem jurídica, em Império Colonial – e sim em Império Português. A unidade do território não pode corresponder uma dualidade política. Há ordens administrativas, mas um só Estado e um só Governo, Império colonial é uma expressão cômoda: na censura do Direito é, porém, errada (Caetano, 1930 *apud* Souto, 2000, p. 233).

O intenso controle político, econômico e administrativo desencadeado pelo *Acto Colonial* gerou uma série de antagonismos nas colônias que se consubstanciaram nos nativismos autonomistas ou no reformismo de certos gestores à esquerda que não pouparam a institucionalidade de críticas, como reitera Amélia Neves de Souto:

Esta subordinação e tratamento desigual em defesa prioritária dos interesses da Metrópole associada à grave crise econômica se sente onde a centralização administrativa e as medidas decorrentes do estabelecimento do forte equilíbrio orçamental impedem o Governo da Colônia de tomar as decisões que melhor pensa adequarem à situação local, levam a que se questione a política prosseguida e se exijam não só medidas tendentes a permitir o Governo da colônia ter maior autonomia naquilo que diretamente lhe respeito, mas também o estabelecimento de relações de cooperações mais igualitárias entre a metrópole e colônias (Souto, 2000, p. 241).

A “unidade do Império” almejada pelo salazarismo através do *Acto Colonial* tem, portanto, uma grande distância do projeto de

“unidade” almejado pelos republicanos e por outras frações, dentro ou fora do regime, vinculadas a um ideário federalista das relações entre metrópole/províncias. Diante disso, faz-se necessário analisar os discursos do boletim em prol da gestão indireta dentro desse quadro mais amplo, mas sem cairmos na retórica do falso discurso humanista propagado por estes. O que a grande maioria desses intelectuais republicanos criticava eram as práticas centralistas criadas a partir do *Acto Colonial*. Mas esses diagnósticos não almejavam a destituição do regime, mas a sua reforma (por vezes muito tímida) em um sentido descentralizador.

No artigo “A política colonial e os seus rumos” (1934a), o escritor e advogado Francisco Veloso debate a questão, colocando-se na oposição às políticas coloniais centralistas do regime salazarista. Inicia o texto apontando que existem diversos equívocos em torno do debate da “reconstrução económico-administrativa das províncias” em decorrência de visões que se encerram ao âmbito metropolitano (Veloso, 1934, p. 3). As suas críticas se voltavam para a nova doutrina do “nacionalismo orgânico”, que, em decorrência da “falta de cultura e sensibilidade”, enquadravam um modelo de política colonial que não conseguiria fazer uma verdadeira reconstrução nacional (Veloso, 1934, p. 4). Para Veloso, a própria definição do Império no *Acto Colonial* enquanto “Império Colonial” e não um “Império Português” mostrava a incapacidade de entender uma unidade real entre Portugal e suas províncias:

Não! Não há império colonial, há IMPÉRIO PORTUGUÊS simplesmente, conservando à palavra e a ideia imperialista o significado e o sentido latino e romano de comunidade. A província de Angola, por exemplo, vale tanto com a província do Minho, porque ambas fazem parte do mesmo território, e pertencem económica e politicamente à mesma unidade. E se quiserdes avaliar a importância das utilidades desta construção, lembra apenas que contra a sua estrutura solidária é inútil aplicar, por impossível, a qualquer parcela sua, o sistema de mandatos. Angola em regime de mandato internacional é tão absurdo como submeter o Minho ou Trás-os-Montes a semelhante controle. O realismo imperial é a ideia força e o princípio de acção, digamos até o motivo de interesse que melhor pode fazer movimentar hoje com espontaneidade as tendências das novas gerações (Veloso, 1934, p. 4).

Segundo Veloso, esse “realismo imperial” desembocava numa perspectiva federalista que aderiria às teses “integracionistas” afirmadas por Nuno Simões (um dos patronos do Boletim) no I Congresso da Indústria Portuguesa, projetando políticas que criariam uma dinâmica econômica entre metrópole e colônias, mas sem sujeição de uma à outra (Veloso, 1934, p. 5). Em seguida, o tom do artigo passa para um ataque frontal às políticas coloniais salazaristas, representado pelo Ministério das Colônias, consideradas por ele como “políticas de gabinete”, sem diálogo com as populações e gestões locais das províncias:

Ninguém, por muito boa conta em que se haja, tem o direito de se propor em tais assuntos como detentor único da verdade, excluindo as colaborações competentes. E não se responda a isto com a existência dos vários Conselhos que semanalmente se reúnem no Ministério das Colónias. Toda a gente sabe que não passam de sinédrios circuitados, preenchendo com maior ou menor regularidade o expediente dos respectivos serviços e inalteravelmente compostos por pessoas que, salvo o seu valor pessoal próprio, nem pelo moderno e desempoeirado espírito nem pela independência moral podem desafiar críticas e insuspeitas. Toda a zona ou esfera superior da administração colonial portuguesa carece de uma profunda e ampla refundição de quadros e pessoal, num sistema que o garanta contra o recrudescimento das lentidões burocráticas e a livre de recair na desordem e no obsoleto. Há ali falta de ar, e um ambiente de torporização e de fadiga que de cima a baixo proíbe a liberdade de movimentos. Será, por exemplo, novidade afirmar que as Colônias portuguesas não têm representantes idóneos por elas escolhidos nos Conselhos Superiores da Administração Colonial? Se-lo-há ainda dizer que no pessoal dirigente, e no mais alto, há indivíduos que uns, não passaram sequer pelas colónias e outros que deixaram há muitas dezenas de anos a vida colonial que alías só conheceram, e em velho tempo, através do serviço das suas repartições (Veloso, 1934, p. 6).

É ainda mais crítica a “incompetência” da máquina administrativa quando se refere diretamente ao Conselho Superior Colonial:

O nosso Conselho Superior Colonial, por exemplo, que deveria ser, de há muito, um brilhantíssimo corpo de estudo, consulta, colaboração e decisões contenciosas, vive uma vida restritíssima, sem projecção nem grandeza, que nem o relevo exterior dá sequer ao que de bom acaso possa ter produzido por vezes. Tudo ocorre lá dentro, à porta fechada, nem possibilidade de uma decisão honesta, ampla e cientificamente feita à luz do dia, exceptuado (e nem sempre) o que se aduz nos processos de recurso administrativo regulamentar. As colónias não ouvidas nem achadas por meio de representantes directos. As forças e organismos económicos e coloniais e da metrópole também não. E os devotos do estudo das questões coloniais, o nosso escol colonialista, andam neste país a escrever nas gazetas, e só quando os deixam (Veloso, 1934, p. 6).

Como fica explícito, critica no fundo o modelo de gestão administrativa centralista e autoritário instituído através do *Acto Colonial*. O seu diagnóstico assemelha-se às visões de Norton de Matos (o qual elogia em diversos momentos), e dos republicanos “federalistas”: ampliação da política de crédito, descentralização/democratização das colónias, criação de políticas de fomento das infraestruturas e “desenvolvimento” da mão de obra nativa para o trabalho. Essas políticas visavam criar uma espécie de unidade entre metrópole e províncias que regulasse as relações económicas e administrativas sem os idealismos e o arcaísmo de até então, considerados por Veloso como os principais obstáculos que continuamente arrastavam as políticas coloniais a uma espécie de “eterno retorno”:

A culpa das resoluções de continuidade administrativa abertas pela queda dos seus maiores governadores (as de Mousinho e Freire de Andrade em Moçambique, as de Couceiro, Norton de Matos e Vicente Ferreira em Angola, por exemplo) não pertence às colónias, mas a essa sinistra vesânia politicamente que tem há longos anos trazidos em transes os nossos domínios de Além-Mar impedindo a nossa grande política colonial de ser levada a cabo, ou até ter começado, mais aos erros de visão frequentemente cometidos na Metrópole quando lá em baixo brados dos colonos e das populações indígenas não se fazem escutar (Veloso, 1934, p. 9).

Finaliza o artigo reiterando que se não houver mudanças significativas na política colonial (o “centralismo”), o único fim possível seria a perda das províncias. Leão Ramos, escritor e antigo colono, no artigo “Colônias ou províncias ultramarinas” critica, de forma análoga a Francisco Veloso (e às já referidas críticas de Marcelo Caetano), o pensamento hegemônico centralizador que enquadra, através de um “estrangeirismo”, os territórios ultramarinos enquanto “colônias”, criticando explicitamente o discurso do *Acto Colonial*:

O termo “colônia” é fruto de condenável influência estrangeira. O Sentimento da unidade nacional não fica robustecido com o seu emprego. A nossa maior glória, o nosso mais vivo empenho deve consistir em fortificar cada vez mais esse sentimento, de maneira que toda a terra portuguesa, sejam quais forem os mares que a banhem, possa ter o nome comum de Portugal. Não há Portugal e colônias. Há apenas Portugal – aquém e além-mar. A solidariedade que deve unir todas as parcelas do Império estreita-se mais, desta maneira, do que fazendo uma divisão que logo dá a ideia de revoltante desigualdade, em que podem fundamentar-se as tendências separatistas que porventura surjam e que nem mesmo devem surgir (Ramos, L., 1938, p. 25).

Crítica mais adiante a posição de Salazar, enquanto Ministro das Colônias no período do *Acto Colonial* por promulgá-lo mesmo diante das críticas, apaga por completo a designação “províncias ultramarinas” do vocabulário jurídico oficial (Ramos, L., 1938, p. 26). Considera o termo colônias como estranho às práticas “humanistas” do colonialismo português ante as práticas de fato “coloniais” das outras potências imperialistas:

Colônias tem-nas ou tiveram os anglo-saxões. Quanto a nós, aonde chegamos aí plantamos Portugal. Era uma província portuguesa a mais que se constituía – terra portuguesa, gente portuguesa e indígenas com uma alma tão portuguesa que – por esse mundo fora – nem os séculos nem as separações políticas apagaram ainda a influência que uma vez exercemos. Eles continuam sendo o atestado vivo de que ali passou Portugal, o mesmo e dizer que ali pararam apóstolos de uma fé que em todos os homens via criaturas de Deus e que, como o sentido profundo da igualdade do gênero humano a todos procurava regenerar pelo batismo. O ideal da fé

e do Império é incompatível com a designação de colônias (Ramos, L., 1938, p. 26).

Em um artigo intitulado “A continuidade como solução colonial”, Marcio Pimentel Ermitão (1934), capitão de infantaria e advogado, aponta que o retorno do programa republicano e federalista no presente seria a única solução para um maior desenvolvimento das províncias ultramarinas. Considera a obra de Norton de Matos em Angola como um “grito que deve ser estudado, aprendido, para ser seguido” (Ermitão, 1934, p. 28). Entretanto, diferentemente de Matos, compreende a autonomia das colônias (de forma análoga ao já citado Sarmiento Pimentel) como um fim necessário:

Colonizar, escreveu alguém, é educar, é emancipar. É certo. É o Brasil, a afirmar a verdade. Mas para educar é preciso método, programa de estudos e trabalho, sequência de atividades. É o que nos tem faltado. É o que desastrosamente as paixões políticas internas, os conceitos meramente pessoais, a quererem impor-se nos dizem (Ermitão, 1934, p. 28).

Em seguida, assinala que essas novas paixões políticas (o centralismo salazarista) interrompem a “continuidade” de um projeto de unidade/integração imperial iniciado desde o período republicano:

Sem continuidade todos avanços são ingloriamente sacrificados, sem sequência de método, em experiências contínuas, antagônicas nos fins e nos meios, todo o trabalho se perde e do esforço, da energia despendida nada fica além duma aspiração a realizar, que os mais ajuizados e sensatos, um dia – um dia! – hão de acarinhar e renovar em iniciativa com novo desmantelar de carris em que assentara um conceito diverso, posto em prática, a troca de dispêndios incomensuráveis, em demolição confrangedora [...] A República, encarando as grandes soluções para os enormes problemas da vitalidade nacional, traçou um plano de desenvolvimento colonial e deitou mãos à obra. Moçambique, Angola, a Índia, a Guiné desenvolvem-se, progridem. Surge do que era mato um esplendor, do que era utopicamente domínio, uma certeza de expansão da Metrópole, educando, desenvolvendo sem receio de que a maioria surja e com ele a emancipação (Ermitão, 1934, p. 28).

Posteriormente, no mesmo artigo, é ainda mais enfático em seu ideário de colonialismo voltado para a autonomia das colônias em confronto com a visão centralizadora e autoritária de gestão:

[...] Portugal é como aquelas mulheres franzinas de corpo, grandes de alma, cheias de fé e força de vontade que consorciadas com o génio, dão filhos robustos sadios, fortes afirmações do cuidado maternal na infância, na adolescência, na educação recebida [...] é de seu indeclinável dever o não furtrar os meios necessários para a educação, para o desenvolvimento progressivo das colônias, para que estas, um dia que pode durar séculos, atingida a maturidade e alcançados os meios próprios à sua vida isolada, se possam emancipar, segundo o preconceito colonial que em si resume a atividade dos povos civilizados a quem foi dado o dom e graça dos povos a civilizar. A obra de emancipação – a que tende a ação colonizadora – não é para uma só geração. Terá de ser acarinhada, auxiliada, incitada por muitas gerações ainda (Ermitão, 1934, p. 28-29).⁸⁸

Para Ermitão, Portugal só poderia alcançar este longo processo de “autonomização” das colônias através de métodos de descentralização que superassem os “arcaísmos” e hierarquia do antigo “pacto colonial”. Para que essa transformação ocorresse, fazia-se imperioso aumentar os investimentos e a autonomia administrativa e financeira, mesmo que controlada pela metrópole. Do contrário, a “mentalidade colonial” arrastaria o Império para longe de uma real unidade (Ermitão, 1934, p. 30). Joaquim António da Silva Felix, oficial do exército e agricultor, no artigo intitulado “Angola”, também demonstra sua oposição às práticas centralistas do Ministério das Colônias (Felix, 1934, p. 35). Em confronto a esta visão se fundamenta nas críticas do economista colonial francês Laménais (1782-1854) em seus estudos sobre os processos de “atrofia” do centro e “paralisia dos extremos”, verificando tal processo nas relações metrópole-colônias em Portugal:

⁸⁸ Essa visão infantilizadora dos povos coloniais é reiterada em diversos outros momentos do texto: “Querer que países nascentes, a florirem iniciativas e sonhos, se administrem como velhas encarnecidas metrópoles, é mesmo que querer que crianças se eduquem e criem, sem saltar nem rir pelos jardins, junto à carcomida ladeira, sempre aperreadas em lenços fortes e de rapé junto às narinas” (Ermitão, 1934, p. 29).

A atrofia do centro está provada pela confusão enorme que existe e pelo esgotamento do próprio Ministro, que teve quasi de parar; a paralisia dos extremos constata-se pelo estado a que chegaram as colônias sem constatações, sem circulação fiduciária, sem auxílio à agricultura, enfim sem esse conjunto de medidas acertadas que deviam ser estudados de quem manda, mas que devia também ser o resultado e estudo de todos que dirigem in loco (Felix, 1934, p. 36).

Finaliza o artigo alfinetando Armindo Monteiro e, implicitamente, Salazar, por propagarem as políticas centralistas que estavam “asfixiando” as colônias em todos os aspectos:

Conhecemos pessoalmente à Armindo Monteiro, que temos conta de homem superiormente culto e inteligente. Sabemos que vossa Exa se identifica com a Colônia quando de sua visita lá, mas por um estranho desígnio ele não pode pôr em prática todas as suas medidas que, aliás, reconheceu necessárias e urgentes. Doença de concentração de poderes? Influências estranhas? Ignoramos (Felix, 1934, p. 36).

Ismael Costa, antigo colono de Moçambique e escritor, no artigo “Colaboração e autonomia” confronta as visões que aceitam dogmas pura e simplesmente por serem ordem vindas de “cima”, do “governo central”:

Este hábito de torcer o sentido das palavras é muito vulgar entre os que, por comodismo, não estudam ou gostam ou concordam sempre com que está por cima, nem que isso os comprometa. Colaborar é trabalhar com o outro para um certo fim, e não obedecer-lhe cegamente como muita gente erradamente pensa. Servir é uma coisa e colaborar é outra coisa bem diferente [...] Colaboração poucos ou muito é, enfim agir como se fossem um só homem que tanto pode pensar em fazer determinado coisa como acto contínuo discordar de si próprio e fazer outra melhor. Colaborar pode ser, pois, discordar, assim como concordar pode não ser colaborar para a melhor que há em vista conseguir (Costa, 1937, p. 67).

As suas críticas voltavam-se para as práticas autoritárias do Ministério das Colônias em relação às “realidades coloniais”, dando exemplos concretos dessa falta de sintonia. Cita o exemplo das

obras do Limpopo em Moçambique, onde o governo ordenou uma obra “fora da realidade” que causou problemas de irrigação, mesmo tendo em vista os constantes avisos de gestores e nativos locais que aconselhavam a iniciar as obras em lugares mais próximos da capital, nas cidades de Umbezezi e Incomati (Costa, 1937, p. 67), reiterando sua posição contrária às políticas centralistas que, segundo seu pensamento, minavam o crescimento das colônias:

Autonomia é um governo de responsabilidade, dependente do Poder Central. Do governo independente ou emancipação completa afasta-se muito por ser dependente. E de governo centralizador apenas difere em dois pontos: controle somente nas coisas mais importantes, e não como hoje exercido sobre actos sem importância como a simples nomeação de um amanuense ou crédito de alguns escudos; o governo de responsabilidade representado pela colónia e não somente pela Metrópole por meio de um delegado, evitando assim o inconveniente de o delegado poder não compreender bem a harmonia de interesses que deve haver entre Metrópole e Colónia, e ainda o de levar esta contra aquela em todos os actos que lhe desagradem, da responsabilidade do delegado (Costa, 1937, p. 67).

Segundo Ismael Costa, era preciso superar as “ficções” em torno das colônias para assim passar para uma fase de autonomia, de crescimento da vida social com incentivo dos colonos, dando legitimidade para que a “quarta geração de colonos” gerisse as colônias. Para isso, era imprescindível a destruição dos pressupostos centralizadores que reinavam nas relações com as colônias:

O sistema centralizador quanto a Moçambique, hoje, não convém politicamente à Metrópole, nem administrativamente à Colónia, porque se de um lado impede o desenvolvimento desta e atrofia ou atrasa a capacidade política dos seus elementos de trabalho, de outro fomenta adversários da Mãe-Pátria com a política de sua responsabilidade directa. Quem se dedicar a valer ao estudo dos prós e contras de autonomia encarada sob o aspecto nacional, verá, portanto, que esta só vantagem traz à Mãe-Pátria (Costa, 1937, p. 67).

Para Costa, a continuidade da política centralista só aguçaria a cobiça das outras potências coloniais, perpetuando também, por outro lado, uma crise orçamental e cambial que só poderia ser revertida com medidas de gestores locais (Costa, 1937, p. 68). Finaliza seu artigo reiterando a necessidade de a metrópole ver Moçambique e Angola em sua “maioridade”; só assim haveria uma real unidade entre o Império (Costa, 1937, p. 68). Domingos da Cruz, escritor e antigo colono, no artigo “As colônias de Portugal”, aponta que a centralização e o desvinculo entre aquilo que se estuda e o que se pratica nas colônias são os grandes males que enfraquecem as colônias diante um quadro de avanço da cobiça internacional sobre Moçambique e Angola (Cruz, 1937, p. 47). A proteção do Império Português só poderia advir de uma prática colonialista mais “humana” e “ética” ante os colonos, considerando o período republicano o momento de mais avanço nesse sentido:

Logo, em 1911, na sequência de um pensamento descentralizador. O governo Provisório da República decretou uma série de medidas atinentes a dar às colônias o sentimento da sua personalidade como agregados da grande comunidade nacional. Anos depois, eram elas dotadas com uma sábia legislação que lhes concedeu autonomia financeira, sob o controle e responsabilidade superior da Metrópole, assim com a sua centralização administrativa mediante orientação estabelecida pelo poder central [...] chegou então cada colônia a ter o seu parlamento local, com representação das forças vivas e dos organismos oficiais mais diretamente ligados ao fomento ultramarino [...] Com as leis de descentralização, o poder central delegou nos governos locais parte das suas atribuições legislativas e administrativas, embora reservando-se o papel orientador [...] fiscalizador da maneira como é aplicada tal legislação, para, junto de cada governador, funcionaram conselhos adequados em que os interessados da colônia estão representados (Cruz, 1937, p. 49).

Cruz entende que o arquétipo desse modelo descentralizado está na figura de Norton de Matos, assinalando que, para ele, há duas políticas coloniais, aderindo certamente à segunda:

1) Uma deixando as colônias entregues aos seus próprios recursos, embora se trate de países em formação

que de todos os auxílios carecem; 2) A outra, preconizando a colaboração das metrópoles respectivas nos auxílios financeiros de que as colônias absolutamente carecem para se desenvolverem no máximo possível (Cruz, 1937, p. 49).

Para além da idealização exagerada do regime republicano e do “modelo Norton de Matos”, há uma posição que através da ufania aos efeitos de um colonialismo descentralizado critica um regime que asfixia e retira as colônias da participação política. Se a maior parte das análises volta-se para uma breve análise de conjuntura, em crítica ao centralismo salazarista, em Armando Marques Guedes, escritor e “colonialista”, no artigo “O terceiro Império Português: o esforço colonizador do liberalismo e da República”, há uma análise voltada para a contribuição em longa duração do liberalismo/republicanismo para a construção do Império Português (Guedes, 1935a). Marques inicia o texto avaliando o peso das resoluções do Congresso de Viena (1815) e da industrialização para a reforma das práticas coloniais no mundo contemporâneo. Sobre o primeiro elemento, aponta o direito à autodeterminação como elemento fundamental, erigindo das nacionalidades “estados soberanos”:

Sempre que as novas comunidades atingiam esse grau apreciável de expansão econômica e de cultura, não podia mais subsistir o velho “pacto colonial”, regime de sujeição, em que as metrópoles exploravam as colônias, importando de lá as matérias primas e impondo-lhes, em exclusivo, o consumo de produtos manufaturados (Guedes, 1935a, p. 133).

Deixa implícita, portanto, sua adesão a um ideário de “autonomismo”, e, portanto, independência quando fosse o caso. Continua afirmando o lugar da industrialização na ocupação da África pelas potências coloniais, criando nesse processo sistemas de assimilação e autonomia inspirados, fundamentalmente, no modelo inglês (Guedes, 1935a, p. 134). Para este, é seguindo esses impulsos e a nova “ciência” da administração que Portugal inicia o seu esforço, seguindo os valores do liberalismo/republicanismo:

Todo o esforço do liberalismo e da República foi e tem sido o de salvar e consolidar o nosso Terceiro Império pela sua ocupação efetiva – já pelas expedições dos novos bandeirantes do sertão africano, irmãos de raça e

espírito do sertão brasílico, já pelas lutas contra as tribus remissas ou rebeldes ao nosso estabelecimento e soberania. Nenhum país colonial conta uma página, ao mesmo tempo tão belo e tão duro de esforço colonizador. Fomos os primeiros, contudo, a proclamar a liberdade e a dignidade do negro, abolindo a escravatura e o seu tráfico nos nossos domínios. Agora em vez de a exportar, fixamos a população indígena no seu habitat, utilizando in loco a sua mão de obra para a valorização das riquezas naturais (Guedes, 1935a, p. 134).

Com o liberalismo/republicanismo considera que há, portanto, o rompimento do “pacto colonial”, do “mercantilismo usurário”, em prol de um novo regime humano e democrático do qual a República Portuguesa (1910-1926) foi precursora. Para este, o Pacto de Versalhes teve seu reconhecimento mais concreto no Pacto da Sociedade das Nações (fundamentalmente em seu já citado artigo 22º), havendo a construção de uma nova forma de gerir e desenvolver os povos que devia ser seguida por todos os impérios (Guedes, 1935a, p. 134). Apesar de não citar diretamente o presente, o autor deixa implícito a todo o momento sua crítica a um modelo centralizado de gestão das colônias, entendendo a descentralização enquanto único meio de romper o antigo pacto colonial.

Com esses artigos (e poderíamos continuar com dezenas de outros com posições análogas) podemos já constatar alguns elementos do debate centralização/descentralização e a posição dos republicanos do boletim diante do *Acto Colonial*. Em primeiro lugar, a defesa intransigente do passado republicano e a crítica às práticas coloniais centralistas recentes é um elemento estruturante em todas essas narrativas. O nome de Norton de Matos é invocado por todos estes, direta ou indiretamente, como um modelo de gestão que pode reverter, no presente, o quadro de “asfixia” das relações entre metrópoles e colônias. As diferenças que surgem entre estes intelectuais com relação à posição “republicana” residem no grau de autonomia que essa descentralização deveria alcançar. Para uns, a descentralização seria uma forma de racionalizar e democratizar as relações entre metrópole e províncias ultramarinas; para outros, seria um gesto “humanitário” que projetava a autonomia das colônias em um processo de longa duração.

Entretanto, esse discurso “federalista” não partia de um ponto de vista “abstrato”, mas da visão do colono branco sobre a sua contribuição na administração/representação das colônias e frente ao “outro” nativo africano, considerado como “atrasado” e “infantil”. Dessa forma, o federalismo destes republicanos nostálgicos que viviam ou viveram nas colônias alcançava na prática somente a minoria branca, deixada à margem ou mesmo subalternizada pelo próprio regime salazarista, como demonstram os estudos de Pimenta (2005; 2008a; 2008b; 2010b; 2010c). Podemos constatar as contradições dessa visão “republicana” e “federalista” nas práticas do próprio Norton de Matos, em particular, na já referida perseguição às elites afro-crioulas.

O “bom nativo” era aquele que aceitava sem críticas as ações dos gestores locais, de preferência aquele que fosse um agricultor/operário passivo em relação aos desmandos dos colonos portugueses. Os intelectuais “crioulos” (a sua imprensa e suas formas de expressão na sociedade civil) ou mesmo aqueles que eram “assimilados” não tinham lugar nessa ordem hierárquica, pois a visão infantilizadora e racista (no sentido culturalista) desta *intelligentsia* não conseguia perceber no nativo africano algo a mais do que uma mão de obra para os seus intentos modernizadores, pretensamente democráticos. Mas antes de nos aprofundarmos nos aspectos gerais dessa visão republicana nostálgica, precisamos adentrar outros elementos dessa concepção de mundo, para assim tirarmos algumas considerações gerais sobre a relação destes intelectuais ante as práticas coloniais do salazarismo na África.

O reformismo euro-africano nos projetos de “ocupação efetiva”

“A nossa missão no Ultramar, tantas vezes e tenho dito, tem por finalidade histórica a implantação naquelas paragens da civilização portuguesa, ou tanto seja a trans-portação para aquelas regiões da nossa língua, das nossas casas, dos nossos hábitos e costumes, das nossas instituições familiares, sociais e políticas, da nossa mentalidade enfim. Temos de povoar, de fazer povoamento, como diziam os nossos maiores, na sua preocupação constante de dilatar o Império. Fazer o povoamento pela fixação cada vez em maior número, de famílias portuguesas nas nossas províncias da África e do Oriente, pela transformação dos indígenas dessas regiões em povos de civilização portuguesa. Nesta obra ingente, cuja necessidade imperiosa todos sentem, tem o Exército Português de exercer uma alta função.”

(Norton de Matos)

A visão heroica sobre o povoamento português nas colônias explícita nas epígrafes acima, e em diversos outros momentos no *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*,⁸⁹ era própria da já referida concepção de mundo daqueles que publicavam neste: colonos e ex-colonos (em geral militares) que traziam a sua própria

89 O poema *Colonos* de Augusto Casimiro (autor da já referida *Cartilha Colonial*) consegue sintetizar muito bem essa visão heroica do colono e da colonização: “Aluindo, alargando clareiras/Alumiando, harmonizando a terra barbara!/Conquista heroica! Senhores d’Aquém [d’Além Mar]/A selva cede, faz-se regaço, dá os prumos/As colunas, as forquilhas da primeira casa/E, já, de capim doutado, se ergue primeiro/Tecto acolhedor na terra conquistada/Suavizada, menos Barbara materna [...] O colono cansado/Saudoso e cansado/Recorda o som doutras ave-marias/O toque das Trindades/No outro Portugal/Rápida, tomba a noite sobre o dia/Vai subir da terra uma saudade!/Mas o futuro diz promessas, o futuro/Que é a vida resgatada e mais rica e melhor [...] No coração do colono pulsa um mundo/Nós somos criadores de mundos!/Lá no pressentimento Dar colheitas futuros, dar alegrias fortes/Que se preparam, dos lares que se aumentam/Portugal se dilata e transfigura/ Senhor da sua vida, diante do mundo/No mistério da noite tropical, sob o cruzeiro/Na terra misteriosa e vasta/E materna/Nasce um mundo!/No peito do colono bate um coração novo/Rompe um novo destino” (Casimiro, 1937, p. 30-31).

experiência sobre o mundo colonial em forma de artigos, crônicas e memórias. A partir deste ponto de vista, há por parte destes uma série de críticas à falta de uma política de incentivo ao povoamento das colônias por brancos portugueses. A maior parte daqueles que publicavam no Boletim fazia parte daquilo que Fernando Tavares Pimenta denominou, em seus estudos sobre os colonos brancos de Angola (Pimenta, 2005; 2008a; 2008b; 2010b; 2010c), “nacionalistas euro-africanos”. Para este, desde as primeiras décadas do século XX, emergia uma identidade política entre a minoria branca das colônias portuguesas na África, em particular, Angola, de matriz “euro-africana”, como este mesmo explicita:

Nacionalismo no sentido em que se tratou de um protesto político que exigiu a independência de Angola definida no âmbito das suas fronteiras coloniais. Euro-africana na medida em que considerou a nação angolana como o resultado do encontro das esferas europeia e africana, em termos econômicos, sociais, culturais e políticos, pelo que atribui aos brancos um papel dinâmico na luta pela independência e na construção do Estado Nação em Angola (Pimenta, 2008b, p. 59).

Estes eram a “terceira força” dos grupos que disputavam o poder nas colônias portuguesas, estavam entre a população colonizada e o poder colonial, pois competiam tanto pelo aparelho do Estado como pelo controle dos nativos africanos, projetando a criação de uma “Nova Lusitânia” na África (Pimenta, 2008b, p. 62). Este discurso de “novos brasis” em Angola e Moçambique, segundo uma visão nativista-nacionalista (não necessariamente autonomista), tem presença, segundo Fernando Tavares Pimenta, nos discursos de importantes gestores coloniais como Paiva Couceiro, Norton de Matos e Vicente Ferreira, por meio de suas intervenções sobre a colonização branca (Pimenta, 2008b, p. 62).

Essa nova nacionalidade euro-africana seria liderada por elites brancas que conformariam uma “nova nação”, não necessariamente no presente, mas em um processo gradual gerido por esta mesma minoria, como fica claro nos discursos de António Vicente Ferreira: “Há portanto possibilidades de fundar em Angola uma poderosa nação de brancos continuadora, no hemisfério sul, do Portugal do Ocidente da Europa” (António Vicente Ferreira *apud* Pimenta, 2008b,

p. 59); Paiva Couceiro: “Não haverá Angola Portuguesa, hoje como colônia no futuro como organismo autônomo, sem população portuguesa estabilizada, quer dizer sem a fixação da raça, pelo menos em algumas zonas, de onde possa exercer a hegemonia sobre o todo assimilado e nacionalizado” (Paiva Couceiro, 1910 *apud* Matos, 1948, p. 98)” e Norton de Matos: “Acostumemo-nos a ver nas nossas colônias aquilo que elas têm de ser: nações autônomas da nossa raça” (Matos, 1926, *apud* Melo, 1932, p. 15). Uma série de instituições reproduziram essa visão, como é o caso do Partido Pro-Angola e da Liga de Defesa e Propaganda de Angola.⁹⁰

Nas rebeliões de 1930, em Luanda, esse discurso também esteve bastante presente, demonstrando como essa visão euro-africana foi recorrente nos debates políticos sobre as práticas do centralismo salazarista, por meio das diversas críticas e/ou oposição direta à subordinação das colônias em relação à metrópole (Pimenta, 2008b, p. 74),⁹¹ sendo a imprensa o principal instrumento de coesão interna

90 Como fica claro nas intervenções destas instituições na imprensa: “Concentremo-nos todos numa só ideia e com o fim de atingir um só objetivo: o engrandecimento de uma futura pátria” (Partido Pro-Angola, 1930 *apud* Pimenta, 2008b, p. 66). E também “O partido pró-angola, tendo a consciência de que a autonomia administrativa e financeira, concedida na conformidade das bases orgânicas, não satisfaz já às aspirações legítimas de Angola, tanto mais que, depois de cerceados os poderes do alto comissário, o governo da colônia fica de novo entregue aos caprichos e baldões da política instável, consoante a facção que consegue amesendar-se no terreiro do paço, reconhecendo, embora, que Angola ainda hoje, infelizmente, se não encontra em estado de desenvolvimento que lhe permita realizar desde já este ideal, preconiza, defende e trabalha pelo estabelecimento de uma autonomia administrativa e financeira baseada no sistema britânico do *self government* a ser instituído logo que as condições de ordem económica, intelectual e moral o permitam./ reivindica para Angola o direito de possuir uma constituição privativa, dentro dos princípios genéricos da Constituição da República Portuguesa, na qual serão ressalvados e garantidos os direitos de soberania de Portugal e dado à colônia o direito de prover ao seu governo” (Manifesto do Partido Pró-Angola, 1930 *apud* Pimenta, 2008b, p. 68).

91 Esses embates ficam explícitos nas falas de António Simões Raposo na ocasião da referida rebelião: “Colonos de angola!/ os dados estão lançados. o Governo Central não quer fazer-nos justiça./ nele se declinam todas as responsabilidades./ os campos estão definidos. o caminho é para a frente./ Unamo-nos contra o arbítrio, que não tem na devida conta as repetidas e razoáveis solicitações da Colónia./ no quadrante da História, marca-se uma hora grave para angola. [...]/ lançam-nos para a desobediência. iremos para ela, se tanto é necessário./ nem só o Ministro se pode arrogar o prestígio de uma autoridade que se queimou. o exército de Angola e os Colónos têm em jogo o seu brio, a sua dignidade, o seu prestígio e até a sua vida. [...]/ Viva a pátria!/ Viva angola!/ Viva o exército!” (António Simões Raposo proclamação ao “povo de angola” *apud* Pimenta, 2008b, p. 67-68) e também: “Viva angola livre! [...]/ digamos ao Governo do terreiro do paço que, de ora

desses agentes da oposição como também de crítica aos desmandos do governo central:

A imprensa foi, pois o instrumento pelo qual os colonos construíram – para “consumo” interno e externo – uma gesta da “obra admirável da colonização, adjetivando-se a si mesmos com atributos muito pouco parcimosos [...] a leitura da imprensa colonial revela que os colonos foram gradualmente adquirindo a consciência de formarem uma unidade social e política diferente da portuguesa” (Pimenta, 2008a, p. 293).

Com a ditadura salazarista, a emergência desse nacionalismo branco foi acelerada, ocasionando o protesto político da população nos grandes centros urbanos – Benguela, Huambo, Moçâmedes e Huila –, sendo estes o epicentro do nacionalismo euro-africano, expressando assim a sua aversão ao centralismo e ao autoritarismo salazarista que amputava os poucos canais representativos conquistados no período republicano (Pimenta, 2008, p. 70). Entretanto, este “leuconacionalismo” (ou protonacionalismo) na maior parte das vezes não colocava em jogo a manutenção do sistema colonial, ou a continuidade do domínio português, salvo raras exceções (como no caso do jornalista José Fontes Pereira, no século XIX), pois entendia que se houvesse autonomia esta seria alcançada num futuro distante (Pimenta, 2005, p. 78).⁹²

É nesse quadro de estruturação do “leuconacionalismo” e de embate e intervenções na imprensa dessa minoria branca que podemos situar as posições dos intelectuais do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* ante as políticas de ocupação efetiva, por meio de colonos brancos, realizadas pelo salazarismo nos anos 30.

O reformismo “euro-africano” destes intelectuais, na sua visão de construir “novos brasis” na África (a “Nova Lusitânia”), convergia com a perspectiva panlusitanista propugnada por aqueles que geriam e publicavam na revista. Não é arbitrária a presença de artigos

avante, angola viverá para si e para o mundo, sem a dependência directa seja de quem for!” (Raposo, 1930 *apud* Pimenta, 2008b, p. 68).

92 Como reitera Fernando Tavares Pimenta em seus estudos sobre Angola: “O nativismo angolano realizou uma crítica do sistema colonial, denunciando a perda de privilégios dos nativos na administração colonial e propôs também a reforma de determinados aspectos desse mesmo sistema, mas não defendeu a sua abolição por que, de facto, os nativos participavam – e beneficiavam da estrutura de dominação colonial” (Pimenta, 2010b, p. 45).

dos seus principais representantes: Paiva Couceiro, Norton de Matos e Vicente Ferreira. No que concerne ao povoamento de Angola e Moçambique por colonos brancos da metrópole, há diversos projetos e intervenções que demonstram que estes não podem ser vistos meramente como agentes do colonialismo, pois há uma série de tensões que demonstram os limites do poder colonial.⁹³ Por vezes, estes colonos (militares em serviço, administradores, etc.) não simplesmente garantiam a “ocupação efetiva” das colônias, e, portanto, a soberania portuguesa, mesmo porque, como já reiteramos, o centralismo salazarista gerou inúmeras dissidências que ocasionavam diversas perspectivas críticas, em particular, ao novo modelo de povoamento institucionalizado pelo salazarismo.

A linhagem à qual estava vincada esta *intelligentsia* era a do povoamento financiado pelo estado, propugnando a “nacionalização” das colônias. Além disso, a “colonização familiar” através da pequena propriedade agrícola, com o nativo enquanto mão de obra remunerada (detendo também terras sobre a regulação estatal), também estava no seio deste projeto. Este projeto tem sua gênese nas práticas administrativas de Paiva Couceiro – o único “herói” das campanhas de “pacificação” a defender a assimilação e transformação de Angola (e das províncias portuguesas na África) numa grande província autônoma (Castelo, 2007, p. 44) – enquanto governador-geral de Angola e no seu já referido relatório (Couceiro, 1910), que influenciara as gestões dos principais governadores-gerais e altos-comissários do período republicano.

Em um texto intitulado “Tarefa ingente” (Matos, 1939), Norton de Matos explicita que a própria existência de Portugal dependia da colonização branca nas colônias na África, necessitando reverter o quadro de imobilismo através do incentivo da colonização financiada pelo Estado (Matos, 1939, p. 15). Pensava que além do próprio financiamento fazia-se imperioso ampliar as infraestruturas, a partir da construção de casas, hospitais com assistência médica gratuita, estradas para escoamento da produção e “civilização” dos nativos por meio de sua inserção em contratos de trabalho (Matos, 1939, p. 18). Caso essas práticas administrativas fossem alcançadas, Matos acreditava que o saldo negativo da emigração para África de 1932-

93 Uma das melhores análises sobre estes limites pode ser encontrada na obra de Castelo (2007).

1938 poderia ser revertido para assim concretizar a “missão histórica” de “repetir na África tropical o que fez no Brasil” (Matos, 1939, p. 21). Este argumento, que será mimetizado pelos intelectuais da Luso-Africana (como veremos à frente), opunha-se diretamente ao modelo de colonização “privatista” projetado pelo ministro das Colônias Armindo Monteiro.

Para ele, o futuro das colônias estava imbricado a um projeto de “equilíbrio financeiro”, dando aval para a política de contenção de gastos salazarista e apelando para a “livre iniciativa” dos colonos e de empresas financiadoras (Castelo, 2007, p. 75). Como fica claro em algumas de suas falas, “Gente que chegue de saber e de capital não faz falta a África, dessa tem lá os milhões, não estamos em situação de gastar dinheiro e transportá-la e depois por forças das coisas, a repatriá-la” (Armindo Monteiro, 1933 *apud* Castelo, 2007, p. 76). Essa contenção de processos iniciados com as gestões republicanas gerou uma miríade de debates que, como analisa Castelo (2007), estão presentes em diversos espaços de discussão sobre o mundo colonial (instituições, revistas, organizações sociais, etc.), nomeadamente, no *Boletim da Agência Geral das Colônias*. Diante dessa política de povoamento “asfixiante”, por conter os gastos e deixar a iniciativa do processo para o setor privado ou ação individual, a *intelligentsia* do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* se defrontou e propôs diagnósticos para o “imobilismo” da “ocupação efetiva” das colônias de Moçambique e Angola. Em decorrência desse quadro, no seio do Boletim havia diversas orientações de colonos e ex-colonos sobre qual era o tipo de “bom colono” e as possibilidades de ação diante dos recursos limitados na África.

Serafim Lopes Rodrigues, engenheiro e antigo colono de Angola, no artigo “Renascimento”, tenta esboçar as razões do fraco povoamento português na África, apontando algumas sugestões para a ocupação efetiva. Para Serafim, o “renascimento” das colônias poderia ser alcançado desde que se criassem projetos concretos para o povoamento (Rodrigues, 1937, p. 55). Explicita que a crise mundial de superprodução foi um dos motivos para a crise financeira e de investimentos nas colônias, assinalando que, apesar disso, a metrópole tinha o dever de sacrificar-se para contribuir para a ação heroica do colono:

Quando da nossa estada em Angola, conhecemos colonos miseráveis que na sua magra horta encontravam a razão suprema da sua existência, agarrados a aqueles escassos palmos de terra que o seu esforço tinha tornado fecundo, irrigados pelo seu suor e amanhados com seu amor de portugueses, não esquecendo nunca a pátria distante [...] (Rodrigues, 1937, p. 55).

Reitera que o colono consubstancia o modelo ideal de portugalidade, e por isso o Estado Português deveria tratá-lo de forma privilegiada, propondo uma série de sugestões para uma política concreta de povoamento e criticando implicitamente o salazarismo:

Comecemos por reforçar, de início, essa grande aspiração de tantos colonialistas de fixar homens brancos portugueses nas vastas regiões planálticas e habitáveis de Angola e Moçambique. Não pode essa fixação de facto, ser feita com os recursos próprios de cada uma das colônias; seria loucura pensarmos tirar aos parques recursos coloniais, fruto de economias, necessárias de certo, mas dolorosas, os capitais necessários ao vasto empreendimento. Temos, portanto, de contar única e exclusivamente com os recursos metropolitanos e só o Estado, directa ou indirectamente, poderá lançar ombros a empresa, sabido como e que a organização particular não pode nem quer esboçar capitais em empreendimentos incertos de resultados demorados, quer pela sua insuficiência de numerários quer de iniciativa (Rodrigues, 1937, p. 55-56).

Em seguida, critica os limites de uma ocupação financiada por empresas privadas, alinhando-se com o pensamento de Norton de Matos e dos republicanos em geral:

De mais a mais, as grandes empresas coloniais de organização particular não ofereceriam aquela garantia de boa administração ou de desinteresse, mesmo relativo, que seria para desejar, sabida como é a tentativa para gerências catastróficas de obtenção de lucro imediato, esta última sendo consequência do fraco potencial financeiro do pe de meia nacional. É, portanto ao Estado que cumpre financiar a colonização das terras altas africanas duma forma extensiva e intensiva, usando os recursos próprios, ou do quantitativo de empréstimos internos, para esses fins realizados (Rodrigues, 1937, p. 56).

Para Rodrigues, o Estado deveria mobilizar os colonos por meio de “técnicos”, com a “contribuição” da mão de obra nativa, para demarcar, desbravar e cultivar terrenos com potencial para ocupação, constituindo núcleos de colonização branca (Rodrigues, 1937, p. 56). Este processo seria regulado por meio de instituições nas colônias voltadas para a colonização das terras e da sua fixação por meio da agricultura e de infraestruturas, fiscalizando e auxiliando esses núcleos para maior aproveitamento das terras (Rodrigues, 1937, p. 56). Finaliza seu pequeno artigo destacando quatro elementos para a ocupação/permanência do colono africano, reiterando as quatro funções do estado neste processo (instalador, orientador, fomentador, educador):

1) Instalador: Organização dos serviços de colonização e terras e de agricultura, demarcando, arroteando, irrigando e fornecendo sementes e alfaías agrícolas; 2) Orientador: Serviços agrícolas com instalação permanente ou de visita periódica, guiando e condicionando as culturas seguindo a natureza das terras, indicando os adubos a empregar, procedendo a análise dos terrenos; 3) Fomentador: Elemento comercial de compra e venda de produtos, cooperativa de consumo facultador de crédito fiscal permanente de laboração, condicionador de produção perante as exigências dos mercados de acordo com o elemento orientador, e, cumulativamente cobrando as vendas e amortização e velando de todas as formas pela conservação e desenvolvimento da riqueza do núcleo assistido; 4) Educador: Missão e Escola, separadas ou conjuntas, e Casas do Povo, tendendo a elevação moral do colono e sua educação material, proporcionando distrações úteis e salutares e fazendo de cada núcleo um pequeno centro de cultura nacional. Instalados, orientados, amparados e educados, os colonos portugueses seriam verdadeiros criadores de riqueza, esteios firmes do Império e obreiros úteis e magníficos do nosso renascimento. E se isto é fantasia, é loucura, é sono que belo e esplendoroso sono que tivemos (Rodrigues, 1937, p. 56).

No artigo “Questões de emigração e colonização”, Joaquim Saldanha trata também de forma crítica a falta de incentivo estatal para o povoamento das colônias. Inicia o texto reiterando que a emigração é um “fenômeno econômico-social” que não é possível contro-

lar, mas somente regular (Saldanha, 1939, p. 38). Afirma que a crise recente de Portugal gerou o êxodo rural para o Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro) e não para as colônias na África, criticando implicitamente o salazarismo pela escassez de políticas para o incentivo ao povoamento africano:

Infelizmente, até hoje pouco se tem feito em tal sentido, não só por se ter demonstrado que a colonização por conta do Estado é desastrosa, mas também porque a iniciativa particular (salvo raras exceções, com a empresa ferroviária do Lobito a fronteira de Angola) não tem capitais ou não quer sujeitá-los ao risco dum insucesso (Saldanha, 1939, p. 39).

Continua sua crítica apontando que, somado a esta falta de incentivos, o governo português ainda mantém uma série de barreiras para o povoamento por colonos portugueses:

A situação paradoxal é esta: precisam as colônias portuguesas de elementos nacionais europeus que explorem, fomentem e valorizem o respectivo solo, mas as autoridades coloniais proíbem a sua imigração livre por não poderem dar colocação a gente pobre. E para que essas autoridades se não vejam a braços com desempregados e vadios, exigem que antes do embarque alguém nas colônias se responsabilize pela sua colocação [...] e deposite o dobro da paragem (que é mais do que para o Brasil) a fim de garantir a passagem de regresso, no caso de fracassar a perspectiva de lá governar a vida (Saldanha, 1939, p. 39).

Após essas críticas, estipula alguns diagnósticos para inverter a situação de descaso do processo de povoamento a partir da criação de instituições de amparo ao colono:

Num estudo que há tempos foi publicado pela “Brotéria”, advoguei a ideia de transferir para regiões adequadas de Angola e Moçambique, os Colégios de Assistência Pública, crianças pobres, e órgãos, dos dois sexos, que o Estado Português sustenta no continente. Seriam ótimos viveiros da população portuguesa e enraizar-se na terra africana e eliminar-se-iam os inconvenientes dessas crianças serem educadas no ambiente deletério dos nossos meio urbanos. Esta ou outras medidas ou uma parcela de todas elas, aguardam com urgência a possibili-

lidade de se aplicarem e de ser resolvido o problema da colonização africana. Mas, enquanto não se resolve, não poderá o Governo Português responder aos que pretendem emigrar, especialmente das regiões norte do país, da Madeira e dos Açores, onde a crise se faz mais sentir: – Tenham paciência, apertem o estômago, deixem de comer, esperem algum tempo, até se resolver o vosso problema doméstico (Saldanha, 1939, p. 39).

Finaliza o artigo afirmando que o Estado português oferece mais incentivo para a emigração para São Paulo e Rio de Janeiro do que para as colônias africanas, necessitando reverter as leis que impossibilitam o povoamento e colocando no lugar incentivos no âmbito de recursos e infraestruturas (Saldanha, 1939, p. 39).

O coronel Jenipro da Cunha de Eça e Almeida – antigo vice-presidente do Conselho do Governo de Angola, antigo funcionário do Governo-Geral de Angola e antigo chefe do Estado Maior de Angola –, no artigo “Colonização por soldados e condenados europeus”, propõe contornar a escassez de recursos a partir do uso de soldados e condenados a crimes, estipulando ao longo do artigo quais seriam os critérios para enviar estes para o povoamento na África. Jenipro inicia o texto elogiando a visão colonial de Teixeira de Sousa, antigo ministro da Marinha e do Ultramar, por ter criado em 1901 um diploma de reorganização do Exército Colonial, exortando a política que dava terras aos “praças” que terminassem os seus serviços nas colônias (Almeida, 1936, p. 77).

No entanto, afirma que na época o projeto não pode ser plenamente aplicado por uma completa falta de infraestruturas e de uma “pacificação” ainda incompleta (Almeida, 1936, p. 77). Aponta que no presente as possibilidades de ocupação efetiva mudaram, possibilitando uma volta a este antigo projeto:

Hoje a situação está quase totalmente diferente [...] toda Angola está ocupada e pacificada; a sua rede de magníficas estradas, medindo cerca de trinta e cinco mil quilômetros, percorrida frequentemente por automóveis e camionetas, suprimiu ou reduziu praticamente as distâncias; a capacidade de consumo dos mercados internos aumentou consideravelmente [...] Recentemente, os produtores têm a certeza de que a sua colheita, o excedente do seu consumo e dos mercados próximos, não apodreceria no armazém (Almeida, 1936, p. 78).

Entretanto, afirma que, apesar dessas mudanças, ainda não havia “praças” suficientes para garantir a ocupação e o povoamento por militares:

[...] presentemente, não há unidades europeias na Guarnição de Angola. Falta, pois, a matéria prima para a colonização pelo soldado europeu. E, que assim não fosse, faltaria, como dantes, a assistência financeira, porque a do Estado continua existente e a particular cessou pela impossibilidade de a prestarem aqueles que se debatem nas garras de uma crise tremenda, fazendo esforços sobre-humanos para durarem até que cheguem melhores dias; e o Estado continua a recusar as passagens às famílias dos soldados (Almeida, 1936, p. 78).

Considera as práticas administrativas de António Vicente Ferreira (enquanto alto-comissário de Angola) voltadas para a fixação de militares como exemplares para as gestões contemporâneas, mas assinala que o governo atual rompeu essas práticas em prol da contenção de gastos: “[...] a descontinuidade dos dirigentes – velho mal que Angola continua a sofrer – levou à demolição do que já havia feito [...] e nem permitiu que se iniciassem os trabalhos de colonização por militares” (Almeida, 1936, p. 80). Finaliza o artigo reiterando que apesar da falta de investimentos com relação aos militares, há outros campos férteis ainda mal aproveitados, como no caso de condenados (em conjunto aos seus familiares) que poderiam ser financiados para trabalhar em cidades construídas para degredados, reaproveitando essa mão de obra ociosa (Almeida, 1936, p. 80).

No artigo “Portugal colonizador”, o tenente Theophilo Duarte expressa uma visão distinta, mais ufanista e menos pragmática, dos limites do povoamento português na África. Para ele, a falta de recursos não era um problema em si, pois era facilmente contornável pelo “heroísmo” próprio do “*ethos* lusitano” expansionista herdado dos “super-homens” da expansão ultramarina (Duarte, 1936, p. 219). Segundo Theophilo, a política de colonização supriria a necessidade de “escoar” o excesso populacional da metrópole, projetando a necessidade de “gente” e de “saber” para um povoamento efetivo:

Gente, quer para ocupar e trabalhar regiões desabitadas, quer para enquadrar o indígena e levá-lo a trocar a sua vida rude e primitiva, por uma outra dedicada e espiritual, e saber para a questão espinhosa e melindro-

sa função como esta, de transplantar uma raça de um continente para outro, ou fazer passar um povo duma civilização para outra, não redundam em fracasso criminoso, traduzido na perda de milhões de vidas humanas (Duarte, 1936, p. 220).

Considera ainda o “dinheiro” e os “recursos materiais” como uma questão de “segunda ordem”, evidenciando o exemplo de Portugal no Brasil como um paradigma de colonização a ser seguido e comparando estes processos de antanho com outras potências coloniais:

Estes exemplos típicos de colonização (povoamento de regiões semi-desertas, por elementos europeus) mostram que ela se faz mais com a energia e tenacidade de rudes camponeses que querem vencer, do que com facilidades financeiras [...] vemos a Alemanha e a Itália, apesar dos seus poderosos recursos financeiros e do seu excesso populacional, apenas fixarem uns escassos milhares de brancos nos extensos territórios que administraram ou administram ainda. 24.000 a primeira e 50.000 a segunda, enquanto que nós só em Angola temos 60.000; e isto por lhes faltar a nossa longa tradição de tais trabalhos, que faz com que na terminologia do preto de África, o branco seja sinônimo de português (Duarte, 1936, p. 220).

Duarte aponta ainda que essa colonização “orientada pelo lucro” dos processos colonizadores de outras nações fora de Portugal fez perder-se o sentido “humano” e “cristão” da colonização tão cara aos lusitanos:

Esta modalidade de colonização caracteristicamente capitalista, de sociedades anônimas, levou a colônia a um estado de prosperidade extraordinária, traduzida num colonial movimento de importações, exportações, e filiação de brancos: mas num outro momento a crise mundial provocou não só a paralisação, o abandono e a derrocada de fabricar caminhos de ferro, postos, cidades, como também a fuga afluente do metropolitano que não considerava a África senão como lugar de passagem [...] Ora a nossa Angola [...] que sofre das mesmas ou piores dificuldades mostra-nos a diferença de concepção [...] em presença das mesmas dificuldades ninguém arreda pé e o colono que hoje não pode vestir

a antiga camisa de seda [...] ele que durante anos fizera uma vida de abundância volta agora à negra miséria sem que isso o faça sucumbir, sofre mas não foge; sangra mas não desiste [...] (Duarte, 1936, p. 220).

O colono “rude” é, portanto, para Duarte, mais valioso do que qualquer recurso financeiro; seria ele que transformaria as colônias num “segundo Brasil”, consolidando o seu papel histórico, “herdado” pelos colonizadores do passado, de criar novas nações, “novos brasis”, em territórios inóspitos do território africano (Duarte, 1936, p. 220).

A ideia de criar “novos brasis” na África a partir da ocupação das províncias por colônias portuguesas é ainda mais forte no artigo do já referido coronel António Vicente Ferreira, “Colonização de Angola” (Ferreira, 1932b), produto de uma conferência na Universidade de Coimbra. Ferreira vê com otimismo a colonização de Angola, pela franca expansão agrícola e pecuária com o protagonismo de colonos, projetando que, em razão destes, em alguns anos a colônia se tornaria autossustentável (Ferreira, 1932b, p. 29). Porém, reitera que o Estado deve ser “empreendedor” nas colônias e não se diminuir perante as iniciativas privadas, pois do contrário não haveria uma rápida “ocupação efetiva”, para assim concretizar “novos brasis” (Ferreira, 1932b, p. 29). Para Ferreira, Angola seria um “terceiro Portugal” (título de outro artigo do autor que analisaremos no próximo capítulo, por seu teor historiográfico), pois a prática colonizadora (oriunda do poder público) deve criar “nações” para a sua gradativa autonomia:

A colonização não é mais do que edificar um país novo, prolongamento ou continuação da metrópole, não pode ser uma aventura de negociantes; logo tem de ser uma empresa do Estado, porque interessa a todos os aspectos à ação colonizadora, como entidade moral [...] O Estado deve fazer-se povoador, arroteador de terrenos, plantador de fazendas, cultivador de terrenos, plantador de fazendas, cultivador de cereais, criador de gados, e até industrial, se necessário for. O que é indispensável é explorar, valorizar e justificar, pelo “maior benefício” que proporcionamos a civilização, os direitos à posse da herança colonial (Ferreira, 1932b, p. 30).

Ferreira finaliza seu artigo afirmando que a ocupação efetiva só seria concretizada pela “nacionalização” das colônias pelo poder público, pois do contrário outras nações iriam tomar as colônias (Ferreira, 1932b, p. 30). Não havia somente artigos que escreviam sobre possíveis “diagnósticos” para a ocupação efetiva, mas também análises que buscavam retratar núcleos de colonos já estabelecidos. Há pelo menos três artigos sobre o tema: o de Tito D’Albergaria (colonialista e administrador), “Núcleos rurais de colonização em Angola: Aldeia Coimbra” (D’ Albergaria, 1931); o de Delfim Costa (alto funcionário do Ministério das Colônias), “Terras de Gaza: O vale do Limpopo” (Costa, 1935); e o de F. Monteiro Grilo (diretor dos serviços de agricultura em Queliman), “Agricultores de Moçambique: Lições” (Grilo, 1935). A visão sobre esses núcleos é eminentemente ufanista e heroicizada. Como demonstra Delfim Costa ao retratar a ocupação do vale do Limpopo como um esforço heroico de portugueses oriundos do Trás-os-Montes:

Já lá vão mais de vinte anos, depois que aos meus olhos foi dado ver pela primeira vez, a majestosa grandeza do Vale do Limpopo! Emigrado com muitos de vós, das sertanias do Trás-os-Montes, aonde as planícies são curtas e os vales mesquinhos, ainda assim repartidos em leiras e hortas, pedaços de terra de onde esse povo sofre dor, trabalhando de sol a sol, arranca a custa de bagas de suor o pão de cada dia [...] (Costa, 1931, p. 103).

Entretanto, ele aponta que a falta de incentivos estatais iriam aos poucos minar a possibilidade de uma expansão irrestrita no vale do Limpopo, sendo o mesmo argumento que usa Tito D’Albergaria para analisar o núcleo rural “Aldeia Coimbra” (D’Albergaria, 1931). F. Monteiro Grilo é ainda mais crítico a essa falta de investimento, apontando que em decorrência da austeridade, muitos núcleos estavam morrendo e os que sobreviviam eram somente por puro “altruismo heroico”:

No momento que passa o temporal econômico mundial torna particularmente difícil a atividade do colono rural por toda a parte. Na prova une manter as posições, resistem; outros cedem-nas e abandonam as suas propriedades [...] Entre nós a tempestade tem feito igualmente os seus destroços. Das empresas mais superficialmente radicadas desaparecem os últimos vestígios;

há ruínas de empreendimento que foram prósperos; as organizações mais sólidas subsistem a curto. Na desolação que se apresenta alastrar, se o mal não quebra ou morre, há, contudo protestos dignos de relevo, tentativas tão perseverantes e arraigadas que encerram porventura lição de registrar (Grilo, 1935, p. 41-42).

Em todos esses autores, o problema mais profundo a ser superado residia na austeridade, na falta de políticas estatais para manter núcleos estabelecidos ou para criar outros. Poderíamos reproduzir continuamente diversos outros discursos análogos sobre o processo de povoamento ou da ideia de construir uma “nova Lusitânia” na África, mas o que é importante de ressaltar é que o discurso do reformismo euro-africano esteve presente nas críticas dos intelectuais que publicavam no *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. Para adensarmos mais profundamente o argumento (das relações entre a *intelligentsia* da luso-africana e a visão reformista “euro-africana”), no próximo capítulo iremos adentrar a visão deste reformismo a partir de campos de produção específicos, nomeadamente, a historiografia e etnologia. Resta ainda, para delimitarmos as visões de mundo dos republicanismos do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, perscrutarmos os impasses desta *intelligentsia* diante das práticas administrativas do salazarismo com relação ao processo de modernização capitalista das colônias, tanto no âmbito rural como urbano.

A intelligentsia republicana em defesa da modernização das infraestruturas

“Um dos mais valiosos elementos do desenvolvimento que a colônia de Angola atingiu foi, sem dúvida, a política das estradas, iniciada pelo major Sr. Norton de Matos, quando Governador Geral, seguida pelos seus sucessores e depois mais largadamente impulsionado pelo mesmo ilustre homem público, então general Norton de Matos, quando Alto Comissário de Angola.”

(Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro)

“Norton de Matos, absorvido por um programa grandioso em que estava incluído o prolongamento do caminho de ferro de Angola. Arrancado à colônia quando a sua maior acção procurava abranger o seu vasto território e imprimir-lhe o traço forte das realizações perduráveis, sucedeu-lhes um marasmo em parte devido: a certeza de vistas administrativas, mas talvez mais atribuível a falta de recursos materiais exigidos por um programa dilatadíssimo, e complexo como poucos que se não era duma profunda e irrefutável actualidade, era duma necessidade e urgência que se impunham. Podia estar fora das possibilidades do erário público, mas estava dentro da aspiração colonial e do direito que Angola tem a um sacrifício que ela retribuiria largamente e num futuro próximo.”

(Saraiva, 1932a, p. 47)

Se as intervenções sobre o debate “centralização/descentralização” e a respeito da “ocupação efetiva” por meio de colonos brancos têm um tom completamente crítico ao salazarismo, o mesmo não se encontra na visão mais global sobre o processo de enquadramento das populações nativas nas relações de produção características do colonialismo, reproduzindo uma visão elogiosa e otimista do processo de fomento e generalização das infraestruturas. Foram os republicanos, em particular no nome de Norton de Matos (como fica explícito nas epígrafes acima), que ao mesmo tempo findaram o processo

de “ocupação efetiva”, num processo que René Pélissier intitula como a “era das liquidações”, mas também de fomento e crescimento das infraestruturas que irão desenvolver aspectos da economia colonial, sem, no entanto, eliminar por completo os arcaísmos do trabalho forçado tão vincado a uma certa fração da burguesia colonial. Para a *intelligentsia* republicana que publicava no Boletim, este processo prévio de ocupação efetiva foi um “mal necessário” para concretizar um processo de modernização e “evolução” dos nativos, apropriando-se de um “racismo culturalista” para legitimar o seu argumento – analisaremos melhor essa visão sobre o “outro” na historiografia e etnologia/antropologia no próximo capítulo.

A leitura da própria *Cartilha Colonial* (Casimiro, 1936) de Augusto Casimiro, já analisada no capítulo III, demonstra essa visão ao mesmo tempo crítica da “violência” do processo, mas exortadora dos “heróis” que consolidaram a ocupação efetiva. Os heróis “administradores” (Paiva Couceiro, António Enes, Norton de Matos, entre outros) ou militares (Mousinho de Albuquerque, João de Almeida, J. R. da Costa Junior, entre outros) que fizeram parte deste processo não só eram exaltados no Boletim, mas também publicaram ou faziam parte dele enquanto sócios correspondentes.

Os casos emblemáticos de J. R. da Costa Junior, João de Almeida e outros que participaram na vanguarda das ações no sul de Angola são representativos dessa visão elogiosa e pouco crítica dos processos de modernização da colônia. Esse mesmo João de Almeida, exortado por esses republicanos mesmo sendo um monarquista, entendia que o “humanitarismo” era um empecilho para a “ocupação efetiva”, seguindo a linha de Paiva Couceiro e outros gestores (notórios monarquistas) reverenciados por esta *intelligentsia* “republicana”:

[...] ocupar sem ralar com “theorias romanescas” e humanitárias para reclame, mas sem o menor resultado prático. A diplomacia, os conselhos, o exemplo, o espírito de justiça, a propaganda, etc [...] como se houvesse tribus que se deixassem avassalar só por agrado e symphatia, sem protesto, e não procurassem reagir e impedir toda a penetração de elementos estranhos, sobretudo dos europeus que mantêm sempre o character de soberania, com toda a sua energia e força própria, são bonitos em theoria, são humanitários, mas são na

realidade insuficientes (João de Almeida, [s.d.] *apud* Pélissier, 1986b, p. 110).

A conquista do sul de Angola em um dos processos mais violentos de submissão dos nativos africanos (Pélissier, 1986b) é tida para esses republicanos como exemplar, pois o foco deles se direciona para a modernização das infraestruturas resultantes do processo e não para a submissão dos nativos para criação de mão de obra, com o amplo uso de trabalho forçado. Estas contradições são “varridas para debaixo do tapete” para assim reiterar uma suposta pretensão “humanitária” desta *intelligentsia*. Dessa forma, a descrição pormenorizada do avanço das infraestruturas em um processo que se iniciou com os republicanos tem um caráter muito menos autocrítico, pois estes viam esses processos como parte de ações que estes mesmos realizaram, por serem os responsáveis pela “pacificação” das colônias e iniciarem a construção de diversas estradas de ferro, portos e outras infraestruturas que se consolidariam nos anos 1930. Portugal não está isolado de um processo mais amplo de estruturação em larga escala, nos anos 1880-1935, de ocupação e modernização acelerada através de um processo com consequências trágicas para as populações nativas, como reitera Albert Adu Boahen:

Até 1880, em cerca de 80% do seu território, a África era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clã e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de parte e natureza variadas. No entanto, nos trinta anos seguintes, assiste-se a uma transmutação extraordinária, para não dizer radical dessa situação. Em 1914, com a única exceção da Etiópia e da Libéria a África inteira vê-se submetida à dominação de potências europeias e dividida em colônias de dimensões diversas, mas de modo geral, muito mais extensas do que as formações políticas preexistentes e, muitas vezes, com pouca ou nenhuma relação com elas. Nessa época, aliás, a África não é assaltada apenas na sua soberania e na sua independência, mas também em seus valores culturais (Boahen, 2010, p. 3).

A defesa da soberania e independência dos nativos africanos (em suas diversas etnias) fez com que para submissão das populações nativas o Estado (por órgãos privados ou por “milícias”) fizesse o uso extensivo de violência, proletarizando as populações africanas a fórceps. Como assinala Walter Rodney:

Os Estados metropolitanos e seus prolongamentos na África estavam obrigados a manter a coerção para garantir a exploração econômica, pois, em face da oposição africana, a economia colonial tinha de ser constantemente imposta. Em vários lugares, foi primeiro necessário tomar as terras africanas para que se pudessem desenvolver as estruturas socioeconômicas de povoamento. A indispensável infraestrutura de estradas e ferrovias só podia ser estabelecida com o auxílio do Estado, que para tanto contribuía requisitando sobretudo mão de obra africana. O recurso à tributação para criar uma economia monetária é processo demasiadamente conhecido para que nos detenhamos a descrevê-la. Não há dúvida de que, na origem, o imposto era a principal obrigação a empurrar os africanos para o trabalho assalariado e para a produção de culturas destinadas ao comércio. A sobrecarga tributária subsequente encerrava-os ainda mais em tal situação. Os contribuintes em atraso eram às vezes empregados pelo capital privado – mas muito mais pelo Estado – na construção e na manutenção de centros administrativos, estradas e pontes [...] A ação combinada de capital europeu e mão de obra africana trabalhando sob coação produziu consideráveis excedentes de produtos para o consumo europeu [...] A coerção representou fator decisivo nas relações econômicas durante os anos de formação das economias coloniais na África, atingindo mais tarde importância maior do que jamais tiveram nos epicentros capitalistas (Rodney, 2010, p. 384).

Para Walter Rodney, os ataques aos postes telegráficos e a destruição de linhas férreas demonstraram a resistência generalizada ao domínio europeu que se estendeu para além das próprias “campanhas de pacificação” (2010, p. 384). A resistência (externalizada em grandes revoltas ou em pequenos atos) se efetivava particularmente contra o processo de expropriação de terras e do trabalho forçado, que era levado a cabo seja pela força dos estados, seja pelas companhias privadas (com o uso extensivo de milícias) por meio de concessões de territórios. A “hecatombe humana” da construção das estradas de ferro por toda África é representativa⁹⁴ desta generalização do

94 Mabeko-Tali (2013) cita alguns exemplos dessas barbáries, para assim reiterar o argumento da generalidade da barbárie/violência em gestões “diretas” ou “indiretas”. Em certo relato de um inglês chamado Kingsley Fau Bridge, em 1898, da

uso da coação/violência para modernizar os territórios na África. No pós-crise de 1929, com os efeitos da “depressão econômica”, houve um acirramento da coação para o trabalho forçado em decorrência da carência de mão de obra, gerando também uma extensiva austeridade estatal nas colônias (Coquery-Vidrovitch, 2010; Rodney 2010).

Em Portugal e nas colônias, a austeridade e contenção de gastos se generalizaram, gerando uma conjuntura completamente desfavorável aos africanos, cortando gastos em setores primordiais para a qualidade de vida nas colônias: o sistema escolar, o sistema de saúde, a assistência técnica à agricultura tradicional, saneamento básico (Castelo, 2014, p. 512). O plano de fomento do salazarismo voltou-se para áreas específicas que já estavam em franco processo de expansão no período republicano, os portos e os sistemas de transportes (estradas de ferro e convencionais), tendo os engenheiros um papel central primordial na modernização e racionalização dos investimentos (Castelo, 2014, p. 516).

Entretanto, para a *intelligentsia* que publicava no Boletim temas em torno da expansão das infraestruturas, em geral militares e engenheiros com experiência nas colônias, esse processo foi apreendido de uma forma bastante positiva, com estes elogiando em diversos momentos a expansão das infraestruturas e o processo de modernização das colônias, como resultado de um longo processo iniciado pelos republicanos. Visavam particularmente a intervenção em certas zonas de desenvolvimento de Angola e Moçambique, a saber: as estradas de ferro, os portos, a urbanização das principais cidades (Lourenço Marques, Beira, Maputo, Benguela, Luanda, etc.) e a modernização da produção agropecuária.

A expansão das estradas de ferro em Angola (a região de Benguela, Novo Redondo, Porto Amboim) é um lugar privilegiado para apreendermos a visão tecnocrática desta *intelligentsia* ante o processo de modernização. O engenheiro e colonialista Luís da Fonseca (1935), no artigo “Estradas, caminhos de ferro de Angola” enfatiza a centra-

construção da estrada de ferro que ligava o Porto da Beira a Rodésia, a partir do financiamento da *British South African Company*, compreendemos o teor dessa barbárie: “Dezenas de ingleses e centenas de assalariados indianos e cafres morreram durante a sua construção. Atravessava cento e sessenta quilômetros de baixa savana, onde a disenteria, malária e os animais selvagens devoravam os empregados e os seus homens como os incêndios de agosto devoram as ervas altas [...]” (Bridge, 1898 *apud* Newitt, 1997, p. 350).

lidade das estradas de ferro e convencionais para o desenvolvimento das “províncias ultramarinas”:

O futuro econômico, porém, dos diversos países, em especial os novos, os atrasados e os em formação está numa boa rede de estradas onde se compreendam as auto-estradas americanas e as directíssimas italianas. Por isso a construção ou reconstrução das suas redes se impõe mas numa visão larga, preparação de um futuro melhor (Fonseca, 1935 p. 195).

Para reiterar seu argumento, cita que no “I Congresso Internacional de Estradas”, de 1925, a questão da modernização das vias era um imperativo para a consolidação da integridade das colônias (Fonseca, 1935, p. 196). Outros autores têm uma postura mais propositiva no sentido da intervenção pragmática para a instauração dessas vias férreas. O coronel Jenipro da Cunha de Eça e Almeida, no artigo “Caminhos de ferro em Angola”, assinala que a valorização do sacrifício da “ocupação efetiva”, da qual fez parte,⁹⁵ só poderia ser alcançado a partir do momento em que o desenvolvimento econômico fosse alcançado, sendo as estradas de ferro o seu principal impulso (Almeida, 1935, p. 185). Em seguida, aponta que em Angola há três grandes caminhos de ferro do litoral para o interior, no sentido Oeste-Leste: Benguela (1346 km), Luanda (504 km) e Lubango (200 km), apontando que estes ainda são insuficientes para suprir a província:

É bem evidente a insuficiência destes caminhos de ferro para uma Província de superfície catorze vezes superior à da Metrópole [...] nos parece evidente que a rede ferroviária de Angola não poderá limitar-se a três linhas de penetração, sem quaisquer ligações entre si, demais não tendo possibilidades de servir outras férteis e imensas regiões. Desconhecemos a existência de qualquer plano sobre a rede ferroviária de Angola (Almeida, 1934, p. 187).

95 “Para mim, soldado que aos assuntos militares de Angola se dedicou os melhores anos da vida e da carreira, intervindo diretamente ou dirigindo superiormente os trabalhos da ocupação real e efectiva de vastos daquela Província Ultramarina desde 1914 (Congo), 1917 (Cuanza Sul), 1918-19 (Dembois) e, depois, até 1921, de grande parte dos distritos da Lunda, do Bié, do Moxico, dos Luchazes, seria grato historiar esses trabalhos e por em relevo, numa justa e sentida homenagem, a acção da tropa indígena e dos seus quadros privativos, muitas vezes completados à custa dos quadros do Exército da Metrópole” (Almeida, 1934, p. 185).

Genipro afirma que a principal causa dessa “insuficiência” residia na negação de projetos de fomento das vias férreas pelo Conselho Superior das Obras Públicas das Colônias, que se voltava naquele momento para o corte de gastos públicos (Almeida, 1934, p. 187). Para que esse quadro fosse revertido seria necessário, para o autor do artigo, ampliar a rede de linhas férreas, por meio de investimento público, até que houvesse uma verdadeira conexão entre regiões que ainda não haviam sido alcançadas, para assim haver um maior escoamento da produção, criando, portanto, um crescimento da dinâmica econômica (Almeida, 1934, p. 189).⁹⁶ Finaliza o artigo reiterando a necessidade desse projeto para uma verdadeira modernização e unidade do Império português:

Parece-nos que uma rede assim concebida satisfaria por um período larguíssimo às necessidades de Angola, cuja colonização temos de fazer. É da nossa missão colonizadora, histórica; e é um imperativo absoluto que nos impõe a nossa natalidade exuberante [...] colonizar e transportar [...] impõe-se assegurar os transportes a uma vida rudimentar e vegetativa, inaceitável na época em que vivemos e inconcebível num futuro próximo [...] O que protegemos é [...] que se assente um plano da rede ferroviária de Angola (Almeida, 1934, p. 190).

O alferes de artilharia Vicente Henrique de Varela Soares, no artigo “O problema do caminho de ferro de Benguela e o Estado actual da questão” (Soares, 1933, p. 15-16), é ainda mais objetivo nas soluções para o crescimento da rede ferroviária, dando ênfase ao caso da região de Benguela. Para ele, a descoberta de cobre nas minas de Katanga (no Congo) aceleraria o processo de expansão das estradas de ferro em Portugal, aproveitando o momento para uma franca expansão e modernização das infraestruturas:

96 No artigo “O porto do Lobito e seu futuro”, Tito D’Albergaria também reitera o papel da ampliação das infraestruturas de Benguela para escoamento da produção das Rodésias e da região da Catanga: “Com o correr do tempo, uma grande parte do tráfego do Sul da África Central se escoará por aquele largo portão de entrada e saída da costa ocidental: os passageiros de, e para a União Sul Africana servi-se-ao desta nova linha férrea como uma interessante alternativa para a viagem do cabo para a Europa: estão-se estabelecendo ali novas linhas de navegação e dentro de um ou dois anos o Lobito pode perfeitamente ser um aéreo-porto onde afluirão para transporte rápido para a Europa o ouro e diamantes da África do Sul, do Congo Belga e de Angola; e as malas portais de grande parte do sub-continente” (D’Albergaria, 1932, p. 26).

Em resultado de tal descoberta, compreendeu imediatamente o seu autor, a imperiosa necessidade, para o desenvolvimento dos minérios daquela região, de assegurar uma comunicação com o mar mais curta e directa do que as que lhe eram efetivadas pela linha principal do Cabo ao Cairo ou pela ramal que a Beira poderia fornecer. E, pelo estudo do mapa dessas regiões, concluiu que tal linha de comunicações teria de se estender na direção ocidental através dos jazigos de cobre, até qualquer ponto da costa do Atlântico na província portuguesa de Angola (Soares, 1933, p. 15).

Soares considera a expansão do caminho de ferro de Benguela como a melhor solução, pois o gasto para expandir as outras estradas seriam muito grandes. Para ele, este projeto seria a grande chance para que Angola impulsionasse a modernização dos portos e estradas de ferro, equilibrando a balança comercial e superando a crise, deixando de ser um “encargo para a metrópole” (Soares, 1933, p. 15). Em consonância com essas posições, o já citado Luís da Fonseca, no artigo “Estrada Benguela – Novo Redondo e Porto Amboim – Luanda” explora as possibilidades da ampliação da malha ferroviária da região de Benguela em sua integração com os principais portos (Lobito, Luanda e Porto Amboim), como meio para a modernização de Angola:

Este caminho de ferro, de finalidade fora das nossas fronteiras, trouxe como consequência a Angola um forte impulso, em toda região atravessada, quer durante, quer terminada a sua construção, sendo prova desse desenvolvimento rápido, o grande incremento das exportações por Lobito e Benguela. Isto leva-nos a considerar este caminho de ferro a obra de maior fomento, até hoje, executada em Angola (Fonseca, 1935, p. 129).

Ainda alega que esse crescimento da importância da região de Benguela deveria ser um incentivo para a mudança da capital para Nova Lisboa, como projetavam Norton de Matos⁹⁷ e Vicente Ferreira,

97 Em um artigo no Boletim, António Augusto Dias também engrandece o papel de Norton de Matos na mudança da capital: “Norton de Matos, num dos seus luminosos rasgos de gênio, de percepção clara de vidente, de estadista consumado que descortina o futuro criou a cidade de Nova Lisboa, no planalto de Benguela. A rede de estradas de que ela é centro, iniciada no seu primeiro governo tornaram-na ponto de passagem obrigatório por lá para todos os que viajam pelo interior de Angola; o caminho de ferro de Benguela montado ali as suas grandes oficinas,

aproveitando as potencialidades da dinâmica criada a partir do novo contexto (nomeadamente pelo vínculo com o Porto de Lobito), criticando o regime por voltar-se para a construção de “obras suntuosas” em cidades já moribundas e ignorar as maravilhas das novas regiões em ascensão (Fonseca, 1935, p. 130). Mais à frente, é ainda mais direto em sua crítica ao desvio de gastos em “futilidades”:

A crise mundial, afectando fortemente os produtos coloniais, apanhou a colônia desprecauida [...] estabeleceu o pânico onde só havia desorientação. A paralização da construção dum cais acostável em Luanda, para, com a mesma verba, se dar início a um palácio de comércio e indústria, quando a Colónia atravessava a maior crise de que há memória, ameaçando subverter a maioria do esforço nessa terra dispendido, é, certamente, o símbolo traductor dum estado de espírito: o actual (Fonseca, 1935, p. 131).

No entanto, essas críticas sutis aos gastos governamentais ou ao imobilismo da expansão das infraestruturas não são tão recorrentes quanto em outras questões aqui já estudadas (o debate centralização/descentralização e o debate da colonização portuguesa nas colônias). O clima ufanista do progresso civilizatório oriundo dessa “modernização” é o mais recorrente nestes discursos. Se em Angola as estradas de ferro eram vistas como o maior sinal da modernidade, em Moçambique a “cereja do bolo” estava na sua vida urbana, em particular, na cidade de Lourenço Marques, diversas vezes exaltada como símbolo do progresso português na África (Braga, 1934; Camacho, 1931; Melo, 1931; Miranda, 1932; Peres, 1936; Silva, 1932). Lourenço Marques era descrita, em sua urbanidade, como uma cidade moderna com um “ar europeu”, enquanto o exemplo histórico das possibilidades portuguesas na África.

Na crônica “A cidade Portuguesa de Lourenço Marques: a grande realização”, o jornalista Paulo Braga (1934) expõe uma visão poética da cidade de Lourenço Marques, da sua modernização:

O navio avança nas águas quietas da baía e o grande porto do continente negro aproxima-se nos renques extensos das luzes, deixando ver as silhuetas dos guindastes, os mastros esguios dos navios acostados e, depois,

com todos as benfeitorias correspondentes, pessoal, água, luz, deu-lhe prosperidade vida e movimento” (Dias, 1935, p. 219).

o casario, as avenidas em que correm os faróis dos automóveis e dos elétricos, as sombras dos grandes edifícios e, lá ao longe, num dos extremos, a praia da Palana, com o seu hotel imenso todo iluminado, e miríades de lâmpadas a contornarem os jardins e os parques em declive [...] Aprendera a conhecer Lourenço Marques através desse prisma de grandiosidade e cosmopolitismo (Braga, 1934, p. 89).

O elogio às infraestruturas do porto, que considera o “mais moderno da costa oeste da África”, das praças, do teatro Gil Vicente, da estação central dos caminhos de ferro retrata uma ideia de familiaridade com o espaço europeu, com a modernidade, como este mesmo demonstra em um diálogo (que parece ser mais fruto da imaginação do autor da crônica) com um *chauffeur* que lhe mostrava a cidade:

Já viu cidade mais limpa e mais higiénica que esta? E olha que algumas avenidas ainda não têm edificações. Mas todas elas têm já as canalizações de esgotos e condições de água, as arvores e o chão alcatroado... Como pode deixar de ser bela uma cidade que se limpa e se leva, uma cidade que se se cuida da sua higiene com carinho [...] havia um pouco do céu de Versailles, com pradarias verdes e termas, um museu hall de Paris, ruas de Lisboa, Rio de Janeiro e Buenos Aires (Braga, 1934, p. 93-94).

O cosmopolitismo e urbanidade não são meramente elementos de perplexidade dos autores que descrevem a urbanidade de Lourenço Marques com tanto fervor, mas também uma forma de chamar atenção para o turismo e atrair possíveis colonos para a sua fixação em Moçambique. O historiador Manuel Peres, no artigo “Pouco a pouco: a evolução de Lourenço Marques” (1934), busca demonstrar que a “evolução” da cidade de Lourenço Marques a transformou de “vasto acampamento” desguarnecido para uma das cidades mais modernas da África, processo que se concretiza em decorrência do processo de “ocupação efetiva”:

Quem hoje vê Lourenço Marques dificilmente concebe que aquilo fosse ainda há bem poucos anos um matagal quasi selvagem. As pseudo-ruas de areia solta, são hoje belas faixas de rodado macadamizadas e asfaltadas; as barradas de madeira sumiram-se é por toda a parte surgiram numerosos chalets em que nem sempre se encontra bom gosto, mas que dão uma boa impressão da

vida moderna. Até o aspecto da população se modificou com o desaparecimento da indumentária colonial. O fato branco e o capacete de cortiça de uso geral há anos [...] Mais natural, porém, é atribuir a modificação da indumentária ao desenvolvimento da nação provocado pela democratização do automóvel e facilitado pela macadamização das ruas que tornou dispensáveis problemáticas virtudes do fato branco (Peres, 1934, p. 213).

Essa mudança de costumes a partir da modernização de Lourenço Marques (particularmente do seu porto) é na conclusão de Manuel Peres resultado do esforço da gente portuguesa em estabelecer “focos de civilização e progresso no matagal espinhoso e agressivo da selva da África Oriental” (Peres, 1934, p. 214). A propaganda de uma Lourenço Marques “moderna”, com amplas infraestruturas (nomeadamente, por apontarem o papel do seu porto, em conjunto ao da Beira, no escoamento da produção oriunda das Rodésias),⁹⁸ integradora da produção de Moçambique, servia tanto para a atração de capitais como para instigar o leitor a perceber uma dimensão “moderna”, com um “ar europeu” no qual estes recriavam nestas crônicas e artigos. Uma outra forma de reiterar a modernidade das colônias eram os artigos sobre as exposições e feiras de amostras de produtos coloniais, afirmando nestas a presença da cultura portuguesa no meio colonial e a invocação de maior investimento público para a industrialização das colônias.

No artigo “Feira de amostras em Luanda”, Virgílio Saraiva busca retratar a importância da feira de amostras para apoiar uma unidade entre metrópole e Angola por meio de um projeto de industrialização projetado na exposição (Saraiva, 1932b, p. 58). Salienta que nesta feira organizada por Henrique Galvão a ideia de unidade entre metrópole e colônia, via industrialização, não submetia uma à outra;

98 Como fica claro na fala de António Augusto de Miranda sobre a transição de Lourenço Marques para a modernidade a partir da sua inserção (oriunda da construção de estradas de ferro e meios de integração) no comércio da África Central: “A cidade de Lourenço Marques data, como povoação, com foros de vila de 1876; e, como cidade, de 1887. É pelo visto, uma cidade nova e, pelo que se vai ver, uma cidade moderna. A sua vida comercial e, por consequência, a sua importância actual, só começou há pouco mais de 30 anos, quando se começou a olhar para o seu grande porto e para o papel que iria desempenhar nas comunicações do Indico com a África Central e especialmente com o Transvaal. A sua situação e as suas condições naturais [...] fazem deste porto um dos melhores de toda a África; e o seu apetrechamento eleva-o a categoria dos melhores portos do mundo” (Miranda, 1932, p. 16).

pelo contrário, havia de se construir uma organicidade entre ambas que possibilitasse uma modernização sem disputa, mas com interdependência (Saraiva, 1932b, p. 58). Todavia, compreende que austeridade era um empecilho para a organização do poder público, para a sua maior “racionalização”, pois era somente através deste que se poderia fazer mudanças substantivas em Angola:

A administração pública é o fulcro de toda a vida progressiva e moral dos povos. Se a quisermos aperfeiçoar, tornando-a capaz e proba, aproximar-nos-hemos das realizações econômicas. Descusando-a, iremos directo a “liquidação”, perdendo-se então todo esforço dos colonos que nesta província trabalham há dezenas de anos, sempre animados daquela persistência e fé características lusitanas [...] O regime administrativo, bom e eficiente implica necessariamente uma obra comum, porque do conjunto de todas as energias angolanas é que há-de sair o triunfo da ideia de Império (Saraiva, 1932b, p. 59).

A invocação de um estado forte que gerisse a modernização da colônia (através de maiores recursos oriundos da metrópole)⁹⁹ tam-

99 No artigo “A unidade econômica da terra portuguesa”, de António Maria Godinho (1938), colonialista e escritor, há uma série de apontamentos visando a superação da crise que se prolongava desde o início dos anos 1930 a partir do papel ativo do poder público. Para Godinho, a primeira tarefa consistia em restabelecer o “equilíbrio da balança econômica dos países coloniais”, preenchendo o déficit de produtos alimentares e matérias-primas (Godinho, 1938, p. 14). Para isso, levanta uma série de possíveis resoluções para o problema administrativo que impede uma verdadeira unidade entre metrópole e colônias, propondo algumas medidas: “1) [...] intensificar reciprocamente regimes a corrente comercial entre a metrópole e as colônias [...]; 2) reforma dos regimes aduaneiros coloniais; possibilidade e vantagens do sistema pautal; 3) O desenvolvimento do comércio de navegação, indispensável necessidade de organizar uma marinha mercante numerosa e bem apetrechada, condição vital para a existência da unidade econômica; 4) O desenvolvimento dos meios de transportes terrestres no interior de cada colônia – iniciados com uma alta visão pelo General Norton de Matos, em Angola – e das ligações aéreas intercoloniais e das colônias com a metrópole; 5) Estudo das condições de emigração para as colônias e notadamente dos problemas fundamentais: salubridade das zonas e ruas, e abundância de capitais para a sua exploração. Só depois destes problemas resolvidos se devia intensificar a corrente migratória metrópole-colônias; 6) Estudo do regime das terras e do regime predial nas colônias; 7) Os grandes problemas de fomento colonial; possibilidades de criação de indústrias; 8) O regime bancário e em especial das transferências que deve ser encarado tanto sob o aspecto da economia da colônia como das necessidades do colono; 9) O sistema fiduciário e monetário; 10) A mecânica tributária” (Godinho, 1938, p. 14). A partir desse amplo projeto de intervenção na política colonial em um sentido modernizador, ele assinala ainda que a criação de um

bém aparece no artigo de António Augusto Dias (1935), “Exposição provincial de Benguela”. Para Dias, as exposições e mostras têm um papel fundamental no engrandecimento da “pátria lusitana”, mas também servem no momento de crise para propor diagnósticos, reiterando a emergência desta num quadro de crise:

Os últimos anos têm sido inclementes, cruéis. Um profundo desânimo atingiu colectivamente a alma do colono angolano, mas não lhe fez perder a fé, a esperança em melhores dias. Abalado por restrições sem fim até a praga acridiana que tudo devorou, destruiu, e o deixou reduzido à miséria, o feriu; e ele, intemerato, estoico, imperturbável, dobrou-se novamente e continua firme a fazer a colonização, a guardar para Portugal o sagrado solo de Angola, conquistado, regado com o sangue de pombeiros, soldados e mercenários. Apesar de todas as dificuldades financeiras e econômicas, verifica-se que a colônia caminhou, progrediu. Quando olhamos para trás, para os quarenta anos em que cá vivemos, é que se repara o quanto de progresso tem o caminho andado. É que essas dificuldades, felizmente, não têm o condão de abater a moral dos colonos. As virtudes cívicas, o sacrifício o patriotismo da raça, impõem-se sempre (Dias, 1935, p. 219).

Essa visão crítica da crise e logo em seguida rompida com a descrição ufanista da inauguração da exposição, assinalando nesta o papel dos colonos no processo de “ocupação efetiva” como a gênese da “civilização” das colônias:

Quando, ao inaugurar-se a Exposição, ouvimos os acordes da Portuguesa, os clarins da marinha toca a contigência, vimos as forças de infantaria negra a apresentar armas e a bandeira das quinas a subir no mastro, naquela mesma terra onde três dezenas de anos antes imperava um potentado negro, bárbaro e selvagem, a comoção atingiu-nos e o nosso pensamento, em prece, foi para a memória dos obscuros heróis da ocupação que, em luta contra os gentios, sofrendo privações, falta de tudo, arrostando inclemências e mortíferos, tomaram posse

“único bloco econômico” só poderia ser possível quando fosse criado um sistema de trocas entre uma metrópole com ampla atividade industrial e as colônias enquanto produtoras de matérias-primas, que seriam produzidas em um quadro de ampla modernização agrícola com o auxílio de técnicos oriundos da metrópole (Godinho, 1938, p. 14).

do império angolano, sem outro estímulo que não fosse a glória da Pátria distante (Dias, 1935, p. 220).

Para Dias, os estandes (com maquetes do caminho de ferro de Benguela), os mapas, gráficos (com a demografia, rendimento, frequência escolar), a presença de produtos coloniais (tabacos, sabões, massas alimentares, artigos de cerâmica, bijuterias, etc.) da exposição demonstram que o “esforço colonizador” não foi desperdiçado, apesar de todos os limites que ainda precisariam ser superados com um amplo projeto governamental (Dias, 1935, p. 220). As exposições e mostras tinham, portanto, na visão desses tecnocratas, o sentido de propor diagnósticos para superar o “atraso” das condições vigentes nas colônias, nomeadamente em Angola, e é devido a isso que são evidências centrais para apreendermos a reação desta *intelligentsia* diante da modernização das colônias.

Até agora nos focamos de forma estrita na visão mais urbana do processo de modernização. Esses intelectuais-gestores também estavam bastante atentos às transformações no campo, projetando uma série de diagnósticos para a superação dos problemas da produção agropecuária e da ocupação de colônias agrícolas em Angola e em Moçambique. Jacinto Perreira Martins, delegado de saúde pecuária, no artigo “A pecuária de Moçambique e seus maiores flagelos”, busca demonstrar um painel da situação agrária de Moçambique, reiterando a importância desta para o desenvolvimento da província (Martins, 1937). Considera o maior obstáculo para a ocupação humana para exploração agrícola, além da falta de uma política de créditos e da crescente austeridade, a presença da mosca tse-tse, transmissora da “doença do sono” (Martins, 1937, p. 28). A solução para o problema seria ensinar o “valor do tempo e das imposições do sistema capitalista” para que o nativo parasse com a caça (e a cultura de subsistência), pois para Martins era a prática da caça e a presença dos animais que chamavam a atenção das moscas (Martins, 1937, p. 29). Por isso, modernizar a criação bovina e agrária (ensinando a eles tecnologias modernas) transformaria a província, abrindo mais espaço para a vinda de colonos brancos (Martins, 1937, p. 29).

A proletarianização dos nativos em sua inserção na produção agropecuária moderna é também debatida no artigo “Moçambique”, do capitão José Gonçalves (1934). Para ele, o ponto de inflexão da mo-

modernização das relações de trabalho reside na regulamentação do “trabalho compelido”:

Verifica-se um aumento de produção considerável de 1914 para 1926, que apesar da situação econômica do pós-guerra nunca atingira semelhantes proporções sem o regime de trabalho instituído no início desse período de prosperidade, a desvalorização dos produtos do indígena ocasiona ociosidade e volta à subsistência [...] quando em 1930, se começaram a sentir os efeitos da crise que nos está esmagando entrou em vigor o novo Código do Trabalho dos Indígenas nas Províncias Portuguesas de África, com ele, novos dias de incerteza tem de viver a agricultura organizada (europeia), visto ter abolido o trabalho compelido para fins particulares. Baseou-se a nova legislação em altos princípios morais e humanitários na sua justificação, entra-se em linha de conta com a afirmação de que o indígena perdeu progressivamente a sua relutância instintiva e criou amor pelo trabalho agrícola durante o período em que a anterior o fez trabalhar (Gonçalves, J., 1934, p. 202).

O autor não cria veleidades retóricas, indo direto ao ponto: o trabalho compelido é necessário para modernizar as colônias; sem este, elas estariam fadadas ao fracasso. E por isso entende a nova legislação como um “estrangeirismo”, fora da realidade concreta:

Como já o dissemos, pelo menos na parte desenvolvida da Província, sob o ponto de vista agrícola – Quelimane e Moçambique – o indígena ainda procura trabalho [...] vamanhã quando o indígena esquecer as necessidades recentes que o vão esporeando, teremos de constatar com desespero a perda completa dos esforços empregados para vencer a sua inércia e, arripiando caminho, só com maiores dificuldades se apagarão as falsas ilusões que resultam sempre de qualquer mudança de orientação em política indígena. Bem sabemos, que as diretrizes foram impostas pelos falsos princípios dos aerópagos de Genebra inspirados pelas influências estrangeiras largadamente representadas por missões a quem é pouco simpática a nossa soberania. Também é bom confessar os abusos praticados por algumas das autoridades, encarregadas de velar pelo indígena. Mas, ao primeiro ponto, opõe-se a política do trabalho obrigatória seguida hoje nalgumas das nações que mais

alarde costumar fazer dos seus contestáveis altruísmos e da sua “super-civilização” (Gonçalves, J., 1934, p. 202).

Para o autor, a legislação de 1930 foi “longe demais”, pois os progressos alcançados com os nativos ainda não haviam sido consolidados, já que não se poderia “abandonar os indígenas menos sensíveis à nossa ação civilizadora e proteger a sua preguiça inata, é falhear a nossa missão e contraria o desenvolvimento desta província” (Gonçalves, J., 1934, p. 202). Esta perspectiva mais “pragmática” foge do quadro do humanitarismo republicano, tão presente no Boletim; mas, na prática, quando pensamos mais profundamente, a partir de frases e comentários dos principais heróis da Sociedade, percebemos que a maioria destes pensava formas de regulamentar o trabalho compelido e não de o abolir por completo (como é o caso notório de Paiva Couceiro). A modernização do campo então estaria imbricada, como poderíamos demonstrar em diversos outros artigos, ao enquadramento do nativo em um sistema de exploração que o vê somente enquanto força de trabalho em prol de um ideário abstrato de Império que não o contempla. A ideia de Império “harmônico e orgânico”, segundo a lógica corporativa vigente, só tem existência no discurso na *intelligentsia* do “terreiro do paço” ou das universidades sobre forte controle do regime (nomeadamente, em Coimbra), mesmo porque até mesmo os gestores que trabalhavam nas colônias por vezes desconstruíam essa visão muito idealista do trabalho nas colônias.

O que é estrutural no discurso da *intelligentsia* do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* é a projeção de diagnósticos para superação da crise que se instaurava nos anos 1930 a partir de uma política de créditos e de investimentos (infraestruturas e colonização portuguesa) que revertesse o quadro de austeridade. Para Pedro Lains, o equilíbrio orçamentário e a disciplina financeira no quadro da crise dos produtos primários do pós-crise de 1929 (tantas vezes citado por aqueles que publicavam no Boletim) faziam com que a colonização estancasse, impedindo uma maior integração que só seria efetivada no pós-guerra (Lains, 2012, p. 606). Para esta *intelligentsia*, engenheiros e/ou militares com experiência no passado ou no presente nas colônias, somente o poder público poderia reverter este quadro, criando políticas de fomento que se espelhassem nos planos de desenvolvimento de Norton de Matos. Não é arbitrário que ele

tenha sido citado diversas vezes como um modelo para a superação da crise então vigente. Esta nostalgia com os tempos republicanos, enquanto modelo ideal de gestão, fez estes intelectuais criticarem as práticas coloniais do salazarismo, mesmo que seus diagnósticos visassem tímidas reformas que não mexiam com a estrutura hierárquica das relações metrópole/províncias.

Outro elemento que é recorrente dessas narrativas da “nostalgia republicana” é de que o presente foi construído em decorrência do processo de “ocupação efetiva”, nomeadamente, a partir do período republicano, é que a má gestão dos recursos (em decorrência de um quadro administrativo burocratizado e centralizado no “terreiro do paço”) jogava esse legado no lixo. A descentralização administrativa seria, portanto, a forma de dar continuidade à luta e de aplicar os “princípios humanistas”, para assim modernizar as áreas que ainda estavam em “estado de barbárie”, sendo a proletarização e a gestão do meio colonial o principal meio para reverter o quadro de crise.

Há nestes discursos um dualismo entre um “interior” atrasado (“não civilizado”) em contraponto a espaços de modernização em curso (estradas de ferro, portos, cidades e regiões modernas e integradas a estas infraestruturas, uma produção agropecuária moderna, etc.). Este dualismo não dá conta da interdependência entre o arcaísmo do trabalho forçado e a expropriação dessa mesma força de trabalho através dos impostos (a “palhota”, entre outros), que eram a fonte para o funcionamento das colônias e da modernização de certas regiões. Este falso discurso humanista não consegue apreender a conexão entre esse avanço das infraestruturas, a necessidade crescente de a colônia ser “autossustentável” com a sobrevivência de formas arcaicas de exploração da força de trabalho que se perpetuaram até o fim do colonialismo. Aliás, essa condição de modernização que se alimentava de formas arcaicas de exploração era compartilhada por diversos países na África, nos anos de 1880-1935, como reitera Walter Rodney:

Os trabalhadores nunca recebiam um salário que lhes permitisse viver ou qualquer benefício social, porque eram paralelamente agricultores e porque, durante toda a sua vida ativa, outros membros de sua família também ganhavam o suficiente para viver daquela maneira lastimável que era, segundo os europeus, o “nível de subsistência” dos africanos. Da mesma forma, as safras

comerciais destinadas ao mercado local ou à exportação eram produzidas como excedentes acima da subsistência do camponês. Por essas razões, é enganoso considerar que existia nas colônias uma “economia dualista”, composta por um setor “tradicional” e um setor “moderno” nitidamente delimitado. O pretense enclave moderno e dinâmico e as formas atrasadas tradicionais viviam mesclados, dialeticamente interdependentes. O setor exportador só devia o seu crescimento à possibilidade de apropriação permanente do valor pertencente às comunidades africanas: terras, pessoal, produtos agrícolas entregues como pagamento de impostos e capitais (Rodney, 2010, p. 392-393).

É essa fração de gestores republicanos, alguns com um ideário nativista “euro-africano”, que projetou soluções institucionais para a modernização das colônias. A invocação do poder público por estes militares, administradores, engenheiros com cargos centrais na administração colonial demonstra que essa tecnocracia à esquerda (Norton de Matos, Vicente Ferreira, Craveiro Lopes, etc.) do salazarismo convergia, em sua essência, com o projeto de integração/dominação das populações nativas, a despeito de todas as críticas. Na prática, as reformas as quais propugnavam, em sua grande maioria, tinham um teor extremamente tímido, próprio da já referida vertente do republicanismo conservador, integrado ao regime e com uma visão demasiadamente conciliatória. Enquanto uma fração dos republicanos (os “reviralhistas”) ainda lutava (pelo menos até 1934) contra o salazarismo – e uma grande parte se exilou no Brasil, Espanha e França, perdendo os seus direitos políticos e outros tantos aprisionados – outra fração, integrada ao regime, dava seu aval (mesmo que crítico) à institucionalidade.

Dessa forma, a visão colonialista da maior parte destes intelectuais-gestores não levava a fundo a crítica ao salazarismo e ao seu modelo administrativo colonial. A nosso ver, a principal causa reside na própria integração desta *intelligentsia* no regime, na sua adesão a este através da ocupação de cargos administrativos e/ou militares. Todavia, para nos aprofundarmos ainda mais na visão colonialista desta *intelligentsia*, faz-se necessário analisar as visões sobre o “outro” colonizado, a partir da produção historiográfica, etnológica e antropológica publicada ao longo dos vinte volumes do Boletim.

CAPÍTULO IV

**A HISTORIOGRAFIA COLONIAL E OS ESTUDOS
AFRICANISTAS NO BSLA**

“É justamente, na ideia de deslocação de povos civilizados para territórios por explorar e por civilizar que encontramos a essência da colonização. Nós, os portugueses, tivemos sempre em vista essa função, durante a nossa ação colonizadora. Quando outrora nos lançamos nas conquistas fizemo-lo obedecendo ao espírito evangelizador. Dilatar a fé era uma fórmula de carácter puramente social; converter os infieis em um propósito altruísta.”

(Marcelo Caetano)

A historiografia e a etnologia/antropologia (para citarmos somente os campos de produção que analisaremos por meio do *Boletim*) foram alvo de ostensiva instrumentalização política em prol de uma visão que colocava esses saberes a favor da construção do Estado-Império Luso-Africano. Os intelectuais no período monárquico, republicano e do Estado Novo foram sistematicamente invocados a se manifestar sobre o “povo português” a partir de produções, em diversos campos e instituições, que perscrutassem os caracteres nacionais, o “*ethos lusitano*”. A invenção dessas mitologias nacionais implicou a construção de saberes que viam no “outro” colonizado (ou no ex-colono, como é o caso do Brasil) um objeto a ser enquadrado em parâmetros etnocêntricos. A construção do Terceiro Império na África significava também a produção de um conhecimento sobre as colônias que buscasse além da intervenção pragmática, a justificativa (cultural e simbólica) do domínio colonial. A visão eurocêntrica da historiografia e etnologia era parte deste processo mais amplo de instrumentalização do conhecimento em prol de um “nacionalismo imperial” (Alexandre, 2000).

Nesses *campos de produção*, o “outro”, colono ou ex-colono, é somente um adereço passivo e exótico perante um “nós” português ativo, dominante e racionalmente superior. A formação de uma história única, linear e eurocêntrica, faz parte deste processo de universalização de uma razão “trans-histórica” que formula uma “verdade eterna e teleológica” (Amin, 1989, p. 77). A teleologia foi fundamental para a formulação de uma mitologia do progresso que dissimula, por meio de um artifício historiográfico ou etnológico/antropológico, os processos propriamente históricos em torno do “encobrimento do outro”. O mito da modernidade,¹⁰⁰ nascido do confronto com o “outro” no período das “descobertas”, foi um dos artifícios usados pelos portugueses para alimentar uma “centralidade”, no século XIX e XX, que só poderia ser alcançada a partir de um recurso imaginativo. Portugal representava a modernidade, a universalidade europeia, a partir

100 O mito da modernidade nasce para Enrique Dussel no confronto com o “outro” pelos portugueses e espanhóis no período da expansão ultramarina. Em suas palavras: “Espanha e Portugal [...] do final do século XV já não são mais um momento do mundo propriamente feudal. São mais nações renascentistas. Foi a primeira região da Europa a ter a “experiência” originária de constituir o Outro como dominado e sob o controle do conquistador, do domínio do centro sobre a periferia. A Europa se constituiu como “centro” do mundo [...] É o nascimento da modernidade e a origem do seu “mito” (Dussel, 1993, p. 15).

de sua condição dual entre a Europa e o Atlântico, sendo *Os Lusíadas*, de Camões, o discurso identitário fundador:

Pela voz de Vasco da Gama, pela voz dos marinheiros ou pela voz do poeta, em *Os Lusíadas*, Portugal é a nação predestinada para dar “novos mundos ao mundo”, convertida na terra eleita por Deus, destinada a dominar o mundo como uma nova Roma. É a cabeça da Europa no sentido amplo do termo, ou seja, a cabeça do mundo na concepção eurocêntrica sobre o qual o livro é escrito. Parece, portanto, ser o movimento imprimido pela viagem que liga a origem – o Ocidente – ao mundo desconhecido – o Oriente – que está na gênese da elaboração deste discurso identitário fundador [...] A este aspecto junta-se outro elemento fundador da condição moderna de Portugal: o seu papel pioneiro de mediador dos mundos, que eleva a condição de fronteira de Portugal a um elemento de comunicação e de domínio entre os mundos, veiculado por uma imagem duplamente central de Portugal. Por um lado Portugal face à Europa, como o descobridor de novos mundos, que perante ela, através de si, ganham existência, e, por outro lado, de Portugal face aos variados Outros, como representantes da Europa, espécie de “cabeça” bifronte olhando para a Europa e para o Atlântico (Calafate, 2004, p. 22).

A imaginação imperial portuguesa constituiu no africano o seu “outro” por excelência, reproduzindo a imagem da África enquanto “terra de degredo” e do africano enquanto um “selvagem”, “canibal”, “bárbaro”, “exótico” e “sub-humano”. Estas representações são recorrentes na literatura colonial como também na historiografia e na etnologia. A conquista e a exploração colonial do fim do século XIX foram fundamentais para a “racialização das identidades”, dos conquistadores e conquistados, enquadrando uns em um papel “dominante” e outros como inferiores, seja por vias de um racismo biológico, seja por vias de um racismo culturalista (Sobral, 2015, p. 101). O “nacionalismo rácico” (Sobral, 2015, p. 105) se apoiara em teorias e disciplinas emergentes no século XIX, como a filologia, a etnografia, a antropologia, a biologia e a historiografia, reproduzindo a partir destas uma miríade de mitologias.

As disciplinas emergentes formularam taxonomias historiográficas, antropológicas, etnológicas, etc. que racionalizam mitologias

nacionais, ou seja, categorias que reduziam a complexidade do “outro” em prol da sua própria superioridade (biológica ou cultural). Para Josep Fontana, os europeus criaram diversos espelhos dos “outros” com o intuito de elaborar uma imagem de inferioridade dos não europeus (Fontana, 2005, p. 106). As classificações do “outro” (o “selvagem”, “primitivo”, “despótico”, “oriental”) buscavam enquadrar os povos segundo parâmetros etnocêntricos, no seio das justificativas históricas e etnológicas que inventaram o atraso para legitimar o domínio europeu sobre as outras nações e etnias a partir do discurso “humanitário”, a “missão civilizadora”.

O discurso do “atraso” é comum ao “nacionalismo rácico”, de vertente culturalista, que é hegemônico nos republicanos (no Brasil ou nas colônias) que publicam no *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. Para compreendermos melhor a internalização dessas mitologias, nascidas do “nacionalismo rácico”, iremos analisar no âmbito do Boletim a historiografia e a etnologia/antropologia publicada nos seus vinte volumes. Como já colocamos no capítulo IV, os escritos do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, em sua maioria, têm um caráter eminentemente conjuntural, sem muita preocupação com o rigor acadêmico. A historiografia e a etnologia/antropologia publicadas nesses volumes não fogem à regra; na maior parte são artigos pequenos, sem citações diretas, indiretas ou notas de rodapé.

Além disso, como é o caso dos “artigos-relatórios” analisados no capítulo IV, foram também produzidos por uma grande maioria de militares e/ou gestores coloniais (aposentados ou na ativa) que não tinha uma formação específica na área. Iremos confrontar o discurso desses artigos, no campo historiográfico e etnológico/antropológico, com o “saber colonial” dominante nos anos 1930 propagado pelo salazarismo. Com isso, pretendemos analisar a especificidade da visão de mundo da vertente colonial republicana que publicava no Boletim, buscando apreender as semelhanças e diferenças com a historiografia e a etnologia/antropologia difundidas pelas instituições oficiais e intelectuais orgânicos do regime salazarista.

Em um primeiro momento, evidenciaremos essas mitologias através da historiografia dos “descobrimientos” dos séculos XV e XVI, enquadrando-a nos marcos de uma ortodoxia historiográfica que interpreta esse período como “exemplo” da capacidade lusitana de

colonizar, fundamentando assim a sua “vocação imperial”. Em seguida, abordaremos a questão da internalização dessas mitologias nacionais, nomeadamente, a noção do vínculo entre lusitanidade e “democratização racial”, por meio dos estudos “africanistas” de forma geral, para assim adiante perscrutar nas análises sobre o Brasil e Cabo Verde a reprodução de um suposto *ethos* lusitano “vocionado” para “colonizar e civilizar”.

A permanência do paradigma historicista e neometódico

Toda expressão simbólica de raiz etnocêntrica pressupôs no seio do seu projeto político uma teoria da história universal (Amin, 1989, p. 76). No caso português, a sua (suposta) contribuição a cultura “ocidental”, considerada como mais “avançada”, efetiva-se com a diáspora ultramarina, nomeadamente, a “descoberta” da América (e do “Brasil”, em particular) enquanto momento originário e comprobatório da “superioridade” europeia. Com a institucionalização da história acadêmica, desde a primeira década do século XX nos cursos de Letras (Moreira, 2012; Nunes 1993; 2013), a formação de revistas acadêmicas especializadas (Moreira, 2012) e na consolidação das reformas do ensino de história (Matos, 1990a), não houve uma dissociação entre a produção historiográfica e a busca por afirmar essas mitologias nacionais. No período republicano e no Estado Novo, a historiografia foi instrumentalizada, de diferentes maneiras, em prol de uma visão nacionalista e ufanista do passado português.

Com a formação da Sociedade Nacional de História,¹⁰¹ em 1911, e a publicação da *Revista de História*, em 1912, (sob a direção de Fidelino de Figueiredo) há a presença de uma historiografia oficial que era predominantemente conservadora (Moreira, 2012). O domínio das práticas historiográficas da escola metódica, com o viés hegemônico da história político-militar e institucional, é também um dos fatores da incapacidade de renovação historiográfica que se perpetua durante praticamente todo o século XX. Amado Mendes destaca os três grandes motivos para a permanência da historiografia político-militar (a “velha história”, como dizia os *Annales*) em Portugal:

Até meados do nosso século, pode falar-se do “império” da história política e da história militar. Vários fatores contribuíram para tal tendência. Por um lado, o prestígio de que ainda gozava a chamada História Metódica

101 Em 1914, esta muda o nome para Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, durando até 1928 (Brito, 2011, p. 9).

com suas características bem conhecidas [...] (eminentemente político-militar, factual, descritiva, e subordinado à mensagem expressa no próprio documento). Por outro lado, a ideologia dominante nos períodos da respectiva produção historiográfica. Tratou-se, alias, de uma tendência igualmente em voga noutros países, inerente ao historicismo, a qual recomendava que se escrevesse e ensinasse a História que mais conviesse aos regimes, e que simultaneamente mais contribuísse para a sua preservação. Por último dado que muito então se dedicavam à História o faziam mais por vocação do que por profissão – não tendo adquirida formação específica como historiadores – uma História de tipo político-militar, um tanto generalista, era-lhes mais acessível do que outros ramos historiográficos, a exigirem um mais elevado grau de especialização. Daí que, além de historiadores propriamente ditos, também juristas, políticos, escritores e intelectuais, jornalistas ou simples curiosos se tivessem atraídos pelos domínios de Clio (Mendes, 1996, p. 391).

Este quadro historiográfico veiculado aos pressupostos da Escola Metódica é denominado por João Paulo Avelãs Nunes como o “paradigma historicista e neometódico” (Nunes, 1993). Segundo o autor, a historiografia, em particular a seção de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, serviu como *locus* de reprodução de uma historiografia profissional nacionalista e factualista que se perpetuou por longos anos (1911-1974). Para Nunes, este paradigma poderia ser sintetizado a partir dos seguintes elementos, que são, em sua maioria, correspondentes ao que vamos encontrar logo à frente na análise do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*:

Durante o seu longo período de estruturação e reprodução, o “historicismo neo-metódico” significou, nomeadamente, empirismo factualista e valorativo; delimitação de objetos de estudo de curto e médio prazos, ignorando-se as análises de longo prazo; nacionalismo e eurocentrismo; preferência pelas idades clássica, medieval ou moderna e ‘esquecimento’ da época contemporânea; valorização das vertentes político-institucional militar e diplomática, religiosa e da cultura erudita, com a inerente desvalorização das questões económicas, sociais e das “culturas heterodoxas”, atribuição de relevância explicativa à atuação das “grandes persona-

lidades” – responsáveis pelas “grandes ideias” e pelos “grandes acontecimentos” – e silenciamento do papel desempenhado por determinadas camadas da população (pobres, mulheres e crianças, minorias, membros de “raças inferiores”, etc.), identificação de “períodos de apogeu”, “épocas de decadência” e “etapas indignas” [...] limitação dos contatos com estudos e investigadores de diversos outros países e diabolização/perseguição dos proponentes de historiografias alternativas (Nunes, 2013, p. 9-10).

Como analisa também Nuno Miguel Magarinho Bessa Moreira (2012), a maior parte dos periódicos portugueses no campo da história reproduzia a ufanía de uma historiografia que se coloca enquanto “neutra e imparcial”, mas reproduz as mitologias nacionais, nomeadamente, a ideia de um Portugal que desde a diáspora ultramarina deu “mundo aos mundos”. Nos anos 1930, com o Estado Novo, a escrita da história esteve mediada por uma gestão das lembranças que buscou, através de certas instituições, criar condições para que os intelectuais portugueses soubessem o que deveria ser dito e o que deveria ser silenciado. Nas palavras de Jorge Ramos do Ó “[...] as regras da reconstrução histórica e inteligibilidade do passado se apresentavam como solenidade retórica de coisas já unânimes” (Ramos do Ó, 1999, p. 79).

As diversas reformas educacionais do Estado Novo (que dão continuidade a certos aspectos das reformas do período republicano)¹⁰² e o controle das universidades (nomeadamente em Coimbra)¹⁰³ criavam também condições para uma maior reprodução do paradigma historiográfico “historicista e neometódico” (Nunes, 1993; 2013). Mas qual a especificidade do discurso historiográfico republicano em meio ao domínio político e intelectual salazarista? Para entender melhor aquilo que une e separa ambas as historiografias, pretendemos testar a operatividade global do paradigma “historicista neome-

102 Para Sergio Campos Matos: “De uma maneira geral, pode dizer-se que, no período que estudamos, predominam os programas de carácter enciclopédico, em que a história factual, política e militar é a nota dominante. Trata-se da história tradicional ou história événementielle (ou histoire-bataille, para empregarmos a expressão de Georges Lefebvre), em que raramente se abordam temas sociais, económicos ou culturais” (Matos, 1990a, p. 39).

103 Sobre a perseguição, censura e dos vínculos entre universidade e Estado Novo, ver: Torgal (1999; 2002) e Rosas; Sizifredo (2013).

tódico” a partir da produção do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*.

O lugar por excelência para apreender a internalização dos mitos nacionais residia na historiografia dos descobrimentos dos séculos XV e XVI, nomeadamente, através do debate sobre o que “levou os portugueses à diáspora ultramarina”. A partir deste eixo, buscaremos responder pelo menos a duas questões: a) Há alguma especificidade da escrita da história republicana do boletim perante o *mainstream* historiográfico dos anos 1930?; b) Essa escrita da história reproduz a mitologia nacional de um “ser nacional” vocacionado para “dar mundo aos mundos”?; Como se dão os argumentos de legitimação?. Em suma, buscaremos aprofundar no estudo da historiografia do colonialismo publicada no boletim, afirmando ou não a presença das mitologias nacionais tão presentes na historiografia do “historicismo neometódico” (Nunes, 1993; 2013).

Por um “Império espiritual”

“Para afirmar os nossos incontestáveis direitos, para concluir que o esforço lusitano merece, pelo menos, o respeito dos povos, basta recuar à época de quinhentos, e, a partir dela, compulsar as páginas da História que, quasi sem interrupção de todas elas sobressai a grandiosidade da obra que levantamos. Não é necessário repetir o que é demasiadamente conhecido, aquilo que só não e visto pelos cegos da vontade não ver...”

(Rodrigo de Abreu Lima)

A exaltação à “glória” do Império não era consentânea com uma análise científica do mundo colonial e da sua história.¹⁰⁴ A distância entre a ufania do discurso “nacionalista imperial” e as realidades coloniais instrumentalizava a historiografia do colonialismo (em particular a mais contemporânea) a ponto de a maior parte desta reproduzir acriticamente as mitologias nacionais. A ideia de um “Império espiritual” (formado pela metrópole, colônias e Brasil),¹⁰⁵ alcan-

104 Fernando Tavares Pimenta sintetiza o estado dessa historiografia no período do Estado Novo da seguinte forma: “A historiografia colonial portuguesa teve um aparecimento tardio e não completamente emancipado da esfera política. O estado Novo privilegiou o estudo do período das grandes descobertas marítimas nos séculos XV e XVI, mas nunca aportou seriamente na promoção de uma autêntica historiografia colonial, pelo menos no que diz respeito à época contemporânea. Na realidade, o rígido controlo político e cultural e exercido pelo salazarismo sobre as Universidades não criou as condições necessárias para o desenvolvimento de uma historiografia do colonialismo português. A ideologia nacionalista do regime – com sua exaltação da “gloria” do Império – não era consentânea com uma análise científica da realidade colonial portuguesa” (Pimenta, 2010, p. 143).

105 O já citado Augusto Costa tem uma definição muito explícita dessa formulação: “I – Portugal, depois de ter sido a pequena casa lusitana, transformou-se, por força da fatalidade histórica e geográfica, num vasto Império; II – O Império Português é constituído, no seu aspecto territorial, pela metrópole, pelas adjacentes e por todas as suas possessões em África, na Ásia e na Oceania, espiritualmente pelos 100 milhões de indivíduos de cultura e língua portuguesa, espalhados pelas cinco partes do mundo; III – Para assegurar a perenidade do Império, Portugal tem de estreitar cada vez mais as suas relações com as províncias ultramarinas e colônias distantes, procurando que o Brasil seja, do outro

cava não só publicistas, homens de letras,¹⁰⁶ militares e políticos, mas também uma historiografia que afirma os caracteres inerentemente “humanistas” do “*ethos lusitano*” através do exemplo da expansão ultramarina e colonização dos séculos XV e XVI.

O elo condutor destas narrativas, feita de tragédias e heroísmo individuais, é a figura do Estado, representada pelos monarcas e mandatários, considerada nesta historiografia enquanto figura absoluta, o *leitmotiv* de toda história. Além disso, a presença de elementos metafísicos (“deus”, “sebastianismo”, “nação trans-histórica”) e a divisão da história em dinastias e reinados evidencia a herança das crônicas, a documentação “oficial” por excelência dessa historiografia nacionalista. A historiografia sobre a expansão ultramarina e os “descobrimientos” esta imersa nesses pressupostos. Duas teses se apresentam ao longo dos boletins para explicar as razões da iniciativa portuguesa na diáspora ultramarina. A corrente dominante, a mais importante para este estudo, sobredetermina os fatores religiosos e culturais sobre qualquer reminiscência de cunho econômico e social. Já na segunda corrente, minoritária e heterodoxa, os fatores econômicos e sociais são ressaltados, havendo assim, uma maior criticidade. É predominantemente da primeira corrente que emerge um conceito de “Império espiritual” oriundo de uma visão do colonialismo e da expansão portuguesa enquanto produto de um *ethos lusitano* “propício” para o “sacrifício” de “colonizar” e “civilizar”.

No artigo do juiz de direito Brito e Nascimento “*Corrente antagônica da história colonial portuguesa*”,¹⁰⁷ há uma tentativa de reforçar a tese do “caráter ideológico do esforço titânico dos homens de quinhentos” através de um “irrecusável empirismo histórico” (Nascimento, 1937, p. 32). Assinala também que as interpretações de

lado do Atlântico, o depositário e continuador da civilização portuguesa” (Costa, 1934b, p. 164-165).

106 Como é o caso da figura de Fernando Pessoa: “Portugal grande potência construtiva, Portugal Império – aqui, sim, é que, através da decadência, se revela o nosso instinto, e se mantém a nossa tradição. Somos por índole uma nação criadora e Imperial. Com as descobertas, e o estabelecimento do Imperialismo Ultramarino, criamos o mundo moderno – criação absoluta, tanto quanto socialmente isso é possível [...] Nas mais negras horas da nossa decadência, prosseguiu, sobretudo no Brasil a nossa ação Imperial pela colonização, e foi nessas mesmas horas que em nós nasceu o sonho sebastianista, em que a ideia do Império Português atingiu o estado religioso” (Pessoa, 1986, p. 164).

107 Este mesmo artigo foi republicado na já mencionada revista *O Mundo Português* um ano depois. Além disso, tem uma vasta obra historiográfica sobre a África.

cunho econômico-social eram oriundas de um “materialismo marxista” que deveria ser expurgado da historiografia:

A ideia-mater que animou a formidável época dos Descobrimentos foi a de um largo ideal universalista: – fazer os judeus e gentios um rebanho, e assim de todos um curral com um pastor. O tráfico da especiaria, que alguns escritores, eivados da superstição marxista, apontam como única mola propulsora dum grande, profundo, geral, duradouro esforço não é bastante para explicar essa aventura maravilhosa dos Descobrimentos e Conquista, tem certo o factor econômico não pode explicar por si os fatos colectivos (Nascimento, 1937, p. 32).

Diante dos limites de uma análise “econômico-social” para entender os “descobrimentos”, o autor propõe a necessidade de se colocar em seu lugar uma explicação embasada em uma “argamassa mística” que cimente os “reais objetivos” deste esforço coletivo, pois “dilatar a fé e o Império deram à nossa aventura marítima um caráter imperialista” (Nascimento, 1937, p. 32). Para Brito e Nascimento, foram a fé e os valores “humanos” que moldaram o imperialismo português, em sua particularidade única. Além disso, afirma que o colonialismo português detém outra singularidade: a presença desde os primórdios de uma corrente colonial da gestão do Império descentralizada, e, portanto, mais “democrática”:

O rei era o senhor do vasto domínio ultramarino, do comércio, navegação e conquista. O terreiro do paço era o órgão central e exclusivo da administração colonial. Esta tendência centrista inata, que uma tradição secular tem alimentado, é contradida par e passo por outra tendência adquirida por força das circunstâncias. Na verdade, demonstram os fatos que uma corrente oposta tem longa data reagido contra a absorção centralizadora da administração colonial. Logo, nos primórdios da nossa História, Vice-Reis, Governadores e Capitães-Generais solicitavam do rei “poder, jurisdição e alçada” para poderem governar as longínquas possessões do Ultramar (Nascimento, 1937, p. 33).

A criação do conselho da Índia, logo nos primeiros anos da colonização, o projeto de Sá da Bandeira de gestão descentralizada, a Junta Consultiva da República são expressões, para Nascimento, de um viés democrático da gestão colonial (Nascimento, 1937, p. 33).

Segundo Nascimento, esta particularidade democrática, mesmo que em embate contra uma tendência centralizadora, seria uma “prova” de que as razões “civilizadoras” e “humanas” do colonialismo português não poderiam ser apagadas por causas de cunho econômico e social. A visão republicana (explícita na leitura de um Império avesso à “centralização”), aliada a uma interpretação “humanista” das causas dos “descobrimientos”, é presente em diversos outros artigos que foram publicados nos vinte volumes do Boletim.

Essa interpretação “humanista” (sob o viés republicano) do processo colonizador é sintetizada por Gastão de Sousa Dias¹⁰⁸ em dois artigos: “Colonização Portuguesa I” (Dias, 1935) e “O espírito da colonização portuguesa: Instituto Indígena” (Dias, 1936a). Gastão de Sousa Dias, naquele artigo (Dias, 1935), busca demonstrar as razões da particularidade do colonialismo português. Assinala que a colonização portuguesa só criou “tão fundas raízes sobre a terra” em decorrência do “largo sentimento de humanidade que sempre e tão profundamente a inspirou”, sendo assim uma “força puramente cristã” (Dias, 1935, p. 139). É ainda mais enfático à frente:

Em todos os documentos coevos da sua acção ultramarina, em toda a maravilhosa literatura da sua expansão mundial, nos cronistas [...] na grandiosa epopeia que a resume e consubstancia na formidável catedral manuelina dos Lusíadas, está bem patente e palpitante esse anseio de levar a crença, a moral e a fé aos mais afastados confins do planeta. E não por ódio e destruição como fizeram outros povos: os portugueses souberam aceitar como bom tudo quanto sairá do seio da natureza; e simplesmente quiseram desviar os homens ainda não iniciados para um credo mais alto, para uma doutrina mais elevada moral e a dentro do qual julgavam achar-se a verdadeira salvação (Dias, 1935, p. 139).¹⁰⁹

108 Representante da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro em Angola, oficial do exército e professor do Liceu Nacional de Huíla. Foi o primeiro a ganhar o concurso de literatura colonial, promovido pela Agência Geral das Colónias, em 1926, com o livro *África Portentosa*.

109 Em outro texto no Boletim é ainda mais enfática essa interpretação “espiritualista” da colonização: “Se a colonização é acima de tudo força espiritual, nenhum povo possuiu como Portugal essa força em tão larga escala. Acima da conquista material do território imperou sempre no espírito dos portugueses a ideia da propagação doutrinária e a febre da salvação das almas [...] D. Henrique encarnando a política do cristianismo, procurou combater em todos os campos o perigo muçulmano. O seu propósito de tornar o Oceano navegável até a Índia,

Para Gastão de Sousa Dias, a compreensão da “febre” que levou as cruzadas para os mares deve ser encontrada numa análise comparativa com os desdobramentos de outros colonialismos, pois assim se entende a dimensão “espiritualista” da diáspora portuguesa:

[...] podemos avaliá-la pelos seus resultados actuais mormente quando numa rápida vista de olhos sobre o panorama do mundo, comparamos a obra realizada pelos portugueses com a mesma obra saída do esforço de outros povos. E, para melhor acentuarmos o gênio da colonização portuguesa, lembremos desde já que os portugueses foram para essa empresa guiados apenas pelo seu próprio instinto, caminhando “por mares dantes navegados”. As grandes nações coloniais que seguiram a gloriosa esteira dos portugueses parece que não souberam derramar na sua obra esse sentimento, que tão fortemente soldou irmanou com Portugal, não só a grande nação dele gerada, como todas as Colônias que, quais filhos ainda não apartados, continuam pendentes do seu seio criador. E é por isso que enquanto por todo o mundo o problema colonial constitui para essas mesmas nações um angustioso problema de ordem, de que não podem afastar-se as possibilidades de violência e do derramamento de sangue, nas Colônias Portuguesa reúna uma paz natural e fácil, para ocorrer basta somente a manutenção das leis sábias, generosas e humanas, que trouxeram povos de várias raças, de várias línguas e de várias religiões ao seu domínio acolhedor e fraterno. Enquanto a Inglaterra sente desagregar dia a dia o seu grande Império, ameaçada de ficar com um inimigo em cada nação que gerou; enquanto a França sente elevar contra si em toda parte graves impulsos de desencontrados nativismos – os portugueses colhem pacificamente o prêmio de sua ação sem sobressaltos e sem necessidade de atuações violentas (Dias, 1935, p. 139-140).

Finaliza o artigo afirmando que a resposta para o segredo do fenômeno lusitano pode ser encontrada nas práticas humanitárias nas colônias que devem ser analisadas historiograficamente nos diversos rastros deixados pelos portugueses ao longo da história do colonialismo:

afim de socorrer a cristandade do Ocidente contra os sarracenos e submeter ao mesmo tempo os povos pagãos ainda infectados pela peste maometana” (Dias, 1935, p. 212).

[...] regimentos passados aos governadores de Angola; nas cartas régias que tenazmente recomendavam a colaboração das autoridades gentílicas na governação ultramarina, nas medidas de defesa e amparo ao gentio brasileiro; no sentimento que desde Albuquerque vem ininterruptamente impregnando, espiritualizando a política de Portugal para com os povos entrados na esfera da sua protecção. No resgate, nos tratos, nas avenças, nas doações e nos presídios, nos mil processos inventados pelo gentio português para fixar à terra o sangue português, nem um momento sequer esse sentimento lúcido se deixou desvairar ou perder (Dias, 1935, p. 142).

No outro artigo citado anteriormente (1936a), uma comunicação no centro de estudos de colonização comparada da Universidade de Argel, Gastão de Sousa Dias buscou dar continuidade à sua proposta de rastrear a singularidade do colonialismo português a partir das fontes originais da história do colonialismo, voltando-se para a questão “indígena” (Dias, 1936a). Logo no início do texto, cita um regimento do governador de Angola Francisco Correia da Silva, em 22 de setembro de 1611, como um exemplo de uma visão “humana” da relação autoridade colonial e os indígenas:

E porque, o meu principal intento e dos senhores reis meus predecessores é e foi sempre nas conquistas que mandamos fazer, plantar e aumentar a fé de Nosso Senhor Jesus Cristo e que as gentes delas venham em conhecimento do seu santo nome, que, tanto que chegardes ao Reino de Angola vos informou [...] de tudo nesta matéria se tem feito, que sobos foram baptizados, que igrejas se fizeram e estão feitas em suas, terras, que ordem se teve e tem com eles para serem instruídos na doutrina cristã e preceitos de nossa santa fé se conservarem e irem em aumento nela e se permanecerem nela. Como El-Rei de Angola trabalhareis todo o possível por ter paz e amizade e ver se o podeis trazer à minha obediência, tratando em primeiro lugar que conceda pregar-se nossa santa fé em seu Reino, e o mesmo fareis por trazer à minha obediência todos os sobos por meios brandos, suaves e sem rigor; e, dando eles licença à pregação, os não obrigareis a me serem tributários, senão quando eles por si se ofereçam a ser [...] (Silva, 1611 *apud* Dias, 1936a, p. 34).

Cita também uma fala de 1583 do primeiro governador de Angola, o capitão Paulo Novais Dias (1510-1589), com o intuito de asseverar a sua tese do colonialismo humano:

A conversão destas pessoas poderosas na terra dá muito grande ânimo aos portugueses e os assegura muito, porque deles recebem avisos necessários e são acompanhados nas guerras e ajudados com mui grande fidelidade, sem o que não é possível conservar-se esta conquista e amentar-se o conquistado (Dias, 1583 *apud* Dias, 1936a, p. 34-35).

A partir dessa análise documental, chega à conclusão de que o “espírito da colonização” efetiva-se em parâmetros espirituais/humanísticos e não na busca de lucro por si, elencando os fatores e os documentos do passado que podem remontar a essa leitura “correta” do passado (trazendo novos elementos além dos já citados no artigo anterior):

Primeiramente a propagação da fé crista entre o gentio; depois a manutenção da paz, prestando auxílios aqueles que se constituíam vassalos e amigos. Desta forma os portugueses conseguiram chamar a si os povos africanos [...] Pelos tempos fora, o mesmo espírito persistia. Através das cartas regias, dos regimentos e dos relatórios, polpa-se para com o indígena a mesma larga tolerância, que conduz ao milagre actual de manter a segurança e a ordem dum território com o de Angola, 14 vezes maior que Portugal [...] Não será exagero afirmar que, nos tempos revoltos que vão correndo nenhuma nação colonizadora poderá gabar de, pela sua humanitária política, ter conseguido resultados tão compensadores (Dias, 1936a, p. 34-35).

Entretanto, Gastão de Sousa Dias não considera esse “espírito colonizador” como um espectro do passado; pelo contrário, entende que este se intensifica modernamente, nomeadamente, no século XIX a partir de uma figura histórica como Sá da Bandeira. Este personagem, através da luta pela abolição do tráfico de escravos, foi a expressão máxima de um ideário moderno da colonização, uma amálgama entre “filantropia e boa administração para melhoramento do indígena” (Dias, 1936a, p. 35). Finaliza o texto deixando clara a sua posição republicana, ao citar Norton de Matos enquanto o conti-

nuador do legado de Sá da Bandeira, apontando o Regulamento das Circunscrições Administrativas da Província de Angola, aprovado em portaria de 17 de abril de 1913, que regulava as relações entre autoridades e indígenas, como o culminar de uma visão republicana e humanista do colonialismo (Dias, 1936a, p. 35).

Mas seja qual for a vertente política (republicana, monárquica, integralista, etc.) daqueles que publicavam no Boletim, todos enquadravam a História da nação como a História do Império. O historiador Manuel Peres (1934), no artigo “Portugal – Nação Colonial”, expressa essa visão ao comparar o caso português com o de outros colonialismos tardios:

Inglêses, franceses, holandeses, italianos e belgas começaram a interessar pelas terras de além-mar há tão pouco tempo que se lhe pode aplicar o advérbio recentemente. A França e a Inglaterra, com mais de mil anos de nacionalidade, não contam quatrocentos de empresas ultramarinas; para elas, a obra ultramarina é um simples episódio da sua história. Para Portugal, pelo contrário, a história do ultramar é a história da Nação. Começou pouco depois da fundação da nacionalidade, é quase tão antiga como ela. Antes do início da empresa ultramarina, antes das expedições do Mestre de Avis a Ceuta, pode dizer-se que não há uma história marcadamente portuguesa; há história peninsular; guerras entre os reinos cristãos da península e expulsão sistemática de mouros, Portugal, Castela, Navarra, todos fizeram o mesmo e todos o fizeram identicamente (Peres, 1934, p. 19).

Dessa forma, a singularidade identitária portuguesa ante a Península Ibérica se consubstancia no processo de preparação da Expansão Ultramarina, criando nesse confronto com o mar e com os nativos encontrados a portugalidade que é “repartida” por todas as colônias: “Quem nasce em Macau sente-se tão português como quem nasce na Península Ibérica. Mais do que as leis do País, que dão a todos cidadãos os mesmos direitos políticos, seja qual for a terra em que nasceram, há o sentimento dos portugueses a afastar distinções” (Peres, 1934, p. 19). Essa suposta capacidade “inata” de “expandir e colonizar” em um sentido “humanista” é que formula a singularidade lusitana ante a Península e as outras nações coloniais, em suas palavras:

Há ainda outra coisa que distingue o ultramar português das colônias estrangeiras. Estas provieram das necessidades e conveniências econômicas e estratégicas das nações coloniais; aquele provém do desejo de “dilatar a fé”, objetivo despido de interesse material que já presidira, no início da modernidade às lutas contra os mouros. Desde o início das descobertas dos portugueses, o padre seguia o soldado. Conquistar primeiro, catequizar depois. As nações estrangeiras só muito mais tarde se ocuparam em levar aos povos selvagens as luzes da civilização. Proclamaram agora como um dever dos países coloniais essa obra; admitamos que as não move apenas o desejo de alargar o número de clientes das suas indústrias, mas reconheçamos que começaram mais tarde (Peres, 1934, p. 20).

Carlos Coimbra, em um artigo em três partes intitulado “O início da colonização Portuguesa” (1933a; 1933b; 1933c), produto de uma conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa em 1932, trabalha na mesma linha de raciocínio de Manuel Peres (1934). Como Coimbra deixa explícito logo no início da primeira parte do artigo:

Falar da nossa história da colonização é o mesmo que falar toda a história de Portugal; realmente logo após que o nosso país adquiriu os seus definitivos limites e assegurou a sua independência na memorável batalha de Aljubarrota, as vistas dos nossos governantes foram para além-mar. Uma nova cruzada contra o Islam, de processos mais modernos e mais eficientes se organizou, persistentemente se manteve e com brilhantíssimo se levou a cabo (Coimbra, 1933a, p. 39).

A colonização foi para Carlos Coimbra um sacrifício que serviu para “civilizar” os “novos mundos”, sendo os seus verdadeiros heróis os inúmeros “sem história” que não constam na História:

Para esses que foram obscuramente, sem cronistas, sem honras, sem proveitos, obreiros da civilização e da expansão nacional, construindo o Brasil, melhorando a Ásia e humanizando a África, fazendo da nossa longa nascente uma língua imperial e da nossa pequena metrópole, mãe de grandes impérios, para esses ia dizendo – devem ir os nossos sinceros agradecimentos. Perdido o “dom” das conquistas e não restando sobre o globo mais terras por descobrir, a nossa história perdida toda

a sua grandeza e o seu ritmo heroico se não fora a sobre-humana cruzada da colonização. Por isso falar da história da nossa colonização é o mesmo que falar de toda a história nacional (Coimbra, 1933a, p. 39).

Por isso, considera que a obra pioneira da “civilização portuguesa” tem de ser revivida tanto como “exemplo” para o presente como para desconstruir os ataques das outras potências coloniais contra a capacidade colonizadora portuguesa, visto que a falta de propaganda sobre a “lição ultramarina” reduziu a ação dos portugueses “a uns meros traficantes de escravos, piratas das costas, exploradores do gentio” (Coimbra, 1933a, p. 40). Para Carlos Coimbra, a historiografia dos “descobrimentos” é fundamental para contornar essa visão negativa do colonialismo. Após esses preâmbulos gerais sobre a colonização, o autor do artigo começa a analisar propriamente a cronologia das navegações para assim explicar as razões que levaram os portugueses para a vanguarda dos “descobrimentos”.

Coimbra inicia essa trajetória da colonização falando da importância da Ilha da Madeira (1418) e de Porto Santo (1420) para o confronto do caminho marítimo para a Índia, mas sem esquecer a importância da cultura da cana-de-açúcar para fortalecer também esse impulso inicial. Para ele, não foi este impulso “materialista” que resultou na formulação de um grande Império nos séculos XV e XVI, mas a criação de um conceito de administração colonial que se focava na “fixação” e não no comércio:

Se o Infante D. Henrique foi realmente o fundador da colonização, Afonso de Albuquerque foi o inventor dos seus processos modernos e científicos. Os dois, comprometidos nos objetivos políticos e religiosos que impulsionaram Portugal para o Oriente, são complemento um do outro. Afonso de Albuquerque é o digno continuador da obra do Infante. Sem a visão política, tacto administrativo e valor militar do segundo governador da Índia, a obra do grande iniciador ficaria incompleta por falta de coroamento. Foi ele o homem que tornou possível o milagre de consolidar a posição que tínhamos conquistado à custa do melhor sangue do nosso povo (Coimbra, 1933a, p. 40).

Carlos Coimbra ressalta ainda que foi Afonso de Albuquerque quem entendeu primeiro a importância primordial de uma ocupa-

ção territorial e não do comércio enquanto o principal elemento para constituir um Império, e por isso criou medidas em sua época para enquadrar os nativos na administração e costumes portugueses (com a fundação de escolas e hospitais em Goa):

É ele também o iniciador da colonização branca promovendo os casamentos dos soldados portugueses com as índias convertidas, dando-lhes como dote as propriedades que tivessem pertencido a seus pais, e que estavam perdidas com a tomada da cidade; dando lugares públicos de preferência aos homens casados, etc., estabelecendo um estímulo para regularizar e fixar a vida dos europeus (Coimbra, 1933a, p. 41).

Sendo assim, o legado principal de Afonso de Albuquerque (e dos seus discípulos) foi o da criação de um conceito “espírito do império”, pois entendia que o nativo colonizado deveria ser integrado à sociedade portuguesa:

Colonizar não é somente criar necessidades entre os selvagens para que eles possam constituir um bom mercado para os produtos da metrópole. Colonizar é mais que isso, é educar, é elevar a moral das populações indígenas. Era principalmente sob este último ponto de vista que os portugueses de outrora encaravam esta missão (Coimbra, 1933a, p. 42).

A derrota do Império no oriente se deu, segundo o autor, em decorrência do esquecimento do legado administrativo que Afonso de Albuquerque e alguns dos predecessores (D. Antão de Noronha [1520-1569] e D. Constantino de Bragança [1528-1575]) deixaram para Portugal, pois os fatores de ordem comercial começaram a ser mais importantes do que os de ordem “espírito” (Coimbra, 1933a, p. 44). Por conta disso, considera que foram os fatores de ordem religiosa, e em uma dimensão minoritária também comercial, que condicionaram ao teatro inicial da expansão ultramarina, em Ceuta ou com a fixação no oriente com Afonso de Albuquerque (Coimbra, 1933a, p. 44).

Na última parte do seu artigo (Coimbra, 1933a), Carlos Coimbra retoma a ideia de Império espírito a partir do confronto com as acusações escravagistas no passado e presente de Portugal:

Guardei propositalmente para o fim o ponto que eu considero mais importante de toda a nossa obra colonial e ao mesmo tempo fulcro das mais graves acusações que se tem feito à nossa capacidade colonizadora. Da campanha organizada contra os nossos domínios ultramarinos, numa altura em que era mais fácil e mais cómodo o governo dos povos coloniais, soberania com um mot d'ordre de antemão combinado a calúnia de escravagista. Não nos defendemos da acusação nem com o fundamento, a rispidez ou sequer a energia que se tornavam necessários. Ante a nossa defesa frouxa, a mentira medrou, floresceu, frutificou! (Coimbra, 1933a, p. 49).

Para Coimbra, a melhor forma de confrontar essa visão era a partir de uma análise historiográfica das fontes e documentos oficiais que remetiam à relação entre os portugueses e os nativos (Coimbra, 1933a, p. 49). Salienta que apesar das *Ordenações Manuelinas* (1512-1513) considerarem os escravos como “irracionais”, há uma série de “costumes” que vão pouco a pouco “melhorando” a visão dos colonizadores sobre os colonizados, a partir de práticas administrativas integradoras, citando o “1º Concílio Provincial de Malaca” (1567), em seus diversos decretos, como exemplar:

Conformando-se este Sínodo com os cânones antigos ordena que nenhum infiel possa ter escravo fiel, comprando-o ou havendo-o de qualquer maneira fique forro. E se algum escravo de qualquer infiel se vier a ser cristão, da mesma maneira ficará sem por ele lhe darem preço algum [...] Em Malaca... ordenamos que as mulheres e moços de pouca idade (em que comumente não há perigo de se baptizar com intenção de fugirem) fiquem fôrros: e os homens em que pode haver o dito perigo, examinará o bispo de Malaca; e vendo que são pessoas de que se espera perseverança na fé, o fará liberto [...] Por entender que nesta província há muitos escravos mal cativos com grande detrimento das almas assim dos que trazem de suas terras, como dos que posuem declara conforme a informação que tomou, que nestas partes por cinco casos somente por haver cativos. O primeiro quando alguma pessoa é filha de escravos. O segundo sendo tomado em justa guerra por seus inimigos. O terceiro quando alguém sendo livre se vendeu, concorrendo das condições declaradas em estreito as que são conforme à lei natural. O quarto quando o

pai estando em extrema necessidade vendeu o filho, o quinto se em terra de tal escravo, não houvesse alguma lei justa que mandasse estivar por razão de algum dos seus transgressores. E não sabendo da maneira que foi cativo assim pelo favor que à liberdade se deve, como pela probabilidade que há de pela maior parte serem furtados e mal cativos, e como os senhores estão em perigo provável de suas consciências lhe recomenda se inclinem a favor da liberdade (Concilio Provincial de Malaca, 1536 *apud* Coimbra, 1933a, p. 49).

Essas determinações foram tornadas leis no mesmo ano por D. Antão de Noronha, vice-rei da Índia, e confirmadas em carta por D. Sebastião, em 19 de março de 1569.¹¹⁰ Para Carlos Coimbra, a leitura desses textos oficiais confirma que a primeira tentativa de abolir o tráfico de escravos foi estabelecida sobre a base religiosa, bem antes da abolição por D. João I nas ilhas de Açores e da Madeira (1773) ou mesmo da administração de Sá da Bandeira abolir o tráfico de escravos (1836) e criar uma série de medidas antiescravagistas (Coimbra, 1934a, p. 50). Cita também as medidas tomadas no Brasil, através de uma carta de 1570 (sem autoria, mas provavelmente enviada por algum representante régio), para diminuir as condições em que se podiam reduzir os naturais à escravidão:

Defendo e mando – diz a carta de lei em questão que daqui em diante se não use nas ditas partes do Brasil dos modos que se até ora usou em fazer cativos os ditos gentios, nem se possam cativar por modo nem maneira alguma, salvo aqueles que forem tomados em guerra justa, que os portugueses fizerem aos ditos gentios com autoridade e licença minha, ou do meu governador das ditas partes, ou aqueles que costumam saltar os portugueses, ou a outros gentios para os comerem: assim como são os que chamam Aymorés, e outros semelhantes. E os gentios, que por qualquer outro modo ou maneira forem cativos, nas ditas partes, declaro por livres:

110 “Hei por bem e me apraz de dar enmissam aos ditos prelados e justiças eclesiásticas das ditas partes da Índia, para que por tempo de cinco anos somente, que começaram no mês de Setembro que vem dêste ano presente de quinhentos e sessenta e nove, e acabarão em Setembro do ano de setenta e quatro, possam por si, e por seus ministros dar a execução e fazer cumprir com efeito todos os capítulos das cousas, que no dito concílio me foram pedidas e que são declaradas em uma minha previsão que ora passei...” (Noronha, 1569 *apud* Coimbra, 1934, p. 50).

e que as pessoas que os estivarem não tenham nobre direito, nem senhorio algum (Coimbra, 1933a, p. 50).

Por isso, o autor considera que há uma continuidade histórica entre as leis abolicionistas, desde 1773, e algumas promulgações do século XVI, considerando Portugal como o protagonista no processo, e, devido a isso, um Império com características únicas de humanidade. Esse argumento certamente carrega uma série de distorções, por dar mais ênfase nas leis que falavam do indígena no Brasil ou do nativo na Índia e Macau do que propriamente no escravo capturado na África, apagando o holocausto africano do tráfico atlântico de escravos.

Outro aspecto que fortalece a tese de um “Império espiritual” é a ideia de que os descobrimentos são produto de um espírito “quinhentista” que foi a base para o renascimento cultural, estabelecendo uma relação entre esse espírito e este conceito humanístico de Império. Nessas narrativas, o período da expansão ultramarina nos séculos XV e XVI não estava encerrado no passado, mas era um exemplo histórico para confrontar os negativismos em torno da gestão portuguesa do Estado-Império Luso-Africano naquele momento. No artigo “Como contribuíram os portugueses para a colonização moderna”, Moura (1933) atribui as causas da expansão na colonização moderna a um espírito intelectual, racionalista, que emerge a partir da figura de D. Henrique, nomeadamente, através da criação da Escola de Sagres (Moura, 1933, p. 33).

É esse espírito de formação de elites “científicas” que construiu, para Moura, o Império oriental e luso-brasileiro, este que deveria ser a base para a formulação, naquele momento, de uma elite de “estudiosos, conhecedores do ultramar, verdadeiros coloniais, pelo saber e pela experiência, para guiar os destinos da nação Além-Mar” (Moura, 1933, p. 33). Para o autor do artigo, os descobrimentos e a expansão ultramarina são exemplares, num sentido explícito da história mestra da vida: reviver a experiência *sui generis* de “Sagres”, para formar novas elites, naquele momento, para administrar as colônias com uma visão científica (Moura, 1933, p. 34).

Os descobrimentos, enquanto um ato de “conhecimento” produzido por um “espírito quinhentista”, também têm seu encontro em

“Portugal Glorioso”, artigo de José Crespo, membro do Instituto Histórico do Minho (1933). Como salienta já no início do artigo:

Possuíamos o gênio descobridor e colonizador. Éramos uma raça de viajantes e de lutadores extraordinários. Tínhamos audácia, adquirimos ciência. Erguemos um templo, onde o gênio da raça, frente ao mar, se abriu à Razão e à Aventura. Não foi o acaso que criou a Escola do Infante D. Henrique e acendeu o pensamento profundo que presidiu à sua fundação. O acaso não cria cosmógrafos, mareantes, lutadores, colonizadores e viajantes, D. Henrique, D. Pedro, Barolomeu Dias, Gil Eanes, Gama, Cabral, Albuquerque, D. João de Castro, Duarte Pacheco, Almeida, Fernão de Magalhães – nem faz Nações. Foi um milagre da raça. Era a mística das ondas. Era a tentação irresistível de possuir o segredo dos mares e de conhecer, através deles, o mundo inteiro [...] Era o Adamastor a desafiar o Infante e o Espírito do Infante a perscrutar os longes das amplidões desertas... Voltamos exaustos, mas tínhamos vencido o Mar tenebroso e dado ao Mundo, com o esplendor duma civilização nova, outros mundos (Crespo, 1933, p. 57).

Foi essa particularidade da “raça lusitana” que propiciou a ida ao mar e o processo de “colonização científica”, esta que foi fundamentada numa ética “evangelizadora” e “cristã”:

Esta missão gloriosa e dura qualquer outra a poderia ter cumprido. Por que não o fizeram? O mar a todos se oferecia. Era fácil depois seguir os caminhos descobertos e povoar as terras conquistadas. Os portugueses, cavaleiros de Cristo, navegantes no mar e batalhadores em terra, eram, acima de tudo, evangelizadores. Dilatar o Império cristão, era um dos objetivos da sua obra [...] Fizemos o milagre de Cristo da divisão dos pães. Outros povos mais ricos e poderosos, foram atrás de nós, alimiados pela luz que o infante espargia pelo mundo [...] Pusemos ao serviço do gênio empreendedor e evangelizador da Raça, de seu espírito de sacrifício e de abnegação, das suas qualidades de resistência e de tenacidade, do seu poder criador, da sua pertinácia, do seu valor indômito, toda a ciência da arte de navegar da época, que desenvolvemos e aperfeiçoamos. Não andamos ao acaso em luta com as ondas. Era audácia esclarecida pelo saber dos cosmógrafos do Infante, senhores de to-

dos os conhecimentos da arte de marear. As caravelas rasgavam os oceanos com um objetivo cientificamente determinado, tanto quanto podia o saber de então. Levavam cartas rumadas, a bússola, o astrolábio, o quadrante, todo os instrumentos e regras dos cosmógrafos, decifrava silenciosamente as cartas marítimas, os roteiros dos pilotos, os mapas, os manuscritos e as obras que seu irmão D. Pedro trouxera das suas viagens, os mareantes, em luta tenaz, com as ondas bravas, a desvendar os segredos das ilhas e dos continentes, até aí imersos em funda escuridão, iam transformando esse infinito de águas e de sonhos, que era o mar tenebroso, num Oceano de luz, para que Portugal precedesse as nações da Europa na obra ingente do Descobrimento e Colonização do Mundo (Crespo, 1933, p. 58-59).

Poderíamos dar diversos outros exemplos dessa visão historiográfica que fundamenta os supostos valores eternos lusitanos a partir da “glória” dos “descobrimientos”, da “colonização” e da formação do Império dos séculos XV e XVI, mas acreditamos que o que foi exposto até aqui é suficiente para esclarecer os vínculos dessa escrita da História com as mitologias nacionais e com um conceito abstrato de “Império espiritual”. No entanto, não foi somente essa corrente historiográfica de cunho “culturalista” e ufanista que esteve presente nas páginas do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. Concomitante a esta, havia uma leitura de cunho econômico-social que certamente contradizia essas teses dominantes, como também detinha uma visão muito mais crítica desse período histórico.

Essa vertente aparece de forma nítida em dois artigos publicados no Boletim: na série de artigos “Colonizar I” (Moura, 1935a) e “Colonizar II” (Moura, 1935b), de Jacinto José do Nascimento Moura, e na publicação de Armando Marques Guedes, “Porque fomos para o mar” (Guedes, 1935b). Nos artigos de Jacinto José do Nascimento Moura, há uma visão crítica sobre o passado ultramarino português; não há uma laudação aos heróis e feitos, mas um enquadramento econômico-social das condições que levaram os portugueses ao mar, num retrato completamente cético do passado-presente (Moura, 1935a; 1935b). Começa o texto definindo um conceito geral de colonização, do êxodo enquanto um movimento natural, segundo sua perspectiva organicista (nascimento, auge, decadência e morte):

As duas principais causas que originam o êxodo dos homens: as necessidades materiais, ou de ordem econômica e os motivos psicológicos, ou de ordem moral. A colonização é tão antiga como o mundo. Dizendo que ela está na ordem do dia erraríamos, porque ela é tão velha como o amor, como o orgulho, como o ódio, como o homem e a própria vida. A colonização é o movimento filho do instinto da humanidade. Quando esta se tornasse imóvel dava-se a morte. Como a superfície da água estagnada nascem os germes destruidores da vida, assim os povos que cessam o seu movimento de expansão, quer econômico, quer espiritual ou moral, dão origem às forças destruidoras da sua própria existência (Moura, 1935a, p. 158).

Em sua leitura o êxodo é uma “necessidade histórica”, um movimento “natural”, parte da dialética colonizadores/colonos (Moura, 1935a, p. 158). Em seguida, aborda a colonização portuguesa enquanto início de um projeto moderno, mas sem um enquadramento ufanista do processo:

A colonização moderna inicia-se com as descobertas dos portugueses. O seu móbil inicial seria a dilatação da Fé e do Império. Não faltaram, também as razões de ordem econômicas e da política interna. Dúvida alguma nos pode deixar a Lei de Almotacaria de 1371 e o livro V das Ordenações Afonsinas. Naquilo é desenhado o estado de pobreza da moeda e a carestia dos gêneros, fenômenos estes que são filiados nas lutas internas e externas que assinalaram os últimos anos dos reinados de D. Fernando e os primeiros do Mestre de Avis (Moura, 1935a, p. 158).

Somado a este quadro de pobreza interna que impulsionam as navegações, o autor também faz duras críticas aos privilégios que o centralismo administrativo das colônias gerou para alguns, sendo a causa principal das deficiências de gestão do Império:

Três vezes fizemos política imperial: no norte da África, na Índia e no Brasil. Tudo sossobrou, mercê de circunstâncias várias, mas a que não faltou foi a descontinuidade governativa, a inábil política metropolitana local, a caprichosa inadvertência com que na orientação do país se ampliam os votos da nação e era dado seguimento a tão extraordinária empresa. Os ideais foram

suplantados pelo egoísmo. A virtude escarnecida pelos desonestos. A competência uma irrisão para os aventureiros e necessitados (Moura, 1935a, p. 158).

Por outro lado, também critica o fanatismo religioso enquanto elemento de privilégio de uma casta burocrática que usava a inquisição enquanto meio para expurgar quem se opunha a aqueles que detinham vantagens régias e religiosas, evidenciando um retrato de um Império corrupto:

Os prêmios não eram reservados ou concedidos em proporção aos merecimentos e os castigos às prevaricações. Bastava-se ser-se cristão novo ou descendente de judeu para que as fogueiras nem poupassem os ossos que há muito se encontravam entre os gusanos da cova! Assim sucedeu a Gardia da Orta, o sábio e grande naturalista. Os títulos eram mais sinônimos de riquezas materiais, do que reais merecimentos. Na Índia tudo se negociava, desde os empregos à própria artilharia e munições que guarneciam as fortalezas armadas [...] Outros iam mais a chatinar e enriquecer do que a governar [...] O ímpio maquiavelismo manobrava alfange da ignorância, a fachada intriga e a hipocrisia da superstição. O baixo Império das paixões nada mais era que ceptro de ferro erguido como símbolo de despotismo, de iniquidade de insatisfeita conquista (Moura, 1935a, p. 159).

Em decorrência dessa visão cética, Jacinto José do Nascimento Moura considera a tese historiográfica do exclusivismo do fator religioso/humano para o impulso da colonização uma leitura historiográfica equivocada (Moura, 1935a, p. 159). Entretanto, menciona ainda que apesar da bancarrota administrativa o Império deixou um elemento positivo primordial, o trato mais humano com o indígena:

Entre as trevas da ignorância houve, também, brilhançismos lampejos de luz fecunda. No pântano das misérias, de prepotências e iniquidades, no braetro da desonestidade e intolerância, houve quem fosse justo, sábio, humano, sério, honrado e bom. Portugal também foi grande pela tolerância para com os aborígenes e pela espiritualidade de que alguns modestos e desinteressados missionários impregnaram a nossa colonização, pela caridade que praticaram, pela generosidade, civilização e humanidade que proclamamos. Tudo isso de

bom que se fez foi a obra de um punhado dos seus filhos, estuantes de energias varonis, apaixonados do incógnito, abrasando no fervor místico de largar a terra portuguesa e de a erguer no mais nobre conceito mundial [...] Na formosa alvorada do Renascimento, Portugal caminha na vanguarda dos povos cultos e deixa-lhes um infinito número de conhecimento, hoje pertença da humanidade [...] Levanta-se padrões imorredouros onde hoje há cidades. Abrem-se as fronteiras às correntes do comércio moderno [...] (Moura, 1935a, p. 159).

Esse processo inicial, de abertura do mundo das fronteiras comerciais e da “razão científica”, foi barrado pelos conflitos palacianos que deixaram o processo de ocupação científica e integração dos indígenas em um âmbito secundário (Moura, 1935a, p. 159). Apesar de considerar a particularidade do fenômeno da colonização portuguesa enquanto mais progressista, Nascimento acusa as diversas políticas centralistas ou descentralistas e também a política de “assimilação” ou “exclusão” enquanto formas de ocultar a incapacidade dos europeus de se relacionarem com as culturas indígenas sem o uso da força:

Ante a populações indígenas várias foram as políticas adoptadas por outros povos. Assim na Tasmânia usou-se o extermínio; na África do Sul a compartimentação em reservas (segregação) como se tratasse de animais ferozes; por quasi toda a parte usou-se escravatura para obtenção de mão de obra. A assimilação consistia em modificar o ideal social de raça submetida, impondo-lhe o nosso próprio ideal, pedindo-lhe para abandonar as suas instituições, para modificar os seus costumes e transformar a sua mentalidade. Supôs-se, e na melhor das intenções, que podia impor a tais populações a nossa lei, porque se pensava que se fazia a felicidades dos outros impondo-lhes o nosso conceito de felicidade. E, no entanto, tratando-as à Europa faziam-nas sofrer terivelmente (Moura, 1935a, p. 160).

Considera que a disputa imperialista recente acirra as disputas pelo domínio dos indígenas, evidenciando na prática a prepotência de um discurso integrador, seja por aqueles que definem o Império enquanto “colônias”, seja por aqueles que definem o Império enquanto “províncias ultramarinas”, pois em ambos os casos acredita

que a relação com os indígenas foi desastrosa (Moura, 1935a, p. 160). A falha do modelo assimilacionista deveria mobilizar os etnólogos para que fizessem estudos que conseguissem assentar uma nova forma de “governo do indígena”, superando uma visão muito ufanista e irreal das relações entre colonizadores e colonizados (Nascimento, 1935, p. 160).

Na segunda parte do estudo (1935b), *Colonização II*, Nascimento busca dar alguns caminhos possíveis contra a “ignorância nacional” sobre os domínios ultramarinos, começando por criticar a propaganda colonial ufanista criada pelo regime vigente (Nascimento 1935b, p. 202). Pra superar a guerra surda entre metrópole e colônia seria necessário dar maior autonomia para as colônias, rompendo a hierarquia estipulada pelo Ministério das Colônias, havendo assim uma administração local com amplos poderes (Moura, 1935b, p. 202). Concomitantemente a tais direções, estipula também a necessidade de uma historiografia e de um saber colonial crítico que supere a ignorância nacional sobre os domínios e que contribua para uma gestão mais democrática (Moura, 1935b, p. 202).

O retrato do Portugal quinhentista feito por Armando Marques Guedes em *Porque fomos para o mar* (Guedes, 1935b) também evidencia uma visão cética e nada ufanista desse momento histórico. Ao início do texto, declara que as condições geográficas não favoreceram o desenvolvimento de uma economia regular em Portugal:

Um vasto espaço de terra ocupado por montes e serras ou de arroteio difícil senão impraticável; desigualdades aflitivas na distribuição das chuvas com secas prolongadas e extremas na estiagem; regime torrencioso dos rios; um desequilíbrio quase permanente entre a humanidade e a radiação solar que faz evaporar rapidamente as águas das camadas superficiais e portanto condena à sede as culturas arvenses, só favorecendo a vegetação de raízes profundas: tal o quadro das nossas condições geoclimáticas para a vida agrícola (Guedes, 1935b, p. 37).

Em decorrência dessas condições “geo-climáticas”, havia uma grande escassez de produtos que gerou, conseqüentemente, um impulso comercial para fora (Guedes, 1935b, p. 37). A partir deste processo, havia um grande fortalecimento de uma classe comercial que

tornaria Portugal uma potência navegadora (Guedes, 1935b, p. 37).
Como ele mesmo reitera à frente:

Desde cedo tinha portanto a nossa gente de ir buscar fora da terra, que a não podia sustentar, o suplemento do déficit de subsistência. Do Porto, se já há muito iam navios à Flandres; no tempo de Sancho I falava-se dos seus Pannis Navum. Por decreto de João Sem Terra, desde 1203, iam à Inglaterra os mercadores portugueses. Das chancelarias de Afonso II consta que o comércio dos povos com a França se fazia do Porto ao Algarve (Guedes, 1935b, p. 37).

Esse processo gerou consequências na estratificação social, como é o caso do citado êxodo rural, do despovoamento do campo e do enriquecimento da classe comercial. O povoamento das ilhas e da expansão como um todo significava um desdobramento da presença cada vez mais acentuada dessa classe:

O povoamento dos Açores e Madeira, entregues aos donatários, é logo acompanhando da transplantação da vinha de Chipre e da cana mélica da Sicília – dos produtos ricos, com que haveríamos de concorrer fortemente, em futuro próximo, aos mercados da Europa Central e Setentrional. Fizemos depois o périplo de África e, pela costa adiante, – costa do ouro do Marfim da Malagueta, dos escravos – íamos buscando o trigo, o marfim o algodão, os metais preciosos, as especiarias, a mão de obra escrava. A Companhia de Lagos, fundada por Lançarote, pajem do Infante, trouxe ao Continente os primeiros escravos e as primeiras riquezas das nossas navegações e descobertas (Guedes, 1935b, p. 38-37).

Em decorrência disso, sua conclusão é que foram os critérios econômicos que determinaram a expansão ultramarina, criticando o olhar inocente de alguns historiadores às crônicas:

O fim utilitário, mercantil da nossa política naval não escapou à observação dos Cronistas. Na sua crônica da Guiné, Gomes Eanes de Azurara mostram bem que queríamos ali fazer comércio. O próprio intento de chegar ao reino do Prestes João era mais comercial do que religioso. Bensaúde e Cortesão demonstram que já estávamos em relações com o rei abissínio, que já houvera troca de embaixadas e já sabíamos o que valia o impé-

rio dos Abexins. Por ele tínhamos melhores notícias do Oriente; estabelecendo com ele relações e amizade, íamos em demanda do ouro, da malagueta, do cravo, do açafraão e outros artigos de luxos, que vinham às feiras de Tomuctú. Nasceu desse contacto a idéa de irmos à Índia pelo Oriente? Ou já tínhamos, antes dele, tal plano? Há quem opte pela primeira hipótese (Vignaud), assentando-a no silêncio das crônicas e esquecendo que estas eram propositalmente omissas ou foram censuradas ou truncadas (Guedes, 1935b, p. 39).

A razão do silêncio das crônicas deve-se, para Armando Guedes, ao juramento de silêncio exigido pelos Infantes Afonso e João II dos capitães, pilotos e tripulação que faziam o périplo de África para achar o caminho marítimo para a Índia, havendo já um contato preestabelecido com o oriente para o comércio (Guedes, 1935b, p. 39). A intenção imperialista e expansionista só apareceu com Afonso de Albuquerque, já que até então a maioria dos navegadores buscava apenas estabelecer o comércio tão almejado pela classe comercial (Guedes, 1935b, p. 39). Esses dois últimos textos sobre a história dos descobrimentos vão muito além do *mainstream* historiográfico do período. Porém, a maior parte da historiografia afirma as teses do impulso “religioso” e “humanístico” do colonialismo português.

A despeito da presença de artigos com esse teor na historiografia e até mesmo de um texto de António Sérgio no Boletim, não podemos deixar de notar a hegemonia de um *mainstream* historiográfico, que certamente reproduz diversos elementos do “historicismo neometódico” (Nunes, 1993; 2013). Mesmo os artigos mais críticos não superaram o ideal nacional de um Império espiritual; pelo contrário, as críticas voltavam-se para a sua reforma, e também para a reconstrução da historiografia ufanista que não conseguia enxergar as contradições do modelo vigente. Tal como as críticas à gestão administrativa salazarista que analisamos no capítulo anterior, a historiografia de teor mais crítico não consegue superar alguns dos vícios das mitologias sobre um “caráter” lusitano.

Se fôssemos pesar o que era mais recorrente nas interpretações historiográficas desse período histórico (séculos XV e XVI), podemos afirmar que o fator mais preponderante era a afirmação de um suposto *ethos* lusitano “vacionado” para o ato de “colonizar” e “civilizar”. As narrativas incidiam sobre o momento da formação

da Escola de Sagres para reiterar a colonização como um “ato científico”, um tributo à sociedade ocidental e aquilo que propiciou a sua hegemonia. Esta filosofia da história enquadra os descobrimentos portugueses enquanto momento primordial de transformação da civilização mundial a partir dos parâmetros “superiores” da sociedade europeia, nomeadamente, do legado “quinhentista” lusitano.

A democratização das relações entre um “nós” superior (supostamente dotado de um humanismo democrático) e um “outro” inferior a ser enquadrado é entendida por estes autores como uma particularidade única da lusitanidade nascida de um conhecimento científico da administração colonial. Tal legado, para estes autores, deve servir como exemplo para confrontar a intolerância e imperialismos de cunho racalista e “materialista”. No entanto, a “exemplificação” dessa narrativa mitológica não se incide somente sobre a historiografia dos descobrimentos e colonização do século XV e XVI, pois há também abordagens específicas sobre a presença portuguesa no Brasil e em Cabo Verde enquanto exemplos para reiterar a ideia de uma lusitanidade que supera os preconceitos de cor e os raciaismos vigentes. Como veremos adiante, os estudos africanistas sobre Brasil e Cabo Verde incidem sobre a questão da mestiçagem para afirmar o protagonismo luso em sua experiência de “democratização racial”. A leitura freyriana implícita a esta interpretação historiográfica e sociológica é só uma entre outras influências de um debate intelectual muito mais amplo.

A mestiçagem e a questão racial no *BLSA*:

Enquanto na União Sul-Africana e nas Rodésias continua a desenvolver asperamente um estranhado rancor entre o branco e o negro, enquanto a Itália se prepara para deshumanamente talhar a canção os domínios necessários à sua expansão demográfica – as relações portuguesas com o negro em toda África oferecem ao mundo convulsionado um impressionante e soberbo espetáculo de harmonia, de paz, de trabalho e de ordem (Gastão, 1935, p. 140).

Nós, os Portugueses, nunca tivemos aos nossos variadíssimos súbditos ultramarinos o chamado ódio de raça (Pombo, 1939, p. 10).

A presença de um discurso em defesa da mestiçagem nos estudos africanistas do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* o torna uma peça única no debate global sobre as relações raciais entre portugueses e africanos/afrodescendentes, até porque, mesmo entre republicanos, a questão não era de todo uniforme, como fica claro quando nos voltamos para os discursos dos dois maiores representantes do colonialismo republicano nos anos 1930: Norton de Matos e António Vicente Ferreira. Ambos eram contrários à mestiçagem, justificando tal posição a partir de um argumento racialista de vertente culturalista: o “primitivismo” dos negros na África impediam a mestiçagem, sendo viáveis tais práticas apenas no futuro, com um processo de “evolução” cultural do nativo.¹¹¹ Entretanto, Norton de Matos afirma a presença da mestiçagem enquanto “prova” da capacidade democrática “inata” do lusitano de integrar o negro, como este salienta em um texto de 1935 no periódico *O Primeiro de Janeiro*:

111 Como Matos afirma na sua obra mais famosa, *A Província de Angola*: “A experiência de séculos mostrou-nos, porém, que os cruzamentos das raças branca e preta não podiam dar bons resultados e que, pelo menos, durante o largo período em que o povo português tem de levar a cabo na África a alta missão que lhe marca a sua finalidade histórica, esses cruzamentos têm de ser rigorosa e severamente contrariados, para que as qualidades indispensáveis àquela realização se não percam ou se não obliterem. [...] Viverão naquela grande região duas raças, a princípio, o mais possível distantes uma da outra; depois, pouco a pouco, à medida que a civilização da raça preta for aumentando e se for, portanto, aproximando da civilização que ali pretendemos implantar, essa distância diminuirá. [...] A fusão será então fatal? Tudo leva a crer que sim. Mas essa época está ainda muito longe e essa mistura levará séculos a realizar-se; e é legítimo perguntar que mal dessa lenta fusão virá ao mundo e a Portugal. Uma nova raça surgirá com mais vitalidade e mais força, mais adaptada às condições de vida do grande continente africano e capaz de aumentar enormemente a civilização humana” (Matos, 1926, p. 231). Sérgio Neto concluiu em seu estudo (2013) que Norton de Matos nunca deixou de ter uma posição contrária à mestiçagem: “Se Sérgio Buarque de Holanda ecoava Gilberto Freyre, as palavras de Norton pareciam inspiradoras do discurso estadonovista dos anos cinquenta, quando este apadrinhou a teoria luso-tropical. Sobretudo, quando o general afirmava, contemplando o paradigma brasileiro, que ‘o mesmo está acontecendo a Angola, e assim vamos cumprindo a nossa missão histórica’. Todavia, não obstante haver avaliado positivamente os argumentos dos dois estudiosos brasileiros, tal como os colonialistas Henrique Galvão e Carlos Selvagem, Norton nunca mudou de opinião no que respeita à mestiçagem, mantendo a crença de que esta, essencial no passado, pelo menos na Índia de Afonso de Albuquerque, e inevitável no futuro, uma vez findo o processo civilizador dos ‘indígenas’, seria inoportuna no presente, em virtude de criar um terceiro elemento entre colonizador e colonizado, susceptível de perturbar a ação do primeiro.” (Duarte Neto, 2013, p. 324).

Ai de nós, povo em que tantos sangues se misturaram desde os lusitanos até hoje, com as nossas ideias de assimilação dos habitantes de cor que vivem nos territórios portugueses, com o firme propósito de os elevar até nós, de os integrar na nossa civilização, com os nossos princípios cristãos e democráticos de igualdade, de liberdade e de fraternidade, reais e não fictícios[...] ai de nós se um dia os germânicos dominassem o mundo. Seríamos humilhados e desprezados, como o são hoje tantos alemães pelo simples facto de não poderem provar se são ou não arianos. O predomínio da classe militar. [...] A vida num país transformado em caserna seria para nós pior do que a morte. Então se a Alemanha se voltasse para África – uma vez que Rússia e Japão lhe barram a Ásia, na defesa das suas matérias-primas [...] seria para nós o fim de tudo. Um dos aspectos da revanche alemã é a constituição de um vasto domínio colonial (Matos, 1935a, p. 1).

A ideia de que a “ameaça germânica” extinguisse a experiência *sui generis* de democratização racial lusitana não está presente arbitrariamente em Norton de Matos, dado que este era um leitor assíduo de autores brasileiros como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda que afirmavam tal ideia a partir dos conceitos de “plasticidade” e “democracia racial”¹¹². Entretanto, a presença destes autores em alguns intelectuais republicanos, em particular, não fazia com estes se tornassem automaticamente a favor da miscigenação ou mesmo mais críticos aos mitos do “eldorado” e da “herança sagrada” na África. António Vicente Ferreira, em um artigo no Boletim intitulado “Alguns aspectos da política indígena de Angola” (1934), expõe, a partir da sua visão sobre a colonização em Angola, um olhar negativo sobre mestiçagem:

A coexistência das duas raças no mesmo território determina, porém, o aparecimento de novos problemas, incluindo dois de ordem social, notoriamente graves: o problema da mestiçagem, que pode interessar o futuro da raça branca, e o da concorrência da mão de obra indígena à mão de obra europeia (Ferreira, 1934, p. 58).

112 O contato de Matos com esses autores se efetivou a partir da mediação da Luso-Africana, como reitera Neto em seu estudo (2013). Além disso, é possível também apreender essas leituras de Freyre e Sérgio Buarque de Holanda em algumas de suas publicações nos anos 1930. Ver: Matos (2005).

É ainda mais enfático à frente em sua visão sobre a separação entre europeus e africanos, em decorrência da ideia do negro como “inferior” em sua mentalidade:

É evidente que o valor econômico do povoamento europeu é consideravelmente superior ao do povoamento com elementos demográficos indígenas. Questão de mentalidades, em primeiro lugar: a dos colonos brancos é idêntica à dos homens da mesma raça, da Metrópole, o que torna os interesses econômicos de uns e de outros, se não idênticos, facilmente ajustáveis; pelo contrário, as mentalidades do europeu e do indígena da África tropical são de tal modo divergentes, que se podem considerar polos opostos do espírito humano, apenas ligados pelo fio tênue da razão. São mutualmente impenetráveis; as tentativas feitas durante séculos, neste sentido, ou ficaram infrutíferas ou actuaram como fermentos dissociadores das sociedades indígenas. Os chamados “indígenas civilizados”, como todos os sociólogos colonialistas têm reconhecido, não passam, em regra, de arremedos grotescos de homens brancos. Salvo raras exceções, em que a mestiçagem, embora não aparente, produziu um certo desvio de aptidões, o “indígena civilizado” conserva a mentalidade do primitivo, mal encoberta pelo fraseado, gestos e indumentária copiados do europeu (Ferreira, 1934, p. 58-59).

Diante disso, António Vicente Ferreira propõe duas políticas de colonização distintas, uma para o branco europeu e outra para nativo africano, separando ambas as “raças” com o intuito de evitar a mestiçagem como também a exploração do europeu contra ao negro (Ferreira, 1934 p. 59) Sob as vestes de um discurso humanitário (contrário ao trabalho forçado), muitos destes símbolos do republicanismo aproximavam-se bastante do discurso oficial sobre a questão racial do período. Segundo Valentim Alexandre, nos anos 1930 havia duas correntes antagonicas na definição do “outro” colonizado, e, portanto, distintas em seus diagnósticos sobre a questão racial:

Uma delas tributária ainda das teses do “darwinismo social”, parte do postulado da inferioridade da raça negra, a qual insusceptível da civilização estaria condenada a viver sob a tutela da raça branca – sem o que voltaria ao estado natural de selvageria. É esta a teoria dominante até meados da década de quarenta: estava-se na época

de afirmação dos valores da “raça” (uma suposta raça portuguesa) a impor às etnias bantas; repudiava-se a mestiçagem e falava-se muito de “colonização étnica”, ou seja, do povoamento das colônias africanas por uma população branca numerosa, de ambos os sexos de modo a evitar as misturas raciais. A segunda corrente é mais etnocêntrica do que propriamente racista: proclama-se a superioridade, não da raça branca, mas da civilização ocidental, imbuída de valores cristãos de validade universal, o que os povos podem acender, quando devidamente educados – cabendo a Portugal essa tarefa missionária marginal até o conflito de 1939-1945, esta doutrina assume depois força de teoria oficial, em resposta às tendências descolonizadoras no contexto das nações (Alexandre, 2000, p. 243).

A despeito dessas diferenças, as duas correntes visavam em essência um objetivo comum: o enquadramento do “outro” colonizado. Para demonstrar essas semelhanças, Valentim Alexandre (2000) considera os pressupostos racialistas de Armindo Monteiro (alinhado à primeira corrente citada)¹¹³ e Norton de Matos (nos marcos da segunda corrente), guardadas as suas especificidades, como bastante próximos em sua essência “nacionalista imperial”:

Como sempre, o exacerbamento do nacionalismo tendia a reduzir o outro – neste caso, o negro – ao papel de simples receptáculo (no melhor dos casos) dos valores da civilização europeia, de que Portugal seria o transmissor. A exemplo do que já acontecerá no Século XIX, também nesta fase é raro que se manifeste a consciência de que as sociedades africanas sejam elas mesmas portadoras de valores de uma cultura própria: eles são os povos primitivos, próximos da animalidade, incapazes de por si produzirem qualquer coisa de válido no processo civilizacional. Tomamos mais uma vez Norton de Matos e Armindo Monteiro como paradigmas das principais correntes do pensamento colonial entre as duas guerras mundiais verifica-se que a imagem do negro que nos transmitem é muito semelhante: para ambos ele é um elemento de raças primitivas, na maioria

113 Como Alexandre afirma em sua obra *Da governação de Angola*, de 1935: “O branco, por agora pelo menos, está destinado a ser o dirigente, o técnico, o responsável. Nos trópicos faria triste figura a trabalhar com o seu braço, ao lado do nativo. Este é a grande força de produção, o abundante e dócil elemento de consumo que a África oferece” (Monteiro, 1935 *apud* Castelo, 1999, p. 85).

ainda em estado selvagem, entregues à miséria; a superstição e a ignorância, cabendo a Portugal, por imperativo histórico, a tarefa de as “eivar” e de as chamar a civilização (Alexandre, 2000, p. 225).

No entanto, não podemos simplesmente estancar o paradigma de Norton de Matos e Vicente Ferreira sobre a questão racial e miscigenação num viés republicano. No *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, a grande maioria dos que publicavam ultrapassava essa noção de miscigenação e das relações raciais,¹¹⁴ apesar de serem enquadrados nos pressupostos da referida segunda corrente.

No período, essa visão sobre a miscigenação e a questão racial os tornava bastante singulares perante a maioria do *mainstream* dos estudos antropológicos, etnológicos ou sociológicos sobre a questão. Gilberto Freyre ainda não era uma presença unânime no campo cultural e muito menos no campo político em Portugal. Sua visão única sobre a colonização portuguesa a partir da “mestiçagem” enquanto um valor positivo da diáspora portuguesa causava naquele período a repulsa de muitos intelectuais e políticos (Castelo, 1999).¹¹⁵

114 Isso, apesar de existirem outros autores minoritários que também se enveredam por uma leitura negativa da mestiçagem ou na positividade desta ainda em um viés biológico. Por exemplo, no artigo “A raça negra”, o tenente-coronel Salesiano Correia posiciona-se totalmente reativo à miscigenação, explicitando que esta “repeliria” ou “aniquilaria” o negro, criando um “mestiço estéril” (Correia, 1932, p. 69). Entretanto, entende que os “negros” são mais adequados aos trópicos e por isso “perfeitamente adaptados” ao seu meio, são assim “úteis e necessários”, o que não significa necessariamente inferioridade. Já Caetano Gonçalves, no artigo “O espírito da latinidade na obra da colonização portuguesa” (1936a), explicita uma visão biológica das relações raciais, mas avaliando a mestiçagem enquanto elemento positivo: “Ao perigo tantas vezes apontado na controvérsia a este respeito, de ameaçar a mestiçagem, a pureza das raças superiores, também a ciência responde que, consistindo aquela superioridade, sobretudo, no valor e a extensão, diremos mesmo a capacidade, do esforço realizado, ou seja o grau de adiantamento alcançado [...] a experiência terá demonstrado que na fusão de raças de desigual cultura ou de desigual capacidade prevalecem as qualidades do tipo superior, fazendo-se deste modo o depuramento das raças colocadas no nível inferior, em vez do abrandamento dos superiores: o que equivale a dizer que ainda na zoologia, de que a antropologia e um capítulo ou um desdobramento, o cruzamento das espécies mais facilmente conduziria à melhoria ou aperfeiçoamento, realizando assim mais vezes o progresso do que o regresso nas transformações da própria substância humana” (Gonçalves, C., 1936a, p. 51).

115 Como ela afirma ao concluir sobre a presença das ideias de Gilberto Freyre nos anos 30 em Portugal: “[...] a concepção imperial dominante não era compatível com a ideia de fusão de elementos diversos numa nova civilização luso-tropical. Portugal tinha o dever histórico de impor às “raças inferiores” os valores da civilização ocidental e do cristianismo, mas desse contacto civilizador teria que

A visão dominante sobre a questão no período entendia a miscigenação como “degeneração”, defendendo a pureza racial (Ferraz, 2006, p. 149). O lugar por excelência para percepção desta visão dominante residia na antropologia colonial formada nos anos 1910-40, a partir do impulso de Mendes Correia e de outros antropólogos da Universidade do Porto (Roque, 2006, p. 789). Detinham como identidade disciplinar o estudo das “raças coloniais” a partir de uma perspectiva da antropologia física, com estudos de antropometria (Roque, 2006, p. 790). Os museus de “aldeias virtuais” (aldeias “vivas” montadas em exposições para representação dos costumes nativos), organizados por estes antropólogos (com amplo apoio estatal), nomeadamente, com a “Exposição do Porto” de 1934 (e em outras dos anos 1930), demonstravam o sentido instrumental ao qual esta disciplina em gestação estava arraigada. No “I Congresso Nacional de Antropologia Colonial”, organizado por Mendes Correia, a miscigenação foi considerada uma prática reprovável, pelo fato de “degenerar” ambas as raças (Castelo, 1999, p. 111).¹¹⁶

Todavia, apesar da presença de um gestor como Armindo Monteiro à frente das políticas coloniais no Ministério das Colônias e da hegemonia institucional de saberes coloniais de cunho racista biologizante, havia também a presença, nos congressos, revistas e cargos coloniais, de uma *intelligentsia* em defesa da mestiçagem e de uma perspectiva culturalista das “raças” africanas.

sair sem mancha. O processo era impositivo e unilateral. A possibilidade de se realizar uma simbiose étnica e cultural equilibrada repugnava ao exacerbado nacionalismo lusitano. Em nome da pureza da ‘raça’, da religião e da cultura portuguesa, a experiência brasileira não se podia repetir no império colonial português” (Castelo, 1999, p. 86).

116 Na intervenção *Os problemas da mestiçagem* de Eusébio Tamagnini (e de outros que ali estavam, como é o caso do Mendes Correia), na sessão plenária do congresso, encontramos a presença muito forte deste racismo de cunho biológico sobre a questão da mestiçagem: “Quando dois povos, ou duas raças, atingem níveis culturais diferentes e organizam sistemas sociais completamente diversos, as consequências da mestiçagem são, necessariamente, desastrosas. É no seu aspecto social que o facto da mestiçagem reveste consequências graves. Os mestiços, não se adaptando a nenhum dos sistemas, são rejeitados por ambos. Este facto cria-lhes uma posição social infeliz. As consequências deste isolamento social, desta posição intermediária, são de tal ordem que não podem deixar de abalar profundamente, em todos os momentos, o seu estado de alma. Rejeitado sistematicamente por todos, o mestiço vagueia como pária sem esperanças de salvação. A mestiçagem, como muito bem nota Ernst Radenwaldt, é um risco para todas as sociedades humanas, desde a Família até ao Estado; um risco tomado sobre as gerações futuras. Como ninguém pode prever sua imprecisão, deve desaconselhar-se” (Tamagnini, 1934 *apud* Castelo, 1999, p. 111-112).

A presença de autores portugueses que discutiam Gilberto Freyre já nos anos 1930 (José Osório de Oliveira, Carlos Malheiro Dias, Alves Correia, João de Barros, António Sérgio, Maria Archer) e de uma publicação desse autor (Freyre, 1938) no seio do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* demonstrava a assimilação da ideia da mestiçagem e do conceito “culturalista” de raça numa fração de republicanos, mesmo diante do fato de que os seus dois grandes símbolos de gestão colonial eram contrários a esta prática (Norton de Matos e António Vicente Ferreira).

Há certamente uma correlação entre os valores do *Indirect Rule* dos republicanos do Boletim (o qual analisamos no capítulo anterior) e a ideia de uma vocação imperialista democrática e “antirracista” do colonialismo português. Uma amostra dessa visão encontra-se no texto do já referido Gastão de Sousa Dias, intitulado “Colonização portuguesa II” (Dias, 1936b). Neste texto, uma continuidade do artigo já analisado aqui (Dias, 1935), o autor busca demonstrar que o Estatuto do Indígena em Portugal refletia a visão “humana” do colonialismo português, segundo a perspectiva assimilacionista, produto de uma espécie de “pax lusitana” entre portugueses e nativos que reinava em toda a história do colonialismo na África (Dias, 1936b).

Para Gastão de Sousa Dias, o respeito aos costumes indígenas, desde os decretos de julho de 1902 e maio de 1908, com portarias visando a autonomia das autoridades tradicionais, e com seu culminar no regulamento das circunscrições de 1913, são provas da capacidade democrática lusitana de colonizar em um sentido humano (Dias, 1936b, p. 210). Reconhecer o direito e as práticas organizatórias dos nativos, segundo as suas normas, naquilo que “não fere os costumes primordiais”, torna os portugueses como atores de uma “missão histórica” (Dias, 1936b, p. 211). A conclusão do representante português da *Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* em Angola, um herdeiro de Matos e da visão administrativa do *Indirect Rule*, é de que a capacidade inata do português de civilizar o aproximou das raças com as quais se defrontou ao longo da história, integrando-se física e simbolicamente a estas ao longo de sua história colonial. A ideia de “colonização espiritual”, tão presente na historiografia dessa *intelligentsia*, tende a convergir-se com uma visão positiva da mestiçagem e das relações raciais, pois são elas que dotam o português de

uma capacidade de diluir-se (num sentido freyriano) a outros povos e, portanto, de “assimilá-los”.

Ao longo do Boletim, havia diversas outras “vias” para se chegar ao argumento de que a questão negra e a mestiçagem eram valores positivos. Por vezes se invocava a autoridade de referências externas críticas à presença da escravidão oculta no “trabalho forçado” nas colônias inglesas, belgas e francesas, situando Portugal fora destas relações raciais opressivas, como é o caso do francês Jacques Weulersse em *Noirs et blancs*. Este livro é citado inúmeras vezes como exemplo de uma leitura que afirma a singularidade do colonialismo português ante os barbarismos de outras nações coloniais. Como demonstra o conde de Penha Garcia em sua leitura do livro no artigo “Colônias e internacionalismo”:

Ainda recentemente o autor do interessantíssimo livro “Noirs et Blancs”, Jacques Weulersse, jovem sábio Francês, criticando talvez, com excesso de severidade, a obra do branco nos territórios africanos sob o aspecto do contato das raças, condena a situação actual nos territórios ingleses, no congo Belga e na África do Sul, e termina dizendo que as únicas colônias africanas em que esses problemas não existem são as colônias portuguesas. Aí o contacto das raças não suscitou fórmulas, como as daquela lei federal da União Sul Africana, que quasi repetiu o texto da primeira lei do Transvaal que dizia “Não haverá igualdade entre brancos e pretos nem na Igreja nem no Estado” (Garcia, 1933, p. 3).¹¹⁷

Mas há também leituras mais críticas do texto de Jacques Weulersse, como o faz Augusto Casimiro em “Um programa Colonial” (1933). Neste texto, analisa os apontamentos de Weulersse sobre o

117 O livro *Noir et blancs* é também citado diversas vezes ao longo dos boletins para reiterar esse argumento: “Angola! É toda que uma outra África que surge diante dos meus olhos: estes homens – os portugueses – são verdadeiros colonos e de nenhum modo ou aspecto, coloniais. Abandonaram para sempre, definitivamente, a Europa, velha e rabugenta. A África ou melhor, esta província, é agora o seu país, o seu torrão. Não nestas novas terras por alguns meses ou mesmo anos, como os demais homens brancos que tenho visto até aqui e que não cessam de sonhar com Paris, Londres e Bruxelas, dando-se a figura de exilados... Os portugueses, pelo contrários seus actos, seu aprumo, suas atividades seus claros propósitos mostram que se sentem como em sua casa que é arraigados à terra como se nela tivessem nascidos – a esta província distante que se lhes, tornou em tudo e por tudo numa nova pátria” (Weulersse, 1931 *apud* Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, N° 10-11, p. 214).

colonialismo, evidenciando as diversas práticas bárbaras dos impérios¹¹⁸ (1933, p. 29). Apesar de concordar com os argumentos, expõe certas dúvidas sobre a singularidade das relações raciais nas colônias portuguesas ante os “barbarismos” de outras nações coloniais:

E, assim, a afirmação de Jacques Weulerse, parece-nos precisa e justa. A exploração das nossas colônias africanas faz-se em termos mais favoráveis ao indígena do que os constatados na maioria das colônias das outras nações. Mas será tal facto consequência voluntária dum preciso critério de ocupação colonial? Ou apenas o resultado das limitações que aos interesses do europeu opõem as condições e possibilidades do meio ou a menor potencialidade financeira para explorações de grande vulto? Deixo sem resposta as duas interrogações (Casimiro, 1933, p. 30).

Entretanto, considera que este quadro negativo (mesmo que mais ameno do que em outras potências coloniais) das relações raciais entre brancos e negros nas colônias poderia ser revertido caso as linhas gerais das políticas coloniais modernizantes de Norton e de António Vicente Ferreira fossem seguidas: colonização branca financiada pelo Estado e extinção dos resquícios de trabalho forçado ainda existentes, fomentando o trabalho indígena livre (Casimiro, 1933, p. 31). Há também o artigo de Eduardo de Azambuja Martins, “A instrução militar em Moçambique”, que propõe o militarismo enquanto o melhor meio para “elevar” o negro para um estado de “civilização superior”, dando diversos “exemplos” de sua integração na sociedade portuguesa através do serviço militar (Martins, 1933).¹¹⁹

118 Retrata o colonialismo com os um grande naturalismo crítico: “A persistência duma velha mentalidade utilitária, que a generosidade das leis mal corrige, cria, na exploração das terras novas, uma condição miserável de servidão. As populações desorganizaram-se desaparecem, a orgânica e a disciplina nativas dissolvem-se imprudentes transportações de trabalhadores, o regime de trabalho, o contacto dos indígenas com os grandes centros urbanos ou industriais, dizimam ou perturbam as populações negras, asfixiando nelas toda a possibilidade duma evolução própria, dentro dos próprios quadros, de acordo com as características e a sua mentalidade especiais [...] Para o europeu inquieto é insaciável, se o ouro surge, a tentação do ouro seria mais forte que a fé dos compromisso tomados e as imposições da moral humana. A expropriação da terra onde as pepitas de ouro abundam, o negro veria acrescentar-se a obrigação do trabalho nos lugares onde fora a sua palhota ou a sua machamba” (Casimiro, 1933, p. 29).

119 “Muita gente mal conhecia o grande trabalho instrutivo e principalmente educador, que metodicamente consegue transformar o rude indígena chamado às fileiras, num soldado posto, com uma instrução acertada e uma educação apre-

Nos estudos “A propósito da arte negra” (1936) e “Derradeiras rezas à arte negra” (1939), de Diego de Macedo, há também uma visão sobre a questão racial a partir de uma perspectiva que percebe no “exotismo” da arte “instintiva negra” uma maior expressão artística do que na arte “racional” europeia, valorizando a sensibilidade “primitiva” (Macedo, 1936; 1939).¹²⁰

A escritora republicana Maria Archer, no artigo “O valor dos estudos africanos”, aborda a importância desses estudos para romper as imagens distorcidas sobre as realidades coloniais, pensando na importância do campo de estudos africanos para as práticas administrativas das nações coloniais (Archer, 1939, p. 19). Maria Archer invoca uma série de autores para reiterar o argumento de que o que há de mais avançado no campo reside numa perspectiva que considera o negro enquanto passível de ser “civilizado” e integrado à sociedade ocidental¹²¹ (Archer, 1939, p. 19), a despeito de não citar

ciável, que o torna digno de simpatia. Assim como antigamente, no tempo das descobertas e conquistas, bastava baptizar um selvagem para desde logo que um indígena vindo da mais recôndita selva veste uma farda de soldado, ele começa a ser tratado como camarada pelos seus irmãos de armas e sobe imediatamente como homem para uma personalidade elevada. Ele calça em breve botas e luvas, com o tradicional aprumo militar, característico do soldado branco ou preto, notando que o preto tem um maior instinto de imitação, sendo maravilhosa a facilidade de apreender tudo que não exige demora do esforço de atenção [...] Hoje o recrutamento do soldado indígena em Moçambique é principalmente orientado com a preocupação de que a sua passagem pelas fileiras seja molde a incutir-lhe elementos seguros de civilização, a língua e os costumes portugueses, e assim, restituir as terras mais longínquas da colônia em vez do indígena rude e desconfiado, que se receba como recruta, um outro homem melhorado com noções de disciplina, capaz de trabalhar utilmente na sociedade humana e com a dignidade patriótica de ser português. Pelo resto da sua vida esse indígena conservará um mais alto nível social recordando aquilo que lhe ensinaram” (Martins, 1933, p. 73).

120 “A nossa equilibrada conduta dentro do racionalismo e da categoria de civilizados que a nós próprios nos demos, é que nós atrofia a imaginação e restringe a lógica em que a nossa arte se aperta, repetindo-se continuamente, sem a variedade e sem a natural centelha de infinito, que possui a gentílica” (Macedo, 1939, p. 28).

121 Entre aqueles citados por ela, podemos destacar pelo menos dois que evidenciam claramente essa visão. A primeira citação advém do prefácio de A. F. Nogueira, no livro *A raça Negra*: “As páginas que vão ler-se foram escritas com o único intuito de ser útil ao meu país e à pobre raça a quem são dedicados. Ensinou-me a experiência de vinte e cinco anos de Angola que o negro não é o ente absolutamente inferior que nós supomos, que o nosso auxílio que lhe é necessário o seu não nos é menos útil em relação ao desenvolvimento das nossas colônias africanas. Para nós o negro não é um simples instrumento de trabalho, destinado a desaparecer um dia e a ser substituído pelo branco. É um elemento estável, duradouro, e indispensável na obra da civilização que temos a

Gilberto Freyre entre os estudiosos africanistas, mesmo já tendo debatido anteriormente a sua obra de forma crítica (Castelo, 1999, p. 74).

O brasileiro Edison Carneiro, no artigo “O problema das raças”, desconstrói a visão biológica das raças, propondo no seu lugar um “determinismo do meio ambiente”, da raça enquanto produto do meio (Carneiro, 1938, p. 37). Desta forma, não existiriam raças superiores ou inferiores, mas adaptações ao *habitat*, embasando-se criticamente no antropólogo L. H. Morgan, em seus estudos sobre os “peles-vermelhas”, para afirmar seus argumentos:

Posta em melhores condições, a raça branca pode construir a civilização Ocidental. Mas não é menos verdade que a raça negra conseguiu formar Estados de cultura adiantada, como os Estados do interior do Sudão, nem menos verdade que a raça vermelha conseguiu formar verdadeiros Impérios como o dos Incas no Peru e dos Astecas no México. Da raça amarela até se diz de que a sua civilização – a civilização chinesa – é mais eficiente, mais vivida, mais dentro dos indivíduos, do que a própria civilização branca [...] Mas essas melhores condições dadas pela natureza à raça branca, possibilitaram

realizar em África. Como tal, o problema da sua civilização impõe-se nos como necessidade indeclinável [...] Quando os egípcios, chegados a um alto grau de civilização viam em torno de si, bárbaros ou selvagens, os povos que haviam de ser os futuros gregos e romanos, quanta razão teriam, ao guiarem-se por um raciocínio que nós empregamos para os negros em suporem esses povos completamente inferiores e incapazes de se elevarem acima desse estado! Longe de estacionar, como se diz, o negro progride” (Nogueira, 1880 *apud* Archer, 1939, p. 19/21). Casalls é também um outro autor no qual Maria Archer traz para reiterar a tese do negro como passível de ser “civilizado”: “Atualmente o problema da civilização da África impõe-se às nações da Europa com tal força e o negro é nela um elemento tão essencial que forçoso tem sido estudá-lo. Reconheceu-se assim que ele não é tão indolente como se julgava. Já se sabe que ele atingiu uma organização social mais perfeita do que se supunha que no seu espírito há muitas ideias justas, que nos seus costumes, nem tudo é bárbaro. Não trabalho muito, mas trabalha, e trabalhará mais se for estimulado. Agora já se reconheceu que é preciso estudar atentamente o negro, e procurar os meios de o auxiliar na sua evolução, em vez de contrariar, como se tem feito. A nação que não souber realizar esse *desideratum* terá lavrado o diploma da sua incapacidade colonial. Quem vive na Europa, ou em qualquer parte do mundo civilizado, se pensa alguma vez nas populações africanas supõe-se logo que são todas cruéis e ferozes, que se caçam mutuamente que descobrem regras e deveres de moral, que não têm sociedade organizada, enfim, que o seu estado documenta a sua inferioridade e a nossa perfeição. Por mais lisonjeira que seja para nós é tão bárbaro como nós parece, nem o nosso é tão superior como julgamos” (Casalls, S. D. *apud* Archer, 1939, p. 20).

um mais largo desenvolvimento das suas forças econômicas, levaram-na a submeter as demais raças do mundo (Carneiro, 1938, p. 38).

Então ainda considera que o desenvolvimento das outras raças foi amputado pelo próprio expansionismo, evidenciando um retrato completamente negativo do papel dos “brancos” nas relações raciais:

E a raça branca interveio quase sempre para pior no desenvolvimento das raças, exterminando os índios da América, escravizando os negros da África, preparando o fratricídio dos amarelos no extremo Oriente... De modo que a raça branca – engrandecida por simples aventuras militares bem-sucedidas – pode se apresentar ao mundo como a raça “superior” [...] Seria mais cômodo, naturalmente, que cada raça se desenvolvesse em paz dentro das suas forças [...] Diante do fenômeno, não faltaram os ideólogos da “raça branca”, então (século XIX) identificada com a burguesia europeia. Alias até o claro Montesquieu, muitos anos antes, preparara essa falsa antropologia, ao justificar a escravidão dos negros, dizendo que “é impossível que tais seres sejam homens...”. Foi essa necessidade da raça branca justificar, diante dela mesma e diante do mundo, os crimes cometidos, na África e na Ásia, contra a independência dos povos, que deu em resultado a série de antropologistas que vem de Gobineau e Lapouge até os ideólogos do nazismo. Cientificamente, porém, o problema se resume numa troca de verbos – a raça branca não é superior às demais, mas está em plano superior. O lugar de vanguarda ocupado – atualmente pela raça branca é transitório, passageiro, produto do momento histórico que vivemos (Carneiro, 1938, p. 38).

Após tecer essas críticas a um conceito biológico da raça, sugere que a raça é uma amálgama, sempre transitória e dinâmica, entre o meio e as relações sociais (o seu lugar de classe). Em suas palavras, “[...] a organização social modifica, à sua feição particular, os tipos étnicos” (Carneiro, 1938, p. 39). Por isto, considera o antissemitismo e o racismo ariano uma “demagogia política”, e, sendo assim, eles deveriam ser combatidos com estudos científicos de antropologia e etnologia, citando os desdobramentos dos estudos “africanos” no Brasil como ferramentas de luta contra tais ideias (Carneiro, 1938, p. 39). A leitura de Edison Carneiro demonstra que a visão sobre a

superação de um racismo biológico nem sempre passou somente por uma visão estritamente “cultural” desta; por vezes, no seio desta leitura se mesclavam aspectos como o “determinismo geográfico”.

No entanto, a leitura oficial e predominante no Boletim, para discutir raça/miscigenação, era aquela vincada a um viés predominantemente cultural, de cariz antropológico e etnolinguístico. A diretoria da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro ocasionalmente se posicionou explicitamente contra a visão negativa sobre o negro e a miscigenação, utilizando-se dos seus editoriais e mesmo de eventos oficiais para isso. O maior exemplo dessa intenção reside na organização da Semana do Ultramar, de 1936, em um dos pavilhões das Feiras Internacionais de Amostras. Em um editorial do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* sem autoria, provavelmente escrito por António de Sousa Amorim ou Francisco das Dores Gonçalves, há uma explicação do sentido de se constituir um evento com o tema do Ultramar português a partir do enfoque no “negro”, em um quadro de crescimento dos estudos de “africanologia” e de acirramento de “místicas arianas”:

Estamos a viver, sem sombra de dúvidas, o ciclo do negro, e conseqüentemente sob o império da sedução alicante da África. E isto não acontece apenas naqueles países em que por motivos de ordem mesológica, de fatores étnicos e muitas outras razões o melting pot e a assimilação se acharam surpreendentemente facilitados, se deram e consumaram instintivamente com a maior naturalidade do mundo [...] Não é somente em tais países que esse movimento de simpatia, de curiosidade e de interesse – que pela sua extensão se pode considerar como um movimento pan-negro ou pan-africano – se está a fazer sentir cada vez mais palpável e consistentemente, tomando o seu corpo de dia para dia maiores proporções, mas até naquelas nações em que o impulso de falsos preconceitos, de superioridades muito discutíveis, de teorias racistas, das místicas arianas, – pangermanismo, nordicismo, anglo-saxonismo – se levantaram barreiras que são grossas muralhas, linhas divisórias agressivas, a apartar, a distinguir e separar irreconciliavelmente, em verdadeiros compartimentos estanques, os elementos humanos de que se compõem, nós assistimos hoje ao esperançoso dealbar de uma outra mentalidade, mais humana e menos prag-

mática e preconceituosa [...] uma nova era de simpatia e compreensão pelo concurso dos homens de cor no progresso e bem-estar do mundo. E não veja esse concurso circunscrito, apenas aos limites da influência material ou econômica, com as grandes explorações agrícolas [...] impossíveis de se realizar nas zonas tropicais sem o poder dos braços negros [...] Somos também forçados a reconhecer que, em plano superior, nos domínios do espiritual, os seus misticismos, as suas crenças, as suas artes tão próximas da terra, tão embebidas num halo de primitivismo gostoso, as suas músicas, cheias de rumores e assombrações, de usos selváticos, de gritos lascivos, de sensualismo ardente, de instintos que em uma plangência martirizada, um fluído longínquo de sofrimento atenuam e adoçam (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1936a, p. 141).

A inversão da visão do negro de “negativa” para “positiva” seria, portanto, tarefa de estudiosos que apontam o papel do negro na criação cultural, referindo-se ao *jazz*, ao *blues* e ao samba como provas da civilidade da cultura de raiz africana (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1936a, p. 141). Cita ainda que apesar da perseguição, hostilidade e intolerância dos brancos em relação aos negros nos Estados Unidos da América (EUA), há uma série de intelectuais negros (poetas, escritores, professores e universitários) que confrontam a mentalidade racista, citando o caso notório do poeta Langston Hughes (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1936a, p. 141).¹²²

Não obstante, o peso do racismo que o editorial atribui às relações raciais nos EUA não é encontrado no Brasil e nas colônias portuguesas. O autor do artigo cita Freyre como autoridade para reiterar o argumento da “democracia racial”:

No Brasil, felizmente para o bem de todos, não existem semelhantes preconceitos, e isto se deve, na opinião de Gilberto Freyre, àquela “miscigenação que largamente se praticou aqui e com a qual se corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa grande e a mata tropical, entre a casa grande e

122 Citam o seguinte poema de Langston Hughes como prova da luta pela dignificação humana e resistência: “*Let America be the dream the dreamers dreamed/Let it be that great strong land of love/Where never Kings connive nor tyrants acheme/That any man be crushed by onde above/(America never was America to me)*” (Hughes, 1935 *apud* Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1936a, p. 141).

a senzala [...] O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido da aristocratização – é ainda, o ilustre autor de “Casa Grande e Senzala” quem escreve –, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, como uma rala e insignificante lambagem de gente livre sandwichada entre os extremos antagonísticos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra nina a princípio, depois a mulata, a cabrocha a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido da democratização social do Brasil. Entre os filhos mestiços, legítimos e mesmo ilegítimos, havidos delas pelos senhores brancos, subdividiu-se parte considerável das grandes propriedades, quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1936a, p. 142).

O autor considera que esses elementos resultam na “abençoada ausência de preconceitos raciais”, conduzindo a inteligência brasileira ao estudo do problema do negro com bastante protagonismo. Elogia os novos estudos africanistas em escritores como Arthur Ramos e Gilberto Freyre por reorientar a interpretação sobre a miscigenação e da questão racial em termos tais que o negro não poderá ser mais visto somente como um “incivilizado” e “sem cultura” (Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1936a, p. 142). A valorização do negro embasada na leitura dos estudos de brasileiros sobre a questão racial é concomitante a um processo de exortação do legado lusitano na sua diferenciação com outros processos históricos que causaram os “ódios de raça”.

A comparação entre Brasil e EUA feita pelo editorial citado anteriormente é só uma entre tantas outras, pois ao longo das falas da Semana do Ultramar há outras intervenções que comparam a questão racial/social nas colônias portuguesas com outros processos de colonização na África, como é o caso notório da conferência de encerramento da Semana do Ultramar realizada por Evaristo de Moraes, intitulada “A sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro e o sentido da sua obra” (Moraes, 1936).

Moraes inicia a conferência elogiando o trabalho da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, explicitando também que muitos

brasileiros se identificavam espiritualmente cada vez mais com a pátria portuguesa em decorrência da comunhão de ideias criadas por instituições e intelectuais de ambos os lados. Além disso, reitera a preocupação de brasileiros em relação à missão civilizadora de Portugal na África, elogiando as práticas administrativas do colonialismo português moderno (Moraes, 1936, p. 175). Para Evaristo, a missão civilizadora portuguesa na África vinha desconstruindo a visão negativa dos brasileiros em relação à sua própria história, visto que tanto no Brasil como nas colônias portuguesas não houve os barbarismos e ódios raciais formados em outras colonizações:

Os que supunham mestres na matéria de colonização – ingleses, franceses, holandeses, belgas, sendo que o pequeno Portugal é bem digno de ser imitado nos seus métodos de obter a cooperação dos indígenas sem violências – rendem-se à evidência dos fatos, reconhece fraudes, e de preparar as colônias para a aquisição gradual da autonomia administrativa (Moraes, 1936, p. 175).

O autor acredita, portanto, que a missão colonial portuguesa seja um ato altruísta que visa a autonomia das colônias e dos colonos na formação de “novos brasis” na África (Moraes, 1936, p. 175). Cita também o nome de diversos gestores responsáveis pela formulação dessa gestão “civilizatória” (António Enes, Mousinho de Albuquerque, Freire de Andrade, Brito Camacho, Norton de Matos, João de Almeida, Armindo Monteiro) e afirma que este legado deveria servir como exemplo para outras potências coloniais:

Portugal, mais, talvez, do que outros países colonizadores, precisa patentear ao mundo a resultância dos seus esforços no sentido da utilização e do desenvolvimento das cumpre-lhes tirar aos ambiciosos e aos vorazes a possibilidade de um argumento que disfarce a má índole das suas pretensões. Convém neutralizar a infundada alegação de que Portugal não dispõe de recursos para manter os seus domínios ultramarinos. Este argumento tem surgido, no meio de outros ainda menos fundados, sempre que se pensa em resolver graves dificuldades internacionais. Ocorre, então, o alvitre de resolvê-las à custa de Portugal, mediante afronta usurpação [...] Portugal ofereceria o mundo se fosse tentada a justificativa do latrocínio, o espetáculo deveras impressionante dos

progressos da sua tarefa civilizadora. Sem sair da tão cobiçada África, bastaria por diante dos olhos de quem quisesse formar seguro juízo de Moçambique e Angola, em cujas cidades principais se encontram todos os requisitos de uma vida confortável e em cujo interior o Estado chama o indígena ao grêmio da civilização, proporcionando-lhe estrada de rodagem, vias férreas, higiene e assistência médica, ensino apropriado à sua capacidade mental. O que foi apresentado na Exposição Colonial de Paris, e na colonial portuguesa, era suficiente para comprovar e afirmativa (Moraes, 1936, p. 176).

No entanto, aponta diversos empecilhos físicos e sociais para efetivar a obra civilizadora em Angola e em Moçambique: a extensão das colônias, a tendência escravocrata de algumas tribos, a falta de colonos brancos e as dissonâncias entre poder central e poder local (Moraes, 1936, p. 176). Para superar essas barreiras, estipula um programa colonial onde o mestiço teria papel central:

Harmonizar interesses de nativos com os desses colonos; evitar que indivíduos inescrupulosos explorem a simplicidade dos naturais; incutir hábitos de trabalho regular e produtivos em criaturas propensas à periódica ociosidade; afastar, sem violências, os nativos de algumas práticas supersticiosas, de caráter sanguinário; tolerar, discretamente outras práticas menos nocivas; instruir sem forçar as inteligências rudimentares, preparando o elemento indígena, principalmente os mestiços, para o professorado; aceitar, provisoriamente, em algumas localidades, o concurso de chefetes indígenas, não lhes concedendo, todavia, atribuições que possam molestar os colonos europeus; reprimir em casos extremos para não desanimar os bem intencionados, os abusos dos funcionários, impedindo rebeliões mais ou menos justificáveis – tudo isto constitui outros tanto percalços da alta administração colonial (Moraes, 1936, p. 177).

Finaliza a conferência exortando o papel da Semana do Ultramar para didatizar a concepção de uma história lusitana feita com o “sangue e suor dos seus filhos, que abriram aos ‘mundos’ fazendo na empreitada heróis e mártires” (Moraes, 1936, p. 177). Por isso, entende a defesa da “herança” colonial humanística lusitana a partir

de uma propaganda que divulgue a ação da “missão civilizadora dos modernos colonialistas” como fator de mais alta importância para os portugueses (Moraes, 1936, p. 178). A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, por seu trabalho de difusão da obra colonial, é considerada como a vanguarda das instituições em prol do legado colonial português (Moraes, 1936, p. 178).

A defesa de uma vocação imperial por meio do argumento de supostas práticas “humanistas” do colonialismo lusitano não se prendeu somente a um debate mais abstrato sobre a questão da mestiçagem e seus vínculos com uma gestão “indireta”. Houve também a presença do debate, no seio da Semana do Ultramar e de artigos, na análise específica de dois casos concretos da diáspora portuguesa considerados exemplares: Brasil e Cabo Verde. Em ambos os casos, a forte presença da mestiçagem foi justificativa para intelectuais de diversos matizes, com forte presença da leitura freyriana, defenderem o legado lusitano da “democratização racial” das suas ex-colônias e colônias. A discussão sobre um campo de estudos “afro-brasileiros” (e a sua influência para os estudos sobre a mestiçagem em Cabo Verde) é exemplar para demonstrarmos como no âmbito do Boletim a discussão sobre o “negro” era apropriada para legitimar o argumento da “herança sagrada”, segundo a concepção de uma colonização “antirracista”, do lusitano como ausente de “preconceitos de cor”.

Os estudos afro-brasileiros e os diálogos atlânticos

[...] as relações de Portugal com o Brasil são e serão, para glória de todos nós, carinhosas e afectivas. Apartado do seu seio, mas fortemente impregnado de espírito lusíada o Brasil dia a dia estreita as suas ligações económicas e culturais com o coração materno. E, enquanto nos Estados Unidos da América compeia feroz o ódio entre o anglo-saxão e o negro, no Brasil erguem-se estatuas à Mãe-Negra e, a cada hora, se presta justiça ao sacrifício inicial do braço angolano, sem o qual nunca teria sido possível o milagre progressivo que hoje representa no mundo a grande nação brasileira.

(Gastão de Sousa Dias)

No editorial que abre o Boletim número 16/17, janeiro-junho de 1936, em homenagem à Semana do Ultramar, escrito por Francisco das Dores Gonçalves, há diversos elogios à presença de personalidades brasileiras na formulação do evento, explicitando o maior interesse, no Brasil, pelos estudos africanos na sua relação com o colonialismo português:

Conferências, palestras radiofônicas, entrevistas, notas, informações, além da publicação gratuita deste boletim que já vai número dezessete e da distribuição de jornais e ofertas de livros às mais altas autoridades da Nação Brasileira e a numerosos e dos mais brilhantes intelectuais desta grande e nobre Pátria, de tudo isso se tem feito e lançado mão e se há-de lançar cada mais em prol do Ultramar Português para que o possam conhecer, apreciar e defender, não apenas os portugueses, como também os brasileiros que vêm demonstrando um interesse pela influência portuguesa na África que supera a expectativa mais lisonjeira para o nosso brio e que tanto ilustra como honra (Gonçalves, 1936a, p. 1).

A importância dos intelectuais brasileiros na construção de um saber que auxiliasse a “missão civilizadora” de Portugal na África, a partir da maior aproximação com intelectuais brasileiros nos es-

tudos que purgam os “negativismos” sobre a presença de Portugal no Brasil, é considerada por Francisco Gonçalves como o objetivo primordial da Semana do Ultramar:

[...] este aniversário da nossa colectividade há-de ser lembrado como a realização de maior envergadura que jamais se fez no Brasil, até o ano da graça de 1936, no duplo sentido de propaganda do Ultramar Português e bem assim como o testemunho da nossa admiração pelos brilhantes trabalhos dos brasileiros ilustres da estirpe e do porte mental de Oliveira Viana, Roquette Pinto, Gilberto Freyre, Afonso Tuanay, Pedro Calmon, Arthur Ramos, Evaristo de Moraes, Baptista Pereira, Almeida Prado e tantos outros, no sentido de encontrarem novos rumos para o Brasil de amanhã, apoiados no estudo sereno e reflectivo do Brasil de ontem e de hoje [...] De facto, não haveria justificativa aceitável ou plausível para que, nesta hora de inquietação, em que tantos brasileiros insignes, levados pelo estudo aturado e profundo da história, da sociologia, da antropologia e muitas outras ciências, se debruçam atentamente sobre o continente africano para compreenderem e fixarem com exatidão a influência dos apports negros na estrutura e formação do Brasil [...] (Gonçalves, F., 1936a, p. 2).

Gonçalves conclui o editorial de abertura explicitando o papel do Boletim enquanto “veículo dessa cooperação decisiva” entre intelectuais na produção do conhecimento para perscrutar a história da formação social de Portugal na sua relação com o Brasil e as colônias.¹²³ Entre os intérpretes considerados como mais representativos do ideário da Sociedade, na interpretação do passado-presente, está a figura de Gilberto Freyre. Em um editorial no ano anterior, Francisco das Dores Gonçalves o considera como o “jovem mestre de

123 Nuno Simões, membro honorário da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, em alguns outros artigos (1932a; 1938) também elogia a historiografia/sociologia recente sobre a questão africana na sua relação com a história da colonização no Brasil: “Há no Brasil uma forte presença de estudos históricos. Ao serviço da rebusca das verdadeiras origens nacionais em que fundaram as directivas seguras de organização social, estão núcleos de investigadores, de historiadores, de economistas, de memorialistas, de evocadores literários e até de simples divulgadores romanceados da história. A conclusão irrefutável a que têm ido dar é, no seu balanço final, inteiramente favorável à ação portuguesa cujos pequenos defeitos e até cujos raros grandes erros encontram compensação na superior intuição colectiva dos colonos e nas normas modelares dos grandes chefes da nossa colonização no Brasil” (Simões, 1938, p. 5).

Casa Grande & Senzala”, “autor insigne” de “vasta erudição”, citando até mesmo integralmente alguns trechos de suas obras (Gonçalves, 1935d, p. 181-182).¹²⁴ A formação de uma civilização *sui generis* nos trópicos, a partir do papel preponderante de um *ethos* lusitano predisposto a se “diluir” na cultura e se miscigenar com o “outro” colonizado, era uma interpretação extremamente elogiada e apropriada pelos autores do Boletim. Gilberto Freyre era uma figura marcante entre os estudos afro-brasileiros que apareceram no Boletim a partir do ano de 1936, nomeadamente, a partir dos vínculos com intelectuais brasileiros criados na Semana do Ultramar. Por isso, não era arbitrária a presença de Freyre e de alguns intérpretes da sua obra no seio do Boletim.

No artigo de Gilberto Freyre “Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das colônias” (1938), este busca evidenciar a importância da formação de um campo de estudos “luso-brasileiros” em diversos aspectos da história do Brasil, Portugal e colônias, focando-se na especificidade da arte colonial. No texto, expõe em diversos momentos a sua visão sobre a singularidade “humanista” do colonialismo português, no seu legado cultural na arte e em diversas expressões:

Um povo com uma capacidade única de perpetuar-se em outros povos. Dissolvendo-se neles a ponto de parecer ir perder-se nos sangues e nas culturas estranhas mas ao mesmo tempo comunicando-lhes tantos dos seus motivos essenciais de vida e tantas das suas maneiras mais profundas de ser, que passados séculos, os traços portugueses se conservam na face dos homens e na fisionomia das casas, dos móveis, dos jardins, das embarcações das formas de bolo. A arte de origem portuguesa na América como na África, na Ásia e nas ilhas, está cheia dos riscos de tão esplêndida aventura de dissolução. Portugal seguiu em sua política colonizadora aquelas palavras misteriosas das escrituras: ganhou a vida, perdendo-a. Dissolvendo-se. Por isso tantos dos

124 Francisco das Dores Gonçalves usa Gilberto Freyre como argumento de autoridade para falar sobre os “traços comuns” das cidades que os portugueses levantaram na América: “[...] o sobrado feio e forte, com varanda para a rua – que é nota brasileira de Bananal como de Rio Formoso, do velho São Paulo como de Recife antigo; a rua estreita – dentro de certas condições, tão sábia neste clima; a telha oriental; o jardim emendado com a horta” (Freyre, 1933 *apud* Gonçalves, 1935d, p. 181).

seus valores de arte mais característicos persistiram [...] E persistem em combinações e diferenciações inesperadas, mas que guardam o sabor original das raízes hispânicas (Freyre, 1938, p. 7).

Adiante, Freyre oferece diversos exemplos dessa “dissolução” lusitana no seio da arte legada ao Brasil:

A arquitectura religiosa conservou-se no Brasil quase sem alteração. A militar, igualmente. Nas próprias casas-grandes patriarcais, tão cheias de combinações novas e de diferenciações às vezes profundas, os traços predominantes conservaram-se portugueses. Na arte do doce, na da cozinha, na da louça, na do jardim, na do móvel, na da escultura religiosa, na dos trabalhos de ouro e prata, na dos instrumentos de música, na dos brinquedos dos meninos, na das embarcações do rio e de mar, a força criadora do português, em vez de se impor, com a intransigência imperial, ligou-se no Brasil ao poder artístico do índio e do negro e, mais tarde, ao de outros povos, sem, entretanto desaparecer: conservando-se em quase tudo o elemento mais característico (Freyre, 1938, p. 7).

Para Gilberto Freyre, o estudo desse *ethos* lusitano no interior da arte nas colônias e no Brasil deveria fundar um campo de estudos que “verificasse” nos países sob a influência do processo colonizador português os aspectos comuns do legado artístico-cultural:

Esse poder de persistência na arte portuguesa é admirável e merece ser estudado com amor e vagar, no Brasil como nos outros países de colonização lusitana. Do mesmo modo é preciso que se estude nos objectos de arte brasileira, a influência da Índia, da África, da China, do Japão, através de Portugal onde tanto traços exóticos foram assinalados, antes de comunicarem ao Brasil (Freyre, 1938, p. 7)

Entretanto, não foi só do lado das colônias e ex-colônias que houve influência de uma “cultura miscigenada”, mas havia também, para Freyre, uma influência recíproca entre a arte portuguesa e a africana e a indígena, havendo assim uma “miscigenação” da produção cultural por todos os lados, do colonizado ao colonizador:

Por outro lado, não deixou de haver sobre a arte culta e popular de Portugal, sugestão da natureza brasileira. E não só sugestão nessa natureza em seu estado cru como influência de uma paisagem e de um meio social colorido fortemente pela escravidão e pela miscigenação. Esses traços de influência ou de sugestão brasileira sobre a arte portuguesa da Europa estão exigindo uma análise pachorrenta e demorada. Eles se encontram nos doces – nos quais certos ingredientes brasileiros se juntaram aos da Índia ou da África, ou simplesmente aos tradicionais, portugueses, para produzirem combinações novas para o paladar, para o olfato para a vista. Nos jardins – os bons jardins portugueses – onde mais de uma planta brasileira se tornou elemento valiosíssimo de cor ou de forma artística nova para a Europa. E o pesquisador há-de descobri-los também na arte do azulejo – influenciando-lhe os motivos; na da escultura em madeira; na da própria filigrana; na da pintura; na da louça. Dentre os trabalhos em madeira – e madeira quase sempre brasileira, que desde o século XVII se tornou uma das construções mais nobres em Portugal [...] E de plantas brasileiras em jardins portugueses as que se encontram tão à vontade [...] Jardins que me parecem da maior significação para o estudo do espírito artístico do português nas suas qualidades mais características, entre elas, o poder de assimilação do exótico e a capacidade para combina-lo com os elementos mais tradicionalmente portugueses (Freyre, 1938, p. 7-8).

Esses elementos elencados por Freyre eram “exemplares” para reiterar a ideia de um *ethos* lusitano propício para o ato de “assimilação” do exótico, e, portanto, para o estudo da singularidade da colonização portuguesa no passado e naquele momento. Por conta disso, havia a necessidade de uma colaboração luso-brasileira nos estudos das “características gerais do velho espírito português, ou do actual luso-brasileiro” (Freyre, 1938, p. 8). No entanto, Freyre aponta que a “lusofobia” e a “brasilofobia” impediram por muito tempo esse tipo de cooperação, que só foi possível com a aproximação cultural entre Brasil e Portugal nos anos 1930:

Os homens das gerações mais novas, aqui como lá, sentem que ao lado das pátrias políticas existe esta realidade inegável: a unidade cultural luso-brasileira ou luso-afro-brasileira a que pertencemos todos os por-

tugueses e filhos de países colonizados pela gente de Portugal. Essa realidade cultural se apresenta com problemas que existem para o seu esclarecimento e para a sua interpretação, a mais inteligente e constante de cooperações e de esforços soltos e prejudicados por patriotismos rasteiros (Freyre, 1938, p. 8).

A ideia de “assimilação do exótico” no seio de uma perspectiva positiva da “mestiçagem” não é só expressa na própria fala de Freyre, e dos editores do Boletim, mas também se encontra em citações avulsas e em artigos de autores sócios correspondentes que dão eco à interpretação freyriana da formação social brasileira. No artigo do padre Manuel Alves Correia, “Gilberto Freyre – Casa Grande & Senzala”, há uma análise laudatória da sua obra máxima (Correia, 1937). Alves Correia não poupa tinta para elogiar a interpretação freyriana sobre a colonização portuguesa no Brasil e o papel da mestiçagem neste processo, reiterando o sucesso editorial da obra *Casa Grande & Senzala*:

O livro de Gilberto Freire é notabilíssimo. O público, tanta vez caprichoso, desta vez foi bem advertido e tomou conta da importância da obra: a primeira edição é de 1933; esgotou-se rapidamente; tenho presente a segunda de 1936. Duas edições, em tão curto prazo, neste gênero de literatura, constitue felicidade rara (Correia, 1937, p. 72).

Em seguida, começa a resenhar o livro, nuançando a leitura freyriana da economia patriarcal, sua formação e evolução na sociedade brasileira (Correia, 1937, p. 72). A leitura do padre Alves Correia ganha por vezes tons críticos à presença de Portugal no Brasil, chamando atenção para os efeitos negativos da presença de alguns portugueses no ímpeto do enriquecimento fácil sem muito trabalho, do uso instrumental do território brasileiro para apropriação de impostos, da escravidão do negro e do ameríndio e a Inquisição (Correia, 1937, p. 72). É na sua leitura da monocultura escravocrata e latifundiária que explicita uma visão nada romântica da leitura de *Casa Grande & Senzala*:

Por estas alturas computava-se em doze milhões, a população total de território brasileiro. Metade desta população era constituída por caboclos brancarões, gente miserável com que se tinha de conta não como força

econômica, mas como material clínico, para estudos de anemia, palúdica, do béri-béri, da sífilis, da boubá [...] (Correia, 1937, p. 73).

A escravidão é compreendida segundo os “dualismos” freyrianos: integra a sociedade, mas cria pobreza. Entretanto, para Correia, é nos escravos que se encontra a população mais “forte e sadia” da população brasileira. O autor ainda cita Freyre: “os atletas, os capoeiras, os ‘cabras’, os marujos” (Freyre, 1933 *apud* Correia, 1937, p. 73). É o regime econômico, não as condições “biológicas” de raça ou clima que criam essa diferenciação populacional, entre as “classes” intermediárias ociosas e os negros no trabalho. As palavras de Freyre são novamente utilizadas para reiterar o argumento:

No caso da sociedade brasileira o que se deu foi acentuar-se, pela pressão de uma influência econômico-social – a monocultura – a deficiência das fontes naturais de nutrição que a policultura teria talvez atenuado ou mesmo corrigido ou reprimido, através do esforço regular e sistemático. Muitas daquelas fontes foram por assim dizer pervertidas, outras estancadas pela monocultura, pelo regime escravocrata e latifundiário, que, em vez de desenvolvê-las e abafou-as, secando-lhes a espontaneidade e a frescura (Freyre, 1933 *apud* Correia, 1937, p. 73).

Correia aponta que a “má higiene alimentar” decorrente da monocultura e a inadaptação ao clima agiu diretamente no físico e na eficiência econômica brasileira, estancando-a em um padrão latifundiário (Correia, 1937). Mas, se a sua visão era negativa sobre as consequências econômicas do latifúndio, o mesmo não acontece com relação à miscigenação no Brasil:

Não há estabilidade nem predomínio de raça. Os habitantes do Brasil vêm da mais extraordinária e rica miscigenação de que há exemplo: de ameríndios, de pretos, e de todas as variedades de europeus... Vem do caos? Não é o caos donde provém, mas de uma poderosa concentração da humanidade. No Brasil de pouco ou nada servem para orientação social e nacional, os paradigmas do passado. Tem-se dito que foram os jesuítas o elemento da unidade brasileira. O próprio autor de Casa Grande e Senzala faz esta concessão aos padres da Companhia: “Os jesuítas foram outros que pela influência do seu sistema uniforme de educação e de moral so-

bre um organismo ainda tão mote, plástico, quase sem ossos, como o da nossa sociedade colonial nos séculos XVI e XVII, contribuíram para articular como educadores o que eles próprios dispersavam como catequistas e missionários” (Correia, 1937, p. 74).¹²⁵

Aponta que a convivência entre religião e patriarcalismo escravocrata e polígamo foi uma cooperação que perpetuou a conservação de um regime de todo monstruoso:

A religião isentou-se, a consciência católica voou por alto, redimindo as almas, uma a uma, em regime individualista, abstraindo daquele mundo da injustiça e imoralidade? Por vezes assim o fez, e quando assim procedeu, fez bem. Infelizmente os missionários e moralistas católicos do regime de iniquidade social que não podiam remediar. Vieira, por exemplo, que se arvorou como conselheiro político, foi um escravagista implacável em relação aos negros [...] Quanto aos inquisidores, geralmente espíritos estreitos, alguns ferinos, mostram-se absolutamente incapazes de introduzir ou manter no corpo social, ou em doutrinação política, o mínimo afecto de benevolência ou algum calor de caridade cristã. Estes depuradores e apuradores da fé deixaram alastrar o patriarcalismo polígamo e a escravidão (Correia, 1937, p. 74).

Correia conclui que, apesar do espetáculo da miscigenação oriunda da solidariedade única criada no sistema “Casa Grande & Senzala”, esse mesmo sistema gerou inúmeros problemas para o Brasil do presente, sendo o latifúndio o seu pior mal, reiterando tal argumento a partir do próprio Freyre:

A escravidão e a monocultura – escreve Gilberto Freire – continuam a influenciar a conduta, os ideais, as atitudes, a moral sexual dos brasileiros. A monocultura latifundiária, mesmo depois de abolida a escravidão, achou jeito de subsistir em alguns pontos do país ainda mais absorvente e esterilizante do que no antigo regime; e

125 Alves Correia, na publicação *Missões católicas portuguesas*, também cita a obra de Freyre para reiterar o argumento da presença jesuítica na formação dos indígenas: “A posse do colomim significava a conservação, tanto quanto possível, da raça indígena sem a preservação da sua cultura. Foi onde o esforço educativo e civilizador dos jesuítas artificializou-se, não resistindo mais tarde seu sistema de organização dos índios em ‘aldeias’ ou ‘missões’ aos golpes da violenta política anti-jesuítica do marquês de Pombal” (Freyre, 1933 *apud* Correia, 1936, p. 26).

ainda mais feudal nos abusos; criando um proletariado em condições menos favoráveis de vida do que a massa dos escravos (Freyre, 1933 *apud* Correia, 1937, p. 74).

Sob um viés fortemente marcado pela leitura romântica freyriana, acusa as usinas de açúcar de perpetuar o latifúndio naquilo que ele tem de mais negativo: a exploração da classe trabalhadora e a monocultura que cria escassez de alimentos (Correia, 1937, p. 74). Ao ponderar os “antagonismos”, o autor certamente pesa mais o aspecto negativo do que o positivo do “escravismo poligâmico”, apesar de ser bastante otimista com relação à miscigenação e ao papel lusitano nesse processo. Outros autores de tendência republicana que discutiam Freyre e que publicavam no Boletim, como Maria Archer e António Sérgio, tinham também uma postura extremamente crítica a ele, fazendo recensões a aspectos da sua obra em outras produções culturais.¹²⁶

Não obstante, a leitura freyriana sobre a questão racial no Brasil, na sua relação com o colono português, não é a única que encontramos ao folhearmos os boletins. Existem outras referências no campo de estudos afro-brasileiros que desconstroem a visão racista biogizante sem passar pelo crivo da interpretação do autor de *Casa Grande & Senzala*. Renato Mendonça, no texto “O negro e a cultura no Brasil” (1938), analisa a literatura em torno dos estudos sobre a “africanologia brasileira”, elencando outras interpretações importantes para o estudo do “negro” naquele período para além de Gilberto Freyre.

126 Para Cláudia Castelo, os republicanos tendiam a ter uma leitura mais crítica e menos ufanista dos desdobramentos da interpretação freyriana sobre a particularidade portuguesa nos trópicos. Maria Archer, em um artigo publicado na *Seara Nova*, intitulado “Aspectos da ‘paisagem social’ na África portuguesa e no Brasil do passado sugeridos pelos livros de Gilberto Freyre”, elogia a interpretação freyriana para o caso do Brasil, no sentido da democratização racial, mas critica as possíveis generalizações dessa visão para as colônias na África: “Recordações e interrogações. Porque é caso para armas, este de vermos os portugueses, em face da terra tropical, com o negro escravo domado ao trabalho, e idênticas condições de insalubridade no clima e resistência dos naturais, produzir na América uma civilização característica e na África manter a colonização estacionária, incolor, em regime de exploração e não em gestação de nacionalidade” (Archer, 1937, p. 167). E também à frente no texto: “O povo português teve em Angola e Moçambique grandes terras virgem e grandes massas de negros escravizados; mas não sei o que houve nas directrizes iniciais da colonização que em África se atrofiaram os elementos que se expandiram no Brasil – e a expansão étnica, a fixação pela casa e a família, a adaptação ao meio que se pode chamar civilização regional, como que a simbiose da terra e do homem, não são fenômenos conhecidos da colonização de Angola e Moçambique” (Archer, 1937, p. 167).

Abre o seu artigo reiterando o papel da língua na definição de um conceito não biológico de raça: “Língua e raça são como verso e reverso de uma medalha” (Mendonça, 1938, p. 34). A raça é, assim, produto de fatores étnico-linguísticos, sendo objeto passível de estudo pela linguística, pela etnografia e pela antropologia, um objeto das disciplinas culturais (Mendonça, 1938, p. 34).

Considera a língua e a cultura, embasado na leitura do linguista alemão Hugo Schuchardt, como “um produto de mestiçagem”, não havendo assim “raças” puras, pois são produtos desses dois fatores sempre “mestiços” (Mendonça, 1938, p. 34). Mendonça assinala que os estudos afro-brasileiros nos domínios da linguística, da etnografia e da sociologia são enquadrados neste pressuposto do estudo da “mestiçagem” cultural (Mendonça, 1938, p. 34). Afere ainda que o campo de estudos da africanologia brasileira é ainda bastante incipiente, sendo difícil sintetizar a questão por não haver precedentes em estudos que façam uma revisão do tema (Mendonça, 1938, p. 34).

Inicia a revisão colocando Nina Rodrigues enquanto o pai de toda uma escola de africanologia brasileira que se hegemoniza nos anos 1930, apontando também alguns outros nomes anteriores importantes. Como é o caso notório de Silvio Romero, por explicitar a necessidade de uma pesquisa sobre a questão negra, ou do lexicógrafo Antônio Joaquim Macedo Soares, no artigo de 1880 “Sobre algumas palavras africanas introduzidas no português que se fala no Brasil”, sendo o precursor do estudo dos africanismos no seio da língua brasileira (Mendonça, 1938, p. 34). Além disso, assinala a importância de Macedo Soares por analisar etimologicamente a presença de numerosos brasileirismos de origem africana em 1888, no *Diccionario Brasileiro de Língua Portuguesa* (Macedo, 1938, p. 35). No entanto, para Mendonça é em Nina Rodrigues que há uma verdadeira mudança nos estudos afro-brasileiros:

A Nina Rodrigues, porém, reverte o papel do propulsor da hélice do avião: sem ele os estudos afro-brasileiros não estariam onde estão. Os Africanos no Brasil é a pedra fundamental da etnografia do negro brasileiro, e por pouco, o monumento também. A série de ensaios os mais variados e de diversas épocas enfeixados nesse volume, por iniciativa vitoriosa de Homero Pires, formam, como que as diretrizes esplanadas a golpes de talento e cultura de todo um programa imenso: “I –

Procedências africanas dos negros brasileiros; II – Os negros maometanos no Brasil; III – As sublevações de negros brasileiros anteriores ao século XIX, Palmares; IV – Os últimos africanos. Nações pretas que se extinguem; V – Sobrevivências africanas. As línguas e as belas artes nos colonos pretos. VI – Sobrevivências totêmicas: festas populares e folclore; VII – Sobrevivências religiosas. Religião mitologia e culto; VIII – Valor social das raças e povos negros que colonizaram o Brasil e dos seus descendentes; IX – A sobrevivência psíquica na criminalidade dos negros no Brasil”. Esse índice transforma perfeitamente o livro de Nina Rodrigues no quilômetro zero, de onde têm de partir todos os africanólogos brasileiros para chegarem ao fim pelo roteiro certo (Mendonça, 1938, p. 35).

A partir dessas indicações de tema, considera Rodrigues o formador de uma escola de “autodidatas”, intelectuais que deram continuidade a suas investigações etnográficas, mas também em outros campos, citando diversos dos seus discípulos: Arthur Ramos, Edison Carneiro, Gilberto Freyre, Roquete-Pinto e outros. Estes se reuniram no I Congresso de Etnografia organizado por Arthur Ramos, expressando o forte vínculo com a obra de Nina Rodrigues, como Mendonça afere ao recomendar a leitura da obra que publica os resultados do congresso, intitulada *Estudos Afro-Brasileiros*, de 1935 (Mendonça, 1938, p. 35). Assinala também a importância de Nina Rodrigues em obras recentes como a que ele mesmo publicou: *A influência africana no português do Brasil* e nas *Religiões* do já citado Edison Carneiro (Mendonça, 1938, p. 55). A importância crescente dos estudos afro-brasileiros evidencia, para o autor do artigo, a mudança gradativa da visão sobre a questão racial no Brasil (Mendonça, 1938, p. 55).

A importância de Nina Rodrigues fica ainda mais clara com a presença ativa de Arthur Ramos, seu principal discípulo,¹²⁷ em diversas publicações no Boletim e até mesmo na participação em eventos

127 Apesar de Arthur Ramos apropriar-se do campo de estudos aberto por Nina Rodrigues, há diferenças substantivas entre suas respectivas visões sobre o conceito de raça. Nina se enquadrada numa perspectiva do darwinismo social, enquanto a leitura de Ramos enquadra-se no viés da antropologia cultural. Isso fica explícito na diferença da leitura do significado do “Palmares” em cada um. Para Nina Rodrigues, Palmares significou um espaço sem esperanças “civilizatórias” em decorrência da questão racial “incontornável”, enquanto para Ramos foi um espaço de resistência à “aculturação” imposta aos escravos no Brasil, ver: Souza (2013).

como a Semana do Ultramar, por meio de uma conferência (Ramos, 1936). Nesta conferência, intitulada “Negros bântus no Brasil” (Ramos, 1936), publicada no Boletim a partir das anotações de Francisco das Dores Gonçalves, Arthur Ramos faz uma análise do negro das colônias antigas e atuais, explicitando a influência africana no Brasil:

O conferencista salienta a importância do estudo das populações negro-africanas para um mais perfeito conhecimento dos elementos étnicos do Brasil. Congratula-se com a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro por haver incluído no seu vasto programa de actividades, um capítulo, e dos de maior significação para os brasileiros, de estudos culturais sobre o negro das colônias portuguesas. A missão colonizadora de Portugal em África foi tão importante, tão decisiva, que o estudo histórico, etnográfico e comparado, das suas colônias, antigas e actuais, virá esclarecer quasi todos os problemas ligados à influência africana no Brasil (Gonçalves, 1393 *apud* Ramos, 1936, p. 166).

Em seguida Francisco das Dores assinala, em sua leitura da conferência de Arthur Ramos, as deficiências do “método histórico” com relação ao estudo do negro escravizado, destacando algumas das barreiras: “destruição dos documentos do tráfico, queima dos arquivos alfandegários e dos ‘assentos’ dos ‘senhores’, o trabalho posterior da ‘aculturação’ do negro” (Gonçalves, 1936 *apud* Ramos, 1936, p. 166). Somente o “método cultural” poderia ir à frente em relação às deficiências do método histórico, explicitando diversos métodos nos quais Arthur Ramos se insere, dando ênfase ao seu enquadramento nos pressupostos do norte-americano Melville J. Herskovits¹²⁸ (Gonçalves, 1936 *apud* Ramos, 1936, p. 166). Além do método, também usa as divisões das “áreas culturais” de Herskovits,¹²⁹ apropriando-se

128 Arthur Ramos trocou correspondência com Herskovits por anos, enviando a ele a produção “africanista” do Brasil para conhecimento. Ver: Guimarães (2004).

129 Arthur Ramos cita pelo menos nove áreas culturais em sua conferência, a saber: “1 - Área hotentote - povos gregários, agricultores; crenças na lua e em espíritos; 2 - Área boximane - pobreza de cultura material e riqueza de cultura espiritual; folclore desenvolvido; pinturas rupestres; 3 - Área oriental do gado - ‘complexo do gado’; povos pastores e agricultores; dialectos bântus e rilóticos; nature-gods; 3-A - Sub-área ocidental - algumas tribus bântus como os Ovaherero, Ovambo e Ovimbundu; 4 - Área do Congo - povos de língua bântu; agricultores; cerâmica e trabalhos em ferro; esculturas de madeira; ‘arte africana’; organização política complexa; culto dos antepassados e práticas mágicas; 4-A - Sub-área ocidental do Golfo da Guiné - povos de língua sudanesa; grande densidade de população;

destas para analisar a especificidade dos negros que fizeram parte da diáspora do tráfico de escravos no Brasil (Gonçalves, 1936 *apud* Ramos, 1936, p. 166), evidenciando todo um programa de estudo sob o viés da leitura do referido antropólogo:

As deficiências do método histórico são corrigidas, como já acentuaram os conferencistas pelo estudo comparado das áreas culturais africanas e das instituições sociais do negro no Brasil. Pode-se afirmar que as três áreas culturais africanas que sobreviveram no Brasil foram: a área do Congo, de negros bântus, a sub-área ocidental, do Golfo da Guiné e a área do Sudão ocidental, de negros sudaneses. Em seus livros “O Negro brasileiro” e “O Folklore Negro do Brasil”, o Dr. Arthur Ramos teve ocasião de estudar a religião, o folclore e outras instituições sociais do negro brasileiro, mostrando a contribuição respectiva daquelas áreas referidas (Gonçalves, 1936 *apud* Ramos, 1936, p. 166).

Nessas anotações, Gonçalves não deixa de evidenciar o peso da importância lusa no continente africano que Arthur Ramos explicita em sua conferência:

Em todas as áreas culturais do Continente Negro, encontra-se a influência da colonização lusa. Da cultura do Sudão ocidental, que forneceu ao Brasil o grande contingente male, de negros islamizados e de antigas influências berberes-etíopes, Portugal conserva a Guiné Portuguesa. Na Guiné Portuguesa, Portugal guardou o traço predominante da sua aproximação cultural com os povos guineano-sudaneses [...] Na subárea ocidental do Golfo da Guiné estão antigas colônias portuguesas, hoje pertencentes à Inglaterra. São os povos iorubás a ter no Brasil. Foi o extraordinário mérito de Nina Rodrigues e seus discípulos haver demonstrado a influência iorubá entre a população negra da Bahia [...] A área bantu propriamente dita, a dos povos negros da bacia do Congo, foi a que conservou, quase intactos, o esforço e o espírito colonizador português. A sua influência no

técnica desenvolvida; história de reinados célebres; organização política e religiosa já bem complexa; 5 - Ponta oriental - cultura ‘marginal’; influência muçulmana; 6 - Área do Sudão Oriental - povos nômades; influência muçulmana; 7 - Área do Sudão Ocidental - história agitada; lutas célebres entre o Islam e as culturas aborígenes; impérios famosos; área típica da chamada ‘civilização sudanesa’; 8 e 9 - Áreas do Deserto e Egípcia - culturas ‘marginais’, europeia e maometana” (Ramos, 1936, p. 167).

Brasil foi extraordinária (Gonçalves, 1936 *apud* Ramos, 1936, p. 167).

Dessa forma, considera, em sua leitura de Ramos, a influência decisiva dos povos bantos no folclore e outras instituições sociais no Brasil (o culto dos espíritos, o culto dos antepassados dos grandes deuses primitivos, as práticas mágicas nas macumbas, nas festas populares, etc.). Nas conclusões, cita diretamente as palavras elogiosas de Arthur Ramos à contribuição do colonialismo português para a perpetuação da cultura africana no Brasil, exortando a sua particularidade “humana”, em uma leitura que certamente aproxima-se de Gilberto Freyre:

Da longa epopeia colonizadora portuguesa, estão marcados no Continente Negro, os traços decisivos da civilização lusa. Podemos afirmar que todas as áreas culturais africanas guardam a impressão dominante do colonizador português. Estudos sucessivos têm confirmado o facto. Desta epopeia grandiosa, guarda Portugal hoje apenas 2.100.000 quilômetros quadrados em terras de África. E digo apenas, em relação às possessões inglesas ou francesas. Agora que o mundo inteiro se acha atento às tropelias da política de colonização, assistindo à retaliação do Continente Negro pelas potências brancas, ao trucidamento e às guerras de conquista (ainda existentes no século XX)... não pode deixar de fazer um paralelo com os métodos portugueses de colonização. A insuspeição de técnicos em etnografia e em política já demonstrou a incontestada supremacia do método colonizador português. Por um direito histórico, muitas vezes secular. Portugal deve ser considerado a maior nação colonizadora do mundo. Todos os meridianos sentiram o traço da sua passagem. E a sua ação principal consistiu em despertar povo atrasados em cultura para o dia claro da civilização. Portugal dominou estes povos para torná-los conscientes dos seus destinos. E, neste sentido, o colonizador luso não se manteve distanciado dos seus colonos, estabelecendo linhas de cor odiosas e intolerantes. Ele se misturou a esses povos, na cultura e no sangue. Identificou-se a eles, integrando-os ao mesmo nível de vida. E por isso que, nos dias actuais, em que as potências europeias trocam memoranda agressivos, em disputas coloniais, o nosso olhar afectivo se volta para Portugal. Portugal espera que o mundo

o proclame a grande nação colonizadora que alargou o ecúmeno. Espera que façam justiça à maior tarefa que a humanidade já assistiu: a de revelar os povos da terra a si mesmos, integrando-os à esteira da civilização (Ramos, 1936, p. 168).

A ideia de “plasticidade”, na integração do luso no trópico e da mestiçagem, é vista pelo autor como uma dimensão positiva da especificidade portuguesa, sendo ainda mais enfático à frente no seu discurso sobre a obra lusitana na sua comparação com outros colonialismos:

Falo com inteira insuspeição, avesso que sou, por princípio, a todas as fórmulas de dominação imperialista e de guerras de conquista. Evidentemente, a Portugal ainda devemos essa grande lição histórica – que foi a de entregar os povos que descobriu e civilizou, aos seus próprios destinos, quando estes povos se tornaram aptos a se governarem por si mesmos. Foi um soberano português quem proclamou a independência do Brasil. Não se conhece no mundo outra obra semelhante: uma civilização tropical construída pelo colonizador luso – o que destrua as veleidades retrospectivas, que muitos alimentam, de termos sido colonizados por um povo nórdico – o inglês ou o holandês. Como se o exemplo das Guianas não nos bastasse. A obra da colonização portuguesa em terras da América já tem sido tratada pelos competentes. Ainda mais: a missão do negro está sendo reconhecida e reivindicada pelos estudiosos contemporâneos. A solução luso-brasileira para o chamado “problema” dos negros, foi a mais justa, a mais liberal, a mais científica. O negro não foi separado do branco. Não houve color line. Ele se integrou à nossa vida social e familiar. E só seu valor econômico e cultural está sendo agora reconhecido (Ramos, 1936, p. 168).

Finaliza a conferência elogiando o trabalho da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro por incluir no seu programa de trabalho a pauta dos povos negros das colônias portuguesa na África, sendo fundamental para o avanço dos estudos no Brasil (Ramos, 1936, p. 168). Apesar da proximidade na leitura do legado lusitano nos trópicos, Arthur Ramos em outras publicações no Boletim tem certamente um foco muito maior na repressão e resistência africana do que muitos que usavam o conceito de “democracia racial” para amenizar

a situação do passado/presente das relações raciais. Isso fica muito explícito no seu artigo “Levantes de negros e escravos no Brasil” (1938), que inicia fazendo diversas críticas à historiografia e à sociologia que se focaram mais na integração e passividade do negro do que na resistência dele à escravidão e à exploração:

Tem sido um erro a afirmação repetida de historiadores e sociólogos brasileiros que o negro, ao contrário do Índio, foi no Brasil, um elemento passivo e resignado ao regime da escravidão. E teria sido esta a causa da substituição da escravidão índia pela africana. Segundo aqueles historiadores, o índio reagiu violentamente à escravidão, fugindo para as selvas, ao passo que o negro africano, humilde e dócil, se deixou capturar submetendo-se sem protestos ao trabalho. É esta uma perspectiva que a lição de sociologia e da história desmente de modo categórico. A antropologia cultural mostra-nos que a adaptação do negro aos trabalhos agrícolas, no Brasil, foi uma consequência de encontros de regimes. O índio foi esplêndido escravo antes da fixação agrícola que o iria arrancar do seu sistema cultural. Na passagem do nomadismo ao trabalho sedentário, o índio fracassou. Ao passo que o negro se adaptou maravilhosamente à faina agrícola, consequência de seu estágio de cultura, superior do índio (Ramos A., 1938, p. 15).

Contudo, essa adaptação não significou para Arthur Ramos meramente a passividade; pelo contrário: houve diversas resistências que deveriam ser estudadas historicamente. A citação a seguir vale pelo seu teor extremamente crítico e inovador para a época:

A lição histórica mostra-nos, do outro lado, que o negro não foi absolutamente este tipo dócil, cheio de submissão e incapaz de reagir. É verdade que o tipo do Pai João, manso e humilde, perpassa muitas vezes diante dos nossos olhos, mas isto não é a regra. O negro, embora sendo mais capaz do que o índio, ao trabalho agrícola, pelas causas culturais apontadas, reagiu, por vezes violentamente, ao regime da escravidão. Foi bom trabalhador, porém mau escravo. Os quatro séculos do regime escravocrata mostraram-nos as suas reações e as suas revoltas, não só no Brasil, como nas outras partes da América. Desde as fugas até ao suicídio. Desde a fuga individual até os grandes movimentos de insurreição colectiva. Nestes movimentos, destacaram-se as suas

qualidades de liderança, de organização, o ímpeto de combate e os sentimentos de afirmação da dignidade pessoal. Já nos primeiros tempos da escravidão, as fugas dos escravos eram frequentes. Os escravos fugidos, denominados quilombolas, reuniam-se muitas vezes em agrupamentos organizando os quilombos. Estes movimentos foram mais intensos no século XVII, quando houve a formação da célebre república dos Palmares, e no século XIX, com os movimentos de guerra santa dos Malês, na Baía. Desde os primeiros tempos do tráfico, os senhores queixavam-se das fugas frequentes dos negros e apelavam para os poderes públicos e depois para os serviços do capitão do campo e para os anúncios da imprensa no sentido de serem capturados os negros fugidos. Durante quatro séculos, até a abolição, houve quilombolas, que fugiam ora isoladamente, embrenhando-se nas selvas, ora se organizando em grupos em quilombos e reagiam pela força à captura (Ramos A., 1938, p. 15).

Adiante, começa a citar uma série de documentos que demonstram essa resistência do negro à escravidão, como é o caso exemplar de uma carta de 16 de junho de 1607 do governador da Baía, o 6º Conde da Ponte, para o rei sobre as revoltas de negros islamizados, os *Haiüssás*, que se insurgiam em movimentos armados contra a escravidão (Ramos A., 1938, p. 15). Estes seriam o principal eixo das revoltas escravas no século XIX, mas além destas há também diversas revoltas e fugas entre os anos de 1639 e 1697, período em que, segundo Ramos, começam a se formar diversos quilombos, para além do “Palmares”, em Alagoas (Ramos A., 1938, p. 15).

Do Sudeste ao Nordeste houve diversas formas de resistência análoga aos Palmares, havendo assim diversas “cartas régias” que demonstram ordens de destruição dos quilombos (Ramos A., 1938, p. 15). Considera que o historiador/sociólogo deveria se voltar para esta documentação, para assim desconstruir os mitos sobre a passividade negra:

A frequência destas fugas de escravos e da formação de quilombos originou enérgica reação por parte do Reino de Portugal. Ordens Régias e Alvarás sucessivos determinaram medidas a serem tomadas: marcar a fogo com a letra F (fujão) e corte de uma orelha, na reincidência ao negro fugido que fosse capturado, punição por açoi-

tes, etc, afora as providências que, por sua própria conta, tomavam os senhores, como o castigo das novenas e trezenas, que consistia em surras nos escravos, durante nove ou treze dias seguidos. No entanto, não diminuam os quilombos. Em meados do século XVIII, os negros das Minas Gerais se reuniam em grandes quilombos que se espalhavam pelos vales do Rio Grande e do Rio das Mortes [...] Os quilombos [...] eram constituídos dos negros fugidos dos trabalhos das minas e das fazendas, que se estabeleceram nos sertões do Oeste e ao Sul do Sapucaí. Várias comitivas foram organizadas para combatê-los e foram destroçadas. Os negros estabeleceram um serviço perfeito de vigilância, mantinham espíões, agentes nas estradas, nos povoados e nas vilas. Viviam do comércio de ouro, peles e outros gêneros que vendiam pelos seus agentes secretos, ou os trocavam por munição e gêneros alimentícios. Puderam assim reagir por muito tempo (Ramos A., 1938, p. 16).

Assinala também a barbárie das expedições de Bartolomeu Bueno nos quilombos, citando o “orgulho” deste de ter como troféu da campanha “três mil e novecentos pares de orelha”, apontando diversos massacres a mando do governo de Portugal a partir do uso de bandeirantes (Ramos A., 1938, p. 16). Já no século XIX, dá ênfase às insurreições cidadinas de negros islamizados na Baía, com suas “guerras santas”, sendo elas continuidade das disputas religiosas no Sudão e transplantadas para o Brasil (Ramos A., 1938, p. 16). Essas guerras não se acirravam somente contra os brancos, mas também contra os negros que não quiseram converter-se (Ramos A., 1938, p. 16). A importância do estudo da resistência negra a escravidão coloca Arthur Ramos certamente em um patamar mais crítico e até mesmo inovador na análise social das relações raciais no Brasil.

A presença deste autor é um indício de que nem sempre a visão mais amena da “democracia racial” era a mais apropriada nessas leituras.¹³⁰ Até porque, como reiteramos, a própria leitura que os auto-

130 Outro momento emblemático em que esta perspectiva crítica fica muito explícita é no artigo de Mario de Andrade “A superstição da cor preta” (Andrade, 1938). Neste texto, o autor demonstra como a presença de uma “mística” da cor preta influenciou no racismo institucionalizado no Brasil, citando os racismos que sofreu para ser escritor e tecendo alguns comentários gerais sobre a questão: “[...] o negro entre nós sofre daquela antinomia branco-europeia que lembrei início, e que herdamos por via ibérica. Isso talvez possa um bocadinho consolar o negro da maioria dos ápodos que o cobrem. É ver que o branco, o possível branco

res do boletim faziam de Gilberto Freyre era muito mais focada nos aspectos negativos da monocultura poligâmica, a despeito de exortarem o legado lusitano de democratização racial.

Mas não é só sobre o Brasil que a *intelligentsia* do boletim fazia essa leitura de um *ethos* lusitano colonial “humano e democrático”. As leituras sobre Cabo Verde também usavam do discurso da “miscigenação” e integração “étnica” do português com “o homem de cor” para reiterar as mitologias nacionais, havendo até mesmo uma grande influência de Gilberto Freyre nessas reconstruções, nomeadamente, em José Osório de Oliveira, o principal difusor de uma leitura positiva das ilhas na sua relação com um ideário “crioulo”.

o despreza ou insulta por superstição. Pela superstição primária e analfabeta de que a cor branca simboliza o bem e a negra simboliza o mal. Não é porque as culturas afro-negras sejam inferiores às europeias na conceituação do progresso ou na aplicação do individualismo, não é muito menos, porque as civilizações negras sejam civilizações ‘naturais’; não foi inicialmente por nenhuma inferioridade técnica ou prática intelectual que o negro se viu depreciado ou limitado socialmente pelo branco; foi simplesmente por uma superstição de cor. Na realidade mais inicial: o branco renega o negro e o insulta, é por simples e primária superstição. Em quase todos os povos europeus, o qualitativo “negro”, “preto”, é dado às coisas ruins feias ou malélicas [...] Esta a superstição primária, pueril e depreciativa, que botou os negros no ostracismo do bem. Não se trata de uma questão antropológica, nem de estupidez de um Gobineau ou de um ariano, nem de uma comparação de culturas, se trata de uma simples superstição de cor, anterior ao convívio histórico de pretos e brancos que descarregou sobre as raças negras dominadas” (Andrade, 1938, p. 47-48).

Mestiçagem e criouldade em Cabo Verde

“Portugal, o Brasil, a África e a Índia portuguesa, a Madeira, os Açores e Cabo Verde constituem [...] uma unidade de sentimentos e de cultura.”

“Encanta-me poder surpreender em Cabo Verde, através da variedade de cores e formas da população o muito que há aqui de português, o parentesco do caboverdiano com o brasileiro. Somos verdadeiramente um mundo só [...]”

(Gilberto Freyre)

A despeito de Cabo Verde só ser erigido a modelo multirracial da gesta colonizadora portuguesa – verdadeiro paradigma de tolerância rácica e cultural a exhibir perante os “anticolonialistas” – nos anos 1940-1950 (Duarte Neto, 2009, p. 20), já no fim dos anos 1920 havia paralelos em certos intelectuais da “democratização racial” do Brasil e Cabo Verde a partir do discurso da especificidade “plástica” colonial portuguesa, sua “vocação imperial”. A superação de um “determinismo biológico” e a visão otimista do mestiço já se encontravam na leitura de José Osório de Oliveira e Augusto Casimiro em escritos no final dos anos 1920 (Duarte Neto, 2013b, p. 2). Não é arbitrário que ambos publicaram diversos artigos no Boletim elogiando o processo único das relações raciais das ilhas de Cabo Verde. Seu pensamento não era o dominante na época, até porque para muitos a “mestiçagem” era uma “experiência infeliz”, como dizia Hipólito Raposo e outros no seio do “I Congresso Nacional de Antropologia” (Duarte Neto, 2009, p. 44). Sob a égide de Armindo Monteiro à frente do Ministério das Colônias (1931-1935), estudava-se em Portugal a introdução de políticas oficiais de segregação racial a exemplo da Rodésia e da União Sul Africana (Duarte Neto, 2008b).

No entanto, havia vozes dentro e fora de Portugal que combatiam a visão pejorativa difundida pelo darwinismo social internalizado nos saberes coloniais hegemônicos no período salazarista. Em Cabo Verde o movimento “claridoso” (nos anos 1930) buscava exata-

mente na mestiçagem/crioulidade a sua afirmação identitária, apropriando-se de escritores portugueses já críticos ao ideário negativo da mestiçagem (Augusto Casimiro, José Osório de Oliveira e António Pedro), do movimento literário modernista nordestino (Jorge Amado, José Lins do Rego,¹³¹ Graciliano Ramos, Manuel Bandeira) e da obra historiográfica/sociológica de Gilberto Freyre e da etnologia/antropologia de Arthur Ramos (Duarte Neto, 2009, p. 88).

A partir da primeira série da revista *Claridade*, entre 1936/1937, expressão máxima do movimento, há uma série de referências a Gilberto Freyre e a sua interpretação sobre a mestiçagem, referência para a própria análise da história de Cabo Verde. Os principais expoentes do movimento, como Baltasar Lopes, Jorge Barbosa, Manuel Lopes e João Lopes demonstravam conhecer a obra freyriana e a citavam direta ou indiretamente em suas leituras (Castelo, 1999, p. 81).¹³²

José Osório de Oliveira foi uma das pontes entre os “claridosos”, as obras dos modernistas brasileiros e a historiografia/sociologia de Gilberto Freyre. Exerceu o cargo de chefe da divisão de propaganda da Agência Geral das Colónias/Ultramar, entre 1935 e 1956, sendo uma voz isolada na institucionalidade em defesa da obra de Gilberto Freyre, da mestiçagem e da obra portuguesa em Cabo Verde nos anos 1930. Já trocava correspondência com Gilberto Freyre desde

131 É importante frisar que José Lins do Rego também publicou no *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* (Rego, 1939), demonstrando assim que para além de Gilberto Freyre outros intelectuais do movimento literário surgido no Nordeste, no âmbito literário, e que valorizavam a cultura afro-brasileira também publicavam no Boletim e eram influência para intérpretes portugueses reavaliarem a contribuição africana, legitimando a “vocaçao colonial” lusitana. No artigo citado, Jose Lins do Rego valorizava a influência lusitana na literatura brasileira na geração de Eça de Queiroz, Ramalhão de Ortigão e Guerra Junqueiro e Candido de Figueiredo, argumentando a necessidade de reviver esses vínculos literários (Rego, 1939, p. 41).

132 Como este reitera em um artigo no primeiro número da revista *Claridade*: “O facto positivo é a criação em Cabo Verde de um ambiente de grande liberdade humana, nascida desse processo *sui generis* absolutamente português, ao invés dos colonizadores anglo-saxónicos que, sempre munidos da piedosa Bíblia protestante, asfixiaram moralmente o pobre negro em nome da grande Civilização, apertando-o nas tenazes da *colour line* [...] De um lado o equilíbrio dos étnicos, a reciprocidade de culturas, a liberdade, mesmo dentro da miséria ambiente; do outro o pensamento permanente na hora da revanche, da libertação da lei de Lynch” (Lopes, 1936 *apud* Castelo, 81).

1931 (Duarte Neto, 2008b, p. 185),¹³³ sendo o primeiro em Portugal a comentar e a escrever na imprensa sobre a obra *Casa Grande & Senza-la*” (Castelo, 1999, p. 70).¹³⁴ Em diversos artigos em periódicos, como é o caso de *O Mundo Português*, buscou reabilitar a mestiçagem, trazendo Cabo Verde como um dos desdobramentos da experiência *sui generis* de democratização racial da diáspora lusitana. Nessa linha, publicou dois artigos no *Boletim da Sociedade Luso-Africana* do Rio de Janeiro: “As ilhas crioulas” (1932) e “Palavras Sobre Cabo Verde para serem lidas no Brasil” (1936).

Em “As ilhas crioulas” (1932), resultado de uma conferência, José Osório de Oliveira esboça um retrato otimista de Cabo Verde a partir do contínuo elogio ao cariz miscigenado da cultura e raças das ilhas. Abre o texto falando da necessidade de uma política pragmática da

133 Partiu dele a ideia do Estado Novo português, sob o nome de Sarmento Rodrigues, convidar Gilberto Freyre para uma viagem aos trópicos; ver Duarte Neto (2009). Sobre os vínculos de Freyre com uma *intelligentsia* reformadora do regime nos anos 1950-60, ver: Pinto, 2009.

134 Segundo Claudia Castelo, a autoria do primeiro texto otimista na imprensa sobre a obra freyriana *Casa Grande & Senza-la* é feita por ele no artigo na revista *O mundo Português* intitulado “O negro: Contribuição brasileira para o seu estudo”, em abril de 1934. Em tal artigo, Castelo cita diversos trechos que direta ou indiretamente se remetem à leitura freyriana: “[...] desta nova maneira de olhar o negro, adoptada pelos brasileiros resulta que a alma misteriosa dessa raça se vai desvendando. Só a simpatia pode dar entrada nas almas ao espírito analítico [...] acompanhar de perto os estudos de africanologia feitos no Brasil, pelos progressos já registrados no conhecimento psicológico do negro – elemento da nova ação ultramarina e valor importante do nosso Império” (Oliveira, 1935 *apud* Castelo, 1999, p. 71). Em novembro do mesmo ano, em outro artigo na revista *O Mundo Português*, intitulado “A mestiçagem: Esboço duma opinião favorável”, ele volta a citar a importância da interpretação freyriana e a fazer apologia à miscigenação: “Tenho [...] a ideia de ter lido, em alguns dos nossos cronistas da Índia ou dos próprios ‘comentários de Albuquerque’, que o genial governador facilitava, por todos os meios, o casamento dos portugueses com as indianas. Os missionários jesuítas, por sua vez, nunca se opuseram no Brasil, a esses casamentos, combatendo apenas [...] as mancebias [...] Nunca sangue mesclado ou a cor da pele impediram um homem de ascender a qualquer lugar na vida portuguesa [...] O instinto sexual, mais inteligente do que a razão de outros povos fez, de facto, com que os portugueses estabelecessem no Brasil a comunhão de raças. Os preconceitos desumanos dos anglo-saxões criaram nos Estados Unidos um problema insolúvel e anti-cristão [...] E essa terá sido a grande obra da mestiçagem, verdadeira forma de colonização portuguesa em terras da América. Com alguma razão e [...] com simpatia, dizem os brasileiros: ‘Deus fez o branco; o português fez o mulato’. Com simpatia, sim, porque o brasileiro não desdenha do mulato. Antes pelo contrário, chega hoje a exaltar o muito que deve à raça negra. E, por isso, quando, no Rio de Janeiro, ao passar uma mulata bonita, ouvia os cariocas dizer: ‘Viva Portugal’, eu não me ofendia. Sim, viva Portugal, que soube espalhar o amor pelo mundo” (Oliveira, 1935 *apud* Castelo, 1999, p. 71-72).

administração colonial, mas sem se esquecer das especificidades de cada colônia (Oliveira, 1932, p. 15). Entretanto, não pretendia apresentar um “capítulo de economia”, mas uma leitura literária, “impressões sobre um povo ou, menos ainda, sobre a alma dum povo” (Oliveira, 1932, p. 15). Considera o maior legado de Cabo Verde para o colonialismo a sua particularidade étnica, moral e intelectual:

[...] Cabo Verde constituí [...] uma prova da riqueza do nosso domínio e das possibilidades do nosso futuro. Simplesmente, nem a sua importância material se pode comparar com a das outras colônias de África, nem é essa a sua maior importância. Pode ser que me engane, mas o que mais interessa em Cabo Verde é o problema étnico e social, ou seja, a importância que a população desse arquipélago tem e pode assumir na alma colectiva na civilização portuguesa (Oliveira, 1932, p. 15).

Entende que o estudo literário de Cabo Verde possibilitaria difundir com bastante otimismo a experiência *sui generis* de democratização racial em curso nas ilhas (Oliveira, 1932, p. 15). O autor também considera o seu tempo *in loco* nas ilhas, somado ao estudo da literatura, primordial para a sua maior compreensão das especificidades da psicologia social dos cabo-verdianos (Oliveira, 1932, p. 16). Assinala a falta de interesse prático no estudo das ilhas, por sua escassez material de recursos, de terras, e pelas secas, sendo para a maioria somente um ponto de passagem para a navegação (Oliveira, 1932, p. 16). Esse cenário dá um tom de “tristeza” a Cabo Verde, e, conseqüentemente, para a sua literatura, de cariz extremamente nostálgico e triste, como reitera ao citar os poemas de Eugenio Tavares (Oliveira, 1932, p. 17). Mas não é na beleza rústica das ilhas ou no cosmopolitismo da cidade do Mindelo, a capital de Cabo Verde, que o autor encontra o que é essencial na experiência cabo-verdiana, mas sim no seu legado de relações raciais harmônicas:

Cabo Verde é, com o Brasil, a melhor demonstração da nossa capacidade colonizadora. Com efeito, é ainda melhor do que no Brasil, por ser mais pequeno, e não ter tanto sangue estrangeiro, é em Cabo Verde que se vê como a ligação dos portugueses com as raças nativas, como a mestiçagem para dizer a palavra antipática, dá resultado. Eu sou daqueles que não acreditam na pureza das raças, nem mesmo das raças tout court, e substituíram esse critério estúpido pelo das nacionalidades

e, sobretudo, pelo das civilizações. Ora nacionalidades e civilizações são, mais do que povos confinados em países, criações morais e intelectuais duma tradição, de certos sentimentos comuns e, sobretudo, duma língua. Portugal, por exemplo, não é apenas esta exígua faixa de terreno e as pequenas ilhas que constituem a Metrópole. Portugal é ainda o Brasil, e as colônias, porque Portugal é a língua portuguesa, uma maneira de sentir especial e o interesse em conservar essa maneira de sentir e essa língua, que seja a civilização lusíada (Oliveira, 1932, p. 17).

Ao evidenciar o processo formativo de Cabo Verde, o autor vê com bastante otimismo a experiência particular das relações raciais, comparando o local novamente com o Brasil:

Confinados nos limites estreitos que o mar lhes impunha, esses filhos da África, já de si da melhor raça negroide, além de se cruzarem sucessivamente com os colonos portugueses, adquiriram os hábitos dos brancos, adaptaram-se à civilização europeia, e há séculos já que da primeira origem conservam apenas, uns mais, outros menos, a cor. É precisamente repito, o mesmo caso do Brasil, onde a mentalidade civilizada fez desaparecer, na alma e nas manifestações do espírito as diferenças ráticas, caldeadas, além disso, durante séculos de cruzamentos entre portugueses, índios e africanos. E esse cadinho de raças que é o Brasil além de ser uma grande nacionalidade, pode manter, no continente americano, diante de espanhóis e de anglo-saxônicos, o orgulho e o prestígio do caráter português, que admira que Cabo Verde seja, em África, a sentinela do portuguesismo, nau que tivesse ancorado em meio do Oceano e aí ficasse a atestar a nossa antiga glória resistindo aos vagalhões do mar que soçobraram as caravelas da Índia e os galeões do Brasil, desse mar que nos ameaça em Angola e Moçambique (Oliveira, 1932, p. 18).

José Osório de Oliveira compara a mestiçagem no Brasil não somente em termos “raciais”, mas também culturais, salientando as diversas semelhanças culturais entre ambas “culturas mestiças”:

Cabo Verde tem riquezas de folclore, uma poesia, uma música e uma dança, dignas de serem conhecidas. E dizer uma dança, uma música e uma poesia e dizer uma

alma popular própria característica, embora irmã da alma brasileira. Essa fraternidade lírica, melódica e co-reográfica com o Brasil não consiste, apenas na semelhança da morna com o maxixe e na presença das canções caboverdianas com as modinhas brasileiras [...] Propositalmente comparo Eugenio Tavares com o cantor do Luar do Sertão, que vós, de certo conheceis para desfazer a acusação de menos portuguesismo, que se pode fazer aos caboverdianos, pelo facto de terem um dialecto e de nele escrever, os seus versos o poeta a que me refiro [...] o facto de Eugenio Tavares escrever em crioulo, nessa corrução da língua portuguesa, e de nela falar, habitualmente, a gente do povo, não prova nada contra o lusitanismo dos caboverdianos nem contra a cultura do seu poeta mais popular (Oliveira, 1932, p. 18).

Eugenio Tavares e José Lopes são para José Osório de Oliveira exemplos da criouldade; eles eram reverenciados nas ilhas Brava e Santo Antão por sua poesia e prosa (Oliveira, 1932, p. 19). Em “Palavras sobre Cabo Verde para serem lidas no Brasil” (1936b), republicado alguns meses depois na revista cabo-verdiana *Claridade* (Oliveira, 1936), José Osório de Oliveira segue uma linha análoga de elogio à experiência das relações raciais em Cabo Verde. Inicia o artigo fazendo novamente o contraste entre a “agressividade do solo” e a “doçura da população”, da sua “alma crioula” (Oliveira, 1936, p. 184). Aponta diversos aspectos que tornam o caboverdiano como elemento superior a outros nativos das colônias lusitanas:

A porcentagem de analfabetos, muito inferior à das populações metropolitanas, chega a ser insignificante, quase inexistente mesmo. A sede de aprender é extraordinária nos caboverdianos. Nenhum espetáculo tão comovente como uma escola de instrução primária que vi numa povoação do interior de Sant’Iago. Numa casa acanhada comprimiam-se dezenas de crianças descalças e mal vestidas, que muitas vezes não comiam o necessário, filhas de gente quase miserável duma terra periodicamente flagelada pela seca. Nos olhos dessas crianças havia porém, uma chama de vivacidade intelectual que iluminava a pobríssima da aula [...] o caboverdiano pode não ter de comer mas nunca deixa de estudar por sua vontade (Oliveira, 1936, p. 184).

Oliveira define o caboverdiano como um “nostálgico” e “resignado”, mas também adaptável a todos os cenários, podendo facilmente se moldar a novos ambientes (Oliveira, 1936, p. 184). Para o autor, as poesias de Manuel Lopes e de Eugenio Tavares são as que melhor expressam, no seio de um movimento literário de novo tipo, esse *ethos* caboverdiano crioulo (Oliveira, 1936, p. 184), grupo que deveria ser mais conhecido pelos brasileiros:

[...] quero dizer aos brasileiros que escutaram essas palavras que em Cabo verde existe um grupo de poetas e de prosadores que só por si justifica toda a simpatia por aquelas ilhas perdidas no Atlântico. Por que quero dizer especialmente aos brasileiros? O alto nível mental dos caboverdianos é, há muito, uma das maiores provas da excelência da colonização portuguesa e da nossa capacidade civilizadora. Mas os caboverdianos, até há pouco tempo, se tinham talento literário aproveitavam-no cantando a Itália, como Henrique de Vasconcelos, que foi um artista da prosa, sem se importarem com a tragédia do seu povo e a alma da sua terra. Hoje, para sua desgraça pessoal mas para bem de Cabo Verde e sua glória de escritores residem nas ilhas alguns rapazes de talento. Modestos funcionários ou empregados, não podem vir para Portugal como os homens felizes das outras gerações. Outra felicidade maior que o gozo da existência encontram, por isso, na descoberta da sua própria terra. As suas obras terão, por isso outro valor, outro sentido humano muito mais alto que as de outros literatos caboverdianos, se exceptuarmos o poeta de língua crioula Eugenio Tavares (Oliveira, 1936, p. 186).

Segundo José Osório de Oliveira, o movimento literário caboverdiano não emerge somente a partir da “paisagem” e da “vivência” única de Cabo Verde, mas também de uma ampla influência da literatura brasileira:

As afinidades existentes entre Cabo Verde e os estados do Nordeste do Brasil dispunham os caboverdianos para compreender, sentir e amar a nova literatura brasileira. Encontrando exemplos a seguir na poesia e nos romances modernos do Brasil, sentido-se apoiados na análise do seu caso, pelos novos ensaístas brasileiros, os caboverdianos descobriram o seu caminho. Um grupo se formou com o nome de “Clareza”, tendo por em-

blema um mastro de sinais, o mastro do fortim de São Vicente, com as bandeiras que querem dizer: “demanda o porto”. Tenho firme certeza de que esse grupo de jovens, com a sua revista e os seus livros, hão-de entrar no porto trazendo a sua mensagem. Que os brasileiros a recebam como se irmãos seus a subscrevessem, porque como irmãos os consideram os caboverdianos. E que nós, portugueses do continente, saibamos ver nesse entendimento de brasileiros e de caboverdianos a melhor prova da universalidade da nossa acção espiritual, nossa glória eterna (Oliveira, 1936, p. 186).

José Osório de Oliveira não está isolado em sua defesa de Cabo Verde nas páginas do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. Ao seu lado havia também outros ferrenhos defensores de Cabo Verde e do movimento “claridoso” em nomes como Julião Quintinha e Augusto Casimiro. Augusto Casimiro considera, em um escrito no jornal, a literatura “claridosa” como uma manifestação do regionalismo português no “meio do Atlântico azul”, um “cartão de visita” do arquipélago “crioulo” português (Casimiro, 1935b, p. 1). Em um livro de 1940, este também elogia a “crioulidade” da cultura caboverdiana, considerando-a como exemplar na diáspora portuguesa (Casimiro 1940). No *Boletim*, Augusto Casimiro demonstra sua visão elogiosa de Cabo Verde em descrições literárias em prosa (Casimiro, 1934; 1939) e poesia (Casimiro, 1935). Na crônica *Brava*, Augusto Casimiro (1934) esboça um retrato de Cabo Verde prenhe de uma visão otimista da criouldade e mestiçagem:

Cruzaram-se os sangues. Do cruzamento, ao longo dos anos, afirmou-se, dominou o tipo ariano. Não houve degenerescência. Criou um tipo diferente, mas português ainda. Crioulos. Em muitos lares o amor ficou fiel ao sangue originário, perpetuou-se a raça, extreme. A língua alterou-se, de preguiça e mimo. Ficaram vivas, perdurando, velhas expressões lusíadas que nos encantam na prosa das velhas crônicas ou no falar do povo que não sabe esquecer. Mas as formas, como a sintaxe, desfiguram-se. De preguiça, menor esforço e mimo... O africano e o branco pactuaram na mesma negligência. As palavras abrandaram, algumas perderam a face, nunca a alma, desfizeram-se como servissem apenas para animar crianças. Outras conservaram-se puras, ganharam em sentido e altura, mantendo os de antanho.

Da linguagem africana pouquíssimo (Casimiro, 1934, p. 178).

A mesma lógica de elogio à nostalgia e à experiência lusitana em Cabo Verde é também repetida nos outros artigos publicados no Boletim, a crônica “*Pilão da Festa Brava – Cabo Verde*” (1939) e a poesia “*Melhor!*” (1935). Além disso, na sua obra *Cartilha Colonial* (1936), publicada pela *Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, também consta uma linha de argumentação parecida:

Nas ilhas de Cabo Verde vivem portugueses, bate o nosso coração, fala-se a nossa língua. Conservam-se costumes e festas do velho Portugal. O sangue africano e o sangue português, o nosso coração e o coração da África encontram-se, deram-se um ao outro, confundiram-se, aqui vive nestas ilhas gente irmã da nossa, carinhosa, fidalga e humilde, que sofre, luta, sorri e canta como nós (Casimiro, 1936, p. 33).

Não é arbitrária a presença dos dois principais comentadores portugueses do movimento “claridoso” nos anos 1930 no seio do Boletim. José Osório de Oliveira e Augusto Casimiro expressam uma visão das relações raciais/mestiçagem/crioulidade que certamente encontrava respaldo na maior parte da *intelligentsia* republicana que geria o *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. António de Sousa Amorim, sob o nome de António de Balfruda, em uma resenha do livro de José Osório de Oliveira *Psicologia de Portugal e outros ensaios*, faz uma leitura elogiosa das comparações nessa obra entre a “alma” brasileira e caboverdiana no sentido da valorização da mestiçagem/crioulidade a partir do legado cultural lusitano (Balfruda, 1935, p. 44).

A participação de intelectuais da organização vinculados ao “I Congresso de Etnologia Brasileira”, de 1936, e/ou “Congresso Afro-Brasileiro”, de 1934 (Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Edison Carneiro, Evaristo Moraes,¹³⁵ Roquete-Pinto etc.), demonstrava a presença de um conceito de raça pelo viés cultural, e, também, as diferenças em relação à produção sobre raça/mestiçagem na linha do determinismo biológico hegemônico do *mainstream* da *intelligentsia* lusitana em Portugal, como há de se apreender ao compararmos estes arti-

135 O já citado Evaristo de Moraes também tem uma série de estudos em um viés “antirracista”. Ver: Moraes (1933).

gos e conferências com a produção do já citado “Congresso de Etnografia Colonial”, de 1934, em Portugal. Os estudos de “africanologia” (como esses autores gostavam de definir) no Brasil davam base para uma geração de intelectuais portugueses e/ou administradores coloniais (em geral militares) superarem um conceito biológico de raça optando pelo viés cultural, “etnolinguístico”.

Havia também uma forte correlação entre este discurso “antirracista” e o ideário do *Indirect Rule*, segundo um viés “descentralizado” da administração colonial que, em muitos casos, alcançaria em um futuro distante a completa autonomia. Esse discurso apareceu nos intelectuais brasileiros e portugueses que proferiram palestras na Semana do Ultramar (Evaristo de Moras), em organizadores do Boletim (Francisco das Dores Gonçalves e António de Sousa Amorim) e também em alguns sócios correspondentes enquadrados em um nacionalismo “euro-africano” (como demonstramos no capítulo IV). No entanto, não há uma convergência determinista entre um autonomismo gradualista (o “nacionalismo euro-africano”) e uma visão racialista culturalista, como é o caso notório de Vicente Ferreira.

Brasil e Cabo Verde, para estes antropólogos/etnólogos, sociólogos e historiadores, eram um espelho onde Portugal demonstrava a sua “vocação colonial” por meio do discurso de um *ethos* lusitano “democrático”, propício   “integração”, cultural e material, com os colonizados. A prática da miscigena o serviu no âmbito do Boletim para reiterar os argumentos dessa “vocação” para a coloniza o e também para expurgar a propaganda negativa ao comparar as relações raciais nas col nias portuguesas com aquilo que se encontrava em outras potências coloniais.

Esse art f cio não tinha sustentac o prática, pois ocultava o uso do trabalho escravo (com o eufemismo de trabalho forçado) e o racismo institucionalizado nas col nias e também no Brasil. Essa retórica ganhou proporções muito maiores com a reforma do regime no pós-guerra e com a apropria o do luso-tropicalismo freyriano. No entanto, como demonstramos através do Boletim, já existia em germe nos anos 1930, nomeadamente, no seio dos republicanos, um ideário que convergia uma visão cultural da raça com uma perspectiva da administra o colonial descentralizada, “democrática”.

Nesses autores, sendo o Boletim um dos seus principais meios de expressão, a “mística colonial” não encontrava seu fundamento num ideário centralista e numa visão ainda prenhe do darwinismo social, tão difundido por gestores como Armindo Monteiro e os antropólogos da já referida “escola do Porto” (Roque, 2006). Mas isso não significava que elementos do “nacionalismo imperial” comuns a um amplo espectro político não pudessem ser encontrados nessa *intelligentsia* hegemonicamente republicana. Entre estes fatores, está a suposta capacidade “especial” dos portugueses de se relacionarem com os outros povos a partir de uma “ausência de preconceitos raciais”, e, portanto, uma “vocação imperial”. Essa imagem tem uma longa duração no campo político e cultural de Portugal. Nas palavras de Valentim Alexandre:

Esta imagem tem raízes antigas: a ideia de uma particularidade portuguesa, no domínio colonial, pode ser rastreada pontualmente já desde o século XVIII. Mas é no último quartel de Oitocentos que ela começa a ganhar consistência, pela articulação de elementos de diversa natureza. No campo político, em plena partilha de África – que frustrava as expectativas portuguesas de formar um grande império na África Central – torna-se frequente responder às pressões externas invocando a relação privilegiada que os portugueses alegadamente mantinham com os “indígenas” das regiões em disputa e, de forma geral, com os diversos povos do continente [...] No campo ideológico, a busca de um fundamento étnico último para Portugal, que marca o nacionalismo de finais de Oitocentos, contribui igualmente para reforçar a noção de uma vocação colonial do país, várias das teorias então formuladas conferem ao povo português – por origem, por contacto ou por cruzamento, consoante as versões – uma composição racial propícia ao desenvolvimento de relações com populações não-brancas (Alexandre, 1999, p. 5).

Desde Teófilo Braga e Oliveira Martins, num primeiro momento, e, posteriormente, António Sardinha (uma das principais influências de Gilberto Freyre), esse mito de uma vocação imperial “democrática” é associado a certo “modo português de estar no mundo”, em que características como “tolerância”, “humanidade”, “fraternidade cristã” são associados à lusitanidade (Castelo, 1999, p. 13). Os republica-

nos não ficaram de fora da difusão dessas mitologias, pois, apesar de se diferenciarem em diversos aspectos da gestão colonial e do trato e visão sobre o “outro” colonizado, também reproduziam o “nacionalismo imperial” com todas as suas mitologias.

Em suma, a historiografia do colonialismo e os estudos de “africanologia” (antropologia, sociologia e etnologia) do *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* foram, na sua particularidade, instrumentos de legitimação de um saber colonial. A despeito do discurso humanitário, serviram para enquadrar e reduzir a particularidade dos “outros” colonizados, homogeneizando a complexidade histórica de diferentes populações e etnias com o intuito de demonstrar os valores eternos da lusitanidade, da sua “vocação imperial”.

Considerações finais

Como afirmamos em nossa introdução, o estudo do Boletim constitui apenas uma parte de um projeto maior de análise do colonialismo no seio das relações culturais luso-afro-brasileiras por meio de periódicos ampliando um campo ainda cheio de vácuos. A despeito dos limites dessa pesquisa, que serão adereçados posteriormente em uma pesquisa mais global, podemos destacar algumas especificidades sobre a relação entre o colonialismo e a produção de periódicos. O projeto colonial da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro e de seus sócios correspondentes representa, apesar de suas diversas particularidades, um projeto mais amplo de dominação simbólica e material das colônias que na prática não se distancia tanto do projeto colonial salazarista.

As vertentes mais “humanistas” do colonialismo na prática não abdicavam da coerção e da integração forçada das populações nativas ao sistema colonial. As diferenças, como já reiteramos diversas vezes, não apagaram o projeto global de dominação e expropriação/coerção das diversas etnias. Entretanto, a modernização capitalista tão almejada pela *intelligentsia* republicana da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, em oposição ao modelo de austeridade e centralismo salazarista, diferenciavam-se em alguns termos, inclusive em seus instrumentos de análise do “outro” colonizado. A antropologia de viés cultural era muito mais dominante nessa *intelligentsia* do que uma antropologia *mainstream* de cunho biológico (a Escola do Porto). Por isso, não era arbitrária a presença de antropólogos e etnólogos brasileiros já críticos aos modelos racialistas de cunho biológico nas publicações do Boletim, invertendo o sinal negativo da presença do negro na cultura brasileira, e afirmando também a importância lusitana para o processo de “democratização racial” no Brasil.

A cultura imperial republicana, salazarista ou monárquica era unânime na defesa da manutenção da presença do Império no ultra-

mar. Colonizar e civilizar faziam parte de uma suposta essência portuguesa. Portugal, para esses intelectuais, precisava se “alimentar” continuamente de “gentes exóticas” para realizar a sua essência, a “antropofagia lusitana”, como já disse um arguto antropólogo (Thomaz, 2002, p. 144).

Todavia, a suposta assimilação do exótico, tão explícita no ideário panlusitano, dava-se em um sentido “hierárquico” entre um “nós” lusitano da metrópole culturalmente superior e um “outro” que deveria chegar ou foi levado à “civilização”. A valorização do “mestiço”, cabo-verdiano ou brasileiro, no Boletim, não se dava exclusivamente porque a cultura negra começava a ser vista como um contributo para a sociedade lusitana, mas porque, na percepção destes intelectuais, os nativos foram culturalmente “civilizados” segundo os parâmetros europeus.

O racismo culturalista desta *intelligentsia* era, portanto, hierárquico, e o lusitano, uma espécie de “ser vocacionado” para o “sacrifício” da colonização. A despeito disso, os republicanos na oposição ao salazarismo detinham uma visão mais progressista das relações entre metrópole e colônias do que a que existia na institucionalidade dos anos 1930. Foram de certa forma uma vanguarda *avant la lettre* do reformismo que ganhou força nos 1950, com a revogação do *Acto Colonial* e as reformas estatutárias (mais vocabulares do que práticas) no contexto do pós-guerra. Apesar de toda a sua retórica republicana ser de fato “paradoxal”, foi em decorrência da vaga autoritária dos anos 1920-40 que a Sociedade e sua *intelligentsia* foram perseguidas até a sua completa extinção em 1939, com o último número do Boletim.

As diversas conexões do Atlântico Luso-Afro-Brasileiro mapeadas nesta obra também são um importante indício da permanência, ainda que precária, do espaço político, simbólico e cultural formado desde a expansão ibérica e a constituição do tráfico atlântico de escravos (Alencastro, 2000). Estas relações foram formatadas no contexto do que Luiz Felipe Alencastro denominou como “segundo atlântico”, entre 1850-1975 (entre o fim do tráfico atlântico de escravos e a descolonização dos países africanos). Esse momento foi caracterizado, por diversas razões, pelo deslocamento da órbita do Atlântico Sul para o Atlântico Norte, em razão do peso da geopolítica constituída nessa conjuntura (Alencastro, 2019, p. 19).

Entretanto, como evidenciamos nesta pesquisa, há uma série de outras conexões intelectuais atlânticas estabelecidas, nomeadamente, através da imprensa que ainda não foram devidamente mapeadas. O espaço luso-afro-brasileiro, tanto aquele forjado de relações mais oficiais como aquelas constituídas na oposição/combate aos regimes, foi rico na circulação de ideias. O próprio caso mencionado em nosso último capítulo das relações entre intelectuais caboverdianos, na revista *Claridade*, intelectuais brasileiros e os intelectuais republicanos da Sociedade Luso-Africana em torno do debate sobre “raça” e “mestiçagem” é emblemático da forma como estas ideias circulavam tanto pelas vias tradicionais e oficiais como por redes informais construídas ao longo de todo o Atlântico.

Certamente esta obra, como tantas outras que têm surgido nos últimos tempos, é uma contribuição para o mapeamento desta zona intelectual e simbólica ao qual tantos intelectuais de diversas matizes políticas – desde defensores do colonialismo, aos reformistas até os que o queriam derrubá-lo – participaram, produzindo assim diversas itinerâncias dos seus agentes em debates ainda tão contemporâneos como raça, mestiçagem, nação, etnicidade, etc. Espero que este trabalho sirva como um impulso para as pesquisas sobre as conexões afro-luso-brasileiras, evidenciando assim os agentes e a multiplicidades de trocas culturais e intelectuais que foram formatadas nesta e em outras conjunturas.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

ALMEIDA, Jenipro da Cunha de Eça. Caminhos de ferro em Angola. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 10-11, p. 185-190, dez. 1934.

ALMEIDA, Jenipro da Cunha de Eça. Colonização por soldados e condenados europeus. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 16-17, p.77-81, jun. 1936.

AMORIM, António de Sousa. Discurso na sessão comemorativa do segundo aniversário da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro no dia 23 de maio de 1932. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 2, p. 85-88, maio 1932a.

AMORIM, António de Sousa. Glória vã não pretende, nem dinheiro. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 4, p. 1, 1933a.

AMORIM, António de Sousa. Camões. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 5, p. 1, jun. 1933b.

ANDRADE, Mario. A superstição da cor preta. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 24, p. 47-48, dez. 1938.

ARCHER, Maria. O valor dos estudos africanos. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 25, Dezembro, 1939, p. 19-21, dez. 1939.

AZEVEDO, F. Alves. Exposição colonial do Porto. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 8, p. 23-25, mar. 1934.

BALFRUDA, António. Psicologia de Portugal e outros ensaios (resenha). **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 12, p. 44, mar. 1935.

BARBOSA, Jose Pereira. Carta. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 9, p.138, jul. 1934.

BEIRES, José Manuel Sarmento. Palavras claras. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 15, 1935d, p. 201, dez. 1935.

BRAGA, Paulo. A cidade portuguesa de Lourenço Marques. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, n. 9, p. 89-94, jul. 1934.

CAMACHO, G. de Medina. Lourenço Marques: notável centro de turismo. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 1, p. 17-20, maio. 1931.

CARNEIRO, Edison. O problema das raças. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 24, p. 37-39, dez. 1938.

CASIMIRO, Augusto. Um programa colonial. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 6, p. 29-31, set. 1933.

CASIMIRO, Augusto. Brava. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 10-11, p. 178, dez. 1934.

CASIMIRO, Augusto. Melhor! **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 12, p. 36, mar. 1935a.

CASIMIRO, Augusto. Colonos. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 20-21, p. 30-31, jun. 1937.

CASIMIRO, Augusto. Pilão da festa Brava – Cabo Verde. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 25, p. 25-26, dez. 1939.

COIMBRA, Carlos. O início da colonização portuguesa (parte I). **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 5, p. 39-44, jun. 1933a

COIMBRA, Carlos. O início da colonização portuguesa (parte II). **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 6, p. 65-66, set. 1933b.

COIMBRA, Carlos. O início da colonização portuguesa (parte III). **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 7, p. 48-5, dez. 1933c.

CORREIA, Manuel Alves. Gilberto Freyre – Casa Grande & Senzala. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 22-23, p. 72-74, 1937.

CORREIA, Salestiano. A raça negra. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 2, p. 69-84, maio. 1932.

COSTA, Delfim. Terras de Gaza: o vale do Limpopo. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 13, p. 103-104, jun. 1935.

COSTA, Ismael. Colaboração e autonomia. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 22-23, p. 67-68, 1937.

CRESPO, José. Portugal glorioso. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 5, p. 57-59, jun. 1933.

CRUZ, Domingo. Portugal no concerto dos povos. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 4, p. 23-31, 1933.

CRUZ, Domingo. As colônias de Portugal. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 22-23, p. 47-54, 1937.

D' ALBERGARIA, Tito. Núcleos rurais de colonização em Angola: aldeia Coimbra. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-29, maio. 1931a.

D' ALBERGARIA, Tito. O porto de Lobito e seu futuro. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n 1, p. 26-27, maio. 1931b.

DIAS, António Augusto. Exposição provincial de Benguela. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 15, p. 219-220, dez. 1935.

DIAS, Carlos Malheiro. O brilhante discurso do Sr. Carlos Malheiro Dias na festa comemorativa do terceiro aniversário da Sociedade Luso-Africana. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 5, p. 3-, jun. 1933.

DIAS, Gastão de Sousa. Colonização portuguesa I. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 14, p. 139-140, set. 1935.

DIAS, Gastão de Souza. O espírito da colonização portuguesa: instituto indígena. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 16-17, p. 34-35, jun. 1936a.

DIAS, Gastão de Sousa. Colonização portuguesa II. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 18-19, dezembro, p. 209-212, dez. 1936b.

DUARTE, Theophilo. Portugal colonizador. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 18-19, p. 219-220, dez. 1936.

ERMITÃO, Marcio Pimentel. A continuidade como solução colonial. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 8, p. 28-30, mar. 1934.

FARO, José de Sousa. A concepção do Império. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 15, p. 185-186, dez. 1935.

FELIX, Joaquim António da Silva. Angola. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 8, p. 35-36, mar. 1934.

FERREIRA, António Vicente. O terceiro Portugal: Angola. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 3, p. 3-5, dez. 1932a.

FERREIRA, António Vicente. Colonização de Angola. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 3, p. 27-28, dez. 1932b.

FERREIRA, António Vicente. Alguns aspectos da política indígena de Angola. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 9, p. 57-64, jul. 1934.

FERRO, António. **Salazar**: o homem e a sua obra. Lisboa: Empresa Nacional de Propaganda, 1936.

FIGUEIRA, Manuel Pereira. Carta. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 4, p. 8, 1933.

FONSECA, Luís. Estrada Benguela – Novo Redondo e Porto Amboim – Luanda. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 9, p. 129-132, jul. 1934.

FONSECA, Luís. Estradas, caminhos de ferro de Angola. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 15, p. 195-196, dez. 1935.

FONTANA, Josep. **A Europa diante do espelho**. Tradução de Omar Ribeiro Tomaz. São Paulo: EDUSC, 2005

FREYRE, Gilberto. Para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e das colônias. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 24, p. 7-8, dez. 1938.

GALVÃO, Henrique. A missão do Império. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 2, p. 59-60, maio. 1932.

GARCIA, Conde da Penha. Colônias e internacionalismo. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 7, p. 3-6, dez. 1933.

GODINHO, António Maria. A unidade econômica da terra portuguesa. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 24, p. 14, dez. 1938.

GOMES, Angela Maria de Castro. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONÇALVES, Caetano. O espírito da latinidade na obra da colonização portuguesa. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 16-17, p. 49-57, jun. 1936.

GONÇALVES, Francisco das Dores. Cumprindo o nosso programa. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 2, p. 4-5, maio. 1932a.

GONÇALVES, Francisco das Dores. Aos leitores. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-2, dez. 1932b.

GONÇALVES, Francisco das Dores. Realizações. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 8, p. 1-2, mar. 1934a.

GONÇALVES, Francisco das Dores. O nosso preto. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 9, p. 55-56, jul. 1934b.

GONÇALVES, Francisco das Dores. Atitude. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 13, p. 61-62, jun. 1935b.

GONÇALVES, Francisco das Dores. Com a prata da casa. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 14, p. 121-122, set. 1935c.

GONÇALVES, Francisco das Dores. Alvitre. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 15, p. 181-182, dez. 1935d.

GONÇALVES, Francisco das Dores. Realidades e aspirações. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 16-17, p. 1-2, jun. 1936a.

GONÇALVES, Francisco das Dores. Pingos nos iii. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 18-19, p. 157, dez. 1936b.

GONÇALVES, Francisco das Dores. Latifúndio ao abandono. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 20-21, p. 1-2, jun. 1937a.

GONÇALVES, Francisco das Dores. O ovo de Colombo. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 22-23, p. 45-46, 1937b.

GONÇALVES, Francisco das Dores. Euforia. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 24, p. 1-2, dez. 1938.

GONÇALVES, José. Moçambique. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 10-11, p. 201-202, dez. 1934.

GRILLO, Monteiro. Agricultores de Moçambique: lições. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 12, p. 41-42, mar. 1935.

GUEDES, Armando Marques. O terceiro Império Português: o esforço colonizador do liberalismo e da República. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n° 14, p. 133-134, set. 1935a.

GUEDES, Armando Marques. Porque fomos para o mar. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 12, p. 37-39, mar. 1935b.

GUEDES, Armando Marques. As reivindicações coloniais da Alemanha. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 24, p. 19-20, dez. 1938.

GUIMARÃES, Moreira. Grande século decisivo na formação do Brasil. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, n. 18-19, p. 169-172, dez. 1936.

LEAL, Carlos. Alerta! **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 5, p. 69-70, jun. 1933.

LEAL, Francisco Pinto da Cunha. Perspectivas futuras da Europa. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 24, p. 27-29, dez. 1938.

LEITE, Duarte. O primeiro périplo africano. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 25, p. 3-5, dez. 1939.

LEMES, Júlio. General Norton de Matos. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 2, p. 48-52, maio. 1932.

LIMA, Rodrigo de Abreu. Portugal e as suas colônias. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 2, p. 40-44, maio 1932.

LOPES, Craveiro. Carta. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 10-11, p. 233, dez. 1934.

MACEDO, Diego. A propósito da arte negra. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, n. 16-17, p. 37-38, jun. 1936.

MACEDO, Diego. Derradeiras rezas à arte negra. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 25, p. 27-28 dez. 1939.

MARTINS, Eduardo de Azambuja. A instrução militar em Moçambique. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 9, p. 73-74, jul. 1934.

MARTINS, Jacinto Perreira. A pecuária de Moçambique e seus maiores flagelos. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 20-21, p. 27-30, jun. 1937.

MARTINS, Luís Augusto Ferreira. Não há fumo sem fogo!. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 6, p. 49-52, set. 1933.

MARTINS, Luís Augusto Ferreira. Mais fumo!. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 9, p. 67-71, jul. 1934.

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de. A independência do Brasil: A civilização de África. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 2, p. 53-55, maio. 1932.

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de. A minha concepção do império português. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 6, p. 3-14, set. 1933a.

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de. Memórias da minha vida colonial. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 7, p. 13-14, dez. 1933b.

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de. Radio fusão de Norton de Matos. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 12, p. 35, mar. 1935a.

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de. Imigrantes estrangeiros em territórios nacionais. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 24, p. 3-4, dez. 1938.

MELO, Souza. Moçambique. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 1, p. 12-15, maio 1931.

MENDONÇA, Renato. O negro e a cultura no Brasil. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 24, p. 34-36, dez. 1938.

MIRANDA, António Augusto. Lourenço Marques. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 3, p. 24-28, dez. 1932.

MONTEIRO, Armindo. O notabilíssimo discurso de S. Ex. o Sr. Ministro das Colônias na reunião inaugural do Congresso do Instituto Colonial Internacional. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 5, p. 10-16, jun. 1933.

MONTEIRO, Henrique Pires. A situação político-estratégica da República Portuguesa. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 3, p. 35-41, dez. 1932.

MONTEIRO, Ricardo Vaz. O momento colonial português e a Sociedade Luso-Africana. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 12, p. 33-34, mar. 1935.

MORAES, Evaristo. A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro e o sentido da sua obra. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 18-19, p. 175-178, dez. 1936.

MOREIRA, João Mimoso. Uma exposição da expansão portuguesa. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 16-17, p. 95-97, jun. 1936.

MOURA, Jacinto José do Nascimento. Como contribuíram os portugueses para a colonização moderna. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 4, p. 33-36, 1933.

MOURA, Jacinto José do Nascimento. Colonizar I. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 14, p. 158-160, set. 1935a.

MOURA, Jacinto José do Nascimento. Colonizar II. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 15, p. 202-204, dez. 1935b.

NASCIMENTO, Brito. Corrente antagônica da história colonial portuguesa. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 20-21, p. 32-33, jun. 1937.

OLIVEIRA, José Osório. As ilhas crioulas. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 3, p. 15-19, dez. 1932.

OLIVEIRA, José Osório. Palavras sobre Cabo Verde para serem lidas no Brasil. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 18-19, p. 184-185, dez. 1936.

PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PERES, Manuel. Portugal – nação colonial. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 8, p. 19-30, mar. 1934.

PERES, Manuel. Pouco a pouco: a evolução de Lourenço Marques. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 18-19, p. 213-214, dez. 1936.

PIRES, Arnaldo Candido Veiga. Guerras, colônias e colonização. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 16-17, p. 132-133, jun. 1936.

POMBO, Ruela. Etnografia angolana. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 25, p. 9-11, dez. 1939.

QUADROS, António. **Antônio Ferro**: seleção, prefácio e comentários. Lisboa: Editora Panorama, 1963.

RAMOS, Artur. Negros bântus no Brasil. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 18-19, p. 166-168, dez. 1936.

RAMOS, Artur. Levantes de negros escravos no Brasil. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 24, p. 15-17, dez. 1938.

RAMOS, Leão. Colônias ou províncias ultramarinas?. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 24, p. 25-26, dez. 1938.

REGO, Jose Lins. Precisamos dos portugueses. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 25, p. 41-42, dez. 1939.

ROCHA, Hugo. Antes de abrir a exposição da Guiné a Timor, sem sair do Palácio de Cristal. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 9, p. 153-155, jul. 1934.

RODRIGUES, Serafim Lopes. Renascimento. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 22-23, p. 55-56, 1937.

SALDANHA, Joaquim. Questões de emigração e colonização. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 25, p. 38-40, dez. 1939.

SARAIVA, Virgílio. Interesses de Lunda. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 2, p. 45-47, maio. 1932a.

SARAIVA, Virgílio. Feira de amostras em Luanda. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 3, p. 58-60, maio. 1932b.

SEVERO, Ricardo. A grei colonizadora: Conferência na sessão solene do “Grêmio Português de Campinas”. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 2, Maio, 1932, p. 5-8, maio. 1932.

SILVA, Henrique Correa. Lourenço Marques. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 3, p. 11-15, dez. 1932.

SIMÕES, Nuno. Os portugueses do Brasil: o Brasil e as colônias portuguesas. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 2, p. 9-14, maio. 1932a.

SIMÕES, Nuno. Obreiros da unidade portuguesa. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 12, p. 45-46, mar. 1935.

SIMÕES, Nuno. Ensejo a aproveitar. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-6, dez. 1938.

SOARES, Vicente Henrique de Varella. O problema do caminho de ferro de Benguela e o estado actual da questão. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 7, p. 15-16, dez. 1933.

SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO. Objetivos da Sociedade Luso-Africana. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 1, p. 30-31, maio. 1931.

SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO. Estradas. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 2, p. 57-58, maio. 1932.

SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO. Como foi comemorado o 4º Aniversário da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, n. 9, p. 156-157, jul. 1934a.

SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO. Associação dos velhos colonos de Moçambique. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 9, p. 121, jul. 1934b.

SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO. Noticiário: agradecimento. a diretoria. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 22-23, p. 80. 1937.

VELOSO, Francisco. A política colonial e os seus rumos. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 8, p. 3-9, mar. 1934.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

VIANA, Eduardo Ferreira. Carta a Sociedade Luso-Africana. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 4, p. 62-63, 1933.

VIEGAS, Luiz António de Carvalho. Carta. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 9, p. 138, jul. 1934.

Outras fontes primárias consultadas

ACTO COLONIAL. *In*: Diário do Governo, **I Série**, n. 156, 08 jul. 1930.

AMORIM, António de Sousa. **[Carta]**. Destinatário: Norton Matos. Rio de Janeiro, 08 mar. 1932. Valencia, “Solicitação de artigo”. Arquivo Municipal de Ponte de Lima/Arquivo Norton de Matos, 1932b.

AMORIM, António de Sousa. **[Carta]**. Destinatário: Norton Matos. Rio de Janeiro, 06 set. 1932. Lisboa, “Retorno”. Arquivo Municipal de Ponte de Lima/Arquivo Norton de Matos, 1932c.

AMORIM, António de Sousa. Impossível? Não! **Boletim do Centro Português Dr. Afonso Costa**. Rio de Janeiro: Centro Português Dr. Afonso Costa, n.1, p. 30. 1933d. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07220.005>. Acesso em: 30 abri. 2024

AMORIM, António de Sousa. **[Carta]**. Destinatário: Henrique Galvão. Rio de Janeiro, 27 mar. 1935a. “Agradecimento pelo envio da conferencia A função colonial de Portugal”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Henrique Galvão, cx 1, doc. 20.

AMORIM, António de Sousa. **[Carta]**. Destinatário: Paiva Couceiro. Rio de Janeiro, 10 fev. 1935b. Lisboa, “Participação no programa Horas Portuguesas”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Henrique de Paiva Couceiro, mç. 19, n. 353.

ANTT - ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. “Antigos partidos: Actividades no Rio de Janeiro: Sociedade Luso-Africana, Centro Afonso Costa e Grêmio republicano”. Lisboa: Arquivo Salazar, PC-3A cx 597, pt. 18, 20 de Maio de 1931a.

ANTT - ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. *In*: “Antigos Partidos: Actividade dos emigrados dos políticos Dr. Afonso Costa e Dr. Bernardino Machado”. Lisboa: Arquivo Salazar, PC-3A cx. 597, pt. 6, 28 de Maio de 1931b.

ANTT - ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. “Antigos Partidos: Vigilância no Exterior: França”. Lisboa: Arquivo Salazar, PC-3A cx. 597: 11, 1932.

ANTT - ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **“Política, Antigos Partidos**: actividades no Rio de Janeiro: Sociedade Luso-Africana, Centro Afonso Costa e Grêmio Republicano”. Lisboa: Arquivo Salazar, PC-3A cx 597, pt, 1935a, p. 1-17.

ANTT - ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. *In*: “Ordens para a administração Geral dos Correios apreender todos os exemplares da Luso-

Africana” (Gabinete do Ministro). Lisboa, Arquivo Salzar, Mç. 477, [pt.5/1], 06 de julho de 1935b.

ANTT - ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. *In*: “**Censura**” (Direção Geral dos Serviços de Censura à Imprensa/Serviços de Censura à Imprensa). Lisboa: Arquivo Salazar, Mç. 477, [pt.5/1], 03 jul. 1935c.

ARCHER, Maria. Aspectos da “paisagem social” na África portuguesa e no Brasil do passado sugeridos pelos livros de Gilberto Freyre. **Seara Nova**, Lisboa, n. 536, p. 166-170, nov. 1937.

AZEVEDO, F. Alves. Exposição colonial do Porto. **Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 8, p. 23-25, mar. 1934.

BARROS, João. **Uma campanha luso-brasileira**: caminho da Atlântida. Paris-Lisboa: Livraria Aillaud e Bertrand, 1920. v. 1.

BARROS, João. **Uma campanha luso-brasileira**: sentido do Atlântico. Paris-Lisboa: Livraria Aillaud e Bertrand, 1921, v. 2.

BRASIL. *Câmara dos Deputados*. **Decreto Lei n. 383, de 18 de abril de 1938**. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 set. 2024.

BOLETIM DO CENTRO REPUBLICANO PORTUGUÊS DR. AFONSO COSTA. Centro Republicano Português Dr. Afonso Costa, Rio de Janeiro, n.1. 1933.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Gabinete do Ministro, Comissão de Permanência de Estrangeiros. Rio de Janeiro, 16 de Agosto de 1938. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2383412/p-9-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-17-08-1938/pdfView>. Acesso em: 30 set. 2024.

CAETANO, Marcelo. **Direito público colonial português** (lições coligadas por Mario Neves). Lisboa: Oficina Gráfica, 1934.

CASIMIRO, Augusto. **Nova largada**: romance de África. Lisboa: Seara Nova, 1926.

CASIMIRO, Augusto. **As ilhas encantadas**: visão de Cabo Verde. Lisboa: Diário de Lisboa, 1935b. p. 1.

CASIMIRO, Augusto. **Cartilha colonial**. Rio de Janeiro: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1936.

CASIMIRO, Augusto. **Cadernos Coloniais (n. 36):** alma africana. Lisboa, Editorial Cosmos, 1938.

CASIMIRO, Augusto. **Portugal crioulo.** Lisboa: Editorial Cosmos, 1940.

CORREIA, Alves. **Missões católicas portuguesas.** Lisboa: Editorial Cosmo, 1936.

CORTESÃO, Armando Zuzarte. O boletim da Agência Geral das Colônias. *In: Boletim Geral das Colônias.* Lisboa, n.1 p. 3-9, 1925.

COSTA, Augusto. Apologia do império português. **Nação Portuguesa,** Lisboa, v. 10, p. 191-230, 1934a.

COSTA, Augusto. **Portugal vasto império:** um inquérito nacional. Lisboa: Imprensa Nacional, 1934b.

COUCEIRO, Paiva. **Angola:** dous annos de governo Junho 1907 – junho 1909: história e commentaries. Lisboa: Agência Nacional, 1910.

ENES, António. **Moçambique:** relatório apresentado ao governo. Lisboa, 1946 (1893). Estatutos da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gráfica Villas Boas, 1934.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 1934, 7 p.

FERREIRA, Manuel António. **O fundador do império luso no oriente.** Rio de Janeiro: Edições Panlusitanas, 1936.

FERRO, António. **Estados unidos da saudade.** Lisboa: SNI, 1949.

FONTANA, Josep. **A Europa diante do espelho.** Tradução de Omar Ribeiro Tomaz. São Paulo: EDUSC, 2005.

FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou.** Lisboa: Livros do Brasil, 1940.

FREYRE, Gilberto. Palavras de Gilberto Freyre. **Cabo Verde:** Boletim de Propaganda e Informação, Cabo Verde, ano 3, n. 26, 20 nov. 1951.

FREYRE, Gilberto. **Uma cultura ameaçada e outros ensaios.** São Paulo: é realizações, 2010a.

FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou.** São Paulo: é realizações, 2010b.

GONÇALVES, Francisco das Dores. Sociedade Luso-Africana. **O Jornal,** p.8, 23 jan. 1931.

GONÇALVES, Francisco das Dores. Portuguezes no Brasil. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, p. 10, 05 dez. 1936c.

GONÇALVES, Francisco das Dores. Prefácio. *In*: CASIMIRO, Augusto. **Cartilha colonial**. Rio de Janeiro: Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1936d. p. 10-11.

LOPES, João. Apontamento. **Claridade**, São Vicente, n. 1, p. 9, mar. 1936.

LUSITANIA. Crer, lutar, vencer. **Lusitânia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, fev. 1929a.

LUSITANIA. Portugal novo: o Portugal glorioso de sempre. **Lusitânia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, fev. 1929b.

LUSITANIA. O sentido de Portugal. **Lusitânia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, fev. p. 5, 1929c.

MACHADO, Bernardino. O Acto Colonial da Ditadura (1930). *In*: MACHADO, Bernardino. **Manifestos políticos (1927-1940)**: compilação, prefácio e notas de A. H. Marques. Lisboa: Palas Editores, 1978. p. 301-345.

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de. **A província de Angola**. Porto: Edições de Maranus, 1926.

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de. A atitude da Alemanha. **O Primeiro de Janeiro**, Porto n. 1, 6 abr. 1935b.

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de. Tarefa ingente. **Revista Militar**, Lisboa, n. 6. 1939. (Separata).

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de. **Memórias e trabalhos da minha vida**: factos, acontecimentos que a memória guardou. Lisboa: Editora Marítimo Colonial LTDA, 1944.

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de. **Angola**: ensaio sobre a vida e acção de Paiva Couceiro em Angola, que se publica ao reeditar-se o seu relatório de governo. Lisboa: Edições Gama, 1948.

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de. **Memórias e trabalhos da minha vida**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005. v. 1.

MELO, Aldo de Calvalcanti. **A confederação luso-brasileira**: esboço de construção jurídica. Funchal: Tipografia do Diário de Notícias, 1919.

MONTEIRO, Armindo. O mundo português. *In*: **O mundo português**. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1934. v. 1.

MORAES, Evaristo. **Escravidão africana no Brasil:** (das origens à extinção). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

MURALHA, Pedro. **Cartilha colonial:** breve resenha histórica, geográfica e econômica das colônias portuguesas em África, América, Ásia e Oceania. Lisboa: Tip. Luso-Gráfica, 1928.

PEDROSO, Consiglieri. A Comissão Luso-Brasileira. **Boletim da Sociedade De Geografia de Lisboa**, Lisboa, n. 11, p. 387-390, 1909.

PESSOA, Fernando. **Portugal, sebastianismo e quinto império.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1986.

PIMENTEL, Sarmento. **Sarmento Pimentel ou uma geração traída:** diálogos de Noberto Lopes com o autor das “Memórias do Capitão”. Lisboa: Editorial Aster, 1977.

RIO, João. **Portugal d’agora.** Rio de Janeiro: Garnier, 1911.

RODRIGUES, António Bettencourt. **Uma confederação luso-brasileira:** factos, opiniões e alvites. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1923.

ROMERO, Silvio. **O elemento português no Brasil.** Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional, 1902.

VEIGA, António de Figueiredo de Nascimento. **Pan-lusitanismo.** Lisboa: Tipografia Universal, 1916.

VELLOSO, D. Duarte. **A Confederação Luso-Brasileira:** Conferência realizada no dia 3 de maio de 1918 no Grêmio Luís de Camões. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1918.

Bibliografia geral

ACCIAIUOLI, Margarida. **Exposições do Estado Novo 1934-1940**. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes**: Formação do Brasil no Atlântico Sul. Companhia das Letras: São Paulo, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. As três eras do Atlântico Sul. **Revista USP**, São Paulo, n. 123, p. 13-28. 2019.

ALEXANDRE, Valentim. **Origens do colonialismo moderno**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979.

ALEXANDRE, Valentim. Prefácio. *In*: CASTELO, Cláudia. **“O modo português de estar no mundo”**: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1999. p. 5-6.

ALEXANDRE, Valentim. Do Império de antigo regime ao sistema colonial moderno: o nacionalismo imperial e os seus efeitos (1875-1930). *In*: **A África e a instalação do sistema colonial - c.1885- c.1930** : III reunião internacional de história de África : actas / dir. Maria Emilia Madeira Santos. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000a, p. 395-402.

ALEXANDRE, Valentim. **Velho Brasil, novas Áfricas**: Portugal e o império (1808-1975). Porto: Edições Afrontamento, 2000b.

ALLINA, Eric. **Slavery by any other name**: Africa life under company rule in colonial Mozambique. Virginia: University of Virginia, 2012.

ALVES, Jorge Luís dos Santos. **Malheiro Dias e o luso-brasileirismo** – um estudo de caso das relações culturais Brasil-Portugal. 2009. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

AMIN, Samir. **El eurocentrismo**: critica de uma ideologia. México: Siglo XXI, 1989.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais. **“Ver o outro nos próprios olhos”**: A revista Brasília e o projeto de lusitanização do Atlântico Sul (1942-1949). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais. As relações culturais luso-brasileiras em perspectiva: da gênese do ideário de comunidade à fundação da Revista Brasília (1822-1942). **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, n. 46, p. 281-300, 2015.

BERNARDO, João. **Labirintos do fascismo**: na encruzilhada da ordem e da revolta. Porto: Enfrentamentos, 2003.

BERNARDO, João. **Democracia totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004.

BETTENCOURT, Marcelo. A resposta dos “crioulos luandenses” ao intensificar do processo colonial em finais do século XIX. *In*: **A África e a instalação do sistema colonial - c.1885- c.1930**: III reunião internacional de história de África: actas / dir. Maria Emilia Madeira Santos. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000. p.655-671.

BETTS, Raymond F. A dominação europeia: métodos e instituições. *In*: BOAHEN, Albert Adu. **História geral da África**: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. p. 353-376. v. 7.

BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. *In*: BOAHEN, Albert Adu. **História geral da África**: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. p. 1-20. v. 8.

BRITO, Ricardo Pinto de Carvalho Paulo. **A sociedade portuguesa de estudos históricos no contexto historiográfico nacional (1911-1928)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

BRUNSCWIG, Henri. **A partilha da África negra**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

CAPELA, José. **O imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colônias**. Lisboa: Afrontamento: 1977.

CAPELA, José. Plantação e trabalho forçado em Moçambique, 1892-1917. *In*: **A África e a instalação do sistema colonial - c.1885- c.1930**: III reunião internacional de história de África: actas / dir. Maria Emilia Madeira Santos. - Lisboa: Centro de estudos de História e cartografia antiga, 2000, p. 431-139.

CAPELA, José. **Moçambique pela sua história**. Lisboa: Edições Húmus, 2010.

CARDOSO, Sara Alexandra Martins. **As cartilhas coloniais de Augusto Casimiro e Pedro Muralha**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda Estrangeira) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

CASTELO, Cláudia. **“O modo português de estar no mundo”**: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1999.

CASTELO, Cláudia. **Passagens para África**: O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da Metrópole (1920-1974). Porto: Edições Afrontamentos, 2007.

CASTELO, Cláudia. Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. **História, Ciências, Saúde – Mangui-nhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n.2, abr. jun, p. 391-408, 2012.

CASTELO, Cláudia. “Novos Brasil” em África: Desenvolvimento e colonialismo português tardio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 53, p. 507-532, ago. 2014.

CASTRO, Zília Osório. Do carisma do Atlântico ao sonho da Atlântida. *In*: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal *et al.* **Afinidades atlânticas**: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras. Rio de Janeiro: Quartet, 2009. p. 57-88.

CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. *In*: Catroga, Fernando; MENDES, José Maria Amado; TORRAL, Luís Reis. **História da história de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 547- 673.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935). *In*: BOAHEN, Albert Adu. **História geral da África**: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. p. 401-436. v. 7.

COSTA, Luís Manuel Neves. Conhecer para ocupar. Ocupar para dominar. Ocupação científica do Ultramar e Estado Novo. **História: Revista da FLUP – IV série**, Porto, v. 3, p. 41-58, 2013.

CRUZ, Elizabeth Ceita Vera. **O estatuto do Indigenato**: Angola – a legalização da discriminação na colonização portuguesa. Luanda: Edições chá de Caxinde, 2005.

CURTO, Diogo Ramada. Prefácio: Políticas coloniais e novas formas de escravatura. *In*: JERÓNIMO, Miguel Bandeira. **Livros brancos, almas negras**: a “missão civilizadora” do colonialismo português, 1870-1930. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

DÁSKALOS, Maria Alexandre. **A política de Norton de Matos para Angola, 1912-1915**. Coimbra: Minerva-História, 2008.

DUARTE NETO, Sérgio Gonçalo. Representações imperiais n’o mundo português. *In*: TORRAL, Luís Reis; PAULO, Heloisa. **Estados autoritários e totalitários e suas representações**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008a.

DUARTE NETO, Sérgio Gonçalo. Insularidade, idiossincrasias e imaginação: representações de Cabo Verde no pensamento colonial Português. *In: TOR-GAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (org.). Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008b. p. 181-192.

DUARTE NETO, Sérgio Gonçalo. **Colônia mártir, colônia modelo.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

DUARTE NETO, Sérgio Gonçalo. **Do Minho ao Mandovi:** Um estudo sobre o pensamento colonial de Norton de Matos, volume I. 2013. Tese (Doutorado em Altos Estudos Contemporâneos) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013a.

DUARTE NETO, Sérgio Gonçalo. Claridade: fazer luz, adensar as sombras. *In: Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do saber e da ciência.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, 2013b.

DUARTE NETO, Sérgio. O vértice do Atlântico: Cabo Verde na criação literária de Augusto Casmiro (1931-1964). **Revista de História**, São Paulo, n. 181, p. 1-26, 2022.

DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do outro:** a origem do “mito da modernidade”. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

DUTRA, Eliana Freitas. Laços fraternos: A construção imaginária de uma Comunidade Cultural Luso-brasileira no Almanaque de Lembranças. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 1, p. 116-127, 2005.

FERREIRA, Marie-Jo. As comemorações do primeiro centenário da independência brasileira ou a exaltação de uma modernidade luso-brasileira. *In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (org.). Modernidades alternativas.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 119-140.

FLORES, Maria Bernadette Ramos. A intimidade luso-brasileira. *In: PAULO, Heloisa et al. O beijo através do atlântico: O lugar do Brasil no panlusitanismo.* Chapecó: Editora Argos, 2001.

FLORES, Maria Bernadette Ramos. A invenção do luso-brasileiro: nacionalismo e racismo. *In: FLORES, Maria Bernadete Ramos. Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza.* Chapecó: Argos, 2007.

GARCIA, José Luís Lima. **Ideologia e propaganda colonial no Estado Novo:** da Agencia Geral das Colônias à Agencia Geral do Ultramar, 1924-1974. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Comentários à correspondência entre Melville e Herskovits e Arthyr Ramos (1935-1941). *In: Heloisa Pontes; Lilia Moritz Scwarz (org.). Antropologia, história, experiências.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 169-198.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Relações culturais luso-brasileiras: alguns pontos de convergências. **Revista Convergência Lusíada**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 24. p. 256-263, dez. 2007.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Nos subterrâneos das relações luso-brasileiras, dois estudos de caso: o sucesso da (re) inauguração da Sala do Brasil, na Universidade de Coimbra (1937) e o fracasso do Congresso Luso-Brasileiro de História (1940). *In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal et al. Afinidades atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras.* Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito, realidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios, 1875-1914.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

JANEIRO, Helena Pinto. Os militares na Aliança Republicano-Socialista: um triunvirato militar para uma transição civil. *In: 100 anos do regime republicano: políticas, rupturas e continuidades: Actas do XIX Colóquio de História Militar.* Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2011. p. 373-383.

JANEIRO, Helena Pinto. A aliança republicano-socialista no rescaldo da I República. *In: Congresso Internacional I República e Republicanismo: Actas.* Lisboa: Assembleia da República, 2012.

JANEIRO, Helena Pinto. O grande oriente lusitano unido, entre a Ditadura Militar e o Estado Novo (1930-1935): “o barco que a reação quer torpedear”. *In: REZOLA, Maria Inácia; OLIVEIRA, Pedro Aires (org.). O eterno retorno: estudos em homenagem a António Reis.* Lisboa: Campo da comunicação, 2013.

JANEIRO, Helena Pinto. **Norton de Matos, o improvável republicano: um olhar sobre Portugal e o império entre Afonso Costa e Salazar.** 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira. **Livros brancos, almas negras: a “missão civilizadora” do colonialismo português, 1870-1930.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira. Das “dificuldades de levar os indígenas a trabalhar”: o “sistema” de trabalho nativo no império colonial português. *In*: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (Org.). **O império colonial em questão (séc. XIX-XX)**: poderes, saberes e instituições. Lisboa: Edições 70, 2012. p. 159-193.

JOÃO, Maria Isabel. **Memória e império**: comemorações em Portugal (1880-1960). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

LAINS, Pedro. Salazar anti-colonial: o problema financeiro de Angola e a sua solução 1900-1939. *In*: GASPAR, Carlos; PATRIARCA, Fátima; MATOS, Luís Salgado (org.). **Estado, regimes e revoluções**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2012. p. 589-609.

LEAL, Ernesto Castro. A ideia de confederação luso-brasileira nas primeiras décadas do século XX. **Ibérica**: Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos, Juiz de Fora, v. 4, n.12, dez. 2009.

MABEKO-TALI, Jean-Michel. Considerações sobre o despotismo colonial, e a gestão centralizada da violência no Império colonial francês. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, set. p. 745-770, 2013.

MACQUEEN, Norrie. **Colonialism**. London: Pearson Education Limited, 2007.

MAGALHÃES, Marconilde Dias Brepold. **Alemanha mãe-pátria distante**: utopia pangermanista no Brasil. 1993. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp: Campinas, 1993.

MARQUES, António Henrique; SERRÃO, Joel. **Nova história de Portugal**, Volume IX, Lisboa: Presença, 2002.

MARY, Cristina Pessanha. **Geografias pátrias**: Portugal e Brasil – 1875/1889. Niterói: Editora da UFF, 2010.

MATOS, Sérgio Campos. **História, mitologia, imaginário nacional**: a história no curso dos Liceus (1895-1939). Lisboa: Livros Horizonte, 1990a.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra**: história e civilizações – do século XIV aos nossos dias. Tomo II. Lisboa: Edições colibri, 2007.

MELO, Daniel. **Salazarismo e cultura popular (1933-1958)**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2001.

MENDES, Amado. Caminhos e problemas da historiografia portuguesa. *In*: Catroga, Fernando; MENDES, José Maria Amado; TORRALBA, Luís Reis. **História da história de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

MUNANGA, Kabengele. Administrações coloniais francesa, portuguesa e belga e a política de assimilação cultural e as suas consequências no processo de conscientização anticolonial. *In: A África e a instalação do sistema colonial - c.1885- c.1930*: III reunião internacional de história de África: actas / dir. Maria Emilia Madeira Santos. - Lisboa : Centro de estudos de História e cartografia antiga, 2000. p. 367-375.

NUNES, João Paulo Avelãs. **A história econômica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974)**: ascensão e queda de um paradigma historiográfico. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993.

NUNES, João Paulo Avelãs. O Estado, a historiografia e outras ciências/tecnologias sociais. *In: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo (ed.). História-riografias portuguesa e brasileira no século XX*: olhares cruzados. Coimbra: IUC, 2013.

O DECÁLOGO do Estado Novo. 2013. Disponível em: <https://historianove.webnode.pt/news/o-decalogo-do-estado-novo/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. **Saudades d' além mar**: um estudo sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da revista Lusitânia (1929-1934). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2003.

PAULO, Heloisa. **“Aqui também é Portugal”**: a colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo. Coimbra: Quarteto Editora, 2000.

PAULO, Heloisa; SILVA, Armando Malheiro. Norton de Matos, o Brasil e as raízes do paraíso – a construção da colônia ideal e o ideal colonialista. *In: PAULO, Heloisa et al. O beijo através do atlântico*: o lugar do Brasil no pan-lusitanismo. Chapecó: Editora Argos, 2001.

PAULO, Heloisa. O exílio português no Brasil: Os “Budás” e a oposição anti-salazarista. **Portuguese Studies Review**, Peterborough, Lusophone Studies Association, v. 14 n. 2, p. 125-142, 2006.

PAULO, Heloisa. Republicanismo: considerações dos exilados acerca da República: *In: SILVA, Armando Malheiro (org.); CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; SALMI, Stefano (org.). Republica, republicanismo e republicanos*: Brasil, Portugal, Itália. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

PAULO, Heloisa. Uma abordagem do problema colonial pela oposição anti-salazarista: a “questão indiana” e os exilados no Brasil. *In: ROLLO, Maria Fernanda; Ribeiro, Maria Manuela Tavares; PIRES, Ana Paula; NUNES, João Paulo Avelãs. Atas I Congresso de História Contemporânea*. Lisboa: IHC, CEIS20, Rede História, 2013. p. 615-623.

PÉLISSIER, René. **História das campanhas de Angola**: resistência e revoltas (1845-1941). Lisboa: Editorial Estampa, 1986a. v. 1.

PÉLISSIER, René. **História das campanhas de Angola**: resistência e revoltas (1845-1941). Lisboa: Editorial Estampa, 1986b. v.2.

PÉLISSIER, René. **História de Moçambique**: formação e oposição 1854-1918. Lisboa: Editorial Estampa, 2000a. v.1.

PÉLISSIER, René. **História de Moçambique**: formação e oposição 1854-1918. Lisboa: Editorial Estampa, 2000b. v.2.

PÉLISSIER, René. **As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941**. Lisboa: Editorial Estampa, 2006.

PIMENTA, Fernando Tavares. **Branços de Angola**: autonomismo e nacionalismo (1900-1961). Coimbra: Minerva-História, 2005.

PIMENTA, Fernando Tavares. Representações políticas da cultura colonial dos brancos de Angola. **Estudos do Século XX**, Coimbra, n. 8, p. 293-304, 2008a.

PIMENTA, Fernando Tavares. Nacionalismo euro-africano em Angola: uma nova Lusitânia? *In*: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (org.). **Comunidades imaginadas**: nação e nacionalismos em África. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008b, p. 59-74.

PIMENTA, Fernando Tavares. **Portugal e o século XX**: estado-império e a descolonização (1890-1975). Porto: Edições Afrontamento, 2010a.

PIMENTA, Fernando Tavares. **Angola**: os brancos e a independência. Porto: Afrontamento, 2010b.

PIMENTA, Fernando Tavares. Perspectivas da historiografia colonial portuguesa (século XX). *In*: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (org.). **Outros combates pela história**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010c, p. 143- 158.

PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos de 1930 do século XX. *In*: MARTINHO, Francisco Carlos; PINTO, António Costa. **Corporativismo em Português**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do império colonial português (1951-1974). **História**, São Paulo, v. 28, n. 10, 2009.

- PIRES, Carlos Manoel Pimenta. **A educação dos neocolonizadores**: a escola colonial e a investigação do Ultramar no império português (séculos XIX e XX). 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.
- POLIAKOV, Léon. Alemanha: a língua e a raça. *In*: POLIAKOV, Léon. **O mito ariano**: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo: Perspectiva/Editora Universidade de São Paulo: 1974. p. 65-102.
- PROENÇA, Maria Cândida. A questão colonial: a República (1910-1918). *In*: ROSAS, Fernando; ROLLO, Fernanda (org.). **História da primeira República**. Lisboa: Tinta da China, 2009a. p. 205-228.
- PROENÇA, Maria Cândida. A Nova República (1919-1926). *In*: ROSAS, Fernando; ROLLO, Fernanda (org.). **História da primeira República**. Lisboa: Tinta da China, 2009b. p. 503-521.
- RAMOS DO Ó, Jorge. **Os anos de ferro**: dispositivo cultural durante a Política do Espírito, 1933-1949. Lisboa: Estampa, 1999.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. **Uma história de regressos**: império, guerra colonial e pós-colonialismo. Porto: Edições Afrontamento, 2004.
- RODNEY, Walter. A economia colonial. *In*: BOAHEN, Albert Adu. **História geral da África**: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. p. 377-400. v. 7.
- ROQUE, Ricardo. A antropologia colonial portuguesa (1911-1950). *In*: CURTO, Diogo Ramada (org.). **Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. p. 789-822.
- ROSAS, Fernando. **O Estado Novo nos anos trinta (1928-1938)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- ROSAS, Fernando. Estado Novo e desenvolvimento econômico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária. **Análise Social**, Lisboa, v. 29, n. 128, p. 871-887, 1994.
- ROSAS, Fernando. Estado Novo, império e ideologia imperial. do Estado Novo ao 25 de Abril. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 17, p. 19-32, 1995.
- ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, Lisboa, v. 35, n. 157, p. 1031-1054, 2001.
- ROSAS, Fernando. **Salazar e o poder**: a arte de saber durar. Lisboa: Tinta da China, 2015.

ROSAS, Fernando; SIZIFREDO, Cristina. **A perseguição aos professores**. Lisboa: Tinta da China, 2013.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

SAID, Edward. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTANA, Nara Maria. **Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito**. Dimensões, Vitória, n. 25, p. 235-248, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Porto: Afrontamento, 1996.

SANTOS, Maciel. O imposto camponês e o financiamento do Estado colonial – exemplos das colônias portuguesas (1900-1939). *In: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e Instituto Científico-Tropical (coord.). O colonialismo português – novos rumos da historiografia dos PALOP*. Lisboa: Edições Humus, 2013. p. 29-106.

SCHIAVON, Carmem G. Burget. **Estado Novo e relações luso-brasileiras**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUC-RGS, Porto Alegre, 2007.

SERPA, Elio. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v 20, n. 39, p. 81-114, 2000.

SERRANO, Carlos. **Angola: nascimento de uma nação**. Um Estudo sobre a construção da identidade nacional. Luanda: Editorial Kilombelombe, 2008.

SERRANO, Giselia de Amorim. **Caravelas de papel: a política editorial do Acordo Cultural de 1941 e o Pan-lusitanismo (1941-1949)**. Tese (Doutorado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Alex Gomes. **Cultura luso-brasileira em perspectiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da Revista Atlântico (1941-1945)**. Dissertação (Mestrado em História Oficial) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2011.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da; GARCIA, José Luís Lima. Norton de Matos e a oposição à política colonial de Salazar. *In: Do Estado Novo ao 25 de Abril. Revista de História das Ideias*, Coimbra, n. 17, p. 349-404, 1995.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da. General Norton de Matos (1867-1955). Aspectos maiores de um perfil histórico-biográfico – o militar, o colonialista e o democrata. **Africana Studies**, Porto, n. 6, p. 173-200, 2006.

SILVA, Rui Ferreira. Sob o signo do império. *In*: ROSAS, Fernando. **Portugal e o Estado Novo (1930-1960)**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

SOARES, Mario. Prefácio. *In*: MATOS, Norton de. **Memórias e trabalhos da minha vida**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005. p. 5-10. v. 1.

SOBRAL, José Manuel. **Etnicidade, nacionalismo e racismo**: migrações, minorias étnicas e contextos escolares. Porto: Edições Afrontamento, 2015.

SOUTO, Amélia Neves. O Acto Colonial, Moçambique 1930-1932: trabalho, imigração, descentralização. *In*: **A África e a instalação do sistema colonial - c.1885- c.1930**: III reunião internacional de história de África: actas / dir. Maria Emilia Madeira Santos. - Lisboa: Centro de estudos de História e cartografia antiga, 2000, p. 231-242, 2000.

SOUZA, Raquel dos Santos Madaleno. Augusto Casimiro e Fernando Pessoa: “nau...Portugal” e a conquista da distância. **Revista Crioula**, São Paulo, n.1, p. 1-9, 2007.

SOUZA, Thyago Ruzemberg Gonzaga. De Nina Rodrigues a Arthur Ramos: a reinvenção de Palmares nos “estudos do negro”. **Temporalidades**: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 161-180, maio 2013.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Do saber colonial ao luso-tropicalismo: “Raça” e “Nação” nas primeiras décadas do salazarismo. *In*: MAIO, Marco Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **Ecos do atlântico sul**: Representações sobre o terceiro império. Rio de Janeiro. Editora UFRJ/FAPESP, 2002.

TORGAL, Luís Reis. **História e ideologia**. Coimbra: Minerva, 1989.

TORGAL, Luís Reis. **A Universidade e o Estado Novo**: o caso de Coimbra. Coimbra: Minerva, 1999.

TORGAL, Luís Reis. **A Universidade de Coimbra**: nota histórica. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2002.

TORGAL, Luís Reis. **Estado Novo, estados novos**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

TORRES, Adelino. **Angola**: conflitos políticos e sistema social (1928-30), 1997. Disponível em: http://www.adelinotorres.info/trabalhos/Angola-Conflitospoliticosesistemasocial_1928-1930.pdf. Acesso em: 25 mar. 2023.

TORRES, Adelino. **O império português: entre o real e o imaginário**. Lisboa: Eschu, 1991.

TRINDADE, Luís. **O estranho caso do nacionalismo português**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

VELOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

WESSELING, Henk L. **Dividir para dominar: a partilha da África 1880-1914**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Editora Renan, 2008.

WHEELER, Douglas. Primeira parte. *In*: WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa: Tinta da China, 2009. p. 25-230.

WHEELER, Douglas. Portugal em África: uma sociedade colonial em transformação (1880-1930). *In*: GASPAR, Carlos; PATRIARCA, Fátima; MATOS, Luís Salgado (org.). **Estado, regimes e revoluções**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2012.

ZAMPARONI, Valdemir. **Terras negras, donos brancos: o processo de expropriação na região de Lourenço Marques – 1890/1930**. II RIHA, 1996. p. 153-160.

ZAMPARONI, Valdemir. **Entre Narros e Mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques 1890-1940**. 1998. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Sobre o autor

Marcello Felisberto Moraes de Assunção é professor Adjunto de Educação e Relações Étnico-Raciais (UFRGS) e membro do PPGEDU (FACED/UFRGS) e Prof. História (IFCH/UFRGS). Doutor em História (UFG). Especialista em Relações Étnico-Raciais e História Atlântica. Membro da Rede de Históriadorxs Negrxs e coordenador dos núcleos “Pensamento Afrodiaspórico e suas Conexões” (NEPAC/UFRGS) e NERER (Núcleo de Estudos em Relações Étnico-Raciais). Autor de livros sobre pensamento afrodiaspórico e pensamento social negro brasileiro: “Pensamento afrodiaspórico em perspectiva: Abordagens no campo da História e literatura” (2 vols., Editora Fi, 2022) e “Ao Sul do Atlântico Negro: interpelações afrodiaspóricas/ decoloniais ao campo das Relações Internacionais” (Editora Fi, 2023).

UM PROJETO PANLUSITANO NO ATLÂNTICO SUL

As relações luso-afro-brasileiras nos anos de 1930

As relações luso-afro-brasileiras foram construídas ao longo dos anos 1930's a partir de diversas tensões e em um contexto de fortes disputas pela noção de raça, mestiçagem e nação. Os intelectuais do Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, objeto deste trabalho, foram uma espécie de mediadores dos debates atlânticos, nas suas diversas margens, aos quais os diversos modernismo viam constituindo, em especial a recolocação da figura do mestiço e do legado africano como vetor positivo para as chamadas nacionalidades panlusitanas (sejam elas ex-colônias, colônias e a própria metrópole lusitana). Esta concepção de raça e do próprio colonialismo esboçada por esses intelectuais lusitanos republicanos exilados no Brasil (em diálogo com figuras como Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Edison Carneiro no Brasil e os cabo-verdianos da Claridade) era algo sui generis diante da hegemonia do social-darwinismo da gestão colonial centralista do estado império luso-africano português. De uma certa forma estes intelectuais antecipam, à nível intelectual, os pressupostos reformistas da gestão colonial e do ideário luso-tropical que será central para o colonialismo do pós-guerra. Entretanto, essa heterodoxia destes intelectuais antisalazaristas e em prol do discurso da mestiçagem não era deslocada de um ideário racista no âmbito culturalista (a "evolução para a civilização") que essa vertente reformista do colonialismo português exilada representava. Essa história cheia de tensões e contradições é uma amostra da imensa riqueza das trocas intelectuais que estavam sendo esboçadas por todo Atlântico, não só aquelas que se colocavam à maneira oficial entre os Estados, mas também nas margens do Atlântico.

Apoio:

